

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS ESTRATÉGICOS
INTERNACIONAIS

JOSE ALBERTO ANTUNES DE MIRANDA

**A POLÍTICA EXTERNA DA VENEZUELA NO GOVERNO HUGO CHAVEZ
FRIAS: ATORES CIVIS E MILITARES**

PORTO ALEGRE
2012

JOSE ALBERTO ANTUNES DE MIRANDA

**A POLÍTICA EXTERNA DA VENEZUELA NO GOVERNO HUGO CHAVEZ
FRIAS: ATORES CIVIS E MILITARES**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Estudos Estratégicos Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Augusto Estrella Faria

PORTO ALEGRE
2012

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

Responsável: Biblioteca Gládis Wiebbelling do Amaral, Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS

M672p Miranda, Jose Alberto Antunes de

A política externa da Venezuela no governo Hugo Chavez Frias : atores civis e militares / Jose Alberto Antunes de Miranda. – Porto Alegre, 2012.
243 f. : il.

Orientador: Luiz Augusto Estrella Faria.

Tese (Doutorado em Estudos Estratégicos Internacionais) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, Porto Alegre, 2012.

1. Política externa : Venezuela. 2. Relações exteriores. 3. Governo Hugo Chávez. I. Faria, Luiz Augusto Estrella. II. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas. Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais. III. Título.

CDU 327(87)

JOSE ALBERTO ANTUNES DE MIRANDA

**A POLÍTICA EXTERNA DA VENEZUELA NO GOVERNO HUGO CHAVEZ
FRIAS: ATORES CIVIS E MILITARES**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Estudos Estratégicos Internacionais.

Aprovado em: Porto Alegre, 12 de novembro de 2012

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luiz Augusto Estrella Faria - Orientador
UFRGS

Prof. Dr. Maria Izabel Mallmann
PUC/RS

Prof. Dr. Carlos Arturi
UFRGS

Prof. Dr. André Luiz Reis da Silva
UFRGS

AGRADECIMENTOS

São muitos os amigos para dedicar esse trabalho pois são eles que nos fazem sentir fortes para continuar qualquer caminhada, seja curta ou longa.

A meus pais pelo grande exemplo que me deram ao longo da vida de enfrentar as dificuldades com pragmatismo, perseverança e amor. Sem o apoio deles não teria chegado aqui.

A minha irmã pelo imenso carinho, companheirismo e paciência em me aturar em todos os momentos que compartilhamos juntos.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Luiz Augusto Estrela Faria, grande conhecedor da America Latina, pelo auxílio e paciência em me escutar em nossas trocas sobre o tema junto à Fundação de Economia e Estatística - FEE.

A todos os professores do Programa de Doutorado em Estudos Estratégicos Internacionais da UFRGS, e em especial, o Prof. Dr. Paulo Fagundes Vizentini e o Prof. Dr. Marcos A. C. Cepik pela admiração que tenho ante suas trajetórias acadêmicas e de luta pela área de estudos internacionais no sul do Brasil. Também à Prof. Dra. Romina Batista Lucena de Souza pela ajuda e trocas de ideias sobre Venezuela.

Ao amigo e chefe, Prof. Dr. Ir. Paulo Fossatti, Magnífico Reitor do Centro Universitário La Salle - Unilasalle/Canoas pela compreensão, incentivo e apoio, assim como um exemplo de perseverança, simplicidade, alegria e carinho em todos os momentos de convívio diário e na luta por uma melhor Unilasalle e Rede La Salle.

Aos amigos professores do Unilasalle/Canoas pelo apoio e bons momentos de convivência lassalista.

A minha amiga Prof. Dra. Graciela Pagliari hoje na UFSC pelas constantes trocas de apoio e conversas inflamadas sobre Política Externa ao longo de nossa formação acadêmica; ela em Brasília e eu, no início do programa, no Rio de Janeiro.

À *Escuela de Estudios Internacionales* da Universidade Central da Venezuela e também à Embaixada do Brasil na Venezuela por ter me auxiliado em minha visita a Caracas na escolha de importantes obras acadêmicas sobre o tema de interesse e na visita à Direção de Arquivos e Bibliotecas da Casa Amarilla (Ministério de Relaciones Exteriores da Venezuela).

Aos colegas da primeira turma do Programa de Estudos Estratégicos Internacionais da UFRGS pelos bons momentos vividos no ambiente acadêmico.

A meus queridos amigos inseparáveis Pascale Terra, Rafael Ferreira, Giovana Gasparotto e Luciano Aquino pela força em superar todos os obstáculos desde o Colégio Nossa Senhora do Rosário.

À parte de minha querida família no Brasil e no velho continente europeu, Portugal, que está sempre perto do meu coração.

Ao melhor bem que Deus nos deu,

A VIDA.

“Um povo altamente civilizado, livre, colocado em alto nível de cultura, ciência e tecnologia é um fator positivo na avaliação de Poder Nacional de uma Nação. Um excesso de racionalismo e de intelectualismo – circunstância que alguns podem querer enxergar no exemplo francês são suscetíveis de levar à descrença, ao ceticismo e ao relativismo. Um excesso de ingenuidade nacional e um apego exagerado a certos mitos nacionais podem colocar o país no caminho de grandes aventuras irrealizáveis.”

Araújo Castro (apud AMADO, 1982),
Embaixador e Ministro de Relações Exteriores do Brasil.

RESUMO

A presente tese tem como objetivo identificar as importantes mudanças desencadeadas na condução da política externa da Venezuela, assim como os atores envolvidos sob as bases do novo projeto político que destaca um discurso revolucionário e de contestação ante uma estrutura do sistema internacional considerada ultrapassada e excludente. A Venezuela, por ser um país que tradicionalmente estruturava sua ação na construção da democracia representativa, na defesa da liberdade e na consolidação da integração hemisférica, passou a desenvolver, com a chegada ao poder de Hugo Chavez Frias, um marcante perfil ideológico orientado à construção de uma nova ordem internacional com maior liderança no nível regional e grandes pretensões no cenário mundial. Dos anos cinquenta até os oitenta, ainda que tenha predominado um sistema centrista dominado por partidos e dirigentes políticos de centro, os militares exerciam uma participação indireta nas questões de Estado. No final dos anos 90 se observa que o sistema político assumiu características complexas, com a presença do Estado cada vez mais refletida na centralização do Executivo, o excessivo personalismo político do Chefe de Estado e o envolvimento de militares no sistema político, refletindo no processo decisório da política externa. Hoje a política externa da Venezuela é defensora de blocos de países em desenvolvimento, contra as estruturas hegemônicas e, em especial, os Estados Unidos, democrata e de simpatias de esquerda, apesar da influência de uma corporação armada, muitas vezes presa a ilusões autoritárias e pragmática no aspecto econômico. A matriz da identidade venezuelana para suas relações externas foi alterada ao longo dos últimos dez anos.

Palavras-chave: Política externa. Venezuela. Atores. Processo decisório.

ABSTRACT

This thesis aims to identify important changes triggered in the conduct of Venezuela's foreign policy, as well as those involved in the foundation of the new political project that highlights revolutionary rhetoric and the defense against a structure of international system considered outdated and discriminatory. Venezuela, as a country that has traditionally structured its actions in the construction of representative democracy, in defense of freedom and the consolidation of hemispheric integration, began to develop with the coming to power of Hugo Chavez Frias, a remarkable ideological profile-driven construction to a new international order with greater leadership at the regional and large claims worldwide. From the fifties to the eighties, although it has prevailed a system dominated by centrist political parties and leaders of the center, the military had an indirect interest in matters of state. At the end of the 90's the political system assumed complex characteristics, attended by the State increasingly reflected in the centralization of the executive, the excessive personalism of the Head of State and the political involvement of the militaries in the political system, reflecting into the decision making process of the foreign policy. Today, Venezuelas foreign policy support developing countries, it is against the hegemonic structures, in particular, the United States, democrat and with leftist sympathies, despite the influence of a military corporation often tied to illusions of the authoritarian past and pragmatic in economics. The Venezuelan identity matrix for its external relations has changed over the last ten years.

Keywords: Foreign policy. Venezuela. Actors. Decision making.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - Evolução percentual de exportações dos produtos Venezuelanos de 1910 a 1950 e a importância do petróleo	29
Quadro 2 - Resumo das características da evolução histórica da política externa da Venezuela de 1900 a 1958.....	41
Quadro 3 – Divisão de Unidades e Direções do Ministério de Relações Exteriores da Venezuela 1941-1958	42
Quadro 4 – Número de Embaixadas e de Legações 1953-1957	43
Quadro 5 – Orçamento destinado ao Ministério de Relações Exteriores de 1935-1956	43
Quadro 6 - Resumo das características da evolução histórica da política externa da Venezuela de 1958 até 1998	62
Quadro 7 - Países que realizaram reformas constitucionais na América Latina instituindo nova legislação militar.....	72
Quadro 8 - Resultado do Referendo de 2007 com relação à proposta de nova alteração da Constituição de 1999, principalmente ante os votos a favor das propostas apresentadas pelo Presidente da República versus a eleição presidencial de 2006 para que se tenha uma ideia da aceitação das mudanças por parte da sociedade civil	79
Quadro 9 - Pesquisas demonstradas pelo Latinobarômetro de 2011 - diminuição no apoio à democracia.....	83
Quadro 10 - Principais diferenças entre a doutrina do putofijismo e a bolivariana instituída pelo governo de Hugo Chavez.....	89
Quadro 11 - Gastos militares da Venezuela nos últimos 10 anos:	99
Mapa 1- Mapa Político da Venezuela.....	101
Quadro 12 – Orçamento com Defesa	104
Quadro 13 - Balança comercial da Venezuela para Colômbia de 1995 até 2009	109
Tabela 1 - Exportações não petroleiras da Venezuela para a Colômbia.	113
Tabela 2 - Importações venezuelanas de origem Colombiana	115
Tabela 3 - Exportações não petroleiras da Venezuela para Cuba.....	119
Tabela 4 - Importações venezuelanas de origem cubana	120
Quadro 14 - Conteúdo da aliança com Cuba e o alcance da mesma com relação a cada conteúdo	122
Quadro 15 - Acordos formais e informais de medidas de confiança mútua assinados na América Latina	125

Quadro 16 - Resume as prioridades estratégicas do governo venezuelano	140
Quadro 17 - Principais mudanças instituídas na chancelaria venezuelana expressas e anunciadas à Comissão de Política Exterior da Assembleia Nacional em 31 de Março de 2004	145
Quadro 18 – Modelos de relações Existentes entre Presidente e Ministro de Relações exteriores	151
Quadro 19 – Resumo Principais atores da política externa da Venezuela	159
Mapa 2 – Exploração das reservas de Petróleo na Venezuela.....	163
Quadro 20 - Projetos em andamento da Petrocaribe:	166
Tabela 5 – Exportações não petroleiras venezuelanas ao EUA.....	178
Tabela 6 – Importações provenientes dos EUA	179
Gráfico 1 - Dependência petroleira americana com relação aos países do hemisfério ocidental, onde se incluiria a Venezuela:	180
Tabela 7 - Principais fornecedores de petróleo para os EUA:.....	181
Quadro 21 - Resumo das principais características da política externa da Venezuela para os EUA:	183
Quadro 22 - Princípios instituídos pela ALBA	189
Quadro 23 - Diretrizes que contemplam a Nova Geopolítica Internacional rumo ao socialismo	190
Quadro 24 – Objetivos políticos de projeção da revolução bolivariana.....	191
Tabela 8 - Classificação Índice de Desenvolvimento Humano	204

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AD - *Acción Democrática*

ALADI - Associação Latino Americana de Integração

ALBA - Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América

ALCA - Área de Livre Comércio das Américas

AN - Assembleia Nacional

BCV - Banco Central da Venezuela

CAN - Comunidade Andina de Nações

CELAC – Comunidade dos Estados Latino-americanos e Caribenhos

CNE - Comissão Nacional Eleitoral

COPEI - *Comité de Organización Política Electoral Independiente*

EB-200 - Exército Revolucionário 200

EUA – Estados Unidos da America

FAN – Forças Armadas Venezuelanos

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

IMET - *International Military Educational and Training*

INE - Instituto Nacional de Estatística

MAS - *Movimiento al Socialismo*

MBR- 200 - *Movimiento Bolivariano Revolucionario 200*

MERCOSUL - Mercado do Cone Sul

MPPRE - *Ministério del Poder Popular para Relaciones Exteriores*

MVR - *Movimiento Quinta República*

MUD – Mesa da Unidade Democrática

OEA - Organização dos Estados Americanos

OPEP - Organização dos Países Exportadores de Petróleo

PDVSA – Petróleos de Venezuela S.A.

PETROAMERICA - *Petroleos de America*

PETROCARIBE - Petróleos de Caribe

PIB - Produto Interno Bruto

PSVU - Partido Socialista Unido da Venezuela

SELA – Sistema Econômico Latino Americano

UNASUL – União Sul America de Nações

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 O MARCO EVOLUTIVO DA POLÍTICA EXTERNA VENEZUELANA	23
2.1 Antecedentes históricos das relações externas da Venezuela: da independência ao Pacto Punto Fijo	23
2.2 Política Externa e Dependência Petroleira.....	29
2.3 A Influência Militar no Âmbito Político.....	32
2.4 O ativismo da inserção internacional dos anos 60 aos 70	46
2.5 O Declínio do Modelo Político de Conciliação de Elites e os reflexos nas ações externas.....	56
2.6 Conclusões	63
3 AS RELAÇÕES CIVIS MILITARES, O PERSONALISMO, OS PARTIDOS POLÍTICOS E OS GRUPOS DE INTERESSE NA HISTÓRIA DA VENEZUELA	66
3.1 Os militares como atores no âmbito institucional.....	67
3.2 O ensaio ao projeto civilista	68
3.3 A Constituição venezuelana – o papel dos militares.....	69
3.4 As relações civis militares no governo de Hugo Chaves Frias.....	72
3.5 O presidencialismo e o sistema de partidos - o culto ao personalismo na Venezuela	80
3.6 Grupos de interesse e a mobilização da sociedade civil da Venezuela frente às ações de política externa.....	89
3.7 Conclusões	92
4 A POLÍTICA DE DEFESA E SEGURANÇA DO GOVERNO HUGO CHAVEZ NO ÂMBITO DA POLÍTICA EXTERNA VENEZUELANA.....	94
4.1 A política de segurança e defesa venezuelana e suas implicações para a região	97
4.2 A relação da Venezuela com a Colômbia: algum risco de conflito militar?	104
4.3 A relação da Venezuela com Cuba no âmbito da política de segurança e defesa bolivariana.....	116
4.4 A Integração regional como fator de estabilidade para a região.	123
4.5 Conclusões	127
5 TREZE ANOS DE POLÍTICA EXTERNA BOLIVARIANA: INOVAÇÃO?	129
5.1 O Contexto Doméstico e o Internacional.....	129
5.2 A constituição das bases para a diplomacia bolivariana	133
5.3 Atores da Política Externa e Reformas Institucionais na Venezuela.....	144

<i>5.3.1 Principais atores envolvidos na política externa</i>	146
5.4 O Petróleo como instrumento de política externa	159
5.5 Os EUA no contexto da política externa da Venezuela no governo Chavez	166
5.6 A economia venezuelana e as ações de política externa: desafios	183
<i>5.6.1 O Socialismo do século XXI</i>	<i>187</i>
5.8 Conclusões	195
6 PARA ONDE SE ENCAMINHA A VENEZUELA: DESAFIOS E IMPLICAÇÕES PARA A POLÍTICA EXTERNA BOLIVARIANA	198
6.1 A oposição e as eleições presidenciais de 2012: substituição do projeto socialista? .	201
6.2 Considerações Finais	205
REFERÊNCIAS	211
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	226

1 INTRODUÇÃO

A América Latina, a partir no início do século XXI presencia o esgotamento do modelo neoliberal vendido à região nos anos de 1990 como a solução de todos os problemas. A partir da desilusão do modelo proposto e que trouxe consequências desastrosas para grande parte da população de algum desses países ascendem novas lideranças, antes excluídas, que passam a participar do processo decisório da vida política. Por meio de eleições livres surgem diversos governos de orientação progressista e de esquerda que passam a contestar o status quo anterior.

A Venezuela fez parte desse novo cenário que se estabeleceu na região, principalmente a partir de 1998, com a chegada ao poder do presidente Hugo Chavez Frias. Com a instauração de seu governo, importantes mudanças são desencadeadas na condução da política externa do país sob as bases de um novo projeto político que destaca um discurso revolucionário e de contestação ante uma estrutura do sistema internacional considerada ultrapassada e excludente.

As inconsistências e conflitos na atual política externa venezuelana no governo de Hugo Chavez Frias, somente podem ser adequadamente compreendidos se analisarmos as transformações ocorridas na política externa e na diplomacia provocadas ao longo da história da Venezuela.

A identificação dos atores civis e militares responsáveis pelo processo de tomada de decisão em política externa e que exercem, maior ou menor influência nos faz compreender os dilemas e objetivos da atuação do presente governo. A política externa na Venezuela envolve atores por trás de entidades que possuem diferentes níveis de coerência, organização e poder. O país promove uma política externa sob influência do poder executivo, que provoca inseguranças e dúvidas de países da comunidade internacional, ante algumas decisões intempestivas sob influência da polarização doméstica e de condicionantes no plano da estrutura do sistema internacional.

Antes de 1998, o país definia sua participação no cenário internacional com base em três elementos centrais: a sua condição de país democrático, o petróleo e as múltiplas identidades internacionais. Nesse sentido, os tomadores de decisão evitaram desenvolver discursos políticos ideológicos fechados e preferiram utilizar-se do tema das múltiplas identidades (ocidental terceiro mundista, democrática, petroleira e andina). A estrutura do processo decisório na política externa era caracterizada como um conjunto de estratégias

concebidas desde o seio das organizações partidárias que controlavam o poder na Venezuela até então.

A Venezuela, por ser um país que tradicionalmente estruturava sua ação na construção da democracia representativa, na defesa da liberdade e na consolidação da integração hemisférica, passou a desenvolver, com a chegada ao poder de Hugo Chavez Frias, um marcante perfil ideológico orientado à construção de uma nova ordem internacional com maior liderança no nível regional e grandes pretensões em nível mundial.

Dos anos cinquenta até os oitenta, ainda que tenha predominado um sistema centrista dominado por partidos e dirigentes políticos de centro, os militares exerciam uma participação indireta nas questões de Estado. No final dos anos 90, se observa que o sistema político assumiu características complexas, com a presença do Estado cada vez mais refletida na centralização do Executivo, o excessivo personalismo político do Chefe de Estado e o envolvimento de militares no sistema político, refletindo no processo decisório da política externa.

Hoje a política externa da Venezuela é defensora de blocos de países em desenvolvimento, contra as estruturas hegemônicas e, em especial, os Estados Unidos, democrata e de simpatias de esquerda, apesar da influência de uma corporação armada, muitas vezes presa a ilusões autoritárias e pragmática no aspecto econômico. Nesse sentido, se identifica que a matriz da identidade venezuelana para suas relações externas foi alterada ao longo dos últimos dez anos.

A consolidação política do presidente Hugo Chaves, depois do referendo revogatório de 2004, marcou um ponto de inflexão em direção à radicalização da política exterior. A conformação e consolidação de novas alianças intra e extra- regionais, o impulso de novas modalidades de integração, o aprofundamento da confrontação com os EUA e a proliferação de acordos de cooperação indica a busca por um novo formato de inserção internacional.

O período que compreenderá essa investigação, 1998–2012, observa a continuidade da utilização do fator petróleo como meio de direção da política exterior. Não obstante, inclui novos elementos políticos que repondem a um contexto social particular em que se desmonta uma estrutura velha para instaurar um complexo institucional adaptado ao novo modelo político que busca preencher os vazios deixados ao longo dos governos anteriores.

Este estudo propõe analisar a política externa da Venezuela no período do governo Hugo Chavez Frias, mais especificamente sob a ótica da análise de política externa. Essa abordagem é realizada considerando a evolução da política externa venezuelana a partir de sua independência, considerando os atores civis e militares que se fazem ou não presentes.

A análise da política externa da Venezuela estará enfocada como derivada de um somatório de variáveis econômicas e políticas e não de variáveis excludentes entre si, além da consideração das determinações estruturais e conjunturais.¹

Isso nos leva a refletir se a política externa Venezuelana constitui-se em uma política de governo ou em uma política de Estado. Em princípio, considera-se que a política externa represente os interesses nacionais (ou os interesses permanentes), constituindo-se, portanto, em uma política de Estado. Por isso, se diz que há uma relativa continuidade. Em relação aos governos, ressalva-se o surgimento de algumas mudanças de estilo ligadas à personalidade e ao estilo individual dos atores, bem como de adequação aos constrangimentos conjunturais.

A identificação mais acurada do processo de tomada de decisão em política externa mostra-se fundamental para a captação da complexidade das decisões tomadas, que são influenciadas por interesses estratégicos de inúmeros indivíduos e grupos afetados pela atuação internacional de seus Estados, tanto no executivo desses países como no legislativo e nos grupos de interesse.² As decisões internacionais do Estado geram efeitos distributivos domésticos, podendo alterar o equilíbrio de forças interno e afetar a maximização de ganhos por tais indivíduos e grupos, como seu desempenho em processos eleitorais, por exemplo (HUDSON, 2005, p. 11-13).

Segundo Snyder, Bruck e Sapin (1962), a análise do processo decisório, o objeto de estudo deixa de ser o Estado, enquanto entidade abstrata, passando para a avaliação dos grupos ou seres humanos que tomam as decisões em nome do Estado.³

O Estado mantém o enfoque nos que tomam as decisões levando as seguintes implicações:

- a) a presunção de que a política internacional consiste em decisões adotadas por grupos ou pessoas e está formada de condutas que devem ser explicadas enquanto tais;

¹ A política externa é constituída por um conjunto de iniciativas que emanam do ator estatal, tendo em vista mobilizar para o serviço o máximo de fatores disponíveis tanto no ambiente interno como no ambiente externo (MERLE, 1984, p18.)

² As ações de política externa não podem ser compreendidas sem a apreciação das suas fases de implementação no qual é tão importante quanto o processo decisório, observarmos que os resultados são com frequência diferentes das intenções originais (HILL, 2003, p. 51).

³ A maior contribuição de Snyder, Bruck e Sapin (1962) para os estudos de política externa foi identificar o ponto de encontro teórico entre os determinantes mais importantes do comportamento do Estado: fatores materiais e ideológicos. O ponto de intersecção não é o Estado e, de acordo com os autores, é nesse ponto que as teorias clássicas e mesmo as contemporâneas necessitam de maior esclarecimento. O ponto de intersecção teórica é o tomador de decisão.

- b) a definição da situação como uma função central dos que tomam as decisões e como um conceito-chave na análise da política exterior, imprimindo-lhe um elemento subjetivo muito diferente da suposta objetividade;
- c) a descoberta de que existem fontes internas da política exterior de que esta é o resultado de um jogo em que intervêm diversas agências do Estado e numerosos grupos de interesse.

Os Estados não são atores unitários, ou seja, eles não são estritamente hierárquicos, mas são sim poliárquicos, compostos por atores com diferentes preferências que compartilham poder em relação ao processo de tomada de decisão, mas grande parte das decisões não se relacionam diretamente em relação à sobrevivência do Estado (MILNER, 1997).

O apoio dos militares, da oligarquia, dos grandes negócios e dos partidos políticos é usualmente necessário, mesmo para ditadores que desejam permanecer no poder e implementar suas políticas. Esses grupos podem, eventualmente, exercer o poder de veto sobre as propostas do executivo, e, de outra maneira, definir a agenda, dividindo o poder com ele. Mesmo os líderes mais autocráticos dependem do suporte de grupos internos para reter suas posições e fazer política.

Os sistemas democráticos são ainda mais polieárquicos. Como os Estados não democráticos, eles variam em seus princípios de organização interna, alguns sendo mais anárquicos e outros mais hierárquicos. Na maioria dos casos, pelo menos, dois tipos de atores competem por controle sobre o processo de tomada de decisão. Usualmente ambos, o legislativo e o executivo influenciam na constituição da política.

A escolha de política externa a ser seguida é o resultado do jogo estratégico entre atores domésticos na luta pelo poder interno. O interesse nacional depende das preferências e interesses da coalizão política vencedora e não apenas pode mudar, como também é objetivo de conflitos internos. A importância causal da política doméstica não é apenas o resultado de mudanças sistêmicas ou estruturais, mas depende da natureza da questão e da estrutura de preferências doméstica (MILNER, 1997).

A Análise de Política Externa parte da premissa de que, enquanto houver diferenças entre as políticas externas dos Estados, há inúmeras similaridades e padrões comparativos do comportamento que propicie ao observador fazer certos comentários e generalizações, como por exemplo, os objetivos que o Estado persegue, a abrangência de instrumento que ele usa,

quem realmente faz a política externa como o resultado de que tipo de influências (WHITE, 1989)

Para se compreender melhor a política externa do governo de Hugo Chavez Frias é conveniente um estudo das ações, atos e atores envolvidos com as práticas de governos anteriores ante as relações externas do país. Dessa forma, se pode inferir melhor sobre padrões e continuidades da política exterior da Venezuela.

O recorte analítico adotado neste trabalho pretende trazer à tona mecanismos causais complexos, mais especificamente, o impacto das preferências de indivíduos que sofrem os efeitos da ação internacional de seus Estados e que buscam influenciá-las a fim de maximizar seus ganhos nos níveis interno e externo, bem como das instituições domésticas em suas ações. Esse estudo levará em conta também o papel das crenças desses atores como variáveis intervenientes entre suas preferências e as decisões tomadas com relação à política externa da Venezuela.

Nesse sentido, esse estudo sobre a condução da política externa venezuelana no governo Hugo Chaves Frias observa a utilização constante da dialética de confrontação com aqueles que considera adversários ideológicos, propiciando incidentes e tensões diplomáticas até produzir situações, como a movimentação de batalhões militares na fronteira com a Colômbia, a retirada de embaixadores, o esfriamento das relações diplomáticas com outros países e, em alguns momentos, o desrespeito ao princípio de não ingerência em assuntos internos de outros Estados, o que desperta atenção de outros países.

Como problema a analisar, considera-se que a política externa da Venezuela, optando por uma mudança de identidade, nos últimos anos, promove desconfianças, inseguranças e questionamentos de outros Estados ante seu papel na dinâmica do sistema internacional e hemisférico.

Isso permite verificar os problemas e consequências da concentração de poder apresentada no momento no processo de “Accountability” do governo venezuelano com relação às decisões de política externa. A politização da política externa e, portanto, a influência da política doméstica na sua formação, depende da existência de impactos distributivos internos que ocorrem quando os resultados da ação externa deixam de ser simétricos para os diversos segmentos sociais.

Como hipótese a nortear este trabalho, considera-se que, a partir do governo Hugo Chaves Frias, novos atores são privilegiados na estrutura do processo decisório em política externa. Esses novos atores optaram por obstruir a participação de atores que eram influentes

em governos anteriores na constituição de políticas de Estado, como por exemplo, os Partidos Políticos, as Fedecameras e o Parlamento.

Ao lidar mais precisamente com o comportamento individual dos principais atores envolvidos no processo decisório da política externa considerados nessa pesquisa, procura-se verificar também os novos postos da administração pública que possuem relação direta com as relações exteriores e que foram ocupados por partidários do Presidente da República, principalmente os militares, com o mesmo perfil sócio-político e educativo. Essas orientações se dão quando da revogação da possibilidade instituídas na Constituição de 1961, mas permitida a partir da Constituição de 1999 de militares ocuparem cargos políticos.

Além disso, estando as decisões tomadas com relação à política externa da Venezuela sob forte influência do poder executivo, exercida por meio de um forte personalismo na figura do Chefe de Estado, observa-se que a política externa da Venezuela, em função da mudança de sua matriz de identidade, apresenta ideias que não correspondem a alguns dos países do hemisfério e seus interesses estratégicos de inserção internacional. A Venezuela opta por um posicionamento de distanciamento político-ideológico, em alguns casos, excessivamente agressivo ante a potência hegemônica na região, o que provoca dificuldades para uma melhor convergência política dos países no hemisfério.

Ainda que se proponha fazer uma análise de política externa dos principais atores envolvidos no governo bolivariano não se pretende analisar todos e cada um dos elementos que se fazem presentes na elaboração de uma política externa de um Estado, tendo em vista a complexidade desses fatores em um governo ainda presente.

Dessa forma, as decisões de política externa, tomadas pelo executivo a partir do governo de Hugo Chavez, são vistas como resultado da forte influência do Presidente da República e dos militares no processo decisório. Serão consideradas as escolhas políticas maximizadoras de ganhos de membros do Executivo, militares e dos principais grupos de interesse desse país, bem como a distribuição de poder sobre a formulação da decisão nacional, estabelecida pelas instituições políticas domésticas desde a Constituição de 1999.

Para realização desse estudo, utilizou-se como fontes de pesquisa, além da bibliografia sobre o tema, documentos de fontes primárias e secundárias. Foram pesquisados documentos que refletem na condução da política externa, como: as Constituições de 1961 e 1999; a Lei Orgânica da Administração Pública de 2001; o Regulamento Orgânico do Ministério de Relações Exteriores de 2004; a Lei de Serviço Exterior de 2005; o Programa Econômico de Transição de 1999; o Plano de Desenvolvimento Econômico e Social da Nação de 2001; o Novo Mapa Estratégico de 2004; o Marco Filosófico da Nova Integração do Sul de 2007; o

Projeto Nacional Simon Bolívar para Venezuela Socialista de 2007; Lineamientos del Programa de Gobierno de Unidad Nacional 2013-2019, discursos e declarações referentes a questões de política externa; documentos no âmbito do Boletim do Arquivo da Casa Amarilla.

Foi realizada uma análise crítica dos principais livros e periódicos científicos produzidas hoje na Venezuela que contém análise sobre a Política Externa como a Revista de Ciências Políticas – Politeia, a Revista Cuadernos del Cendes do Centro de Estudos para o Desenvolvimento e a Revista de Economia e Ciências Sociais da Universidade Central da Venezuela. Além das Revistas Política Exterior y Soberania e o Boletín Nueva Diplomacia publicados pelo Instituto de Altos Estudios Pedro Gual.

Além das fontes acima citadas, empregou-se também consultas a sítios de internet de reconhecidos institutos e instituições como fontes de pesquisa, bem como textos de análise de conjuntura, dada a atualidade do período estudado. Tendo-se em vista que se faz um estudo de um governo ainda em continuidade, não é possível acessar seus arquivos documentais e fontes históricas, por isso o emprego dos referencias acima citados, longe de significar o desinteresse por fontes, e sim consequência da situação de pesquisa.

Com vistas a desenvolver o tema proposto, o trabalho foi dividido em cinco capítulos conforme referido a seguir. No primeiro capítulo, apresenta-se o marco evolutivo da política externa venezuelana da independência ao Pacto de Punto Fijo. A seguir, considera-se o surgimento da dependência petroleira e da influência dos militares no âmbito político, acompanhando a evolução do posicionamento frente às relações externas da Venezuela até o maior ativismo de inserção internacional dos anos de 1960 a 1970.

É nesse período que a Venezuela se configurou como ator internacional e que sua ação exterior reflete ações e preocupações pelos assuntos mundiais cada dia mais variados e complexos. Também foi nesse período que se moldaram as bases para o serviço exterior com sentido institucional e quando se começou a delimitar com clareza os interesses, princípios e objetivos da diplomacia venezuelana.

No segundo capítulo, analisa-se as relações civis-militares, levando-se em conta sua participação como atores no âmbito institucional e avalia-se as dificuldades de se instituir um controle civil mais efetivo sob os militares ao longo dos anos. Também é observado o papel dos militares a partir da Constituição de 1999, onde se dá maior envolvimento da corporação em função da política interior e de desenvolvimento. A seguir, aborda-se o presidencialismo e o sistema de partidos políticos na Venezuela onde o culto ao personalismo possui relevância histórica. Posteriormente, se verifica os grupos de interesse e a mobilização por parte da sociedade civil frente às ações de política externa.

No terceiro capítulo, trata-se da política de defesa e segurança do governo Chavez no âmbito da política externa. Discute-se a nova política de segurança e defesa do governo e o papel das Forças Armadas frente ao projeto bolivariano de revolução. Ainda, trata-se da relação da Venezuela com a Colômbia e Cuba, analisando a possibilidade de um conflito militar e a dependência econômica e política. Por último, a integração regional como forma de atenuação de potenciais instabilidades.

No quarto capítulo, uma vez apresentada a constituição das bases para a implementação da política externa bolivariana, avaliam-se os principais atores que interferem na política externa venezuelana e as principais reformas institucionais realizadas pelo Ministério de Relações Exteriores. Em seguida, examina-se o petróleo como instrumento de política externa no presente governo e as relações com os Estados Unidos da América. Ainda, considera-se a economia da Venezuela e os seus desafios ante as ações de política externa do governo bolivariano.

Por fim, no segmento final, analisa-se os desafios e implicações para continuidade da revolução bolivariana e da política externa atual a partir do exame da sustentabilidade das ideias do presente governo, considerando-se a fragilidade da saúde do Presidente da República e a falta de um sucessor. Reflete-se ainda sobre as disputas para as eleições presidenciais de 2012, a partir das propostas do candidato da oposição para a constituição de um novo governo instituídas em documento que prevê o programa de unidade nacional de 2013-2019.

2 O MARCO EVOLUTIVO DA POLÍTICA EXTERNA VENEZUELANA

O propósito deste capítulo, no âmbito mais geral, é de apresentar a evolução da política externa do país desde o século XIX até o Pacto de Punto Fijo, marco político importante nos anos 60 e 70 do século XX, que desencadeou no esgotamento do modelo acordado pelas elites dominantes até a chegada ao poder do governo de Hugo Chaves Frias. Identifica-se as principais mudanças político-institucionais ocorridas ante o processo evolutivo da inserção internacional da Venezuela, observando os principais atores envolvidos.

A análise em perspectiva histórica possibilita compreender de forma mais adequada a relação intrínseca existente entre o posicionamento da diplomacia venezuelana frente ao meio externo e aos condicionantes político-econômicos internos. A compreensão da evolução histórica do setor petrolífero, como ator fundamental nas decisões de Estado, assim como o tradicional personalismo na figura de alguns chefes de Estado nos permitirá visualizar a evolução do processo decisório em política externa com a interferência de alguns atores específicos.

2.1 Antecedentes históricos das relações externas da Venezuela: da independência ao Pacto Punto Fijo

Os antecedentes que marcam a evolução da política exterior da Venezuela ao longo de sua história registram algumas das principais características de seu comportamento.⁴ A ordem política venezuelana pode ser considerada como produto de resultados acumulados na execução dos seguintes projetos de poder: a integração nacional (1900–1936), a modernização do Estado (1936–1941), a abertura política (1941–1945), a primeira tentativa democrática, (1945–1948), o desenvolvimentismo militar (1948–1958), a democracia de consensos (1958–1983), a reforma do Estado (1984–1993), e por último, a revolução bolivariana (1998 até nossos dias) (STAMBOULI, 2005, p. 18).

Para Carlos Romero, a Venezuela transitou historicamente por cinco etapas de inserção internacional. A primeira etapa é relativa ao período do descobrimento e da

⁴ A política externa sempre foi considerada como “externa” aos Estados e distinta de toda e qualquer política doméstica, e assim de toda e qualquer política pública (ARON, 2002, p.127-152) Diferente dos realistas consideramos política interna, externa e internacional como um contínuo de um mesmo processo decisório. A expressão “política externa” é aqui empregada instrumentalmente para designar aqueles momentos de decisão tradicionalmente circunscritos à tipologia de política externa, ainda que defendamos a concepção de política externa como política pública e a idéia de *continuum* entre as políticas (interna, externa e internacional). Dessa forma, pretende-se permitir um recorte de momentos de decisão para análise e eventuais críticas e revisão da regulamentação de seus momentos, com base nos pressupostos normativos que serão apresentados.

colonização, a segunda corresponderia à emancipação e consolidação como Estado independente, a terceira etapa corresponde ao período da descoberta do petróleo, a quarta etapa se refere à consolidação democrática e a quinta etapa se refere ao atual período. (ROMERO, C., 2003, p.3).

A Venezuela, desde seu processo de independência em 1830 até a aparição do petróleo como fator econômico fundamental para o Estado, instituiu uma política externa defensiva e de pouca relevância no sistema internacional. É a partir do início do século XX com Cipriano de Castro (1903-1924) no poder que se viu obrigada a lutar por seus interesses frente às grandes potências da época.⁵ Será justamente a partir desse governo que as grandes reservas de petróleo serão regulamentadas, despertando imediatos interesses contrários.⁶

Outro tema-chave das discussões iniciais que permearão os interesses venezuelanos será a delimitação de suas fronteiras, questão que até hoje gera inseguranças domésticas e regionais. A perda de grandes extensões de seu território no passado foi motivada, em muito, pela precária desarticulação política interna. Desde a independência da Venezuela, a centralização do poder e a conformação do Estado nacional tornou-se um processo evolutivo e complexo com avanços e recuos. Manifestou-se desde um caudilhismo retrógrado e desarticulado a intenções modernizantes⁷ (MELEÁN, 2006, p. 16).

A descoberta do petróleo proporcionou grandes transformações ao país, principalmente como fator econômico fundamental. O petróleo foi o eixo de integração, articulação e modernização da nação e, principalmente, o financiador do Estado forte que serviu de suporte à autocracia de vários governos, garantindo a estabilidade e permanência desses. O petróleo colocou a Venezuela no cenário internacional a partir de seu significado geopolítico e geoeconômico inseridos nos cenários de tomada de decisões no mundo pós - primeira guerra mundial.

⁵ Em 1902 a Venezuela sofreu um bloqueio por parte da Alemanha, Reino Unido e Itália que acusavam a Venezuela de descumprir com suas obrigações comerciais. “O Bloqueio”, como ficou conhecido na história da América Latina esteve constituído por três momentos: o assalto e destruição parcial da marinha de guerra venezuelana; o bloqueio dos portos mais importantes, além do bombardeio da costa de Puerto Cabello, e, por último, a intenção de invasão na costa do estado de Zulia, não atingida devido as condições especiais de navegação do Lago de Maracaíbo, desconhecidas na época pelos alemães (STUART, 2011).

⁶ É importante salientar que, historicamente, o presidencialismo venezuelano possui características personalistas, autocráticas, ditatoriais e em alguns momentos até tirânicas, dependendo da característica do governante e o grau de resistência que o colocam por parte dos adversários e as instituições existentes (MARQUEZ, 2004).

⁷ O caudilhismo é um conjunto de regras políticas baseadas inteiramente na força, foi a expressão da fragilidade do aparato governamental e deixou uma marca profunda na formação do Estado venezuelano. Em virtude da fraca existência de instituições políticas, sociais e administrativas, milícias auto organizadas e seus líderes eram a única forma de autoridade no passado. Elas foram responsáveis pela formação pelos governos locais e regionais (GILMORE, 1964).

É a partir do governo de Cipriano Castro que o petróleo representou questão-chave na relação da Venezuela com o meio externo. As tensões diplomáticas da Venezuela com as potências mundiais entre os anos (1904-1908) constituíram-se em um referencial para se compreender as vicissitudes do governo de Cipriano Castro com os países industrializados da época, que não apoiavam as políticas nacionalistas estabelecidas desde Caracas. A oposição interna se aproveitou para conspirar contra o governo.⁸

Cipriano Castro teve de enfrentar a conspiração de grupos internos que se opunham à política nacionalista. Foi a partir do refúgio político nas Antilhas que se instituiu o centro das operações conspiratórias contra o seu governo desde o fracasso da “Revolução Libertadora”⁹ que derrubou Cipriano do poder.

Silvio Villegas coloca que foi a situação de constante contestação do governo com algumas potências que configurou a imagem internacional caótica desse governo. Os conflitos estavam vinculados, desde logo, à crise global da sociedade venezuelana nos finais do século XIX e tinham diversas origens como, por exemplo, os problemas diplomáticos derivados da forma pouco protocolar que se receberam algumas representações dos governos acreditados no país, até o enfrentamento com empresas estrangeiras no qual o governo exigia ajustarem-se à legislação interna. A tudo isso se somavam problemas de delimitação de fronteiras, sendo que a essência de ditos conflitos radicava no enfrentamento dos interesses nacionais com os interesses estrangeiros, estes expressados globalmente na expansão imperialista dos principais países industrializados da época ¹⁰ (VILLEGAS, 1995, p. 165).

Os contratempos existentes entre interesses estrangeiros e o governo de Cipriano Castro levariam logo à tomada de poder por mais um militar - Juan Vicente Gómez. O general Gómez valeu-se de uma aliança com o governo norte-americano terminando assim com os impasses diplomáticos do governo anterior.¹¹

⁸ O nacionalismo desafiante e agressivo de Cipriano Castro é costumeiramente trazido pelo governo Hugo Chavez como modelo de governo que defendia os interesses nacionais na Venezuela frente a potencia hegemônica na região os Estados Unidos da América (EUA).

⁹ A revolução libertadora foi o conflito armado contra o governo de Cipriano Castro, coordenada pelo banqueiro e político Manuel Antonio Mattos em aliança com as companhias estrangeiras existentes na Venezuela (1911-1913) (VELÁSQUEZ, 1993, p.479).

¹⁰ Em 2009 a Casa Amarilla (Ministério de Relações Exteriores da Venezuela) lançou uma obra intitulada “La Conspiracion Internacional contra Cipriano Castro” onde publica vários discursos e trocas de notas secretas entre os chanceleres dos países envolvidos na conspiração como prova da articulação internacional contra a Venezuela.

¹¹ Juan Vicente Gómez aproveita a ida do General Cipriano Castro à Europa em 1908 para tratamento médico para tomar o controle político do país. Gómez era vice presidente da republica. Ira logo destituir os militares que cercavam Castro e instituir seus aliados. Manterá uma rigorosa vigilância sobre os movimentos de Castro no exílio até sua morte em Porto Rico.

De 1908 a 1958 foi o período que a Venezuela se configurou como ator internacional e que sua atuação refletiu ações e preocupações pelos assuntos mundiais. Foi um período em que se moldaram as bases de um serviço exterior mais institucionalizado, e quando se desenharam com mais clareza os interesses, princípios e objetivos da diplomacia venezuelana. É também nesse período que se estabelece uma maior continuidade da política externa com importantes diplomatas do serviço exterior venezuelano, como Pedro Itriago Chacín, Esteban Gil Borges, Caracciolo Parra Pérez, Gustavo Herrera, Andrés Eloy Blanco, Luis Emilio Gómez Ruiz.¹²

Justamente nesse período, o cenário internacional passou por grandes mudanças, a partir do estabelecimento de uma nova ordem. As duas guerras mundiais, o declínio dos grandes impérios, o surgimento de novos atores políticos internacionais de grande poder como os EUA e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) promovem novas reconfigurações de poder. O “*crack*” de 1929 deu lugar a novas teorias e prescrições econômicas, assim como a ascensão de doutrinas totalitárias como o fascismo, o comunismo, o nazismo e o choque inevitável entre elas, além do fracasso da sociedade das nações. Finalmente, a guerra fria determinou a complexidade, a variedade e a especificidade dos assuntos que tomaram a atenção dos atores internacionais.

A diplomacia Venezuelana se projeta então para novos temas da política internacional como os tratados comerciais, o armamentismo, os mecanismos de solução de controvérsias, os assuntos de limites de fronteiras e o papel assumido pelo país como abastecedor seguro e confiável de petróleo. Os presidentes que se sucederam Juan Vicente Gómez, Eleazar Contreras, Isaías Medina Angarita, Rômulo Betancourt, Rômulo Gallegos e a década militar associada ao nome de Marcos Pérez Jiménez levaram o país a desenvolver um importante papel como ator na comunidade internacional. Anteriormente, como bem coloca Rafael Simón Jiménez Meleán (2006, p.19, tradução nossa) “o Ministério de Relações Exteriores bem poderia ser denominado o Ministério das dívidas, reclamações e limites, pois eram os assuntos que circunscreviam as relações exteriores do país”¹³.

Do período de 1945 a 1958, dilemas da nação venezuelana se apresentaram com relação aos modelos de desenvolvimento e hegemonia que se polarizaram em duas tendências: uma modernizadora mas gradualista e, até em alguns momentos restritiva, que

¹² Desde o nascimento da Venezuela como República em 1830 até o final da década dos anos 30 do século XX a Venezuela apresentou uma política externa de índole mais jurídico-diplomática que econômica, apesar dos esforços frente a política comercial que se deram no regime de Eleazar Contreras e mesmo durante a Segunda Guerra Mundial (ROMERO, 2009, p.26).

¹³ Do original em Espanhol.

pretendia submeter o processo de desenvolvimento ao controle das elites ou das forças armadas como guia da Nação; outra considerada populista reivindicava o voto universal e a constituição de partidos modernos como forma de se atingir uma modernização ampla e democrática (HOFMEISTER, 2002, p.85).

Juan Vicente Gómez instituiu uma ditadura de 27 anos. O nacionalismo pregado pelo governo anterior foi substituído por um novo estilo onde a prudência, complacência e negociação e a aproximação com as grandes potências contribuíram para a longa permanência do novo regime. Gómez manteve uma política de aproximação e criação de condições para que o capitalismo internacional valorizasse a Venezuela como um bom destino para os seus interesses e investimentos. Um pacto político-militar logo foi fixado para respaldar o novo governo. Ele era conformado pelos representantes dos caudilhos que lideravam as distintas facções atuantes. Esse mesmo pacto logo sofreria uma ruptura, pois o general Gómez não permitiria ambições de alternância de poder.

De acordo com Trinkunas, apesar de ter unificado o país, os militares que estavam no poder e que davam suporte ao general Gomez não eram considerados profissionalizados, mas sim uma aglutinação de seguidores, recrutados através de um sistema clientelista de políticos partidários e membros de família leais ao ditador. O General utilizou-se desses leais partidários para o gerenciamento da administração pública e defesa de seu governo frente aos opositores. Ao mesmo tempo, o general também decretou a criação de uma burocracia militar profissional que permitia um contrabalanço. Esse novo modelo de forças armadas estava organizado em princípios Weberianos de racionalidade, mérito e avanços através da educação profissional. Pelos próximos 25 anos essas duas lógicas militares competiram na Venezuela, uma baseada em militares seguidores e outra baseada nas normas profissionais burocráticas (TRINKUNAS, 2005, p.30).

Essa é uma característica que acompanha a relação entre os militares e governo até hoje identificadas nos militares que se vinculam mais às características do mandatário e aqueles vinculados ao profissionalismo do estamento militar de Estado.

O petróleo constituiu fator de grande relevância a partir do governo Gómez para a economia venezuelana.¹⁴ Impulsionou importantes mudanças domésticas e teve um significado especial na articulação do país no sistema internacional. Também foi o petróleo que sustentou Juan Vicente Gómez no poder por tantos anos até sua morte em 1935. O

¹⁴ A Venezuela nesse período de converteu em destino preferencial para os investidores em petróleo durante as primeiras décadas do século XX, quando deixaram de investir no México pela revolução que se desencadeou por lá, chegando a controlar mais de 70% da produção petrolífera (MOREIRA; QUINTEROS; SILVA, 2010, p.185)

petróleo deu solidez às finanças públicas venezuelanas presas tradicionalmente às variações cíclicas da economia agropecuária, o que permitiu naquele momento ao país acumular recursos suficientes para empreender a modernização e a integração.¹⁵

¹⁵ As reservas de petróleo da Venezuela estão distribuídas ao longo de seis bacias e uma faixa petrolífera. São elas a Bacia do Golfo da Venezuela, a do lago Maracaíbo, a Falcón, a Barinas e Apure, a Cariaco, a Oriental e a da Faixa do Rio Orinoco. As bacias do Maracaíbo e a da Faixa do Orinoco são as mais importantes.

Quadro 1 - Evolução percentual de exportações dos produtos Venezuelanos de 1910 a 1950 e a importância do petróleo

Ano	Café/Cacau	Petróleo	Outros
1910	78%	-	22%
1930	15%	83%	2%
1940	4%	94%	2%
1959	3%	96%	1%

Fonte: Campos, 1991.

De 1910 até 1930 a concentração das exportações venezuelanas se fixaram em produtos primários, principalmente café e cacau. O Petróleo somente ocupou um espaço proeminente a partir de 1930.

A modernização do Estado venezuelano e a conseqüente dependência com relação ao petróleo é um crítico fato histórico no caso da Venezuela. A partir do momento que a indústria petrolífera se instala no país, as demandas da produção de petróleo para exportação moldaram as instituições do Estado, a evolução da economia, a emergência de classes sociais, e a hora e direção das mudanças de regimes. Todos os importantes desenvolvimentos no país com a introdução da indústria petrolífera foram condicionados pela conexão de uma política econômica doméstica fraca com as forças mais poderosas da economia internacional.

2.2 Política Externa e Dependência Petrolífera

O general Gómez negociou os termos da inserção da indústria petrolífera na Venezuela via uma administração mal desenvolvida e fixada na autoridade pessoal do mandatário venezuelano, além de uma justiça informal e clientelista. A jurisdição do Estado era extremamente limitada, não possuía capacidade de transferir ou distribuir recursos internamente. A necessidade de construir e assegurar a vitória do governo central ante o caudilhismo regionalista motivou as inovações institucionais. Por esse motivo, surgiu a necessidade de constituir um exército nacional profissionalizado e a consolidação do controle das contas públicas de todas as receitas no Ministério das Finanças ¹⁶(SULLIVAN, 1976).

A vinda das companhias de petróleo internacionais transformou profundamente a direção do estado minimalista. A entrada das grandes multinacionais petrolíferas no país era

¹⁶ O controle sobre os militares e as contas públicas dará ao general Gómez o poder absoluto, mas pouco incentivo a expansão da jurisdição do Estado.

parte da estratégia global de controlar o mercado de petróleo e punir governos hostis e revolucionários como se davam na Rússia e México, fixando assim a produção em países alternativos. A Venezuela já apresentava desde então algumas características da administração contemporânea.

A mistura do personalismo e das preocupações do regime não deve ser confundida com a instituição de uma lógica burocrática autônoma ou *“raison d'état*. O novo status do país como exportador de petróleo trouxe importantes mudanças administrativas e legais para o Estado. O mandatário não tardaria a compreender que a competição com as grandes multinacionais do petróleo a seu favor aumentaria seu poder pessoal. O executivo, através de sua autoridade negociava diretamente com as multinacionais petrolíferas muitas vezes sem a intervenção do parlamento.¹⁷

A transformação das forças sociais antigas e a criação de novos interesses baseados na indústria petrolífera permitiram a crescente dependência do petróleo. Em menos de uma década, o petróleo tornou-se o fator mais importante de economia venezuelana. Essa mudança para uma economia sustentada no petróleo trouxe como resultado os efeitos previsíveis da *“Doença Holandesa”*, atrasando a industrialização do país e aumentando o declínio da agricultura.¹⁸

Terry Lynn Karl compara bem os problemas da dependência no petróleo quando salienta que ele não é muito diferente do ouro. Segundo a autora, quando os minerais são a chave para a saúde do Estado, essas rendas provenientes da extração alteram a estrutura do processo decisório. Eles afetam não somente o ambiente político dos atores envolvidos mas também outros aspectos básicos do Estado, como a autonomia na definição de metas, o tipo de instituições públicas adotadas, a perspectiva de construção de outras capacidades extrativas e a perda de autoridade.

Após Vicente Gómez, Eleazar López Contreras (1936-1941), também militar assume o poder para conduzir o país a uma nova etapa de desenvolvimento. Lopez Contreras não tinha formação acadêmica castrense, mas se dedicou muito ao exército nacional e foi um

¹⁷ As leis instituídas no governo Gómez com relação ao controle do petróleo culminaram na Lei do Petróleo de 1922. Representou uma mudança fundamental de poder da iniciativa privada para o Estado e uma nova definição qualitativa da jurisdição do país, pois no passado, embora a Venezuela garantisse muitas condições de direitos de exploração do sub-solo para nação, na prática, a iniciativa privada possuía o direito de obter concessões em suas participações desde 1885.

¹⁸ O que se define como *“doença holandesa”* é quando a predominância da exploração de recursos naturais abundantes tende a inibir o desenvolvimento de outros setores produtivos. Nesse sentido, os Estados se tornam muito dependentes da receita adquirida por meio da exportação de um tipo de *commodities*, ficando totalmente dependentes de uma cultura *“rentista”* que permeia o conjunto dos sistemas político e econômico (KARL, 1997, p. 44).

grande modernizador e estudioso da doutrina estratégica bélica e também historiador militar. Por essas qualificações e mérito alcançou o posto máximo no exército venezuelano. Seu governo foi marcado por invocar uma posição institucionalista desviando-se das disputas internas de poder, principalmente as que ainda sustentavam as ideias repressivas do gomencismo (MELEÁN, 2006, p.90).

No âmbito do sistema internacional, a iminência de um novo conflito bélico na Europa trazia evidências de repercussões em outros continentes. Ativaram-se mecanismos de concertação e consulta do sistema interamericano, buscando forjar acordos que preservaram a integridade e independência dos países membros frente a eventuais agressões.

Em relação à política externa, o governo de Lopez Contreraz designou atenção especial às relações bilaterais, favorecendo também uma maior participação nos organismos internacionais. Concedeu particular interesse de cooperação e amizade com os países vizinhos americanos. Dentre os principais assuntos que permearam as decisões de política externa estão: a posição da Venezuela frente à eclosão da II Guerra Mundial e a Guerra Civil Espanhola, as relações bilaterais com os EUA e a negociação de um novo tratado comercial, as relações com a Colômbia e a assinatura do tratado sobre fronteiras e navegação dos rios comuns, as negociações e concertações no contexto do sistema interamericano e a política de neutralidade da Venezuela na II Guerra Mundial.¹⁹ (ACEDO, 2005, p. 54).

No plano doméstico, é no período do governo de Lopez Contreraz que se deu início a consolidação do Estado e o crescimento de suas funções e atribuições com respeito à sociedade venezuelana. O Estado venezuelano foi o principal agente de mobilização, de ação e de transformação social. Foi a partir dos anos 30 que o país incorporou processos participativos e decisórios, assim como novos setores e forças sociais (STAMBOULI, 2005, p. 21).

Nos anos 30, o Estado venezuelano era uma entidade relativamente simples. Era derivado de uma ação governamental dirigida quase que exclusivamente à concentração de poder, mediante a conformação de um exército nacional e unificação das administrações públicas. Lopez Contreraz deu o primeiro passo em direção a uma ordem mais

¹⁹ Esteban Gil Borges, Ministro de Relações Exteriores de Lopez Contreraz, promoveu esforços especiais na profissionalização do serviço exterior Venezuelano, fixando normas de ingresso e de ascensão a carreira diplomática.

institucionalizada, reconhecendo direitos sociais e políticos, reivindicado pelas novas forças sociais emergentes.²⁰

No âmbito da atuação da diplomacia Esteban Gil Borges, diplomata respeitado no país e exterior, instituiu mudanças relevantes com o aumento da profissionalização do serviço exterior. O governo de Lopes Contreraz foi marcado por intensa atuação no cenário internacional em função dos acontecimentos externos.

2.3 A Influência Militar no Âmbito Político

No governo de mais um militar, o General Isaías Medina Angarita (1941-1945), a noção do estado minimalista irá diminuir de uma vez por todas. A partir da conferência de 1944 entre o setor privado e governo se fundou a Fedécamaras, importante representação do setor privado ligado à indústria e comércio que exerceu influência nas decisões de política externa na Venezuela a partir de então.²¹ Foi no governo de Isaías Medina Angarita que a Venezuela tornou-se um Estado petrolero.

No período da Segunda Guerra Mundial havia um consenso interno ante a necessidade do aumento da jurisdição do Estado. O desenvolvimento econômico e social promove a formação e mobilização de novas forças, grupos e organizações que optam por ocupar um espaço na estrutura de participação política. Isaias Medina Angarita se distanciou aos poucos dos setores gomecista e militarista tradicional. Manteve uma atitude civilista renunciando ao uso, até então sempre consagrado, do uniforme militar, governou com métodos liberais, democráticos e modernizantes. O governo de Isaías Medina procedeu uma política de abertura política significativa mediante a legalização dos partidos Ação Democrática e Partido Comunista Venezuelano, cujos líderes e dirigentes haviam sido perseguidos anteriormente.

A continuidade do processo de profissionalização e aperfeiçoamento técnico do exército que se inicia no governo Gómez, intensificando-se na presidência de Lopez Contreraz teve consequências paradoxas. Conforme aponta Andrés Stambouli (2005, p.30, tradução nossa)²²,

²⁰ A reforma constitucional de 1936 reconheceu os direitos políticos e sociais dos cidadãos, promulgou a primeira lei do Trabalho e, pela primeira vez, instituiu limitação do poder no exercício da Presidência da República delimitando 5 anos de exercício sem possibilidade de reeleição.

²¹ Federação das Câmaras e Associações de Comércio e Produção da Venezuela.

²² Do original em Espanhol.

A profissionalização militar provocou um processo de diferenciação que deu origem a duas tendências com interesses contrapostos nas Forças Armadas. Uma formada pelo setor tradicional gomecista que, apesar da presidência de Medina, ocupavam importantes cargos junto ao governo, sendo que o grau de sua preparação técnica era baixa. A outra tendência representava o novo grupo de jovens oficiais profissionalizados que consideravam a estrutura institucional existente extremamente rígida, pois bloqueava a forma de ascensão das novas promoções na carreira profissional. Reclamavam igualmente das condições precárias destinada aos jovens oficiais se comparadas ao estilo opulento de vida da alta hierarquia.

No âmbito dessas queixas, surge a União Militar Patriótica (UMP). Em 1945, realizou-se o primeiro contato entre o partido Ação Democrática e a União Militar Patriótica, no qual os jovens militares expressaram o seu mal-estar e descontentamento.²³ O trabalho conjunto desses dois grupos levou à tentativa de golpe de 18 de outubro de 1945. Ambas facções de conspiração tinham intenção de levar adiante a total democratização do país. A oportunidade se desfez em função das divisões entre os civis com relação às regras do jogo e suas inabilidades de alcançar o controle civil das forças armadas.

No âmbito da política externa, a Venezuela, no período da II Guerra Mundial, demonstrou solidariedade com os EUA e o continente em geral. A nova posição do país iria modificar um conjunto de instrumentos legais promulgados durante o período da administração anterior que regulamentavam sua posição de neutralidade. Maior cooperação com os EUA nas águas do Caribe foram trabalhadas em virtude das fontes de abastecimento energético fundamentais ao governo norte-americano.²⁴

O fortalecimento do sistema interamericano e dos laços de solidariedade e fraternidade entre as nações do continente em momentos de tantas dificuldades e ameaças foi a posição permanente adotada pela Venezuela durante a gestão presidencial do General Isaias Medina Angarita e pelo então chanceler Caracciolo Parra Pérez. Essa política se manifestará não somente pela participação nos eventos do sistema interamericano mas também pelas constantes viagens presidenciais, inaugurando no país a “diplomacia presidencial direta” de Isaias Medina.²⁵ (MELEÁN, 2006, p. 167-183).

No âmbito dos países andinos, o presidente Medina foi também o primeiro mandatário a fazer uma longa viagem de visita oficial a esses países, no sentido de fortalecer a unidade americana ante a grande guerra. Ante as relações com os EUA, foi a partir desse momento

²³ A União Militar Patriótica foi também fortemente influenciada pela vitória dos aliados na Segunda Guerra Mundial. Muitos dos oficiais mais jovens que haviam treinado nos EUA durante a guerra retornaram com a expectativa de aprimorar o padrão técnico e profissional das forças armadas (TRINKUNAS, 2005, p.37).

²⁴ O alinhamento da Venezuela com os EUA no período da II Guerra não deixava em alguns momentos de considerar os interesses venezuelanos principalmente no mar do Caribe zona vital para Venezuela no período em função de Curacao e Aruba, por ali se encontravam importantes refinarias que processavam o petróleo Venezuelano que ia para os Estados Unidos.

²⁵ Isaias Medina foi o primeiro presidente da Venezuela a sair para o exterior em missão oficial.

que a Venezuela se converteu no primeiro exportador de petróleo e material de ferro para o mercado americano, tornando a relação econômica do país para com os norte-americanos altamente dependente.

As restrições globais em relação ao comércio promovidas pela Segunda Guerra Mundial afetaram seriamente a Venezuela ante a sua dependência econômica com relação ao Petróleo. Houve a diminuição do ingresso de divisas, gerando alta inflação e diminuição do abastecimento e produtos para população.²⁶ Essa situação levou à promulgação do Ato sobre Hidrocarbonetos de 1943, considerado um marco na constituição do Estado petrolero. A promulgação do ato refletia as novas demandas da sociedade civil, uma emergente nova capacidade para ações de regulamentação inovativas no setor público, e o desenvolvimento dos interesses do Estado em detrimento dos interesses das empresas estrangeiras que dominavam o país nessas áreas.

Em 25 de Maio de 1945, instala-se a Terceira Convenção Nacional do partido Ação Democrática que tratou ou para tratar de sucessão presidencial. Com Medina, o sistema de poder se abriu à participação das forças sociopolíticas emergentes ao legalizar o funcionamento dos partidos políticos, começando com o partido Ação Democrática. Por outro lado, houve um racha na base política e militar que sustentava o governo. Medina acabou se afastando dos problemas militares, principalmente os que foram determinantes na conjuntura conspirativa que se estabeleceu antes de sua saída do poder.

Rômulo Betancourt, que sempre havia censurado e reclamado do caudilhismo e do militarismo, como subprodutos da miséria e do atraso, assim como fatores determinantes da opressão e negação dos direitos e liberdades públicas, viu sua mensagem ultrapassar os portões dos quartéis. Acabou por sintonizar com os propósitos de mudanças que se manifestavam na instituição castrense através do movimento de oficiais que instituiu a União Patriótica Militar. A partir disso, um novo governo colegiado se formou, tendo como líder Rômulo Betancourt, além de outros dirigentes como Raul Leoni, Luis Beltrán Prieto e Gonzalo Barrios e os representantes militares Coronel Carlos Carlos Delgado Chalbaud, o Capitão Mario Vargas e o médico Edmundo Fernandez (MELEÁN, 2006, p. 230-237).

O jovem partido Ação Democrática, representante da nova classe média, e alguns militares descontentes com o regime anterior governaram por 15 anos, sendo derrubados a seguir pelas forças armadas. Durante esse período, o governo deu os primeiros passos no

²⁶ A Venezuela nesse momento se tornava dependente de importações como o resultado de uma mudança em direção a uma economia urbana comercial, importando 50 por cento dos alimentos e dois terços dos produtos manufaturados (VALERO, 1994, pg. 43-54).

sentido de demonstrar como a democracia poderia fortificar o estado petrolero ²⁷. O programa multiclasse instituído exigiu um Estado intervencionista, um compromisso refletido na constituição de 1947 ²⁸. Além do mais, o “Trienio”, como era chamado o período de governo rapidamente estendeu o papel do Estado praticamente dobrando o número das empresas estatais e institutos.

Essas mudanças contra as grandes empresas tiveram a prova de ser custosas. Os EUA logo iriam a não dar suporte ao novo regime ajudando a semear uma aliança antidemocrática contra as empresas, deixando com medo as elites econômicas pela rápida organização da classe trabalhadora. A igreja era contra o processo de secularização e outros partidos se alarmavam com a hegemonia do partido Ação Democrática e dos militares. Apesar dos lucros do Estado venezuelano terem em 1948 crescido seis vezes mais, se comparado com os níveis de 1942, chegaram tarde para dar suporte aos esforços do Ação Democrática de permanecer no poder. O partido foi derrubado pelo exército.

Segundo Hokmeister, o populismo implementado pelo partido Ação Democrática utilizou uma linguagem agressiva contra ricos e poderosos, conquistou legitimidade nas camadas mais populares, obtendo, com isso, maioria no parlamento. A abundância proporcionada pela conjuntura petrolera do pós-guerra ajudou a financiar o projeto de ampliação do partido Ação Democrática. Por outro lado, os constantes conflitos entre os atores políticos deram papel preeminente aos militares (HOFMEINSTER, 2002, p.84-85).

A política exterior estabelecida pela junta comandada pelo Ação Democrática logo buscou o reconhecimento internacional da então “Revolução de Outubro”, principalmente aguardando retorno das Embaixadas venezuelanas espalhadas pelo mundo que haviam sido pegadas de surpresa com a instauração do novo governo. A necessidade de um rápido reconhecimento por parte dos EUA foi logo trabalhada. Margatita Lopez Maya (2000, p. 285-286) comenta:

As companhias disseram que desejavam transmitir as suas matrizes qual seria a política do novo governo para com a industria petrolera. Betancourt explicou que não se tratava de nenhuma mudança radical com relação às concessões, nem nenhum tipo de ação precipitada. O Ministro Perez Alfonso, foi quem deu a posição do novo

²⁷ O Ação Democrática instituiria a base programática para aumentar a jurisdição do Estado. O novo partido reformista tinha intenção de unificar os mais necessitados do declinante setor agrário com o novo setor militante da classe operaria petrolera, assim como a emergente classe media industrial de Caracas. O Ação Democrática abraçou a ideologia de disseminação do petróleo como forma de proteger a industrialização semeando alianças entre forças sociais que competiam (KARL, 1997, p. 95).

²⁸ O artigo 73 da Constituição de 1947 garantia ao Estado venezuelano o direito a reservar industrias específicas para si e ao mesmo tempo planejar e racionalizar a produção.

governo afirmando que a Lei dos Hidrocarbonetos era equitativa. A promessa com respeito a lei de 1943 (que equivalia a validação das grandes concessões obtidas até então) foi chave na composição das regras do jogo.

No plano doméstico, entre 1945 e 1947, tanto a facção tecnocrática autoritária quanto a democrática profissional da corporação militar dividiram interesses em evitar rebeliões nas forças armadas, embora por diferentes razões. A última desejava a preservação do governo civil e a modernização da forças armadas. A primeira, estava mais interessada em evitar as rivalidades militares em estabelecer o controle do governo antes que eles mesmos fizessem por si próprios. Os líderes do Ação Democrática falharam em tirar vantagem do que acontecia dentro das forças armadas, na qual poderiam ter adotado a estratégia do dividir para conquistar, atingindo com isso o apaziguamento. O partido Ação Democrática esperava que os militares fossem resolver seus desentendimentos internos de forma a favorecer o partido e a democracia, mas o Ação Democrático deu preferência em apaziguar os oficiais ao invés de intervir nos assuntos militares. Não havia por parte do partido intenção de instituir o debate sobre a necessidade de se estabelecer um plano para a reforma das relações civis-militares (TRINKUNAS,2005, pg. 45-46).

É interessante se observar a falta de capacidade do governo civil na época em gerenciar os assuntos militares, permitindo, assim, que as forças armadas agissem sem constrangimentos. Em consequência, os militares adquiriram controle sobre as posições seniors das forças armadas, fazendo com que os líderes da facção tecnocrática autoritária fossem capazes de implementar medidas de reformas militares que iriam fortalecer a autonomia da instituição e limites jurisdicionais. Todas essas reformas permitiram que os tecnocratas autoritários no alto comando consolidassem o seu controle sobre os oficiais e posições na corporação, fixando poder a partir de um governo civil indefeso.

O erro cometido pelo partido Ação Democrática em corrigir os rumos da Venezuela no sentido de consolidar sua democracia no período exposto deu-se pela abdicação do próprio partido Ação Democrática, naquele momento, em se responsabilizar pela área da segurança.

Os decretos 348 e 349 de 22 de junho de 1946 centralizaram a autoridade sobre a segurança nacional na cadeia de comando das Forças Armadas. Até 1939, as forças armadas tinham sido definidas, tanto o Exército quanto a Marinha, como subordinadas a um controle geral das forças armadas e de generais, enquanto o presidente mantinha a posição máxima de comandante em chefe das forças armadas. Já sobre o decreto 349 o Ministério da Guerra e o Ministério da Marinha foram renomeados como Ministério da Defesa Nacional, sendo a Guarda Nacional e a força policial nacional ambas incorporadas à estrutura da defesa. Essas

mudanças foram cruciais dentro da organização das forças militares venezuelanas no período pois todas as organizações de segurança interna e externa passaram a responder para um único comando. O decreto 349 removeu a missão primeira do Exército e da Marinha com relação ao dever em manter a ordem pública. Instituiu-se aspectos mais coercitivos/militares nas forças de segurança internas em oposição ao papel preventivo e de policiamento (TRINKUNAS, 2005, p. 48-49).

As reformas de 1945 a 1948 nas forças armadas asseguraram o predomínio da vertente autoritária dos militares no poder. Eles desenvolveram uma boa habilidade em manipular os civis, fazendo com que aceitassem suas demandas. As novas regulamentações canalizaram a maioria das interações entre civis e militares pelo Ministro da Defesa, efetivamente impossibilitando qualquer tipo de controle das atividades militares por parte dos civis pois a nova legislação de defesa instituída negava aos democratizantes o controle externo e interno dos assuntos militares.

Em matéria de política internacional, a constituição Venezuelana de 1947 aportava pela primeira vez em um texto constitucional do país as relações internacionais no capítulo IV dos artigos 104 a 108. Também foram fixados os princípios destinados à cooperação com a comunidade internacional em matéria de segurança e defesa, o requisito obrigatório do parlamento para aprovação de acordos internacionais e tratados e convênios celebrados pelo executivo. E ainda a obrigatoriedade de inclusão nos compromissos internacionais assumidos pela República na utilização, pelas vias pacíficas dos mecanismos reconhecidos pelo direito internacional e de solução de controvérsias.

No plano continental, o governo da Junta liderada por Rômulo Bitancourt propiciou melhores relações com os países da região, desenvolvendo ações de cooperação para reforçar a prática democrática pela concertação de mecanismos de proteção aos governos surgidos pela vontade popular frente ao recorrente militarismo que se expandia na região. Impulsionaram-se as relações com os países vizinhos com a criação da Frota Mercante Grancolombiana associada à integração e à necessidade de expansão econômica para o Caribe (MELEÁN, 2006, p. 255-256).

Em 1948, assume Rômulo Gallegos a presidência pelo voto direto. É dada particular atenção aos EUA. Internamente aumentou o distanciamento entre o setor militar e civil, o que permitiu logo o golpe militar. Além disso, uma ruptura entre o Partido Ação Democrática e a Junta Revolucionária do Governo com o partido COPEI (Comitê de Organização Política Eleitoral Independente), o URL (União Republicana Democrática) e o partido Comunista

denunciavam a falta de diálogo com a oposição. Com isso, instala-se aumento à desarticulação civil ante o avanço dos militares.

Apesar da boa relação existente entre Gallegos e o Presidente Truman dos EUA, o crescente clima de guerra fria determinou que o Departamento de Estado visse com indiferença a derrota do governo democrático venezuelano, muito em função de mudanças internas dentro do Departamento de Estado na época que sustentavam a não intervenção em governos da região para garantir, da melhor forma, os interesses americanos, privilegiando a contenção e o combate contra a ameaça da infiltração soviética na região em cima de qualquer consideração ética democrática.²⁹ (PETRASH, 2000, p.110).

Em 1948, é dado novo golpe, assumindo o triunvirato militar que tinha como objetivo imediato buscar o reconhecimento internacional do novo governo que havia se estabelecido a partir da derrubada de um governo democraticamente eleito.³⁰

É perceptível que as políticas e estratégias estabelecidas na formulação da política externa da Venezuela entre os governos de Lopez Contreraz até Rômulo Galegos e o triunvirato militar se concentraram na relação com os EUA ante o seu hegemonismo.³¹ Gallardo define o período como “*subordinação consentida*”, ou seja, o projeto nacional da Venezuela era compartilhado globalmente em seus traços essenciais com a potência dominante no hemisfério. Os caminhos, escolhas e decisões de política externa não eram objeto de escolhas autônomas (GALLARDO, 1999, p. 21).

A partir da ditadura que se estabelece com o General Marcos Perez Jimenez, de 1952 a 1958, uma nova versão do novo ideal nacional é estabelecida. A política externa pretoriana do General Jimenez desenvolveu suas ações utilizando-se de uma diplomacia ativa e também, em alguns momentos, passiva em relação ao comércio, petróleo, segurança e defesa, oscilando entre o clientelismo e a autonomia. O clientelismo dava-se frente aos assuntos de segurança hemisférica e à autonomia frente a questões que envolvessem diretamente o interesse nacional, como as questões de delimitação de fronteiras e defesa dos espaços marítimos.

²⁹ A administração Truman se utilizou do perigo da expansão comunista tanto internamente quando no âmbito internacional para cativar a população no âmbito doméstico para que desse apoio a sua política externa em diferentes partes do globo (SCHULZINGER, 1994, 210-211).

³⁰ O presidente da junta militar era Carlos Delgado Chalbaud que se adiantava a explicar o golpe salientando que o propósito das forças armadas assumirem o poder não era para implementação de uma ditadura militar e sim provisório. O objetivo da junta era convocar nova consulta eleitoral em que todos participariam (MELEÁN, 2006, 291).

³¹ O noção de hegemonia adotada nesse estudo é trazida no sentido de salientar a noção de Projeto Nacional, dado que o ultimo, no caso da Venezuela, se da em referencia direta a subordinação a uma potencia hegemônica – os Estados Unidos da América.

O governo de Marcos Pérez Jiménez praticou um anti-comunismo oportunista, mais pragmático que ideológico, mais circunstancial que permanente e mais utilitário que principista, o que era diferente da maioria dos países latino-americanos com governos militares no poder. A diplomacia era empregada de forma pontual orientada mais para busca de êxitos táticos do que estratégicos (GALLARDO, 1999, p. 147).

O regime militar de Perez Jimenez atingiu um rápido isolamento e perda de apoio por parte da sociedade. O governo chegou a se converter em minoria governante, pois representava seus próprios interesses de se manter no poder, distanciando-se cada vez mais da sociedade e de sua organização de metas. Poucos setores se encontravam representados pelo governo, ocasionando, assim, a perda da base de sustentação, autodefesa e preservação.

De acordo com Stambouli, dentre os atores que contribuíram mais para o isolamento do então regime militar estão: a igreja, em função de ser opositora e beligerante desde o início do governo. Ainda assim, a igreja foi um setor particularmente beneficiado pelas decisões do governo militar nos primeiros anos do regime, mas também a própria igreja foi um setor em que o governo militar demonstrava não ter intenção de conduzir uma boa relação política;³² o setor privado da economia, devido ao forte controle do Estado ante seus lucros, a indústria manufatureira nacional ressentia-se do forte apoio do regime às importações de produtos manufaturados devido à abundante disponibilidade de divisas que facilitavam as importações e o setor agrícola que também não foi atendido devido à diminuição dos créditos governamentais.

O governo privilegiava o setor empresarial estrangeiro em troca de maiores ingressos e apoio diplomático e, ao mesmo tempo, controlava o crescimento das grandes empresas privadas nacionais. Por último, os próprios militares constituíram uma dissidência ante o regime imposto devido, principalmente, a perseguições internas feitas pela polícia política (STAMBOULI, 2005, p. 83 – 101).

A implementação e execução da política exterior nesse período, no que diz respeito aos aspectos jurídico-constitucionais, estava fundamentada na constituição pretoriana de 1953, apoiada principalmente na “Doutrina do Novo Ideal Nacional”.³³ O conteúdo político

³² A igreja se beneficiou bastante nos primeiros anos do regime que a deu tratamento favorável a seus interesses em leis que a beneficiavam na área da educação um setor crucial para os interesses da igreja.

³³ Nos artigos 60, 81, 104,108, 138,162 e198 da Constituição Federal de 1953 se defini as competências exclusivas dadas ao Poder Nacional sobre a matéria de política externa.

filosófico de algumas dessas normas revelam a concepção do regime com relação à política exterior e relações internacionais.³⁴

³⁴ Por regime político se entende o conjunto de instituições que regulam a luta pelo poder e o seu exercício, bem como a prática dos valores que animam tais instituições. As instituições constituem, a estrutura orgânica do poder político, que escolhe a classe dirigente e atribui a cada um dos indivíduos empenhados na luta política um papel peculiar. A estrutura do regime, ou seja, o modo de organização e seleção da classe dirigente, condiciona o modo de formação da vontade política. Por conseguinte, o uso de certas instituições, isto é, o uso de determinados meios para a formação de decisões políticas, condiciona os fins possivelmente buscados: a escolha de um regime implica, em termos gerais, a escolha de determinados valores (BOBBIO, MATTEUCCI, PASQUINO, 2010, p.1081).

Quadro 2 - Resumo das características da evolução histórica da política externa da Venezuela de 1900 a 1958

Período	Prioridades da Política Externa	Ativismo Presidencial em Política Externa	Atores Envolvidos	Ativismo Internacional
Integração Nacional (1900–1936) Cipriano Castro e Juan Vicente Gomez	<ul style="list-style-type: none"> • Negociações das dívidas com potências europeias. • Luta contra intervencionismo externo. • Delimitação territorial 	Alto	<ul style="list-style-type: none"> • Ministério Relações Exteriores. • Militares. • Corporações Petroleiras 	Baixo
A Modernização do Estado (1936–1941) Eleazar Contreras	<ul style="list-style-type: none"> • Cooperação países americanos. • Política de Neutralidade Ativa. 	Baixo	<ul style="list-style-type: none"> • Ministério Relações Exteriores. • Militares. 	Baixo
A Abertura Política (1941-1945) Isaías Medina Angarita	<ul style="list-style-type: none"> • Petróleo. • Concerto Interamericano. 	Alto	<ul style="list-style-type: none"> • Ministério Relações Exteriores. • Militares 	Baixo
A primeira tentativa Democrática, (1945–1948), Junta Revolucionaria/Rômulo Gallegos	<ul style="list-style-type: none"> • Petróleo. • Estados Unidos. • Caribe. 	Baixo	<ul style="list-style-type: none"> • Parlamento. • Ministério Relações Exteriores. 	Baixo
O Desenvolvimentismo Militar (1948 – 1958), Marcos Perez Jiménez	<ul style="list-style-type: none"> • Petróleo. • Estados Unidos. • Países latinos americanos com governos de exceção. • Anticomunismo 	Alto	<ul style="list-style-type: none"> • Militares. • Ministério Relações Exteriores. • Fedecameras. 	Baixo

Fonte: Autoria própria, 2012.

Nota: Elaborado a partir de consultas ao Boletim Del Archivo De La Casa Amarilla, 1997.

O quadro acima indica que, ao longo do período de 1900 a 1958, a política externa da Venezuela não demonstrou ter um forte ativismo internacional. O ativismo da presidência na política externa se dava em função da característica do excessivo personalismo na figura de alguns chefes de Estado, algo com bastante tradição na Venezuela. Será com a abertura

política de 1941 que o petróleo permanecerá de forma constante na agenda de política externa e a relação com os EUA uma constante. Ainda que o excessivo personalismo na figura dos chefes de Estado tenha sido uma constante, a atuação do Ministério de Relações Exteriores se fez presente por meio de diplomatas experientes que conduziam a negociações.

O Ministério de Relações Exteriores de 1941 a 1958 ampliou consideravelmente os gastos, além do número de unidades burocráticas, direções e número de representações em sua estrutura institucional diversificando suas áreas de atuação conforme o quadro abaixo:

Quadro 3 – Divisão de Unidades e Direções do Ministério de Relações Exteriores da Venezuela 1941-1958

Governos	Unidades ou Direções
1941-1945 Isaías Medina Angarita	Cinco direções: Geral, Política, Internacional, Política Econômica, protocolo e Administração e Serviço Consular
1945-1948 Triênio	Sete direções: Geral, Política Internacional, Política Econômica, Administração, Fronteres, Consulados e Protocolo
1948-1952 Junta Militar	Nove direções: Geral, Política Internacional, Organização Internacional, Protocolo, Política Econômica, Administração, Consulados, fronteiras e informação Exterior
1953-1958 Marcos Pérez Jimenez	Nove direções: Geral, Política internacional, Organizações e Conferências internacionais, Protocolo, Política Econômica, Administração, Consulados e Informação Exterior.

Fonte: Autoria própria, 2012.

Nota: Elaborado a partir de consultas ao Boletín Del Archivo De La Casa Amarilla, 1997.

O Ministério de Relações Exteriores passou por um processo de reestruturação, ampliando o número de departamentos. Durante o período do Triênio, essa transformação tornou-se relevante, mas será a partir do governo de Perez Jimenez que a necessidade de ampliação tornou-se essencial diante dos assuntos a serem trabalhos dentro do Ministério considerados relevantes para as relações internacionais da Venezuela e que envolveriam quadros específicos.

Quadro 4 – Número de Embaixadas e de Legações 1953-1957

Anos	N. de Embaixadas	N. de Legações	Representação em Org. Internacionais
1953	21	21	20
1954	23	20	19
1955	25	16	21
1956	25	17	20
1957	42	Sem informação	Sem informação

Fonte: Aatoria própria, 2012.

Nota: Elaborado a partir de consultas ao Boletín Del Archivo De La Casa Amarilla, 1997.

A partir de 1953, o número de embaixadas e a representação da Venezuela em organizações internacionais cresceu. Entre 1956 a 1957, 17 novas embaixadas foram criadas, totalizando 42 em 1957. O aumento do número de embaixadas, mais que de legações, indica a importância que determinados países passaram a fazer para a diplomacia venezuelana.

Quadro 5 – Orçamento destinado ao Ministério de Relações Exteriores de 1935-1956

Ano	Orçamento Nacional (em milhões de bolívares)	Orçamento Ministério Relações Exteriores e % (em milhões de bolívares)
1935- 36	164	4.813.667 - 2,90%
1940- 41	344	6194959 - 1,85%
1945- 46	494	8.002.800 - 1,62%
1947- 48	1214	16.823.712 - 0,98%
1949- 50	1896	19.338.335 - 1,00%
1955- 56	2550	26.379.381 - 1,01%

Fonte: Gallardo, 1999.

Os três quadros acima indicam o aumento no número de departamentos, representações no estrangeiro e dos gastos institucionais do Ministério de Relações Exteriores conforme se aumentava os interesses venezuelanos no mundo. O marco jurídico institucional e organizacional da política exterior de Perez Jimenez apresenta diferenças com relação aos governos anteriores, principalmente nas dimensões mais relevantes da área pública exterior, como o considerável aumento do orçamento do Ministério de Relações Exteriores ante a necessidade de expandir o número de novas direções, missões diplomáticas e representações em organizações internacionais.

O governo de Perez Jimenez disponibilizava, na área das relações exteriores, de um corpo burocrático de profissionais e técnicos qualificados, principalmente mais ligados à área econômica. A diplomacia passaria também a contar com o apoio dos empresários, que surgiram a partir do processo de industrialização e que passavam a servir como executores da política exterior, apesar das dificuldades em influenciar o processo decisório. Como destaca Gallardo (1999, p. 116, tradução nossa)³⁵:

Com respeito aos empresários com o advento do regime perezjimenista, os mesmos já estavam organizados, mas não foi fácil a eles, como já se podia prever, dada sua capacidade de influencia e mobilização, como grupo de interesse da sociedade civil penetrar nos círculos de tomada de decisão com relação aqueles assuntos de seus interesses (econômicos e comerciais) da política exterior.

Esses novos atores ajudaram a fixar as novas concepções e visões que davam suporte à política externa mais autônoma sustentada na necessidade de fazer frente aos constrangimentos e vulnerabilidades gerados pela integração do país à economia mundial.³⁶ A Venezuela, da mesma forma, tentava aproveitar os espaços de manobra no sistema internacional com vista a redefinir a sua própria inserção internacional.³⁷

Em 1958, a Venezuela se encaminha em direção a um governo civil por meio do controle de suas forças armadas. Os defensores da democracia aproveitaram a fragmentação na coesão dos militares, assim como, do nível existente de mobilização por parte da elite, frente à necessidade de um novo regime, era o fim da ditadura. Os partidários da democracia iriam conceber uma agenda de abertura política no sentido de remover as forças armadas da política.

As relações entre o Estado venezuelano e a sociedade civil, a partir de 1958, foram alteradas logo após a caída da ditadura. Os novos atores que surgiram representavam as novas instâncias sociais - a igreja, o empresariado, os partidos políticos, os intelectuais, e grupos militares que não encontraram capacidade de respostas as suas inquietações no governo ditatorial. O processo de centralização de poder fixado por Perez Jimenez levou a uma situação de divórcio radical entre o Estado e a sociedade.

³⁵ Do original em Espanhol.

³⁶ Os membros de grupos de interesse não têm responsabilidade formal sobre as decisões de política externa e sua ação é articulada por meio da oferta de informação aos atores políticos no legislativo e no executivo, mas a análise de suas crenças são importantes pois indiretamente influenciam o legisladores e os membros do executivo.

³⁷ O cenário regional latino americano no período estará dominado por ditaduras e governos civis, pela política norte americana, fixada no marco da guerra fria e do conflito ideológico, geopolítico e militar contra o comunismo. A prioridade é a contenção, traduzida nos planos de segurança e defesa para enfrentar a infiltração comunista nessa parte do mundo.

Os novos atores em um ato de vontade política negociadora concentraram suas particularidades em função da construção de um consenso político nacional que permitiria estabilizar a democracia representativa de maneira inédita até então.

O Pacto de Punto Fijo foi subscrito um pouco antes das eleições de 1958 por três dos quatro partidos da época AD (Ação Democrática), COPEI (Comitê de Organização Política Eleitoral Independente) e URD (União Republicana Democrática). Foi o reconhecimento da presença, atuação e interesse de todos os setores participantes que o Pacto de aliança decidido pelos envolvidos teve aceitação. (STAMBOULI, 2005, p. 125-125).

Por este acordo, os partidos de esquerda foram excluídos do pacto democrático e também os militares. Na época, havia sido então criado uma aliança entre os partidos AD, COPEI e URL. O Pacto de Punto Fijo dividia o poder entre esses partidos, operando em forma de Redes patronais multiclasse.³⁸ Esses partidos tinham dificuldade em reunir-se acabando por ficar isolados. Depois de um período inicial de incertezas, marcadamente pelos desafios e anti-insurgências da esquerda ou da direita, a democracia pós-1958 tornou-se estável sob o domínio de dois partidos dominantes que competiam o AD e o COPEI (MCCOY ; MYERS, 2004).

O acordo que instituiu o sistema democrático a partir de Punto Fijo estava sustentado sob duas bases: primeiro, na fixação da renda petrolífera para as necessidades de demandas setoriais, corporativas e privadas dos principais atores da cena política, o que incluía parte da organização militar e, segundo, a própria nova engenharia política institucional. A nova estrutura institucional, que estava sendo constituída a partir das regras eleitorais encaminhava a predominância dos dois maiores partidos o *Acción Democrática* e o *COPEI* que passariam a dividir o poder com alternâncias durante quarenta anos³⁹ (OLIVEIRA, 2011, p. 41).

O Pacto de Punto Fijo foi o instrumento fundamental para resolução da crise de governabilidade da sociedade venezuelana. O pacto contemplava a substituição das pautas de confrontação interpartidistas que caracterizaram a experiência democrática fracassada do triênio de 1959 a 1969. O novo sistema de conciliação estabelecia um compromisso entre as

³⁸ Os acordos estimulados no Pacto de Punto Fijo foram previstos em cinco documentos. O primeiro foi o comunicado feitos pelos líderes do AD, COPEI e URD no exílio na cidade de Nova York. O segundo documento era o *Avenimiento Obrero-Patronal* (Acordo entre trabalhadores e patronato) assinado em abril de 1958 pela ala trabalhista dos quatro partidos políticos, incluindo o partido comunista venezuelano e a Federação de Negócios. Os partidos, o empresariado e a igreja concordaram com o terceiro e quarto documentos pouco antes das eleições nacionais de 1958. O ultimo documento a Declaração de Princípios e o Programa Mínimo de Governo instituiu limites a política econômica entre o Setor Público e o Privado (MCCOY ; MYERS, 2004, p.17).

³⁹ De 1958 a 1998 a presidência da Venezuela foi comandada: pelo *Acción Democrática* por Rômulo Bettancourt (1958); Raul Leoni (1963); Carlos Andres Perez (1973) e Jaime Lusinchi (1983); e pelo *COPEI* com Rafael Caldera (1968) e Luis Herrera Campis (1978).

forças sociais heterogêneas, encarregadas de manter a coesão social e assegurar a estabilidade da nova conformação política que se estruturava.⁴⁰ É importante se destacar que o processo de conciliação não esteve livre de contradições. O Partido Comunista da Venezuela e o Movimento de Esquerda Revolucionária acabaram excluídos do Pacto, sendo levados à luta armada. O movimento guerrilheiro acabou fracassando, sendo os seus protagonistas reincorporados à vida política legal no país.

No âmbito do sistema internacional, os Acordos de Punto Fijo fixaram a posição da democracia venezuelana no contexto de Guerra Fria. Rômulo Betancourt, que durante muito tempo foi crítico com relação à política norte-americana para América Latina, tornou-se, para os EUA, um aliado necessário. A preocupação com a possível contaminação pela revolução cubana em direção à região do Caribe levou Betancourt e outros membros da elite, que davam suporte ao acordo, em ver o comunismo cubano como uma imediata ameaça.

Os presidentes Dwight Eisenhower e John Kennedy sinalizavam uma nova política dos EUA com relação às democracias na AL como uma alternativa viável à expansão do comunismo na região. Essa mudança da posição americana em distanciar-se das ditaduras anti-comunistas deu espaço para que a esquerda democrática, como a liderada por Betancourt na Venezuela, se colocasse ao lado de Washington contra Havana e Moscou (MCCOY ; MYERS, 2004. p.19).

A nova constituição de 1961 tentou colocar fim ao comportamento de polícia do Estado instituída no período da ditadura inserindo garantias aos direitos humanos, à religião e o direito ao Hábeas Corpus. A constituição de 1961 dava destaque à função social da propriedade, direitos econômicos à nação e o papel do Estado em supervisionar o progresso nacional.

2.4 O ativismo da inserção internacional dos anos 60 aos 70

A estrutura do processo decisório na política externa da Venezuela era caracterizada a partir do Pacto de Punto Fijo, como um conjunto de estratégias concebidas desde o seio das

⁴⁰ O modelo de setor privado instituído na era do Pacto de Punto Fijo originou-se de duas importantes mudanças no meio dos anos 30. A primeira, a abertura democrática incluía duas dimensões: uma maior participação de grupos da sociedade civil, incluindo setores da elite privada e o desenvolvimento institucional. O desenvolvimento institucional ocorreu, como já mencionado anteriormente, quando o Estado estabeleceu a profissionalização dos militares e criou um importante número de instituições públicas. Enquanto isso, os trabalhadores, com ajuda dos partidos políticos constituíram a Confederação dos Trabalhadores de Venezuela (CTV). Alguns anos depois os interesses do setor privado formou uma confederação de negócios a FEDECAMARAS. A segunda mudança refletiu o aumento da importância do setor do petróleo (MCCOY ; MYERS, 2004, p. 76-77).

organizações partidárias, e também com intensa participação do executivo que controlavam o poder até então. Identifica-se que as grandes linhas da política exterior venezuelana nesse período correspondem às bases pragmáticas dos partidos que integraram o Pacto, nas quais, a sua vez, respondem aos fundamentos ideológicos da Social Democracia, ideologia dominante na democracia da Venezuela no passado. De acordo com Brito (2003, p.78):

A partir dos anos oitenta, a política exterior ensaiou uma revitalização de seus elementos constitutivos centrais, perfilando-se como uma política de Estado e não como um conjunto de estratégias concebidas desde o seio de uma organização partidista. Essa tendência se verificou no governo de Jaime Lusinchi (1984-1989) quando seu Plano para Nação se desliga daqueles condicionamentos tradicionais. Também no governo de Carlos Andrés Pérez (1989-1993), ainda que o hiperativismo presidencial tenha-se manifestado principalmente com Pérez.

Os fins permanentes de interesse nacional correspondentes à política exterior da etapa da chamada democracia pactada (1959-1999) estavam fixados na constituição de 1961 junto ao seu preâmbulo.⁴¹

Para Maria Tereza Romero, é a partir de 1958 que a Venezuela passará a ter uma ação para o exterior mais coerente e estruturada, quando então o país executará uma política exterior de Estado.⁴² Mesmo ocorrendo mudanças de objetivos, de ênfases e estilos de cada um dos governos que se sucederam entre 1958 a 1999, em que pese também as transformações nacionais, regionais e globais acontecidas durante o período, o país, durante a chamada era democrática, teve uma relativa continuidade em sua atividade internacional. Nessa mesma linha de pensamento trabalham os autores venezuelanos Romero (2009), Carlos Gueron (1991), Eva Gueron (1992) e Elsa Cardoso (1992) (ROMERO, M., 2009, p. 27).

De acordo com Romero (2009), o período da chamada etapa democrática é quando a política externa da Venezuela estabelece fins permanentes de caráter internacional a partir da constituição da república sob um projeto político e um modelo de desenvolvimento econômico acordado entre a maioria da população.

O que se identifica no período da chamada etapa democrática é que a política exterior refletiu os interesses permanentes do Estado venezuelano identificado nas duas múltiplas

⁴¹ Salienta o preâmbulo da constituição de 1961 que a República da Venezuelana deseja cooperar com as demais nações, de modo especial, com as repúblicas irmãs do continente, sob os fins da comunidade internacional, sobre a base recíproca de respeito a soberania, a autodeterminação dos povos, a garantia universal dos direitos individuais e sociais da pessoa humana, o repúdio a guerra de conquista e de predomínio econômico como instrumento de política internacional (Constituição da Venezuela de 1961).

⁴² A Política Exterior responde, essencialmente aos fins permanentes que são os objetivos nacionais de longo prazo que a inspiram, se constitui o ideal no qual se quer chegar e cuja formulação geral de longo prazo está orientada pelo interesse nacional.

identidades, como um país que luta pelo desenvolvimento, considerado democrático, rico em petróleo e ocidental.⁴³

A maioria dos autores venezuelanos divide a etapa democrática em duas ou três etapas de política exterior (Romero, C., 2003, Romero, M., 2009, Gueron, 1992, Cardozo, 1992). São elas: de 1958 a 1967, quando a política externa da Venezuela teria se concentrado na busca da consolidação da democracia, tanto no âmbito doméstico quanto no regional, na impulsão do processo de substituição de importações, na promoção da constituição da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo), mantido uma relação de proximidade com os EUA, e defendido com firmeza a Doutrina Betancourt⁴⁴ e igualmente a defesa da segurança regional e nacional frente ao perigo da relação cubano-soviética.

De 1967 a 1980, a política exterior teria a preocupação de respaldar as conquistas da estabilidade democrática de que tinha experiência, ampliava os temas de política exterior para os econômicos de integração, com participação na ALADI (Associação Latino Americana de Integração) e também junto ao Pacto Andino (hoje Comunidade Andina de Nações), maior atuação junto à OPEP e retomava o tema do controle de suas fronteiras.

De 1980 a 1988, a política exterior venezuelana teve seu ativismo diminuído muito em função da queda dos preços do petróleo, ante as dificuldades em relação à dívida externa, à desvalorização da moeda venezuelana e alguns desacordos, principalmente depois de 1983, em função de tensões políticas internas. O país optou por uma atuação mais regional, apoiando, inclusive, dirigentes e partidos de centro organizados na região (ROMERO, C., 2003. p. 165-166).

O governo de Rômulo Betancourt (1959-1964) inicia com um relativo bom quadro de governabilidade. A moderação foi uma característica desse governo, buscando o entendimento com as elites empresariais e militares. O projeto de governo foi desenhado em cima do Plano de Barranquilla de natureza social democrata em 1931.⁴⁵

Rômulo Bitancourt instituiu através da ideologia preconizada pelo partido Ação Democrática uma política exterior que deveria responder e contribuir com a manutenção da

⁴³ Essas identidades vão variar conforme os governos no poder desde o início do processo democrático, também no sistema político venezuelano e frente a conjuntura que se apresenta no sistema internacional.

⁴⁴ A Doutrina Betancourt foi instituída na presidência de Rômulo Betancourt e tinha como propósito o não reconhecimento dos governos de exceção que surgiam na América Latina e no Caribe.

⁴⁵ O Plano Banrranquilla era um documento analítico com orientação anti imperialista, contra a prática do latifúndio e era nacional revolucionário. O documento fazia uma análise da realidade venezuelana ante questões como a aliança com o capital estrangeiro e o latifúndio. Foi a partir desse documento que Rômulo Bitancourt enfrentará uma relação de conflito com os comunistas. O partido Ação Democrática nasceu a partir desse documento. O documento também afirma a necessidade dos partidos políticos na Venezuela desempenharem um papel fundamental nos processos de mudanças para o país (FRACISCO, 2007, p. 28-29).

paz mundial, da harmonia e amizade entre os povos do continente, a defesa do princípio da igualdade soberana dos povos e do direito destes de conduzirem seus próprios caminhos. A ideologia preconiza ainda uma política audaciosa e ousada para a América Latina na busca pela integração política e econômica, assegurando a permanência das instituições e dos valores democráticos (MAGALLANES, 2009, p.341)

A consolidação da democracia se fez presente nos discursos levados por esse governo nos principais fóruns multilaterais. Conforme aponta Romero (2009, p. 38-39, tradução nossa)⁴⁶,

Foram muitas as iniciativas e posicionamentos que o governo venezuelano tomou na ONU entre 1959 e 1964, em particular com relação com o fortalecimento da democracia no mundo e em torno da defesa do princípio de não intervenção na OEA a atuação da Venezuela se inspirou nos princípios básicos do fortalecimento da democracia representativa e o repúdio aos governos que chegaram ao poder através de golpes de Estado, assim como o fortalecimento do sistema interamericano e sua ordem jurídica.

As ações desenvolvidas e trabalhadas pela diplomacia venezuelana nesse período difundiam e davam personalidade à Doutrina Betancourt que promovia e defendia fortemente a democracia na América Latina. A Venezuela, desde 1959, lutava dentro da OEA para que se estabelecesse um sistema de não reconhecimento dos países que adotavam regimes de exceção. Os países vizinhos seriam os principais alvos, como, por exemplo, Cuba e República Dominicana. O governo adotava essa prática muito em função de preservar a própria democracia dentro da Venezuela depois de anos de ditadura.

A política externa de Betancourt também atuou na região do Caribe contra as ditaduras de Trujillo na República Dominicana e de Fidel Castro em Cuba. O governo nesse momento reclamou a devolução da Guiana Esequiba, pedindo a revisão do Laudo Arbitral de 1899 que havia sido direcionado à Guiana Britânica.⁴⁷

Também foram realizadas ações que promoveram a integração das regiões fronteiriças com a Colômbia e o Brasil, além de ações direcionadas ao tema da integração econômica regional com o início de consultas no âmbito nacional para o ingresso na Associação Latino-Americana de Comercio (ALALC). Já a relação com os EUA ganhou novos parâmetros sendo conduzidas de forma mais realista e sem submissões e alinhamentos diretos (GUERON, 1984, p.360).

⁴⁶ Do original em Espanhol.

⁴⁷ A Venezuela reivindicava 159.500 km quadrados sobre o território da região do Esequibo, assunto até hoje gera discussões com relação à perda de soberania.

A diplomacia do petróleo teve forte atuação no governo Betancourt consciente de que a Venezuela era um país de importância em termos de produção, o interesse em defender preços mais vantajosos e regulamentação da oferta no mercado mundial foi trabalhado junto à OPEP. A iniciativa só teria êxito dez anos mais tarde (GUERON, 1992, p. 48-49).

Também é a partir dos governos democráticos que os órgãos oficiais passaram a exercer mais influência no delineamento da Política Exterior. Além do Executivo e do Ministério de Relações Exteriores, o Ministério de Minas e Hidrocarburos, o Ministério de Assuntos Econômicos, o Banco Central, o Conselho de Segurança Nacional e Defesa e o Parlamento (EWELL, 1982, p. 296).

Um novo aspecto da representação de interesses no período democrático se deu através do estabelecimento de uma rede semi-corporativista de comissões e organizações. Padrões de acesso ao processo de decisões junto ao Estado que haviam sido desenhados no período do Triênio foram gradualmente sendo institucionalizados especialmente no setor estatal de empreendimentos. Pela primeira vez, associações privadas tinham status público formal. O regime democrático passava a fornecer status legal aos interesses no processo decisório desses setores que haviam dado suporte à transição para democracia, especialmente o setor de negócios através da Fedecamaras e dos trabalhadores na CTV e em alguns grupos profissionais.⁴⁸

O governo de Raúl Leoni (1964-1969) desenvolveu uma política externa que não se distanciou muito da preconizada pelo governo anterior, mas deu mais amplitude e flexibilidade a ela sob um viés mais economicista. A nova etapa de industrialização que se dava na Venezuela, e como um todo, na América Latina, sob as bases do processo de substituição das importações exigia a diversificação das exportações. A diversificação das relações político-diplomáticas se tornará uma necessidade.⁴⁹ De acordo com Maria Tereza Romero (2009, p. 52, tradução nossa) “[...] certamente a influência de uma concepção governamental mais moderna e aberta foi um fator significativo no desenho e instrumentalização de uma política mais pluralista e relativamente diferente da anterior”.

A política internacional traçada pelo governo de Raul Leoni continuou e expandiu as linhas estratégicas definidas no projeto social democrata do partido AD iniciado em 1958.

⁴⁸ É importante lembrarmos que os atores políticos também são influenciados pelas preferências dos grupos de interesse. Esses grupos, dependendo do grau de abertura do governo para o diálogo, assim como, das variáveis institucionais e do tipo de regime podem influenciar nas decisões governamentais (FIGUEIRA, 2011).

⁴⁹ O cenário internacional desse período indicava importantes mudanças como o desenvolvimento do multilateralismo, a distensão e o processo de descolônização. Ainda que na América Latina a administração de Lyndon Johnson nos EUA mantinha a rigidez da Guerra Fria no espaço da América Latina limitando as áreas de manobras mais autônomas dos países da região.

Apesar da relativa continuidade dada na implementação de sua política externa com relação ao governo anterior percebia que a Doutrina Betancourt acabava por restringir potenciais mercados para produtos venezuelanos, por isso da necessidade de ampliar as relações principalmente em relação aos países da América Latina. A doutrina Betancourt passou a ser percebida no âmbito da elite governamental como uma ação que não conseguia dissuadir tentativas de golpes militares na região. Como bem expressa novamente Maria Tereza Romero (2009, p. 59, tradução nossa)⁵⁰,

Este relaxamento que o governo Leoni outorgou a Doutrina Betancourt se deu em função de seu governo e a opinião pública venezuelana começaram a perceber claramente que com essa política não se lograva a dissuadir realmente os intentos de golpe de Estado na região, e que esta fórmula, definitivamente, não seria adotada no seio da OEA, já que a maioria dos países latino-americanos, começando pelo México, a consideravam intervencionista, já que ela não respondia as novas circunstâncias do país, onde a democracia representativa já estava praticamente consolidada.

A relação com os EUA durante o governo Leoni se deu em termos amistosos com alguns pontos de divergência. O governo americano tolerava alguns passos considerados mais agressivos por parte do governo venezuelano no sentido de ter maiores lucros com a exploração do petróleo.⁵¹ A hostilidade que o governo venezuelano exercia perante o governo de Fidel Castro levava o governo norte-americano a tolerar alguns posicionamentos mais autônomos por parte da Venezuela dentro da lógica “o inimigo do meu inimigo é meu amigo”. Da mesma forma, a dependência por parte dos Estados Unidos do petróleo venezuelano levava a uma maior tolerância da parte do governo norte-americano (CLEM ; MAINGOT, 2011, p. 4).

Entre 1969 e 1974, o governo de Rafael Caldera instituiu uma política ativa e universalista de abertura orientada ao fortalecimento dos vínculos político – diplomáticos e econômicos da Venezuela. Isso levou ao aumento da diversidade tanto ideológica quanto geográfica no âmbito das relações do país. Estava claro para o governo Caldera que a Doutrina Betancourt não tinha mais espaço e que havia sido muito prejudicial à Venezuela.⁵²

⁵⁰ Do original em Espanhol.

⁵¹ A Venezuela adotava frente aos EUA uma posição de defesa em matéria de cotas e de estabilidade do mercado do petróleo. Ainda assim, na OPEP, a decisão da Venezuela em não contribuir para utilização dessa organização como instrumento político contribuiu a estabelecer a confiança americana.

⁵² O Quarto Plano da Nação, instituído entre 1970 -1974 traçava as estratégias de desenvolvimento do setor externo venezuelano, no sentido de promover as exportações. Os objetivos da política comercial estavam encaminhados especialmente em melhorar as condições das exportações petrolíferas e reduzir a dependência mono exportadora. As metas do Plano, em matéria de comércio internacional, apontavam ao incremento das exportações tradicionais. Para atingir essa meta era necessário uma política mais ativa em matéria de integração econômica (MENDOZA, 2004, p. 29).

No âmbito do sistema internacional, a América Latina transitava pelo nacionalismo econômico refletida no governo Allende no Chile, a ditadura militar no Peru, a descolonização e o ativismo internacional dos países de língua inglesa da região do Caribe e o fortalecimento institucional da revolução cubana e sua relação com a União Soviética. Rafael Caldera, nesse contexto, promoveu uma maior aproximação com novos países do Caribe, vislumbrando os interesses venezuelanos na região.

A Venezuela, desde 1958, mas, especialmente, a partir da década de 1970, desenvolveu uma percepção para a região do Caribe como uma zona vital para seus interesses estratégicos e econômicos, o que estimulou uma diplomacia ativa para essa região. No governo de Rafael Caldera, a Venezuela adquiriu maior influência na região. Mesmo antes da chegada ao poder de Hugo Chaves, vários governos utilizaram dos recursos petrolíferos como um instrumento para impulsionar as relações com o Caribe, como a utilização de mecanismos, como o Pacto de São José que previa a assistência petrolífera à região, além de acordos na área cultural (SERBIN, 2006, p.80).

Da mesma forma, o governo firmou o Protocolo de Puerto España a fim de congelar por doze anos a controvérsia sobre a reclamação venezuelana do território de Ezequibo. Também promoveu com a Colômbia o encaminhamento de negociações para resolver disputas em águas marítimas no Golfo da Venezuela. O governo acabou promovendo a entrada da Venezuela no Pacto Andino via Acordo de Cartagena (ROMERO, C., 2004, p.246-247).

No âmbito doméstico, se registrava relativa estabilidade no cenário político-econômico, apesar de ter ocorrido alguns conflitos sociais envolvendo estudantes e também desentendimentos entre os partidos políticos. O governo de Rafael Caldera venceu as eleições presidenciais com uma margem de votos pequena e também não contava com maioria no parlamento, o que gerava uma situação de vulnerabilidade política.

O Ministério de Relações Exteriores teve um papel importante, a partir do governo Caldera, diante do aumento da complexidade das relações externas do país, ainda que o executivo tivesse forte influência na condução sobre elas. O ministro de relações exteriores de Caldera, Aristides Calvani, foi influente na condução dos interesses estratégicos da Venezuela, principalmente para região do Caribe. A preocupação com o expansionismo do Brasil e a manutenção da estabilidade no Caribe foram traços marcantes da política externa do período. Como expressa Amado Cervo (2007, p.192).

O vetor da política exterior venezuelana era, então movimentar os grandes recursos de petróleo para projeção do país no hemisfério. A ressurreição do pensamento de Bolívar pelos meios intelectuais e de imprensa de então dava respaldo intelectual a tal política de raiz petrolífera de querer assumir “a posição permanente de porta bandeira dos latino americanos”. Essa ambição era cerceada, contudo, no entender da oficialidade venezuelana, pela preeminência que o dinâmico crescimento econômico brasileiro derramava sobre a América do Sul. O presidente Rafael Caldera fora a Buenos Aires com o intuito de entrelaçar os dois países como contraponto à expansão brasileira.

O governo de Carlos Andrés Perez (1974 a 1979) promoveu uma diplomacia bastante dinâmica e considerada por alguns autores venezuelanos como excessivamente ativista (ROMERO, C., 1992; HARDY, 1991). Esse ativismo foi o reflexo de uma mudança que não se traduziu no fortalecimento da influência do Ministério de Relações Exteriores e nem de uma estrutura governamental mais sólida e coerente. Será nesse período que haverá um fortalecimento do papel presidencial na dimensão exterior com relação à formulação de políticas que se considera mais simples e esquemática, em geral, fixadas por uma visão considerada terceiro mundista e simplista, havendo uma redução por parte dos atores envolvidos na análise da complexidade da política exterior.⁵³ (ROMERO, M., 2009, p. 82)

A volta do Ação Democrática ao poder promoveu ações nacionalizantes no setor do petróleo. A Venezuela nacionaliza a PDVSA (Petróleos de Venezuela Sociedade Anônima), tornando-a um modelo de companhia estatal. Nesse período, o país havia se tornado o terceiro país exportador de petróleo para os Estados Unidos. O governo Perez se utilizou da crescente produção do petróleo para ressuscitar o sonho Bolivariano de unidade hemisférica. Da mesma forma, no período, o governo procurava exercer influência em algumas regiões da América Latina e Caribe a partir da assistência financeira a bancos e agências de financiamento.

As iniciativas de política externa de Perez não se limitaram à assistência financeira nas áreas de interesse para o país, mas também iniciativas geopolíticas que incomodavam Washington. O apoio ao ingresso de Cuba na OEA, a iniciativa de suporte e financiamento junto ao SELA (Sistema Econômico Latino-Americano), que incluía Cuba e deixava de fora os EUA e o apoio de Caracas ao governo do Panamá ante as negociações com os EUA com relação ao Canal foram exemplos (CLEM ; MAINGOT, 2011, p. 5).

A administração Perez, em cinco anos, iria receber mais impostos fiscais que todos os outros governos venezuelanos desde 1917 combinados. O salto da produção e renda do

⁵³ O problema da percepção também é importante para a análise decisória. Os atores envolvidos com o processo decisório na política externa venezuelana sofrem a influência dos processos cognitivos, ou seja, a maneira no qual as informações são percebidas pelos atores e transformadas em escolhas. Existe um hiato entre o mundo considerado real e a visão que o dirigente faz desse mundo, diferença que pode conduzir a uma compreensão equivocada da realidade e a decisões inadequadas.(JERVIS,1976).

petróleo expandiu a jurisdição do Estado e enfraqueceu a sua já frágil autoridade, pois, ao mesmo tempo que o bom momento econômico proporcionado pelo petróleo criava novos papéis e responsabilidades para o Estado, minava qualquer eficácia que tinha sido previamente adquirida, assim como a legitimidade do pacto democrático. O boom do petróleo naquele momento não permitiu enxergar as consequências desastrosas duas décadas depois. A combinação da “bonanza” do petróleo e a massiva vitória eleitoral de Pérez promoveram a noção de que o governo tinha recursos econômicos e políticos para alcançar qualquer coisa que desejasse.⁵⁴

O “boom” econômico provocado pelo petróleo transformou instantaneamente a estrutura institucional do processo decisório na Venezuela. O impacto desse processo na economia doméstica foi bastante forte. Entre 1972 a 1975, a renda fiscal do país mais que triplicou. Em 1976, a renda per capita chegava próximo a da Alemanha ocidental e era duas vezes maior que a da Itália. Ainda assim, o bom momento econômico provocado não foi o único fator que ocasionou mudanças no processo de tomada de decisão institucional. A vitória expressiva de Pérez nas eleições de 1973 alterou a distribuição de poder, diminuindo a necessidade de interação entre o Congresso e o Executivo.⁵⁵ (KARL, 1997, p.122)

A forte personalidade do presidente da república, muito diferente da geração anterior de líderes que compunha o partido Ação Democrática, reforçou facções dentro do partido. Pérez se distanciou dos profissionais do partido, diminuindo suas obrigações com ele, criando assim a sua própria legião de lealdades. O personalismo trouxe a volta do discurso do sonho da “Grande Venezuela”. Pérez se utilizou, constantemente do uso de símbolos Bolivarianos salientando a visão de que ele era o líder capaz de conduzir o país à modernidade.

A administração de Luis Herrera Campis (1979-1984) implementou uma política externa que foi o reflexo de mudanças no âmbito interno e internacional que ocorriam naquele momento.⁵⁶

⁵⁴ O aumento dos preços do petróleo em quatro vezes entre 1973 a 1974 foi sem precedentes na história da Venezuela. Entre 1973 e 1975 a média do preço do petróleo por barril pulou de \$2,10 para \$ 10.90 dólares, um aumento de 419 por cento. A renda fiscal por barril exportado de petróleo aumentou de \$1,65 para \$9,68 no mesmo período, um aumento de 587 por cento. As reservas internacionais saltaram de \$ 1,7 bilhões para \$ 8.9 bilhões (VENEZUELA, 2011a).

⁵⁵ Até 1973 cada presidente era forçado a negociar e assumir compromissos com o Congresso. Apesar do Congresso ser considerado fraco, sua força, em cada administração, estava sustentada pelas coalizões instituídas (KARL, 1997, p.121)

⁵⁶ No âmbito internacional o cenário era de volta do realismo de Ronald Regan implementado pela política externa norte americana em função ressurgimento da guerra fria. No âmbito domestico marcava o inicio da crise econômica que afetava o modelo de desenvolvimento econômico que não podia mais ser sustentado pelo Estado. O peculiar caráter social do Estado Venezuelano se via perigosamente diminuído, empurrando pela primeira vez desde 1958 organizações sindicais tomarem as ruas. O acordo básico entre as elites econômicas e os grandes partidos entraram em colapso devido a desacordos em questões relativas as política

O governo de Campis manteve a relativa continuidade as ações de política externa dos últimos dois governos anteriores, principalmente focadas para a América Latina. As relações com a Colômbia e a Guiana tiveram uma maior atenção ante decisões tomadas por parte do governo venezuelano com relação a questões fronteiriças. Maria Tereza Romero (2009, p. 104, tradução nossa)⁵⁷ explica com relação a esta questão do delineamento de fronteiras,

Foi um marco na história da política exterior venezuelana pois pela primeira vez um governo apresentava a opinião pública nacional (meios de comunicação social, aos dirigentes máximos dos partidos, cúpulas militares e empresariais) a discussão de um projeto de acordo internacional considerado importante para sua discussão e análise. Até então projetos dessa natureza permaneciam em confidencialidade; somente sendo consultados setores críticos da sociedade quando muito necessário.

A prioridade foi principalmente centrada na região do Caribe, considerada pela Venezuela como a região de importância absoluta na área da segurança e da necessidade de uma presença efetiva mais forte para conter a influência cubana que se dava na América Central na época. O governo de Luis Herrera Campis demonstrou sinais de ativismo e ideologização da política externa, pois influenciou abertamente governos de tendência democrata cristã da região, assim como combateu posturas anti-democráticas. A segurança regional tinha importante relevância frente à nova ordem econômica internacional que se conformava, por isso da necessidade da diplomacia do país em manter sua presença geopolítica nos estados que compunham sua zona de influência e de visualizar sua segurança como forma de resguardar sua soberania nacional (FERNANDEZ, MANZUR, SANGRONI, 2005, p.9).

Elza Cardoso (1989, p. 2) classifica a política externa de Herrera Campis de “diplomacia de projeção” em contraposição à “diplomacia reativa” do governo Pérez. Além da já mencionada influência exercida na região da América Central, a autora destaca a reativação da política externa venezuelana para o Pacto Andino.⁵⁸

exterior e de política econômica. A sociedade subsidiada e protegida que esperava cada vez mais de um Estado que podia oferecer cada vez menos se tornou sem iniciativa em idéias criadoras. Havia necessidade de se instituir um novo modelo de pacto democrático (STAMBOULI, 2005, p.144-145).

⁵⁷ Do original em Espanhol.

⁵⁸ A Venezuela desempenhou importante participação nesse período junto ao Pacto Andino, principalmente em ações que visavam promover a democracia dos países que compunham o bloco. Exerceu forte influência na época para constituição e instrumentalização de uma política externa comum dos países membros do Pacto Andino, atuando como Grupo Andino que nasceu em Maio de 1979, ocasião do décimo aniversário do processo de integração regional andino (ROMERO, 1981, p.51-71).

Mesmo ocorrendo algumas divergências, a relação com os EUA deu-se sob a ótica do governo como uma relação de aliança estratégica com o governo de Ronald Regan.⁵⁹

2.5 O Declínio do Modelo Político de Conciliação de Elites e os reflexos nas ações externas

A administração de Jaime Lusinchi (1984-1989) trouxe a clara percepção de que o modelo político-econômico instituído desde o Pacto de Punto Fijo apresentava sinais de esgotamento. A partir dessa percepção, se cria uma Comissão Presidencial para a reforma do Estado, chamada de COPRE, com o propósito de avaliar os êxitos do modelo estabelecido como projeto nacional a partir de 1959, que havia sido compartilhado por todos os atores do sistema político do momento, como empresários, militares, partidos políticos, grêmios, sindicatos e igreja. O modelo de “Estado rentista” chegava ao fim.

A política externa nesse período ficou condicionada a compromissos políticos e à instabilidade econômica. Os preços do petróleo congelados afetaram a agenda de política externa do Estado que privilegiava reformas internas. Nesse sentido, as ações de política externa utilizadas por esse governo se distanciaram da utilização de instrumentos econômicos persuasivos pois dependiam da disponibilidade de recursos econômicos (FERNANDEZ; MANZUR; SANGRONI, 2005, p.10).

A diplomacia implementada por Jaime Lusinchi foi considerada de baixo perfil, apontada como realista e moderada se comparada com as ações desenvolvidas pelos governos anteriores. Os discursos em relação à nova ordem internacional desenvolvidos na ONU, que antes defendiam o diálogo norte-sul, foram substituídos pela situação econômica dos países em desenvolvimento. Manifestações mais ousadas se deram junto à OEA ante a crise na Nicarágua e a intervenção norte-americana, que causaram desagrado à Venezuela. O OEA vivia um momento de perda de credibilidade. A Venezuela defendeu mudanças salientando a importância da democracia representativa e do princípio de não intervenção.⁶⁰ (ROMERO, M., 2009, p.120).

⁵⁹ A Venezuela participou do Plano militar para o Caribe desenvolvido pelos EUA no qual tinha o propósito fundamental de limitar a influência cubano-soviética na região.

⁶⁰ A partir do início da década de 80 percebia-se os sintomas dos fatores negativos que se davam nas relações interamericanas. O modelo de desenvolvimento trouxe a crítica das políticas exteriores dos países da região. As dificuldades econômicas de grande parte das nações da América Latina, a instabilidade das instituições, a substituição dos regimes de força e a Guerra das Malvinas despertaram nas nações sul-americanas para necessidade de um maior consenso ante os posicionamentos políticos (CERVO, 2007, p.199).

O governo Lusinchi ainda deu continuidade ao plano de internacionalização da PDVSA mediante vários acordos de associação com outras empresas de capital privado, optou também pelo arrendamento da refinaria de Curaçau. O programa de internacionalização tinha como objetivo maior penetração direta nos mercados europeus e norte-americano, buscando assim uma maior diversificação comercial.

Com a volta ao poder de Carlos Andrés Pérez (1989-1994), a política exterior esteve condicionada à queda dos preços do petróleo, com exceção dos anos de 1980 e 1981, ao impacto da dívida externa e dos condicionantes prescritos pelo Fundo Monetário Internacional e ainda a desvalorização do bolívar.⁶¹

A partir de 1989, as relações internacionais da Venezuela se tornaram mais complexas, volta-se a praticar um ativismo mais intenso sem afetar as múltiplas identidades do país com relação ao exterior. A oscilação entre um internacionalismo menos terceiro mundista e uma estreita aproximação com os países da região, privilegiando a cooperação comercial norte-sul e a integração econômica, foram as marcas do segundo governo Pérez (ROMERO, C., 2003, p, 6).

No âmbito doméstico, a crise pelo qual passava o governo deixou marcas. Em fevereiro de 1989, dia conhecido como “sexta negra”, ocorreu a desvalorização do bolívar, sinalizando o início de uma grande crise material, mas também ideológica do qual o país jamais iria se recuperar. As violentas manifestações chamadas de “*Caracazo*” romperam pelas principais cidades do país, pontuando, assim, o fim do chamado sistema populista de reconciliação.

O suporte até então existente entre a classe trabalhadora e o Estado venezuelano começava a enfraquecer. A difícil situação econômica levou as massas populares para as ruas provocando fortes protestos e reações agressivas como saques, incêndios, levantes de barricadas e depredações por todo o país. O exército foi chamado a restabelecer a ordem.⁶²

O governo Pérez iniciou reformas por meio de ajustes e uma reestruturação econômica conhecida como *El Gran Viraje* onde instituiu algumas reformas para modernizar o Estado e

⁶¹ A renda do petróleo já não era mais considerada suficiente para manter a economia venezuelana, a dívida externa preocupava, acusações de corrupção aumentavam em diferentes instâncias do poder público. O governo orientou sua estratégia econômica atendendo as necessidades do mercado, aplicando principalmente ideias neoliberalizantes.

⁶² As manifestações do *Caracazo* duraram cinco dias, causando muitas mortes desde o início dos protestos com a tomada de edifícios públicos, saques e enfrentamentos que se agregaram às tradicionais formas de luta social, como motins e protestos. Isso tudo provocou o surgimento de novos movimentos sociais e o restabelecimento de outros movimentos sociais que já atuavam na cena pública da Venezuela. A nova forma de manifestação que se inaugurava refletia o distanciamento dos partidos e sindicatos em responder aos anseios dos setores sociais que passavam a responder por si mesmos. (MAYA, 2002, p.13-14).

o sistema político da Venezuela. O programa visava restabelecer o equilíbrio macro-financeiro da economia do país no sentido de normalizar sua relação com o sistema financeiro internacional e que promovesse a renegociação da dívida externa. Além disso, o plano visava reorientar a economia venezuelana para uma maior competitividade internacional através do aumento da produtividade interna utilizando a estratégia de desenvolvimento baseada na promoção do crescimento para fora. E ainda o plano visava à reestruturação institucional do Estado para uma democracia mais descentralizada (ROMERO, M., 2009, p. 133).

As consequências da implementação desse plano foram socialmente bastante custosas ao país, demonstradas imediatamente nas manifestações do Caracazo em 1989. O aumento dos preços da gasolina e transporte público foram o estopim para o início nas manifestações de descontentamento que vinha sendo postergada já desde o governo Herrera Campis e Lusinchi.

Outra importante ação que ocorreu durante o governo Perez no âmbito doméstico foi a tentativa de golpe de 3 de fevereiro de 1992, quando parte das forças armadas, sob a liderança do regimento de paraquedistas, liderados pelo coronel Hugo Chavez Frias tentaram derrubar o governo. Apesar do sucesso inicial dos insurgentes em atingir os objetivos planejados, não foram rápidos o suficiente para realizá-lo, forças leais ao governo impediram o golpe. Conforme Trinkunas (2005, p. 157, tradução nossa)⁶³ “[...] para muitos que imaginavam que a Venezuela tinha uma democracia consolidada, a tentativa de golpe de 1992 foi uma grande surpresa, apesar daqueles que estavam familiarizados com a deteriorização do regime democrático não compreenderem como o golpe não foi vitorioso.”⁶⁴

O período que vai dos anos setenta aos noventa, as forças Armadas da Venezuela viveram um período de deterioração institucional que se caracterizou por vários processos que se entrelaçaram como: a influência dos partidos nas instituições, especialmente nos mecanismos de ascensão da alta hierarquia e corrupção administrativa. Os pactos entre os atores políticos que haviam fundado a democracia depois de 1958 deram ao setor militar uma grande autonomia para distribuírem seus recursos internos, diminuindo assim o controle civil. Também era frequente o uso da tropa, equipes e materiais militares para fins pessoais da alta oficialidade. O descontentamento de alguns setores militares também se davam em virtude da deterioração causado pela inflação nos soldos das camadas mais baixas de militares. Críticas

⁶³ Do original em Espanhol.

⁶⁴ O ceticismo por parte da população e dos atores excluídos tornaram-se severos depois de trinta e cinco anos de populismo e clientelismo dos programas governamentais minando qualquer tentativa de fortalecimento dos interesses dos partidos. No caso particular das forças armadas, os salários e benefícios dos militares declinaram. Em 1983 um coronel ganhava na Venezuela um salário equivalente a \$4.000 dólares. Já em fevereiro de 1992 ganhava mal \$400 (TARRE, Briceño, 1994, apud TRINKUNAS, 2005, p. 157).

na forma como se davam o manejo da instituição militar surgiram por parte de um grupo de oficiais médios que se agrupavam em torno do coronel Hugo Chavez Frias (HOFMEISTER, 2002, p. 93).

Em novembro de 1992, ocorreu nova tentativa de golpe quando membros das forças armadas tentaram derrubar Perez do poder. Se comparada com a tentativa anterior, essa envolveu um número mais expressivo de insurgentes. Estimativas indicam a morte entre 170 a 500 pessoas na tentativa.

Os partidos políticos e particularmente o Accion Democrática, partido do governo, e o COPEI perderam força com relação à capacidade de articular e responder às demandas sociais. O governo não conseguia se articular para implementar os programas econômicos. As denúncias de corrupção aumentaram e atingiram diretamente o Presidente da República, ministros e alguns líderes militares. Em 20 de Maio de 1993, a Suprema Corte denunciou o Presidente da República com a acusação por desvios de \$17 milhões de dólares dos fundos do governo, o que proporcionou a sua remoção do governo (KARL, 1997, p.183-184).

A política internacional instituída por Perez até a sua destituição do cargo pelo Congresso foi uma importante ferramenta política e econômica para o governo ante a necessidade de estender a participação do Estado no contexto internacional que imperava, diminuindo assim o papel protecionista do Estado. O período foi marcado internamente por grande descontentamento das massas. Os partidos políticos e sindicatos perderam seu dinamismo, capacidade representativa e mediação. Apesar da aceitação por parte da elite governante da necessidade de reformas, a conquista de nova legitimidade por parte dessa mesma elite ficou difícil em qualquer circunstância de ser aceita pela população.

As relações regionais foram uma prioridade para o governo de Perez que formalizou a criação do Grupo dos 3, Venezuela, México e Colômbia. O objetivo do grupo era buscar mais integração econômica entre os países membros, mas também entre os países da região Centro Americana e Caribe, fortalecendo as instituições financeiras subregionais. As relações com a Colômbia se deram de forma mais cordiais em que discutiram questões pendentes e se buscou alternativas para se buscar convergências e resolver diferenças. Da mesma forma, houve significativa aproximação com a Guiana. Como um todo, as relações da Venezuela com o meio internacional se viram bastante afetadas ante a crise no âmbito doméstico, a saída de Perez da Presidência da República e a rápida transição do governo Ramon Velásquez.

Por fim, chega-se ao governo de Rafael Caldera (1994-1999) que chegou pela segunda vez à Presidência em um contexto sócio-político de fragmentação e decadência do Estado venezuelano. A política externa esteve orientada à reafirmação da Venezuela como país

democrático e que buscava a solidariedade regional em tempos de globalização. Os conflitos fronteiriços deram lugar a um expressivo diálogo ante os problemas transnacionais que necessitavam ser resolvidos em parcerias. A diversificação de mercado continuava a ser uma alternativa importante para o país, por isso da maior aproximação com o Brasil e Colômbia, além da flexibilização dos esquemas de integração regional re-avaliando o bloco andino.

Diante da difícil situação interna, a relação com os EUA, do ponto de vista estratégico, não teve grandes inflexões, apesar de haver discordâncias. O governo observava com ceticismo as discussões sobre a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e a necessidade de abertura econômica defendida pelo governo americano. O presidente Caldera também demonstrou sinais de descontentamento ante o apoio norte-americano a César Gaviria da Colômbia como Secretário Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), pois o governo venezuelano vinha trabalhando no sentido de buscar apoio ao chanceler venezuelano Miguel Angel Rivas. A aproximação do governo venezuelano com o Brasil foi vista por Washington como uma tentativa de desenvolver uma política mais autônoma, mas a Venezuela não teria como desvincular-se dos EUA ante a sua crise econômica interna.⁶⁵ (FERNADEZ, MANZUR, SANGRONI, 2005, p. 7).

O governo também deu continuidade à estratégia de internacionalização da indústria petrolífera que vinha sendo desenvolvida desde o fim dos anos 80. Essa estratégia dava prioridade à participação do setor privado nacional e internacional em áreas como: exploração, produção, refino, transporte, mercado de petróleo e seus derivados. Foram firmados importantes acordos e associações estratégicas em parcerias. A abertura significava uma alternativa que auxiliaria a reorientar o desenvolvimento do país, diminuindo os custos de produção, considerados altos em alguns setores para PDVSA. Por outro lado, esse processo promovia a desnacionalização da indústria por empresas transnacionais (ROMERO, M., 2009, p. 164-167).

No âmbito doméstico, todas as tentativas de Rafael Caldera para resistir à ortodoxia econômica foram inúteis, sendo obrigado a implementar programas de ajuste e estabilização trazendo muitas dificuldades à população. As tentativas de reforma constitucional também não se seguiram ante à falta de maioria no parlamento, levando a popularidade do governo ao desprestígio e como um todo do regime democrático anterior. Todas essas condições abririam

⁶⁵ É importante salientar que nesse momento o contexto internacional, no marco dos primeiros anos do pós guerra fria, se apresentava bastante confuso e contraditório, pois era bastante afetado pelas crises econômicas e tensões políticas que ocorriam no globo. O leste europeu se esfacelava com a dissolução da Iugoslávia, a crise no golfo pérsico provocava tensões regionais e a América Latina continuava com o processo de democratização apesar dos problemas relacionados a conflitos sociais, narcotráfico, corrupção e crise dos partidos e de governabilidade democrática aumentarem.

espaço para o ingresso na cena política de um discurso de ruptura radical que seduziria a nação.

Quadro 6 - Resumo das características da evolução histórica da política externa da Venezuela de 1958 até 1998

Período	Prioridades da Política Externa	Ativismo Presidencial em Política Externa	Atores Envolvidos	Ativismo Internacional
A Democracia de Consensos Rómulo Betancourt (1959-1964) Raúl Leoni (1964-1969) Rafael Caldera (1969- 1974) Carlos Andrés Pérez (1974-1979) Luis Herrera Campís (1979-1984)	Defesa Democracia América Latina Fortalecimento Sistema Interamericano Petróleo/OPEP Caribe Pacto Andino Estados Unidos Grupo do 77 OEA	Alto	Presidência da República Ministério de Relações Exteriores Partidos Políticos/COPEI/AD Parlamento Conselho de Segurança Nacional e Defesa Ministérios Assuntos Econômicos Ministério Minas e Hidrocarburos PDVSA Fedecamaras	Alto
A Reforma do Estado Jaime Lusinchi (1984-1989) Carlos Andrés Pérez (1989-1994) Rafael Caldera (1994-1998)	Caribe Grupo Contadora Petróleo/OPEP Novos processos de integração regional/além do Pacto Andino OEA Estados Unidos	Alto/Médio	Presidência da República Ministério de Relações Exteriores Partidos Políticos/COPEI/AD Parlamento PDVSA Fedecamaras	Médio

Fonte: Autoria própria, 2012.

Nota: Elaborado a partir de consultas ao Boletim Del Archivo De La Casa Amarilla.

2.6 Conclusões

A atuação da política exterior da Venezuela, principalmente a instituída a partir da conformação de sua independência, foi irrelevante no cenário internacional. As atividades diplomáticas se resumiam, em um primeiro momento, à manifestação de descontentamento ante exigências do imperialismo europeu e à necessidade de defesa e manutenção das fronteiras. No início do século XX, o país esteve voltado para modernização da estrutura política com a diminuição do caudilhismo histórico e a participação de novos atores como os militares.

O petróleo surgiu nas primeiras décadas do século vinte promovendo uma revolução no setor econômico do país, financiando assim a modernização do Estado. Foi o petróleo que dava à Venezuela pela primeira vez a fisionomia de um verdadeiro ator internacional a partir de seu significado geopolítico e econômico. Nesse período, o país dava sentido institucional ao serviço exterior delineando de forma mais pontual os interesses, princípios e objetivos da política externa. A utilização do petróleo como instrumento de política externa era uma constante da mesma forma que os instrumentos diplomáticos como fóruns multilaterais e bilaterais.

Durante a formação do Estado moderno do século XX o papel desempenhado pelo setor militar foi constante e influente. O exército nacional era a base de poder político até os anos trinta. Com o passar dos anos, houve o fortalecimento institucional do exército através da conformação de uma espécie de burocracia estatal clientelista civil. Tanto civis e militares eram dependentes dos ingressos governamentais vindos da exportação do petróleo. O fracasso dos militares na gerência política direta da sociedade venezuelana entre 1948-1958 afetava o nível de influência política dos militares como elite burocrática e corporativa, mas não lograva que esta influência desapareceria.

A política exterior desse período resultou no instrumento para a realização do projeto de modernização capitalista do Estado em nível internacional. A implementação do Projeto Nacional com relação à dimensão internacional se dá ante o sistema de hegemonia dos Estados Unidos da América, situação formal e real no entorno da América Latina. Nesse sentido, a política exterior esteve condizente a uma estratégia dirigida a consolidar a política de subordinação consentida para com os Estados Unidos. A centralização do poder e a conformação do Estado nacional foi um processo evolutivo e complexo na busca pela modernização.

Observamos também que no período do Pacto Democrático esteve presente uma política externa com relativa continuidade, na qual houve coerências na formulação e execução ante os fins, interesses e objetivos de ações fixadas ante as regras do jogo do sistema internacional condizentes com as propostas da social democracia defendidas pelos partidos no poder. Essas ações desenvolvidas pelos sucessivos governos até então não deixaram de sofrer influências da personalidade excessiva de alguns chefes de Estado. Essas características como o populismo e o clientelismo dos Chefes de Estado se beneficiava do sistema de partidos.

O personalismo excessivo se manifestou principalmente nas figuras de alguns chefes de Estado como Rômulo Betancourt, Carlos Andrés Perez e Rafael Caldera. Ainda assim, não comprometiam as identidades da nação como país que promovia a defesa da democracia representativa, da autodeterminação, a defesa da soberania, o princípio de não intervenção, a integração, a solidariedade e a cooperação econômica internacional.

Os interesses e identidades do país estavam ligados a características ocidentais, democráticas, terceiro-mundistas em prol do desenvolvimento e do petróleo, atuando ativamente na América Latina e Caribe. O envolvimento de outros atores no âmbito da elaboração da política externa se dava principalmente na Presidência da República, no Ministério de Relações Exteriores, nos Partidos Políticos, Parlamento, Ministério de Assuntos Econômicos, Ministério de Minas e Energia, PDVSA e Fedecâmaras. A institucionalização das ações de política externa não eram constantes e foram se conformando de acordo com o aumento da participação do país no ambiente internacional e de acordo com o viés personalístico dos presidentes no poder.

O projeto nacional e internacional do período democrático tem origem na proposta ideológica e programática de modernização, revolução e mudanças para a Venezuela concebida durante a década dos anos trinta, ensaiada nos anos quarenta e finalmente posta em prática entre os anos cinquenta e noventa pelos principais dirigentes do partido Ação Democrática. A proposta ideológica defendida até então vinha das ideias da social democracia forjadas na Europa ocidental como resposta ao capitalismo e ao comunismo.

A proposta ideológica do período do pacto democrático estava sustentada em três ideias: a de defesa à democracia, como parte de conceber a democracia representativa como sistema político insubstituível na comunidade das nações, principalmente na comunidade latino-americana que foi fortemente implementada pela Doutrina Betancourt; ao nacionalismo que rejeitava a concepção imperialista e que era perceptível no âmbito das ideias econômicas apegadas ao conceito do intervencionismo estatal de economia dirigida e planejada e, em termos políticos, a ideia de autonomia política; e por último, a defesa do americanismo, como

forma de buscar intensa integração com os países latino-americanos e uma aproximação com os EUA em condições de igualdade.

3 AS RELAÇÕES CIVIS MILITARES, O PERSONALISMO, OS PARTIDOS POLÍTICOS E OS GRUPOS DE INTERESSE NA HISTÓRIA DA VENEZUELA

A América Latina historicamente possui uma cultura política e uma estrutura social que levaram à constituição de regimes personalistas em estilo e de relações de poder. Praticamente, todos os países latino-americanos, com exceção do México, experimentaram, pelo menos, um golpe militar desde 1945.

Desde a constituição do Estado moderno venezuelano, a influência política do setor militar é uma constante que se expressa em acordo tácitos militares-civis e militares-políticos.⁶⁶ Quer dizer, ante o poder político evidenciado ao longo do século XX pelo setor castrense, não foi possível para a sociedade civil venezuelana lograr sua institucionalização de maneira racional e positiva.⁶⁷

Por relações civis e militares se entende aquelas que se estabelecem entre a sociedade em geral e esse pequeno segmento, os militares, que se atém a sua defesa. Aspectos como o serviço militar obrigatório, as leis militares, o orçamento e aquisições de equipamentos bélicos, a educação militar, como se projeta o estamento castrense em temas de segurança interior ou no desenho e execução das políticas públicas, sua atitude ante as autoridades civis, dentre outros, são parte da temática geral desses estudos. A pesquisa analítica centra seu interesse no corpo de oficiais, a estrutura e características da realidade militar, nas relações que se desenvolvem com a sociedade nos aspectos sócio-econômicos e político-culturais (IRWING, 2009, p. 8).

Assim, esse capítulo trata, em sua primeira seção, das relações civis militares instituídas na Venezuela considerando o que se compreende por relações civis-militares e o impacto da corporação castrense nas instituições políticas venezuelanas desde sua fundação como Estado. Além disso, se analisa a tentativa em se instituir um projeto civilista para as instituições da nação no período democrático e o fracasso, a partir da manutenção de privilégios concedidos aos militares, levando a sua constante influência em sucessivos governos. Mudanças implementadas pelo governo Chavez, a partir da nova Constituição,

⁶⁶ Sobre a teoria das relações civis-militares e o controle civil é interessante consultar o livro de Eliot A. Cohen *Supreme Command. Soldiers, Statesmen and Leadership in Wartime*, New York: the free press, 2002, p-225-248.

⁶⁷ Segundo José Olmeda (2005), é característico na América Latina por razões históricas o papel desenvolvido pelo setor castrense ibero-americano no processo de formação de seus respectivos estados nacionais contemporâneos. É importante que os governos da América Latina atendam com bons resultados aspectos relacionados à coesão social, superação da corrupção, da violência social para assim evitar o risco de uma confluência entre um populismo difuso e forças armadas caracterizadas por crises profissionais de suas elites dirigentes (OLMEDA, 2005, p.67).

convertem os militares como uma instituição orientadora da sociedade e da tomada de decisões debilitando o controle civil.

Na sequência, são apresentadas as características do presidencialismo venezuelano e o sistema de partidos sob o enfoque do culto ao personalismo, tradição marcante na história da Venezuela, além dos grupos de interesse e a mobilização da sociedade civil frente às ações de política externa. A análise do âmbito doméstico da estrutura institucional do Estado venezuelano é importante para se compreender as ações de política externa do governo Chavez.

3.1 Os militares como atores no âmbito institucional

O fortalecimento institucional do exército venezuelano, nas primeiras décadas e meia do século passado, se deu pela conformação de uma espécie de burocracia estatal clientelar civil, expressão do setor proprietário venezuelano. Ambos, militares e civis, eram dependentes dos vultosos ingressos governamentais vindos da exportação do petróleo. Esse fenômeno ajudou a destruir a formação de potenciais instituições políticas representativas de uma autêntica república liberal (IRWING, 2007, p.10).

Na história da Venezuela desde o início do século XX se identifica três tipos de oficiais militares motivados politicamente. Os primeiros são os oficiais que recorrem direta ou indiretamente à política para avançar em suas carreiras militares. A alta oficialidade do período gomecista era assim. O outro tipo são oficiais que não atentam contra a ordem política estabelecida, pois se servem desta. São exemplos o período de Eleazar Lopez Contreras e Isaías Medina Angarita - são os chamados oficiais pretorianos de direita, organizados pela União Patriota Militar. Há ainda os considerados pretorianos de esquerda, que eram aqueles que estavam comprometidos com os fracassados golpes militares de 1962 que tentaram derrubar o presidente Rômulo Betancourt. Aqui também se pode colocar os oficiais do governo de Hugo Chavez Frias principalmente aqueles que se identificam com o slogan “pátria, socialismo ou morte”.

A diferença entre os três tipos de oficiais pretorianos referidos acima estão implícitas nas condições políticas que se desenvolvem.⁶⁸ Os pretorianos de centro não atentam contra o status quo, como antes dito, se servem dele. Os de direita são basicamente

⁶⁸ A definição de pretorianismo se refere à política abusiva exercida por algum grupo militar. A expressão superior do pretorianismo é o militarismo, quando o castrense invade e domina todo o tecido social. (IRWING, 2009, p. 9).

desenvolvimentistas. São, segundo Irwing (2009), positivistas, pois pretendem avançar na direção de sua ordem e seu progresso, as realizações materiais e a modernização do país são suas bandeiras. Na essência são partidários de um estado quartel como única via para avançar na direção do progresso material da nação. Os pretorianos de esquerda são partidários de soluções socialistas de diversos tipos, no seu entender o socialismo oferece a única alternativa política possível para vencer o subdesenvolvimento.

O século vinte foi para Venezuela um período de estruturação da instituição militar em nível nacional. A modernização e profissionalização das forças armadas, iniciadas durante o regime de Gómez, foram as duas constantes desse processo. Essa nova versão do acordo secular civil-militar e político-militar venezuelano se estabeleceu, na prática, quando o controle das forças armadas se abriu à máxima magistratura nacional ao General Eleazar Lopez Contreras (1935-1941), ao general Isaías Medina Angarita (1941-1945), ao coronel Delgado Chalbaud (1948-1950) e finalmente ao general Marcos Pérez Jiménez (1952- 1958).

3.2 O ensaio ao projeto civilista

O projeto civilista lançado pelo Triênio (executivo colegiado), só foi ter forma no fim dos anos setenta, em um contexto muito favorável devido à alta dos preços do petróleo e em consequência, a prosperidade econômica do país. Foi nesses anos que se iniciou a simbiose entre civis e militares, assim como, uma fase de acomodação em que os militares redefiniam tanto o seu papel institucional como seus meios de expressão. As forças armadas se modernizam profissionalizando-se, renunciando o seu caráter pretoriano que veio a aparecer novamente no final do século, com a tentativa de golpe de Estado de 1992, protagonizada por Hugo Chavez, e a radicalização do regime chavista, a partir do ano de 2001, com a promulgação das chamadas leis habilitantes e, sobretudo em 2002, depois de outra tentativa de golpe, desta vez contra o próprio presidente Hugo Chavez.⁶⁹ (LANGUE, 2009, p.147)

Entre os anos sessenta e setenta se dava o fracasso da guerrilha de esquerda.⁷⁰ Nesse período, se estabelece uma aliança entre as forças armadas com setores civis radicais, algo que se considerado nada novo na Venezuela. Em 1971 se fundou o MAS (Movimento para o

⁶⁹ Dentre as críticas à nova Constituição instituída pelo governo Hugo Chavez, destaca-se a excessiva concentração de poder nas mãos do presidente, que passou inclusive a ter o poder de legislar por meio da *lei habilitante* a respeito de qualquer matéria.

⁷⁰ A guerrilha foi composta pelo partido comunista venezuelano e pelo Movimento de Esquerda Revolucionário com aproximadamente 2500 revolucionários combatentes. Inspirados na revolução cubana de Fidel Castro os membros do PCV e MRI acreditavam que poderiam criar condições revolucionárias que iriam levar derrubada da então administração Betancourt.(TRINKUNAS, 2005, p.135).

Socialismo), a partir de uma divisão do Partido Comunista Venezuelano e da consequente eleição de estratégias eleitorais e democráticas. Esse foi o momento que se intensificava a luta contra a guerrilha, aproveitando-se da assistência americana, uma etapa considerada como fundamental ao processo de profissionalização do exército.

Segundo Langué (2009, p.148, tradução nossa)⁷¹,

O preço que o poder civil teve que pagar foi relativamente elevado, devido a importância adquirida pela instituição militar (privilégios econômicos e aumento dos soldos dos oficiais). Ante a fixação de um inimigo comum, se teceram laços estreitos entre os dirigentes dos partidos *Ação Democrática* e *Copei* e os chefes do exército. Nesse sentido, a imagem de um controle civil consolidado, iniciado com a queda da ditadura de 1958, não foi mais que uma ilusão. As mesmas chegaram a controlar a gestão do controle de fronteiras. Os militares também tiveram uma melhor formação acadêmica de onde originariamente saíram os oficiais que dirigiram a tentativa de golpe de Estado em 1992.

Durante o governo Leoni, os militares estiveram bastante envolvidos com a guerrilha, particularmente nas áreas rurais. Nas questões de defesa externa, os civis encorajaram as forças armadas a se profissionalizarem e gerenciarem as suas próprias relações para maximizar suas capacidades de combate. Isso transferiu aos militares uma expansão de sua autonomia nessas áreas, embora esse novo poder não tenha se estendido ao domínio da política externa (TRINKUNAS, 2005, p. 146).

A contribuição dos oficiais militares capacitados em funções gerenciais vinculadas ao desenvolvimento nacional é antiga na Venezuela. Os militares mais graduados e com formação especializada foram incorporados aos programas de desenvolvimento econômico nacional. Também importantes empresas estatais, como a própria PDVSA (Petróleos de Venezuela S.A), tiveram seus mais altos cargos ocupados por militares. O próprio Ministério da Defesa quase sempre foi comandado por um militar, quando constitucionalmente poderia ter sido ocupado por um civil.

3.3 A Constituição venezuelana – o papel dos militares

Em matéria de relações civis e militares e de segurança e defesa, analisar a constituição nacional da Venezuela é fundamental porque é o máximo texto jurídico que impõe aos militares os limites de sua intervenção política e o controle sobre a utilização da força e da violência.

⁷¹ Do original em Espanhol.

A constituição venezuelana no passado limitou o campo de ação e de desenvolvimento das forças armadas nacionais e fixou princípios fundamentais nos quais não podem apartar-se sem desvincular suas funções próprias. Assim, de acordo com a Constituição de 1961, as forças armadas são uma instituição profissional, impessoal e apolítica a serviço exclusivo da nação e tem por objetivo fundamental a defesa do país e da manutenção da estabilidade interna e o cumprimento da constituição e das leis. Seus membros não podem exercer o direito ao voto, pertencer a grupos políticos e nem tomar parte nesse tipo de atividade enquanto permanecem em serviço ativo.

O texto da Constituição de 1961 foi estabelecido de acordo com a filosofia política do Pacto de Punto Fijo que impôs à instituição militar obrigações. Estabelecer taxativa e explicitamente que as Forças Armadas são uma instituição apolítica e, ao mesmo tempo, terem como objetivo fundamental a manutenção da estabilidade interna e o cumprimento da constituição e das leis seria um contra senso. Não se pode ser apolítico se há como objetivo fundamental a manutenção da estabilidade interna e o cumprimento da constituição e das leis. O problema da estabilidade interna e o cumprimento da constituição e das leis é um problema tipicamente político do Estado moderno. O mais grave é que na Constituição de 1961 se institui o germe da mais pura estirpe pretoriana da moderna democracia venezuelana, já que a estabilidade política e o cumprimento da constituição e das leis são um problema militar. Estes são assuntos da mais pura e absoluta competência do poder político civil, que introduziu na instituição das forças armadas na luta pelo poder político venezuelano (CASTILLO, H., 2007, p. 74).

Na Venezuela, o papel político que tinham os militares como atores na democracia, estava implicitamente fixado no Pacto de Punto Fijo e na Constituição de 1961. É limitado a estabelecer que o sistema de controle civil se basearia centralmente, por uma parte, na figura do Presidente da República e, em outra, na manutenção de uma profunda divisão administrativa entre as forças militares. Da mesma forma, permitiu um exagerado grau de autonomia e uma abusiva intervenção em política.⁷²

⁷² A Constituição atual aponta para 23 o total de atribuições conferidas ao Presidente da República. Muitas dessas atribuições são as mesmas conferidas na constituição de 1961. É importante destacar a número 6, que salienta que o presidente exerce o comando supremo das Forças Armadas e fixa o seu contingente. Também promove seus oficiais a partir do grau de Coronel ou Capitão, no caso da Marinha. A carta de 1999 também atribui ao presidente algumas faculdades que reforçam o presidencialismo e debilitam o poder legislativo representado no poder central pela Assembleia Nacional. O Parlamento tornou-se unicameral, com o desaparecimento do Senado, que possuía, anteriormente, atribuições de participar na seleção dos militares (MÁRQUEZ, 2004).

Como consequência de tudo isso, a ameaça pretoriana para a democracia e a sociedade, com seus avanços e retrocessos, esteve historicamente presente, o que impediu a consolidação definitiva de um controle civil institucional sobre os militares.

Outra característica que os militares foram consolidando, produto da confrontação durante os anos da Guerra Fria, foi classificar como segredo de estado ou militar qualquer tipo de informação relacionada à segurança e defesa por mais banal que fosse. A legislação venezuelana, nesse aspecto, está atrasada, principalmente nos tempos de desenvolvimento da internet e das comunicações em geral. Isso trouxe como consequência, entre outras coisas, que os estudos realizados dentro do país sobre relações civis e militares, pensamento estratégico e segurança e defesa sejam quase que exclusivamente de produção militar. Sem falar na crescente participação em postos civis da burocracia governamental.

Segundo Castillo (2007, p 97, tradução nossa)⁷³,

Foram reservados aos militares uma serie de cargos de direção na administração pública, sobre tudo, nas Relações Exteriores e no Ministério da Infraestrutura e Comunicações. Essa situação chegará ao extremo a partir da vigência da Constituição de 1999, com o governo Hugo Chavez, onde praticamente se militarizou toda a administração pública central de distintas condições e hierarquias.

Na América Latina se observa que governos de esquerda reformistas, ao chegarem ao poder, implementaram mudanças com reformas constitucionais. Por trás das reformas há um objetivo político que necessita de bases legais que permitam as mudanças na normativa jurídica, facilitando, assim, o trabalho para instituir uma nova legislação militar que sustente sua legitimidade em um regime democrático.

⁷³ Do original em Espanhol.

Quadro 7 - Países que realizaram reformas constitucionais na América Latina instituindo nova legislação militar

País	Sistema Jurídico	Natureza	Capacidade Militar
Venezuela	Constituição de 1999	Principal ator político interno	Exército de massa, incremento da reserva e guarda nacional
Bolívia	Nova Constituição (assessoramento por parte da Venezuela)	Democratização da Defesa, projeto de mudanças	Potencial aumento das Forças Armadas (Assessoramento por parte da Venezuela)
Equador	Nova Constituição	Mudanças substanciais	Fortalecimento com base na nova constituição
Nicarágua	Mudanças Constitucionais em processo		
Paraguai	Mudanças Constitucionais em processo		

Fonte: Autoria própria, 2012.

Nota: Elaborado pelo autor a partir da obra de Irwing, Langue e Castillo, 2009.

Observamos que grande parte das modificações que se introduzem na legislação militar estão orientadas a mudar o papel fundamental de ser uma instituição apolítica de dedicação exclusiva à defesa e segurança da nação. É dado aos militares um papel protagônico em matéria política, social e econômica com uma intervenção em assuntos internos de total ingerência e domínio civil em nível de tomada de decisões e da condução da política de Estado. Isto tudo converte os militares como instituição orientadora da sociedade e de tomada de decisões no mais alto nível do Estado com todas as repercussões que isso implica.

3.4 As relações civis militares no governo de Hugo Chaves Frias

A instituição militar tem sido historicamente a garantia da ordem política e constitucional da nação. Se constitui nos defensores por excelência do bem comum, dos interesses permanentes do Estado e das exigências de segurança e defesa para a integridade

territorial da nação. Não obstante, o papel dos militares na democracia representativa tem antecedentes em um longo período da história da América Latina. Isso obedece a um modelo político que estabelece limites dentro do marco jurídico do Estado no alcance dos militares, nessa atividade político-jurídica, fundamentada na premissa da nação de que a integridade político territorial do Estado, assim como, dos cidadãos deve se proteger de potenciais inimigos externos e de organizações que poderiam subverter a ordem política e social interna. Nesse âmbito, cada Estado determinou o uso ou não da defesa em assuntos internos.

Na democracia representativa como fórmula adotada pela maioria dos países latino-americanos se fundamentou o papel dos militares de acordo com os princípios descritos por Samuel Huntington na sua obra *O Soldado e o Estado* dando a ele um papel de dedicação exclusiva e apolítico com uma clara divisão entre o papel dos civis e dos militares em matéria de defesa que permite aos cidadãos contar com uma instituição sólida e preparada profissionalmente para a missão constitucional, e aos membros da instituição atuar dentro do marco profissional em apoio aos mais altos interesses da nação e não a uma parcialidade política⁷⁴ (SAAVEDRA, B., 2009, p. 125).

Samuel Huntington nos oferece em sua análise da relação civil-militar, o que seria uma clara divisão de papéis dos civis e dos militares para assegurar o domínio do poder civil sobre os militares. Isto através do chamado Controle Objetivo, forma de controle civil baseado no esforço para incrementar o profissionalismo do corpo de oficiais aprofundando sua atuação em uma esfera independente da política. Em sua opinião, é a forma preferível de controle civil contrastando-a com o que chama de *Controle Subjetivo*, no qual está orientado a civilizar os militares, dando a eles um papel político ou controlando-os através de uma elite civil. Essa elite permite ao corpo de oficiais preservar um papel como condutores da sociedade civil. Em definitivo, o controle objetivo nos oferece uma simples fórmula para a condução política e a educação do corpo de oficiais e nos facilita não só ao controle civil e a governabilidade constitucional, mas também ao êxito de estratégia militar do Estado (HUNTINGTON, 1995).

É importante ressaltarmos que a subordinação da instituição militar ao poder civil, não simplesmente o papel do presidente como comandante em chefe das forças armadas, mas também, o papel do parlamento na sua função de controle e supervisão do setor de defesa,

⁷⁴ A democracia representativa é forma de governo na qual o povo delega soberania a autoridades elegeras periodicamente mediante eleições livres. As autoridades elegeras têm o dever de atuar conforme os interesses dos cidadãos. Nesse sistema de governo a instituição militar fundamenta sua atividade nos seguintes princípios: apoliticismo, não deliberante e de dedicação exclusiva a suas funções profissionais de defesa e segurança do Estado sob o controle e supervisão do governo civil.

como um componente do poder executivo, através de uma instituição independente do Estado, tem seu fundamento no princípio da balança de poder e prestação de contas ao máximo organismo representativo do poder popular, quer dizer, os legítimos representantes do povo.

Os governos socialistas de esquerda na região, particularmente, os que aprofundam a democracia e promovem reformas, o emprego do populismo como estratégias de controle de corte radical para impor a chamada democracia participativa em substituição à democracia representativa e o papel dos militares como garantidores do processo democrático, têm afetado e afetam a instituição da defesa (forças militares) nos elementos constitutivos fundamentais de sua estrutura organizativa como são sua natureza, a estrutura legal e a capacidade militar.

As mudanças na legislação que instituem um novo papel para as forças armadas a partir do governo Hugo Chavez produzem uma completa distorção no corpo de oficiais educados e que se desenvolvem em uma sociedade democrática representativa com valores e princípios que são alterados, criando, assim confusão no pensamento sobre noção de força militar e seu papel em uma sociedade democrática. Esses exemplos são identificados na Venezuela em decisões do governo de implementar slogans como “*socialismo, pátria ou morte*” . A confusão no corpo de oficiais gera divisões internas por motivos de pensamento político, ao introduzirem o debate ideológico na instituição (SAAVEDRA, B., 2009, p.129).

As relações civis–militares instituídas no projeto bolivariano no governo Hugo Chavez trazem importantes mudanças.⁷⁵ A participação política não é canalizada pelas instituições tradicionais da democracia – os partidos políticos – ainda que a revolução conte com partidos políticos oficialistas, como o Movimento Quinta República (MVR), cujo presidente é o próprio mandatário nacional, assim como outras organizações partidárias como o Pátria para Todos (PPT) e partidos menores de estruturas frágeis.

O “bolivarianismo” como ideologia pregada por Hugo Chaves é difícil de ser compreendido. Seu principal inspirador, durante o primeiro ano de governo, citava Tony Blair, Neruda, Napoleão, De Gaulle e em várias oportunidades afirmava que não era marxista e sim bolivariano. Chavez, durante muito tempo, alimentou uma visão de si mesmo como homem predestinado. O presidente cresceu em uma situação de pobreza respeitável em Sabaneta, pequena cidade nas planícies do estado de Barinas. Nos anos 60, conheceu líderes

⁷⁵ Grande parte dos militares que atingiram cargos relevantes no processo decisório venezuelano é oriunda do Plano Andrés Bello que produziu após os anos 70 gerações de cadetes que compartilhavam fervente nacionalismo, além de uma aproximação com os ensinamentos do herói da independência venezuelana Simon Bolívar. Esses cadetes também eram influenciados por uma formação populista, igualitária e com uma perspectiva utilitária para com a democracia. A história era ensinada de forma a romantizar as guerras de independência e os escritos de Simon Bolívar (TRINKUNAS, 2005, pg.162).

de um pequeno grupo de esquerda fundados pelos sobreviventes das guerrilhas venezuelanas dos anos 60. Será a partir daí que Chavez adotará a imagem da árvore de três raízes do nacionalismo radical tirado da história venezuelana – uma inspiração na qual sempre se refere (REID, 2007, p. 180).

Há diversas opções políticas que compõem a ideologia bolivariana que se converte a uma espécie de neo-populismo. Seria uma “árvore sustentada em três raízes” (Simon Bolívar, Simon Rodriguez e Ezequiel Zamora)⁷⁶ presentes no imaginário popular venezuelano e, da mesma forma, na controvertida influência do sociólogo revisionista argentino Norberto Ceresole, defensor da ideia da relação entre “caudilho - exército – povo”.⁷⁷ (LANGUE, 2009, p.151).

Nas ideias de Norberto Ceresole, particularmente, na visão estratégico-política, a internacionalização de um líder carismático como Hugo Chavez constituiria uma garantia contra as intenções de desestabilização de todo tipo (tanto interiores quando exteriores). A elaboração de uma “inteligência estratégica” permitiria apontar solução a problemas internos e avaliar seu impacto fora das fronteiras nacionais para poder eleger o momento favorável, com o fim de estabelecer alianças, de maneira que o processo revolucionário se introduza pelo sistema internacional para assim poder alcançar níveis aceitáveis de segurança. A insistência sobre a necessidade de um mundo multipolar seria colocar a Venezuela como um dos polos geopolíticos, assim como os países da OPEP, onde o país se converteria em ponta de lança para América Latina e Caribe.

Ceresole profetizava que a Venezuela poderia converter-se na defensora das massas excluídas do continente e também as forças armadas humilhadas da América hispano-crioula. O papel atribuído ao setor militar seria, assim, similar às forças armadas de Cuba e as do Chile na época de Pinochet.

⁷⁶ O que se chama de árvore de três raízes na concepção ideológica do bolivarianismo no que concerne a Ezequiel Zamora remete à figura do general do povo soberano e da unidade civico-militar; a Simon Rodriguez, o professor de Bolivar, o sábio da educação popular, da liberdade, e da igualdade; e Simon Bolívar no seu planejamento de igualdade e liberdade e sua visão geopolítica de integração da América Latina (LANGUE, 2009, p. 195).

⁷⁷ A relação caudilho – exército – povo está baseada na sustentação da ideia de que o povo escolheria o líder, pessoa que concentrará o poder, as eleições seriam relegadas a um meio para conseguir manter o líder por um tempo indeterminado no poder e o partido seria outro instrumento para essa estratégia “pós-democrática”. Hugo Chavez teria no início de seu governo associado às ideias de Ceresole ao Movimento Bolivariano, o esquema de poder pessoal e caudilhista a ideia da relação direta caudilho-povo sem a mediação de um partido político. A teoria desenvolvida pelo antigo conselheiro de Hugo Chavez salientava que o “mandato” ou a ordem popular que transforma um líder militar em um dirigente nacional com projeção internacional se expressa não somente de forma democrática mas também com o objetivo particular da conservação da cultura nacional, pela transformação da estrutura social, econômica e moral. Para Ceresole, a projeção internacional do líder seria o resultado de um trabalho duro de edificação estratégico-política que dirá respeito a todos movimentos populares da região (LANGUE, 2009, p.151-162).

Desde sua eleição, Hugo Chavez ampliou suas viagens, visitas e intercâmbios diplomáticos, com apoio de um de seus conselheiros, um antigo oficial da aeronáutica com pós-graduação nos Estados Unidos, William Izarra.⁷⁸

Atualmente, na Venezuela bolivariana, a participação política é canalizada fundamentalmente através dos programas sociais, altamente trabalhados politicamente nas múltiplas *Missiones* em grande parte promovida pelas próprias forças armadas.

As *Missiones* procuram reparar as deficiências do Estado venezuelano via Forças Armadas. É considerado um dispositivo constitucional, quase ad hoc, mediante o qual o governo pretende influir, na forma de choque, em áreas relacionadas com educação, alimentação, saúde e nas funções básicas de redistribuição (em relação às instituições do Estado que se mostram impotentes). As Missões, que deveriam ter um caráter transitório, estão se convertendo em mecanismos cada vez mais duradouros e permanentes, sem que sejam formalizadas ou substituídas pela institucionalidade regular, com carência e desconcontroles públicos (sociais e estatais). Com isso, o Estado debilita-se mais, já que ainda não se consegue realizar a redistribuição com a eficiência requerida para diminuir substancialmente a desigualdade (SANJUAN, 2007, p.12).

A análise desenvolvida até o momento na Venezuela aponta para uma realidade irrefutável desde o ponto de vista histórico, no caso venezuelano, desde o próprio início da vida republicana no século XIX até nossos dias. Inclui-se atualmente a experiência bolivariana liderada por Hugo Chavez Frias em 1992. É o setor militar quem tem supremacia sobre os civis no que diz respeito à gerência política da sociedade, sendo o setor militar o que constitui o fator básico do poder público, o que é ingênuo pensar que exista um controle civil consolidado.

O que observamos é que, após a caída do governo Perez, a Venezuela avançou em direção à democratização e ao desenvolvimento com o conseqüente incremento da profissionalização dos militares, mas a ditadura do petróleo conduziu a uma ilusão de modernidade e desenvolvimento. A partir do fracasso dos civis e o aumento da pobreza, se gerou um estado de caos, angústia coletiva e desesperança.

O rompimento com o passado puntofijista e a necessidade de saídas rápidas exigidas pela população empobrecida levou à condução da necessidade de um grande líder, um homem

⁷⁸ William Izarra é considerado um dos ideólogos do regime bolivariano. É um dos grandes responsáveis pela segunda etapa da chamada revolução bolivariana que dá continuidade aos programas sociais e econômicos do governo e reforça o componente cívico-militar. Izarra é um dos grandes responsáveis pela ideia do “cidadão-soldado” e também da mudança na tradição logística da Venezuela de adquirir material militar dos países ocidentais passando a se aproximar de países como Rússia, China e Irã.

forte que salvasse a sociedade dos políticos corruptos e ineficientes. Esse será “a deixa” para a emergência do novo pretorianismo dentro da instituição das Forças Armadas da Venezuela, que hoje, sob o projeto bolivariano, encontra espaço para obter os privilégios que sempre desejou. Para os revolucionários bolivarianos a base do poder político não se encontra no voto ou através das decisões de partido, mas sim nas próprias Forças Armadas.

A Venezuela continua a enfrentar um dilema particular no sentido de estabelecer autoridade política. O regime não é puramente democrático nem puramente revolucionário. A revolução pregada pelo líder máximo da nação começou como uma democracia forte, mas gradualmente se moveu em direção a um governo concentrado dando mais ênfases em objetivos revolucionários e com poucos controles democráticos.

O governo Chavez teve o desafio de convencer os militares que tem sido historicamente comprometido com o processo democrático para que eles aceitassem o processo revolucionário da administração. O presidente desenvolveu sua autoridade de diversas formas, incluindo o desenvolvimento de alianças com lideranças militares, encorajando-os a adotar os valores do novo regime, permitindo à política de defesa e segurança ter prioridade sobre a política militar.⁷⁹(NORDEN, 2008, p.5-7)

É interessante identificarmos nos discursos do presidente o constante chamado ao povo e a imagens libertadoras para nação como (tradução nossa)⁸⁰:

Todos vocês mulheres e homens são a guarda territorial e onde houver um venezuelano, terão a obrigação de trabalhar pela defesa da pátria, do território, do Estado, pela república e pela revolução”. “Somos parte do exército e da marinha libertadora. Somos soldados libertadores junto a um povo libertador.” (FRÍAS, 2005).⁸¹

Ou ainda quando se observa os constantes chamados para defesa ante as “ameaças imperialistas” como (tradução nossa):

⁷⁹ De acordo com Weber, aqueles que exercem a dominação necessitam legitimá-la. Para legitimar autoridade significa que não apenas as pessoas obedecem à pessoa ou entidade que distribui comandos, mas também acreditam no direito desses indivíduos ou grupos em dar essas ordens que meramente obedecê-las. A legitimação da autoridade, ou simplesmente autoridade, no presente sistema, portanto se apoia numa convergência de ideias entre os líderes políticos e aqueles que seguem as ordens. O controle político civil pode ser baseado em uma lealdade compartilhada com algum partido político, ligações pessoais não políticas, e mesmo interesses materiais, mas ambos os termos implicam que essa lealdade é limitada ao relacionamento entre certos militares e líderes políticos ou facções. Assim, para que os civis exerçam uma autoridade mais efetiva sobre os militares, a obediência militar deve permanecer em um reconhecimento mais profundo da legitimidade da autoridade civil. Essa autoridade deve emanar de uma divisão compartilhada de crenças e preferências sobre a forma do sistema político ou do reconhecimento dos militares da efetividade do regime político (WEBER, 1993)

⁸⁰ Do original em Espanhol.

⁸¹ Alguns discursos do Presidente da República dirigidos aos militares podem ser encontrados em Venezuela (2010).

Devemos recuperar nossas raízes libertadoras e antiimperialistas e estar preparados ante as ameaças norte americanas que são a principal ameaça que temos. temos de estar preparados desde a alma e desde de nossas raízes da grandeza de nossa história, de nosso mártires e de nosso povo.” (FRÍAS, 2006).

Débora Norden (2008, p. 5-7) salienta que, de alguma forma, a constituição de 1999 renunciou tanto o futuro do governo quanto a sua expectativa ante o papel dos militares na administração. Segundo a autora, a transformação doméstica é um elemento essencial em qualquer regime revolucionário, e os militares são frequentemente peças importantes do processo. Portanto, trocar as forças armadas em direção a um papel mais politizado e reforçando suas funções internas – sem perder o seu mandato simultâneo de defensor do país – condiz com os objetivos de Chavez em mudar o país em direção ao socialismo. Conseqüentemente, a proposta de reforma constitucional de 2007⁸² definiu as missões militares com o propósito de se encaixar ainda mais nesse propósito, além de reestruturar as forças armadas de maneira a aprofundar e defender o regime revolucionário.

Para Rodolfo Magallanes (2009, p. 114):

Em matéria militar o projeto de reforma tinha a tendência de aumentar o controle “partidário” sobre o componente militar da sociedade e tornar difusas as divisões entre o mundo civil e o militar, estabelecendo entre outros elementos a milícia popular como um componente a mais das forças armadas, ao mesmo tempo que incluía no projeto constitucional um conteúdo ideológico e doutrinário também em matéria de estratégia militar. Para o cumprimento de suas funções deveria aplicar os princípios “da defesa integral e da guerra popular de resistência”. Em particular previa a possibilidade de que as Forças Armadas exercesse funções de polícia atribuídas mediante lei.

⁸² A reforma constitucional foi uma tentativa do governo em envolver mais os militares no aprofundamento do novo regime socialista em uma variedade grande de frentes. O documento salientava a preocupação da administração na defesa do socialismo contra as elites nacionais e os inimigos externos – presumidamente os Estados Unidos.

Quadro 8 - Resultado do Referendo de 2007 com relação à proposta de nova alteração da Constituição de 1999, principalmente ante os votos a favor das propostas apresentadas pelo Presidente da República versus a eleição presidencial de 2006 para que se tenha uma ideia da aceitação das mudanças por parte da sociedade civil

	Votos a favor das propostas apresentadas pelo Presidente da República no Referendo	Eleições Presidenciais de 2006	Diferença
Venezuela	4.379.392	7.309.080	2.929.688
Total de votos nos estados principais	2.471.591	4.087.439	1.615.848
Total no resto do país	1.907.801	3.221.641	1.313.840
Zulia	472.462	724.254	251.792
Distrito Capital	392.489	658.487	265.998
Miranda	422.811	692.717	269.906
Carabobo	367.532	583.773	216.241
Aragua	324.745	537.769	213.024
Lara	284.726	515.715	230.989
Anzoátegui	206.826	374.724	167.898

Fonte: Venezuela, 2011.

Apesar do fracasso do projeto de reforma constitucional por uma escassa maioria dos participantes pela convocação de um referendo, a proposta de reforma permanece significativa ante a incorporação dos conceitos do governo para implementação do regime que tem tentado criar.⁸³ O projeto de reforma se caracterizava por favorecer um alto grau de centralização e outorgava importantes atribuições ao executivo nacional concentrados na figura do Presidente da República.

Nessa direção se destacam as atribuições de criar ou suprimir novas entidades territoriais especiais, tais como novas províncias, territórios, municípios e cidades federais, distritos funcionais, regiões marítimas, distritos insulares e regiões estratégicas de defesa, as últimas denominadas no projeto inicial apresentado pelo Presidente como regiões especiais

⁸³ Com respeito às missões militares a reforma constitucional de 2007 salientava que: “ as forças Armadas Bolivarianas constituem um corpo essencialmente patriótico, popular e antiimperialista...as Forças Armadas serão organizadas pelo estado para garantir a independência e soberania da nação, defendê-la de qualquer ataque externo ou interno, e assegurar a integridade do espaço geográfico através do estudo, do planejamento e execução da doutrina militar bolivariana, os princípios de defesa integral e da guerra popular de resistência, e na cooperação nas tarefas de manter a ordem de segurança dos cidadãos e ordem interna, assim como uma ativa participação nos planos de desenvolvimento da nação nas áreas econômicas, sociais e de desenvolvimento tecnológico da nação, de acordo com a Constituição e a lei (Art.328, Proposta de Reforma da Constituição da Republica Bolivariana da Venezuela)

militares, as quais possuem “fins estratégicos e de defesa” e que podem ser criadas em qualquer parte do território e demais espaços geográficos da república.

3.5 O presidencialismo e o sistema de partidos - o culto ao personalismo na Venezuela

A tendência ao personalismo na política latino-americana é reforçada pelos laços fortes entre líderes e seguidores, entre aqueles que detêm os recursos a sua disposição e aqueles que necessitam dele. Durante a metade da década passada, a maioria dos países latino-americanos experimentaram a democracia de massa pela primeira vez. Esse período foi fortemente marcado pelo populismo e por lideranças personalistas fortes.⁸⁴ Os populistas faziam comícios públicos com retóricas inflamadas contra o imperialismo e a oligarquia local.

É importante se considerar que a liderança populista e sua característica carismática, de acordo com a análise de Max Weber é entendida como uma ação social interativa de um processo que nos permite conceber como o líder populista é criado pelos seus seguidores e como eles mesmos se fazem líderes. Os líderes populistas se identificam com o povo e este se identifica como eles, como plebeus em luta frontal com a oligarquia. O líder, com sua honestidade e fortaleza, garantirá a satisfação das aspirações e desejos das maiorias, em outras palavras, eles encarnam o símbolo da projeção de um ideal através da veneração de qualidades que não possuem e seus seguidores estão associados em uma forma mística. Outro aspecto é a imagem de sacrifício e do interesse, vontade de correr riscos em benefício dos mais necessitados ou menos privilegiados. É assim como o líder através de seus discursos que são temas de interesse político, enfocados a satisfazer as populações mais necessitadas, o faz em uma linguagem de fácil entendimento.⁸⁵

O presidencialismo como forma de governo se instala na Venezuela desde a dissolução da Gran Colombia em 1830. O regime se desviou para fórmulas consideradas personalistas, autocráticas, ditatoriais e tirânicas, dependendo da característica do governante ao longo da história desse país.⁸⁶

⁸⁴ A tendência ao personalismo reforça o estilo de política conhecido como “populismo”. O populismo pode ser descrito como uma prática de apelo ao suporte das massas defendendo as causas do povo mais simples contra as elites mais poderosas, ou ainda pode ser definido como um estilo de política caracterizado por um líder carismático que evoca lealdades emocionais fortes das massas seguidoras se utilizando da difusão do ódio contra as elites privilegiadas e fortes, e também alega a traição do bem-estar nacional pelos interesses estrangeiros. O populismo só pode ser compreendido em um contexto de tempo e lugar onde ocorre. O populismo não pertence a nenhum lugar em particular do spectrum da direita ou da esquerda na política, pode ser encontrado historicamente nos dois extremos e, frequentemente, no centro (HELLINGER, 2011, p.143).

⁸⁵ Weber, Max. *Economia y Sociedad*. Editorial Fondo de Cultura Económica, Madrid, 1993.

⁸⁶ O presidencialismo para que não se desvie para formas personalistas e autocráticas deve estar antecedido por vários pressupostos fundamentais. Dentre eles, que o voto popular em eleições livres e transparentes seja

Nesse estudo, consideramos o personalismo como um exercício autoritário e autocrático de poder, pois está acompanhado do abuso, da arbitrariedade e do manejo dos recursos do Estado para o benefício do próprio mandatário e de seu projeto político e de seus partidários. Esse último, inclui a organização política ou militar que o respalda e aos familiares do mandatário. Em regimes personalistas se fratura a independência e o equilíbrio entre os poderes públicos. O Estado de direito tende a desaparecer, já que as instituições buscam dobrar-se à vontade do governante, que se converte no máximo e único poder. Sua força não reside tanto no respaldo popular (que pode ter), mas no exército ou nos grupos civis armados que o respaldam. A vontade do líder se impõe até o ponto em que as leis e o sistema institucional estejam adequados a seus interesses (MÁRQUEZ, 2004, p. 59).

A incapacidade do Estado em lograr com mais êxito os objetivos do Programa Mínimo de Governo e nos Planos da Nação dos governos Betancourt (1959-1964), Raul Leoni (1964-1969), Rafael Caldera (1969-1974), Carlos Andres Perez (1974-1979), Luis Herrera (1979-1984) e Jaime Lusinchi (1984 -1989) originaram o que mais adiante se denominou a crise da representatividade das instituições do Estado e dos partidos políticos como agentes de intermediação entre o Estado e a sociedade. Essa crise se aprofundou a partir da adoção e aplicação das políticas econômicas de corte neoliberal, com seu correspondente impacto social, impostos nos governos Carlos Andres Perez (1989-1994) e Rafael Caldera (1994-1999) (QUERALES, 2007, p.197).

O sistema bipartidista nos anos 80 se mantinha em pé, mas a legitimidade dos principais partidos políticos começava declinar progressivamente a partir do início da crise econômica produzida pela aguda redução de divisas proveniente do petróleo em combinação com a dívida externa contraída durante a época dos altos ingressos durante os governos de Carlos Andrés Perez (1974-1979), Luis Herrera Campis (1979-1984).

Observa-se que, mais que a crise econômica em si mesma, a decadência progressiva da legitimidade dos principais partidos deve ser atribuída à incapacidade dos governos COPEI e AD em tentar diminuir os efeitos sobre a população, cuja insatisfação crescente revelava também mais alto grau de consciência da corrupção e do clientelismo.

A manifestação concreta da forma de partidismo clientelar na Venezuela de Chavez se materializa quando somente os seguidores do projeto bolivariano obtêm emprego particular ou benefícios do governo, como os microcréditos ou os grupos educativos nas missões.

fonte de sua autoridade. Em segundo lugar, que exista um sistema de instituições sólidas que atuem como contrapeso ao executivo e que cumpram com autonomia as responsabilidades e competências que se destinem à constituição e às leis e que garantem a alternabilidade no poder das distintas forças e partidos que se movem no cenário político (DAHL, 1997).

Infelizmente não existe uma base de dados que indique o quanto é estendida essa prática. Não obstante é sempre importante se considerar que essa prática não foi criada pelo governo atual. Na Venezuela, o partidismo é uma prática comum desde a quarta república, quando se era necessário ser membro de um dos partidos dominantes, AD ou Copei, para conquistar bons cargos e receber benefícios.⁸⁷

A partir da ascensão de Hugo Chavez no poder, a descentralização política do país foi preservada, governadores e prefeitos continuam sendo eleitos popularmente, mas a Presidência da República se converteu na figura pública que gira todo o país ao redor. Os governadores e prefeitos perderam o protagonismo adquirido no cenário regional e local. Segundo Franklin Molina (2003, tradução nossa)⁸⁸:

Esta personalização da política e do sistema de partidos teve como causa fundamental em primeiro lugar: a decomposição de lealdades em direção aos partidos tradicionais causada por erros, pela corrupção e por sua incapacidade de afrontar satisfatoriamente a crise econômica e também pela atenuação da confrontação ideológica depois do fim da Guerra Fria; e em segundo lugar a reforma institucional que estabeleceu a eleição direta de governadores e prefeitos a partir de 1989, pois proporcionou uma nova via para o surgimento de líderes políticos regionais e nacionais distinta da burocracia interna dos partidos.

Atualmente partidos políticos institucionalizados de forma frágil exibem importantes características operacionais que contrastam com aquelas dispostas por sistemas de partidos altamente institucionalizados. O anterior tende a ser mais personalista, menos estável e mais condutivo a movimentos populistas, além de mais voláteis. Sistemas de partidos políticos institucionalizados de forma frágil também diminuem a capacidade dos votantes em forçar o *accountability* dos eleitos e, devido ao alto grau de volatilidade, aumentar os níveis de insegurança entre os atores sociais, políticos e econômicos. A fraca institucionalidade dos partidos políticos enfraquece a capacidade da democracia em resistir a um deslize em direção ao autoritarismo (MOLINA, F., 2003, p.172).

Apesar da diminuição no grau de institucionalização do sistema de partidos políticos na Venezuela, se observa na cultura popular, orientações de suporte à democracia. Isso sugere que um sistema de partidos políticos, que diminui o seu grau de institucionalidade que havia conquistado anteriormente, está mais resistente ao retorno de um governo autoritário do que

⁸⁷ De acordo com Gregory Wilpert uma das razões pelo qual o partidismo clientelar debilita o projeto bolivariano, sendo ainda uma violação flagrante de um dos objetivos principais do projeto, como é a criação de uma maior inclusão, liberdade, igualdade e justiça social, é que ele fortalece a oposição. A mentalidade partidista-clientelar obstrui a administração eficiente e racional. E ainda o partidismo clientelar debilita o projeto bolivariano, pois essa prática conduz facilmente ao caminho da corrupção, o qual contribui significativamente a perda da legitimidade política (WILPERT, 2009, p. 241).

⁸⁸ Do original em Espanhol.

sistemas de partidos que nem sempre foram pouco institucionalizados. Isso se deve em grande parte ao período dos anos 60 e 70, nos quais a prática democrática no país foi constante.

Da mesma forma, quando o sistema de partidos é pouco institucionalizado, sua legitimidade tende a ser baixa. As pessoas tendem a não se identificarem com o partido político e sim se concentram na figura da personalidade política. Quando o personalismo se torna ascendente, as organizações político-partidárias desempenham um papel secundário.

As eleições de 2000 ratificaram o triunfo de Chavez e o sistema de multipartidismo polarizado e desinstitucionalizado que fez sua aparição em 1993. O Movimento Quinta República (MRV) e Chavez não foram quem geraram um novo tipo de sistema de partidos, este havia surgido em 1993. Mas foram as características desse sistema de partidos que tornaram possível o triunfo da candidatura de Chavez em 1998. Isto só foi possível em um sistema de partidos já desinstitucionalizado e no qual as lideranças carismáticas puderam se tornar o centro da cena política e as organizações partidistas puderam surgir em uma eleição e desaparecer na seguinte.

Quadro 9 - Pesquisas demonstradas pelo Latinobarômetro de 2011 - diminuição no apoio à democracia

Países onde diminuiu apoio à democracia	2010	2011	Diferença de apoio 2010-2011	Diferença PIB 2010-2011	Varição imagem de progresso
Guatemala	46	36	- 10	1,2	- 6
Honduras	53	43	- 10	0,2	- 3
Brasil	54	45	- 9	- 3,5	- 16
México	49	40	- 9	- 1,4	- 2
Nicarágua	58	50	- 8	- 0,5	- 3
Costa Rica	72	65	- 7	- 1	- 13
Venezuela	84	77	- 7	5,8	- 3
Colômbia	60	55	- 5	1	- 1
El Salvador	59	55	- 4	1,1	- 3
Bolívia	68	64	- 4	1,2	- 11
Equador	64	61	- 3	2,8	2
Peru	61	59	- 2	- 1,7	9
Chile	63	61	- 2	- 1,1	- 26
Panamá	61	60	- 1	1	- 3
América Latina	61	58	- 3	- 1,3	- 4

Fonte: Latinobarômetro, 2011.

Segundo o Latinbarômetro, a diminuição do apoio se dá por motivos bastante distintos e com variações do crescimento diametricamente opostas, assim como a queda na imagem de progresso que não está correlacionada com o crescimento econômico.

A revolução bolivariana pregada pelo regime exalta seu objetivo de instituir uma democracia participativa, mas, de outra parte, acentua e promove o personalismo político.⁸⁹ A experiência democrática da Venezuela na etapa do declínio do bipartidismo (1988-1998) trouxe o declínio da democracia de partidos. Este período pode ser identificado com o surgimento de duas clivagens. Em primeiro lugar, a subclivagem Estado/Mercado, mais estrutural que funcional, que se expressa claramente no governo tecnocratizante de Perez, desde o fim dos anos 80 e que impulsionou políticas de corte neoliberal tendentes a reduzir o intervencionismo estatal, por um lado, e as forças do declinante partidismo, defendendo com cada vez mais necessidade um ilusório Estado de bem-estar, que se revelou ineficiente no cumprimento de sua fusão de direção e controle social, por outro.

Em segundo lugar, a subclivagem centralismo/descentralização, mais funcional que o primeiro, longe de coincidir com a tradicional clivagem “centro/periferia”, representa no seio do governo e dos partidos uma sorte de abdicação do Estado frente às reivindicações de um crescente poder local e regional que, confrontando ao tradicional centralismo político de corte presidencial, era considerado o principal obstáculo para o desenvolvimento.

A diferença de outros países é que esta subclivagem está na origem do surgimento de partidos regionais somente em número limitado, embora atravesse os principais partidos na etapa do declínio bipartidista. A vigência desta subclivagem resulta notável nos dias atuais, quando frente às pretensões centralistas do governo de Chavez que se vem constituindo, cada vez com maior significação, portadores de bandeiras da descentralização político-administrativa.

Segundo Jimenez, com a debilitação da democracia partidista, a ofensiva cívico-militar de Chavez começou por identificar-se por uma ideia geral, mais abstrata que real, de uma “democracia participativa e protagônica”, incorporada pelo esforço em substituir a democracia representativa dos “partidos corruptos do puntofijismo”. Esse tipo de democracia foi incorporada na constituição de 1999, expressando a vontade política de rechaçar o

⁸⁹ A Carta Magna da Venezuela de 1999, aprovada por referendo popular, converteu a democracia venezuelana em “participativa e protagônica”, mantendo os princípios e mecanismos da democracia representativa da constituição de 1961 no seu artigo 5, mas a complementou com um conjunto de instrumentos de democracia direta. Em concordância com essa nova concepção diz o artigo 6 referente aos princípios fundamentais: “O governo da República Bolivariana da Venezuela e das entidades políticas que o compõem é e será sempre democrático, participativo, eletivo, descentralizado, alternativo, pluralista e de mandatos revogáveis” (tradução nossa).

passado, representando um fator fundamental na determinação dos objetivos emblemáticos do “processo de mudanças profundas”, proposto por Chavez e o chavismo no poder (JIMENEZ, 2009, p.166).

Com as eleições regionais e presidenciais de 1998, foi tomando corpo uma nova clivagem, a de democracia de partidos/democracia plebiscitária, resultado da fratura social e política entre os portadores de uma partidocracia real e os de uma nova democracia participativa. Desde suas origens em 1992, o chavismo vem apresentando-se como a expressão de uma nova democracia que, conduzida pelo líder plebiscitário, se propõe substituir a hegemonia bipartidista do passado recente.

Apoiamo-nos na conhecida proposição de Max Weber em sua sociologia da dominação que, vinculando as práticas democráticas com as plebiscitárias, promovem ensaios democráticos proclives ante o reconhecimento de chefes carismáticos.

Trata-se de uma espécie de dominação carismática oculta sob uma forma de legitimidade derivada da vontade dos dominados e somente por ela perdurável. O chefe (demagogo) domina de fato em virtude da devoção e confiança pessoal de seu séquito político. “Em circunstâncias tais que “o chefe é somente aquele a que a máquina obedece, mesmo que por cima do Parlamento”. A criação de máquinas semelhantes significa com outras palavras, a chegada da democracia plebiscitária. (WEBER, 1993, p.215 e 1084).

O componente cesarístico das democracias, dentro de uma política de massas, não exclui a lógica clientelar que se logrou impor-se em um eleitorado desencantado e por ele desconfiado, proclive as formas plebiscitárias da seleção dos líderes políticos. O presidencialismo latino-americano promoveu tradicionalmente essa seleção plebiscitária, particularmente naquelas épocas de transição a um novo regime. Quando a posição do presidente plebiscitário descansa na confiança das massas de seu país e de modo algum na confiança do Parlamento (lugar privilegiado dos partidos), a seleção plebiscitária se superpõe à seleção proveniente da luta parlamentar. De modo tal que o poder do presidente plebiscitário entra em relação direta com a debilitação do poder do parlamento (dos partidos) a tal ponto que o primeiro, eleito diretamente pelo povo, necessariamente tende a se colocar por cima do parlamento.⁹⁰

⁹⁰ Em seu conhecido texto de 1917, Max Weber apresenta várias observações sobre as condições sociais de liderança e o rol crucial que este alcança na formação do poder político: “a entrega ao carisma do profeta, do líder guerrero ou do grande demagogo na ecclesia ou no parlamento, significa, desde logo, que o líder é considerado condutor, “chamado” o “elegido” dos homens e que estes se submetem a sua direção não por costume ou obediência a lei, mas sim porque crêem nele. E ele, por outro lado, vive dedicado a sua causa, a sua “obra” se não é um mero egocêntrico vaidoso que se aproveita das vontades do momento” (WEBER, 1983, p.67-68, tradução nossa)

Efetivamente, na medida que o conjunto de seguidores mobilizados não pode sustentar-se definitivamente, e não em poucos casos, nas sociedades modernas, busca sempre burocratizar-se a partir da forma de partido. Na experiência latino-americana da democratização, foi o caso, por exemplo, de Alberto Fujimori no Peru dos anos 90, cujos esforços sempre estiveram orientados para conversão das forças armadas no autêntico partido oficialista do fujimorismo. Também pode ser o caso da Venezuela de Chavez, de uma tendência marcada para a constitucionalização do carisma, como movimento coletivo conduzido pessoalmente pelo líder carismático e que consiste no ato ritual que marca o nascimento do novo poder, da nova república, feito que já se havia produzido no passado nas experiências populistas de vários países latino-americanos.

Para (PETKOFF, 2006, p.183-184),

O discurso bolivariano tem estado unido, até agora, a uma proposta vaga e tanto emocional de redenção social. Mais recentemente, porém, tentou dar maior profundidade conceitual, associando-o de forma caprichosa, e até grotesca, com a busca de um conteúdo específico para o inefável “socialismo do século XXI” que acaba de por em órbita Chavez. Seu discurso tem se derivado, a partir da proposta humanista, acudindo muito a imaginação cristã, ao antineoliberalismo, e em seguida ao anticapitalismo, para alcançar a proposição de inventar o socialismo do século XXI. Tudo isso sobre o cenário de um nacionalismo que agora mostra um forte conteúdo antiimperialista, muito parecido com o de Fidel Castro, dentro do âmbito de um crescente discurso de confrontação ideológica com o governo Bush. Mas, e precisamos ter isso claro, o principal ativo do chavismo é a vigorosa e carismática liderança de Chavez que, generosamente lubrificada por um petróleo de preços siderais, conseguiu construir um laço afetivo e emocional com milhões de venezuelanos, em um plano que, as vezes, se assemelha a um tipo mágico-religioso.

A coalizão que se construiu em torno do MVR (Movimento Quinta República), conhecida desde então como o chavismo, permaneceu unificada apesar das profundas diferenças que ameaçavam a partir de uma militância civil, politicamente emergente, identificada com as mais diversas ideologias, de um grupo militar sem experiência política. Nesse ponto, toda explicação se coloca necessariamente no excepcionalismo e personalidade carismático-messiânica do líder do movimento. O Chavismo parece desde sempre se manter como um movimento carismático de corte weberiano e como tal sua influência marcada pela instabilidade de suas ações executórias.

De acordo com Alfredo Ramos Jimenez (2009, p.90, tradução nossa)⁹¹:

À medida que o carisma do presidente foi se nutrindo com a reórica populista, que para ocasião ganhou força inusitada, graças ao declínio profundo da partidocracia, desmembramento dos principais partidos existentes na Venezuela desde o Pacto

⁹¹ Do original em Espanhol.

Punto Fijo, essa retórica passou a formar parte significativa do léxico político da autoproclamada “revolução bolivariana” recuperando vários princípios do ideário Libertador de Simon Bolivar.

Na América Latina, a propensão do líder carismático à arbitrariedade das decisões foi sempre canalizada em direção à re-afirmação personalizada do tradicional presidencialismo. Nesse sentido, o conflito que se estabelece entre o líder plebiscitário com os membros do parlamento que escapam de seu controle tem sido a fonte de várias tensões sociais e desequilíbrios que, em larga medida, se constituíram com frequência em fonte de instabilidade político-institucional. A liderança populista carismática resulta, por consequência, reativa às formas de competição democrática, inclinando-se sempre à personalização de todas as ações e decisões governamentais.

Na medida em que se consolida um discurso, inscrito dentro da lógica amigo/inimigo, divide e polariza todo o campo político. As estratégias dominantes da liderança plebiscitária vai incorporando posturas morais e éticas excludentes, desembocando no cultivo de atitudes políticas sectárias e intolerantes do líder e seus seguidores em direção a todo o adversário político.

O Chefe de Estado em um regime presidencialista constitui no centro de atenção em que os meios de comunicação no país geralmente dão atenção. Hugo Chavez excede os limites do usual na utilização desses meios. As cadeias de rádio e televisão se convertem em mecanismos através dos quais o presidente rouba a cena nacional. Quando se questiona esse comportamento ao Presidente da República, ele contra-argumenta salientando que as redes de televisão privadas se mantêm todo dia com ataques ao presidente e a seu governo e à revolução bolivariana. Segundo sua opinião, os meios são golpistas.

Apesar dessas acusações, Hugo Chavez, mesmo assim, desfrutou de apoio de importantes meios de comunicação, tanto impressos como de rádios durante a campanha eleitoral de 1998 e durante a sua primeira gestão. Tanto o jornal El Nacional como Venevision respaldaram o seu governo de forma ativa. Será a partir da aparição do discurso do projeto hegemônico que os meios de comunicação retiram o apoio e passam a julgar um papel-chave na defesa das liberdades políticas (MARQUEZ, 2004, p.69).

Poucos presidentes na América Latina se utilizaram da televisão como Hugo Chavez. Chavez se apoia na televisão para entrar em contato direto com a população com uma ampla audiência, que se mantêm sempre a expectativa de anúncios do presidente. É comum nas redes de televisão nos horários de maior audiência, principalmente nos horários das populares telenovelas discursos longos do presidente.

O regime chavista, intitulado como revolucionário, tem sido objeto de interesse em trabalhos publicados em periódicos fora da Venezuela. Grande parte dessa literatura, produzida no exterior, que promove a figura do presidente Chavez e seu movimento, como líder que anuncia “novos tempos” para a Venezuela e América Latina não é pouca. Inclui trabalhos que vão desde elogio interessado, aqueles que indicam o presidente como um legado do libertador Simon Bolívar,⁹² até aqueles que consideram o chavismo como a força da “revolução bolivariana”, ou como “a quarta via ao poder” ou ainda, como o primeiro pensador revolucionário que produziu a Grande Pátria desde os anos sessenta como o autor Dieterich (2001).⁹³ Segundo o ex-chanceler do México, Jorge Castañeda (1993, tradução nossa)⁹⁴:

se admite que nos países latino americanos se requiere poderes executivos fortes e democráticos, mas a diferença do passado, que não sejam autoritários e que não se perpetuam na cadeira presidencial e se vêem obrigados a confirmar e consolidar consensos em apoio a suas propostas e a aceitar suas derrotas quando as sofram. Algo um tanto distante da experiência de Chavez no poder.

Identifica-se que as fragilidades da democracia na América Latina são refletidas no problema dos mecanismos de controle e de imperfeições nos mecanismos de representação política. A fragilidade dos freios e contrapesos na região manifesta-se de diversas formas: poderes executivos controlando o processo legislativo, legislaturas que apenas carimbam as decisões do executivo, poderes judiciários dependentes, meios de comunicação manipulados e pouco controle exercido por instituições, tais como ministérios públicos, Tribunais de Contas e as Controladorias.

Hugo Chavez instituiu um presidencialismo personalista no qual a sua força é sustentada pela incompetência da oposição, ou pela incapacidade dos atores sociais e políticos

⁹² O culto secular a Bolívar na Venezuela sobreviveu imodificado por muitas gerações. Sucessivos presidentes e generais, corruptos, patrióticos, fúteis todos se utilizaram da imagem do libertador. Hugo Chavez não é exceção elevando o pensamento de Bolívar quase ao nível de uma ideologia. O seu propósito não é somente venerar a figura de Bolívar, como fizeram alguns mandatários anteriores, mas também resgatar o caráter histórico e de realizações do libertador a partir do mito e da fabula (GOOT, 2000, p.92).

⁹³ A intenção persistente de identificar o projeto bolivariano como uma versão renovada do socialismo, ou o socialismo do século XXI, estabelecida nos discursos do Presidente da República se apresenta com inconsistências teóricas e práticas. A questão a saber é se o Socialismo do Século XXI tem suas raízes nas conhecidas teses do marxismo-leninismo ou se é o caso de algumas variantes latino americanas, seja do peruano Haya de la Torre que identifica como o populismo revolucionário. As atitudes políticas do chavismo no poder, em suas manifestações mais relevantes, reproduzem várias características do tradicional populismo latinoamericano, particularmente no que se refere ao voluntarismo extremo do líder carismático, de uma parte, e da manipulação paternalista, afetiva ou simbólica, de amplas expectativas populares, por outra fixadas nos discursos de retórica anticapitalista ou antiimperialista (JIMENEZ, 2009, p.249).

⁹⁴ Do original em Espanhol.

que não rezam a cartilha do governo de se articularem no sentido de instituir um projeto para o conjunto de toda sociedade venezuelana.

A debilidade do regime chavista está sustentada por uma circunstância comum aos presidencialismos considerados hegemônicos: todos têm dificuldade de criar regras verossímeis que não somente seus adversários, mas também e, principalmente, seus próprios aliados, respeitem e assimilem em situações de crise (CAVAROZZI, 2010, p.30).

Quadro 10 - Principais diferenças entre a doutrina do putofijismo e a bolivariana instituída pelo governo de Hugo Chavez

Categoria Conceitual	Característica Projeto Puntofijista	Característica Projeto Bolivariano
Sistema de Poder	Sistema Cívico Radical	Pretorianismo de Massas
Orientação Política	Social democrata e social cristã	Revolucionaria esquerdista
Doutrina de Segurança	Segurança Nacional (Interna)	Desenvolvimento integral e defesa exterior (EUA e a Guerra Assimétrica)
Natureza Social	Policlassista	Monoclassista (setores populares)
Fator Básico de Poder	As cúpulas bipartidistas do AD – COPEI	As Forças Armadas
Controle Civil	Por consolidar	Precariamente Consolidado com tendência fusionista

Fonte: Irwin, Castillo e Langue, 2007, p.170.

No quadro se identifica que o controle civil nunca chegou a ser consolidado na democracia venezuelana, o que levou à constante interferência dos militares.

3.6 Gupos de interesse e a mobilização da sociedade civil da Venezuela frente às ações de política externa.

Mesmo que a sociedade civil esteja atenta se exige organização para que possa participar dos processos políticos. De forma mais ampla há três formas da opinião pública

exercer influência ativa sobre a política externa: através dos movimentos políticos populares, por meio de partidos ou demonstrações menos estruturadas. É evidente que houve um aumento dos grupos de interesse que influenciam a política externa de diferentes países desde 1945. Hoje os grupos de interesse são mais visíveis e adquiriram um grau maior de legitimidade informal nos sistemas políticos da sociedade contemporânea, onde governos necessitam de diálogo com seus cidadãos em uma grande quantidade de questões.

Geralmente os grupos organizados da sociedade civil não possuem capacidade para regulamentar ou decidir de forma constitucional como deverá um país se posicionar sobre determinado assunto de política doméstica ou internacional, mas esses grupos são variáveis intervenientes que podem ou não influenciarem nas decisões governamentais de política externa em alguns momentos. Os grupos de interesse acessam as administrações no sentido de ter representado seus interesses nas mais diversas ordens, econômica, sociais ou culturais (FIGUEIRA, 2011, p.153).

Na Venezuela, uma das mais significativas mudanças desde 1958 foi a evolução da sociedade civil organizada. Durante esse período, organizações e movimentos sociais com novas identidades, concepções de cidadania e projetos sociais ocuparam espaços políticos e desenvolveram novas estratégias de interação com o Estado. Seus objetivos em ganhar legitimidade como atores e interlocutores na esfera pública foi atingido nos anos 80 como parte do processo de descentralização. Tiveram de igual forma sucesso em incorporar suas demandas fundamentais na agenda pública nacional, particularmente durante a Assembleia Constituinte de 1999 (GARCIA-GUADILLA, 2003, p. 179).

O Pacto de Punto Fijo permitiu acesso aos atores como a igreja, os militares, os sindicatos e os representantes dos grandes negócios para que interagissem entre o governo e a sociedade. A partir da nova constituição bolivariana, se abriu novo espaço para participação de novos atores, organizações e movimentos sociais, no qual tiveram sucesso em institucionalizar suas demandas e propostas ante à nova constituição. Mais importante, a constituição bolivariana institucionalizou a chamada democracia direta de forma que, tanto a democracia representativa quanto a participativa deveriam co-existir tendo as organizações sociais um papel cada vez mais protagônico do que os tradicionais partidos políticos.⁹⁵

De certa forma, a nova constituição bolivariana trouxe instrumentos de participação direta da sociedade civil em temas de política externa. A Constituição de 1999 previu a

⁹⁵ Essa transição para uma nova democracia na Venezuela enfrentou diversos desafios e obstáculos, começando pela necessidade de reformular uma definição precisa do termo democracia “participativa” e “protagônica” que é pregada na constituição bolivariana.

possibilidade de realização de referendos populares para a celebração de compromissos internacionais. Nesse sentido, a participação da sociedade civil em termos que dizem respeito diretamente à política externa estão de acordo com o conceito de democracia participativa previsto no art. 73, e inova quando prevê a possibilidade de convocação de referendos populares caso alguns acordos internacionais possam ferir a soberania nacional.⁹⁶

Para John Magdaleno (2011), algumas evidências estudadas por pesquisas realizadas pelo Datanalises da Venezuela indicam evidências de que o governo Chavez deverá trabalhar de forma mais pontual para buscar apoio da sociedade civil ante a percepção, por parte dela, dos atores internacionais considerados importantes para o governo venezuelano (MAGDALENO, 2011, p. 66).

O conceito de democracia participativa e protagônica da teoria à prática há uma distância bem grande. Durante os primeiros anos do governo Chavez, conflitos tornaram-se evidentes entre o discurso oficial do Estado no qual legitimava suas ações de acordo com os princípios e direitos definidos na nova constituição e a tendência de Chavez em atacar seus oponentes.

Segundo Garcia-Guadilla, o governo se utilizava de mecanismos que violavam o espírito da democracia de forma a resolver conflitos com esses grupos. Essa prática tomou a forma de ameaçar grupos que assumiam uma postura mais crítica quando do chamado Referendo sem especificar quais blocos de votantes seriam permitidos participar. Um exemplo disso ocorreu no conflito sobre as linhas de energia que deveriam ser construídas passando pela *Gran Sabana* para levarem energia ao Brasil. A orientação geopolítica e desenvolvimentista do presidente Chavez teria prevalecido ante os interesses dos indígenas e ambientalistas que levantavam a bandeira da defesa da identidade indígena e da natureza. O presidente caracterizava os oponentes como “traidores, espíões e estrangeiros”, declarando à mídia que a questão não era negociável, já que o projeto da linha transmissora era um fato consumado (GARCIA-GUADILLA, 2003, p. 189).

⁹⁶ A Constituição bolivariana prevê no seu artigo 154 (tradução nossa): “ Os tratados celebrados pela Republica devem ser aprovados pela Assembléa Nacional antes de sua ratificação pelo Presidente da Republica, a exceção daqueles diante os quais se trate de executar ou referendar obrigações preexistentes da republica, aplicar princípios expressamente reconhecidos por ela, executar atos ordinários nas relações internacionais ou exercer faculdades que a lei atribua expressamente ao executivo nacional”. O artigo 73 salienta: “Serão submetidos ao refendo aqueles projetos de lei em discussão pela Assembléa Nacional, quando assim o decidam pelo menos pela terça parte dos integrantes da Asembleia. Se o refendo conclue com um sim de aprovação, sempre que haja concorrido vinte cinco por cento dos eleitores ou eleitoras inscritos ou inscritas no registro civil e eleitoral, o projeto correspondente será sancionado em lei. Os tratados convênios e acordos internacionais que puderem comprometer a soberania nacional ou tranferir competências a órgãos supranacionais, poderão ser submetidos a referendo por iniciativa do Presidente da República no Conselho de Ministros; pelo voto da terça parte dos integrantes da assembléa; ou por quinze por cento dos eleitores inscritos no registo civil e eleitoral.”

É difícil de se analisar a participação existente da sociedade civil venezuelana nas questões de política internacional, estando o país vivenciando uma forte polarização da sociedade. Evidencia-se que houve a inclusão da possibilidade de participação de novos atores da sociedade civil em questões de política externa, mas também houve a exclusão de outros considerados opositores ao regime. A Fedecameras é um exemplo de um ator que no passado influenciava as decisões de política externa e que hoje foi excluída em função das rivalidades ideológicas das duas partes.⁹⁷ As modificações instituídas na nova constituição bolivariana prevê a democracia participativa. Ainda assim, a forte concentração de poder do executivo em ações de política externa dão pouca margem à sociedade civil venezuelana se manifestar ou quando o fazem, são taxadas de golpistas ou traidoras pelo governo.

3.7 Conclusões

A partir do fim da Guerra Fria, os militares da América Latina necessitaram repensar sua missão. Os inimigos tornaram-se mais difíceis de se distinguir e a globalização mudou as questões com relação à definição de segurança nacional determinada pelos oficiais militares. Da mesma forma, preocupações com a geopolítica da região ainda chamam atenção dos militares. A preocupação ante uma excessiva influência militar dos norte-americanos na região desperta atenção e propicia também respostas nacionalistas de algumas partes.

Apesar de, frequentemente, se associar o nacionalismo como estando mais próximo dos políticos de esquerda na América Latina, pode-se observar versões militares tanto de esquerda quanto de direita. Sentimentos nacionalistas extremos ainda podem ser verificados em países como, por exemplo, a Argentina, a Colômbia e a Venezuela. No final da década de noventa, os presidentes civis latino-americanos expressaram a não aceitação de governos instalados por golpes militares. A solidariedade por parte desses governos civis impediu que houvesse tentativas de golpes de Estado. Ainda assim, os militares permanecem como um importante fator político.

Atualmente os militares não necessitam estar no poder para influenciar na política. Na Colômbia, oficiais militares são notoriamente conhecidos por estarem muito próximos da ala direita que, volta e meia, viola os direitos humanos na guerra contra as Forças Armadas

⁹⁷ A Fedecameras foi responsável em abril de 2002 pela tentativa de golpe orquestrada para derrubar o governo Chavez, seu líder era na época Pedro Carmona.

Revolucionárias da Colômbia (FARC). Em torno de oito bilhões de dólares são despejados pelos EUA nos cofres dos militares desse país.⁹⁸ (HELLINGER, 2011, p. 201- 203).

Hoje golpes militares recebem cada vez menos legitimidade da comunidade internacional e parecem cada vez mais difíceis de serem sustentados por longo tempo. Por outro lado, na América Latina a influencia do militares permanece forte e tem assumido algumas formas questionáveis.

A caracterização do chamado processo revolucionário bolivariano na Venezuela se vincula no papel da instituição militar e no próprio Estado. Esse papel dos militares segue sendo ambíguo e paradoxo assim como o processo bolivariano também o é. A revolução proclama que seu objetivo é o de ser uma democracia participativa, mas promove e acentua o personalismo político, principalmente na figura do Chefe de Estado.

A extensão das funções atribuídas às forças armadas nos âmbitos da política interior e de desenvolvimento, assim como a vontade do presidente de outorgar aos quadros intermediários do setor militar responsabilidades no marco do governo ou da administração pública, além da gerência dos recursos destinados às obras de interesse social, fazem das forças armadas a única instituição que leva um controle efetivo sobre o Estado. A ausência de mediação entre os mais altos níveis do Estado e a Sociedade Civil, fez com que surgisse uma comunicação direta do presidente com seu eleitorado. As Forças Armadas podem assim ser chamadas para desempenhar esse papel tal como ocorreria com uma organização política.

A liderança político-civil venezuelana não teve e não tem até o momento a capacidade, o interesse, a vontade e a clareza política, além de consistência conceitual e convicção doutrinária em determinar a necessidade de implementar um conjunto de mecanismos e técnicas para exercer um efetivo controle civil sobre o histórico potencial pretoriano dos militares venezuelanos. Na verdade, desde a ditadura de Perez Jimenez não houve o estabelecimento de um controle civil sobre os militares, e sim ao contrário, houve um entendimento, um acordo, uma fusão de uma aliança civil-militar e político-militar não escrita mas operante e efetiva.

⁹⁸ No Chile, por lei, pelo menos 10% das vendas do cobre são repassados aos militares. Alguns desses favorecimentos somente começaram a ser mexidos no governo de Michelle Bachelet a partir de 2006 sob forte oposição da direita. Em Cuba a indústria do turismo, considerada vital para sobrevivência do regime depois de 1992 está sob controle de militares. Na Venezuela há uma quantidade excessiva de militares em postos-chave do governo (HELLINGER, 2011, p. 203).

4 A POLÍTICA DE DEFESA E SEGURANÇA DO GOVERNO HUGO CHAVEZ NO ÂMBITO DA POLÍTICA EXTERNA VENEZUELANA

O conjunto de Estados que compõe a América Latina apresenta hoje um cenário novo com importantes mudanças políticas e econômicas a partir da ascensão de novas lideranças. O pós-guerra fria trouxe mudanças substantivas no tratamento da questão da segurança regional. Novos temas foram incluídos na agenda, como o narcotráfico, migrações, democracia entre outros. No caso específico da América do sul, e mais precisamente na região andina, importantes alterações de cenários fazem por merecer uma análise mais pontual de alguns acontecimentos que envolvem a área de segurança regional e a política externa bolivariana.

A ascensão na Venezuela da liderança de Hugo Chavez Frias em 1999 iniciou um processo que fez surgir uma esquerda de matizes e peculiaridades distintas que têm transformado o cenário geopolítico e geoeconômico da região. O relacionamento da Venezuela com seus vizinhos no governo Hugo Chavez promove desconfianças, inseguranças e questionamentos. A Venezuela adota um distanciamento político-ideológico ante a potência hegemônica das Américas e foi acusada por estar produzindo uma corrida armamentista na região. A nova política de segurança do governo Chavez estabelece um novo papel para as forças armadas, fundamental ao projeto bolivariano de revolução.

O objetivo dessa seção é analisar a política de segurança e defesa da Venezuela no âmbito de sua política externa para com a região e verificar o aprofundamento ou não de medidas de confiança mútuas na área da segurança⁹⁹ e verificar as consequências para o hemisfério. Analisa-se a relação de Cuba e da Colômbia com a Venezuela, países considerados de relevância para com esse país na conformação de sua política de segurança e defesa.

A avaliação da política de segurança e defesa do governo Hugo Chavez e as consequências para a estabilidade da região passa pela necessidade de compreensão e entendimento das mudanças no âmbito doméstico pelo qual a Venezuela realiza.

A análise aqui apresentada está baseada na exposição teórica de Buzan e Waever (2003), na qual argumentam que a Teoria dos Complexos Regionais de Segurança nos permite compreender melhor a estrutura essencial de um dado complexo de segurança regional, pois avalia a balança de poder e as relações mútuas dos países envolvidos e as

⁹⁹ As medidas de confiança mútua (*confidence –building measures* em inglês) são ações realizadas no sentido de permitir que o dilema da segurança seja mitigado e que seja reduzida a possibilidade de uma resposta automática com emprego da força (ARAVENA, 1996, p.44).

inclinações regionais e globais das regiões. Para esses autores, uma abordagem regionalista permite um nível de análise mais distinto que somente entre o local e o global¹⁰⁰. Buzan e Waever (2003, p.30, tradução nossa) salientam, “A abordagem regional dá tanto mais clareza empírica quanto uma compreensão teórica mais coerente das dinâmicas internacionais de segurança.”¹⁰¹

Embora nessa seção se enfatizará com maior ênfase as implicações das mudanças e movimentos no âmbito doméstico da Venezuela que afetam o ambiente regional, mas especificamente o andino, concordamos com Buzan e Waever (2003, p. 48) que as dinâmicas de segurança são inerentemente relacionais, nenhuma segurança de uma nação é autocontida. Os complexos regionais de segurança são socialmente construídos no sentido de que são contingentes com as práticas de segurança dos atores envolvidos. Graciela Pagliari (2009, p.34) expressa essa questão,

Do fato de que a interdependência de segurança é inevitável decorre que nenhum nível será, por ele mesmo, adequado para entender o problema de segurança como um todo. Dessa forma, o completo significado somente será claro à medida que for observado em relação aos outros. Os complexos de segurança são utilizados para entender essa lógica relacional à medida que se considera que, diante do padrão regional – o qual se configura tanto pela distribuição de poder quanto pelas relações históricas de amizade (expectativa de proteção e apoio) e inimizade (relacionamento estabelecido por suspeita e medo) – um Estado não pode analisar e resolver seus problemas de segurança nacional de maneira separada dos outros Estados da região.

A estrutura essencial do complexo de segurança a ser estudado será analisada por três tipos de relações conforme apresenta Buzan e Waever (2003). O primeiro deles seria a distribuição de poder entre os Estados da região, o segundo, os padrões de amizade-inimizade entre os atores relevantes ao longo dos setores militar, político, social e econômico e o ambiental, e em terceiro lugar, as relações de poder com os atores externos à região¹⁰².

No campo de estudos das Relações Internacionais, a região tem uma relativa longa história como um campo de análise relacionado de forma distinta, primeiramente, à integração e à segurança. Apesar da natureza particular da Guerra fria ter ofuscado a importância dos processos regionais, o fim do conflito bipolar despertou um interesse renovado pelas regiões como arenas fundamentais de cooperação e conflito.

¹⁰⁰ Para Buzan & Waever Complexos Regionais de Segurança são “um conjunto de unidades cujos principais processos de securitização, dessecuritização, ou ambos são tão interligados que seus problemas de segurança não podem ser razoavelmente analisados ou resolvidos independentemente um do outro” (BUZAN; WAEVER, 2003, p. 201).

¹⁰¹ Do original em Espanhol.

¹⁰² Consideramos regiões como produtos de construções sociais, produzidas e reproduzidas por discursos e práticas socioeconômicas e políticas. Não são objetos atemporais, fixos no tempo e espaço. São construções dinâmicas que se movimentam a partir das relações entre territórios e sociedades diferentes.

A região andina, como um subsistema de segurança compartilha muito dos mesmos problemas de segurança, como o tráfico de drogas, o comércio ilegal de armas, o aumento da criminalidade, a privatização da violência, influência de políticas militares implementada pelos EUA para região e déficit da presença governamental em regiões distantes. Da mesma forma, pode-se dizer que os entendimentos com relação à segurança nacional entre os países são bastante relacionais. As agendas de segurança de países como a Venezuela e o Equador, por exemplo, necessariamente levam em consideração a situação interna da Colômbia. A economia da região também está fortemente interligada.

A interdependência de segurança na região andina se manifesta mais na forma de amizades do que inimizades, mesmo que se detectem constantes tensões territoriais, mais especificamente, entre Colômbia e Venezuela. Os governos têm geralmente cooperado no sentido de gerenciar as disputas e evitar o conflito.

Ainda que se possa identificar a preocupação dos governantes locais em favorecer a cooperação, como será apresentado ao longo desse capítulo, não podemos esquecer dos desentendimentos recentes entre alguns países da região andina provocaram um sentimento de insegurança e preocupação na América do Sul diante de um possível conflito militar. Venezuela e Colômbia romperam relações diplomáticas recentemente por desentendimentos político-ideológicos em 2010, inclusive provocando deslocamento de tropas, apesar do rápido restabelecimento das relações entre os dois países logo após a transição do governo Álvaro Uribe para o de Juan Manuel Calderon.

Peru e Equador, em função de uma disputa de demarcação do Vale do Rio Cenepa, chegaram a ir à guerra em 1995 tendo o Brasil que intervir na busca para uma solução pacífica restabelecida com assinatura dos Acordos de Paz de Brasília entre Peru e Equador em 1998.¹⁰³

Apesar da distinta forma de concepção ideológica apresentada pelo governo bolivariano como ideais ao continente na área da integração regional, havendo, com isso, diferenças consideráveis entre ALBA, MERCOSUL e UNASUL, o envolvimento da Venezuela nos processos de integração regional diminuem riscos de potenciais conflitos armados.

¹⁰³ Segundo o embaixador Ivan Cannabrava, o Acordo consumiu quatro anos de esforços de mediação para ser assinado, envolvendo países garantes como EUA, Chile, Brasil e Argentina. Salientava o embaixador: “Peru e Equador demonstram a todo o mundo, hoje, que o que distingue a América do Sul é o fato de ser uma região de paz. É o fato de ser uma região que elege a diplomacia e o direito internacional como estilo para superar divergências, que escolhe a boa convivência com o passaporte para modernidade.” (CANNABRAVA, [1997?]).

4.1 A política de segurança e defesa venezuelana e suas implicações para a região

A política exterior leva em consideração instrumentos centrais como a política de segurança e defesa e na Venezuela se vincula com ela, na medida em que está dirigida à preservação do exercício da soberania em relação aos fatores que integram o sistema internacional. Na história do país, a concepção da política de segurança e defesa deu-se exclusivamente em termos militares, entre as razões, a influência que exerceu a doutrina de segurança nacional, aplicada pelos regimes militares nos países da América do sul nos anos da guerra fria.

Ao longo da história, a política de segurança e defesa da Venezuela está associada no sentido de salvaguardar e fazer respeitar a soberania nacional do território e o espaço geográfico. Também está associada à solução do conjunto dos problemas fronteiriços e das tensões limítrofes e territoriais com a Colômbia e a Guiana Esequiba, o narcotráfico, a atividade da guerrilha Colombiana, assim como as imigrações ilegais, o contrabando de armas e pedras preciosas e a depredação do meio ambiente por atividade mineral ilegal dentre outros problemas. (ROMERO, A., 1980, p.57)

Segundo Hernan Castillo, o setor militar da Venezuela historicamente seguiu recebendo privilégios. Desde 1958, os privilégios são mantidos como forma do poder civil exercer controle sobre o estamento militar. A concessão desses privilégios teria permitido aos militares a manutenção da influência nas decisões governamentais civis, principalmente as decisões que diziam respeito à segurança e defesa. Apesar da constituição da Venezuela de 1961¹⁰⁴ permitir a designação de um civil para o Ministério da Defesa, nunca um civil foi nomeado, assim como, qualquer outra posição no resto da estrutura administrativa e burocrática de segurança e defesa do país. Para o autor, a titularidade de um civil à frente da segurança e defesa do Estado permitiria despolitizar os altos comandos e concentrá-los em funções mais técnicas (CASTILLO, H., 2007, p.95).

Atualmente, procedimentos e mecanismos de controle de gastos com defesa, por parte de autoridades civis são praticamente inexistentes. O controle da forma como se administra os gastos de defesa escapam de um escrutínio público. Castillo afirma ainda que hoje há grande dificuldade de se conseguir informações na área relacionadas à segurança e defesa, por mais simples que seja.

¹⁰⁴ Na constituição de 1961 as forças armadas formavam uma instituição apolítica, obediente e não deliberante pelo Estado. “As forças armadas nacionais formam uma instituição apolítica, obediente e não deliberadora, organizada pelo Estado para garantir a defesa nacional, a estabilidade das instituições democráticas e o respeito a constituição e as leis” (Artigo 132 da Constituição de 1961).

A legislação venezuelana, nesse aspecto, é considerada muito atrasada. Isso tudo traz como consequência que estudos sobre pensamento estratégico, e estudos de segurança e defesa são praticamente exclusividade do setor militar. Mesmo a formação de especialistas civis nesses campos, e a conformação de grupos e equipes interdisciplinares para o estudo do pensamento, planejamento, pesquisa e inclusive docência com participação acadêmica civil é extremamente difícil. Essas atividades estão reservadas aos institutos militares. Não há hoje na Venezuela nenhum centro de estudos estratégicos dedicado exclusivamente à área da segurança e defesa controlado por civis. Os dois existentes são controlados por militares o Instituto de Altos Estudo Militares (IAEDEN) e a Escola Superior de Guerra Conjunta (ESGC).

Essa situação chegou a um extremo que com respeito a decisões em áreas de fronteiras e limites internacionais, há uma espécie de poder de veto militar em decisões de Estado. Da mesma forma, ameaçam invadir e monopolizar outros campos de pesquisa e estudos como terrorismo, o narcotráfico, narcoguerrilha dentre outros.

No âmbito regional e hemisférico entre os anos 2003-2006 se percebe o aprofundamento da fragmentação da região andina a partir do anúncio da saída da Venezuela da Comunidade Andina de Nações, as tensões geradas com o governo do Peru, principalmente durante as últimas eleições nacionais e ainda os persistentes atritos com o governo Colombiano.

O governo venezuelano, nesse período, planejava um novo modelo de integração, que incluía o militar, a partir do Mercosul e da então Comunidade Sul Americana de Nações. Nesse período também se dava destaque à chamada “nova guerra fria”, que representava as diferenças de pensamento ideológico dos países da região, uns mais alinhados ao pensamento de esquerda radical, outros mais alinhados à chamada esquerda democrática que seria mais alinhada aos Estados Unidos.

No âmbito doméstico, o governo, para justificar a compra de armamentos e equipamentos militares, utiliza um discurso que demonstra a necessidade de ampliar e aprofundar a noção de co-responsabilidade entre Estado e sociedade para defesa e segurança do país que se expressa com a expansão e treinamento de reservistas e da Guarda Territorial.¹⁰⁵ (JACOME, 2007, p. 1-5).

¹⁰⁵ Segundo Langue (2009, p. 155) o reforço do poder militar na Venezuela a partir de uma maior integração civil-militar e a ativação da defesa nacional popular integral se contemplava em formar 50.000 reservistas até dezembro de 2003 e 500.000 mil até o final de 2005 (os dados atuais, segundo a autora indicam 100.000 reservistas até o final de 2005).

Os gastos militares venezuelanos têm chamado a atenção da imprensa e da academia nos últimos anos. A Venezuela passou de 56 no ranking de compradores de armas em 1998-2002 a 24 em 2003-2007 (SIPRI). Além da intensidade, as aquisições do país atraem atenção por serem acompanhadas de grande propaganda política do governo Chávez e de certa apreensão com suas intenções para a América do Sul. De certa forma, essa atenção ajuda Chávez a projetar uma imagem de poder tanto internamente como parte de sua política externa.

Quadro 11 - Gastos militares da Venezuela nos últimos 10 anos:

Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Valor em bolívares	1,3	1,2	1,5	2,7	4,2	6,4	6,3	9,2	8,6	8,6	10,2
Valor em dólares	3,5	2,6	2,5	3,6	4,8	6,4	5,3	5,9	4,3	3,3	3,1
Porcentagem do PIB	1,6	1,2	1,2	1,3	1,4	1,6	1,3	1,4	1,2	0,9	-

Fonte: Autoria própria, 2012.

Nota 1: Os valores são em milhões de bolívares e milhões de dólares.

Nota 2: Elaborado a partir dos dados do SIPRI em 12 maio de 2012.

Observa-se queda do investimento em gastos militares a partir de 2008, muito em função do agravamento da situação econômica e da diminuição dos preços do petróleo. O processo venezuelano de gastos militares nos últimos anos tem sido alto, mas não tão constante como, por exemplo, o chileno. Praticamente todas as áreas das três forças já foram contempladas ou há planos para tal. Os gastos, que até 2000 podem ser considerados moderados, aumentaram desde então, sendo o ano de 2006 o grande pico de aquisições de material bélico até o presente. A Rússia tem sido o grande fornecedor e aliado estratégico do governo Chávez.

Não obstante à legitimidade da preocupação venezuelana ante uma possível intervenção estrangeira, no caso, norte-americana, a fronteira mais instável segue historicamente sendo a que divide a Venezuela da Colômbia e a Guiana Esequiba em função de disputas territoriais.

No contexto continental, existem alguns cenários, ainda que restritos, de conflitos potenciais, devido às pretensões de fronteiras pendentes (como a pretensão de acesso ao mar pela Bolívia, respaldada pelo presidente Chaves, o que causou o conflito diplomático com o Chile em novembro de 2003). Os múltiplos incidentes diplomático-militares que ocorreram

entre 2003 e 2008 na fronteira colombiana-venezuelana (sendo a mais notável a detenção em 2004 do “chanceler” das Forças Revolucionárias da Colômbia - FARC, Rodrigo Granda, refugiado em território venezuelano) indicam até que ponto o equilíbrio diplomático e militar é frágil.¹⁰⁶

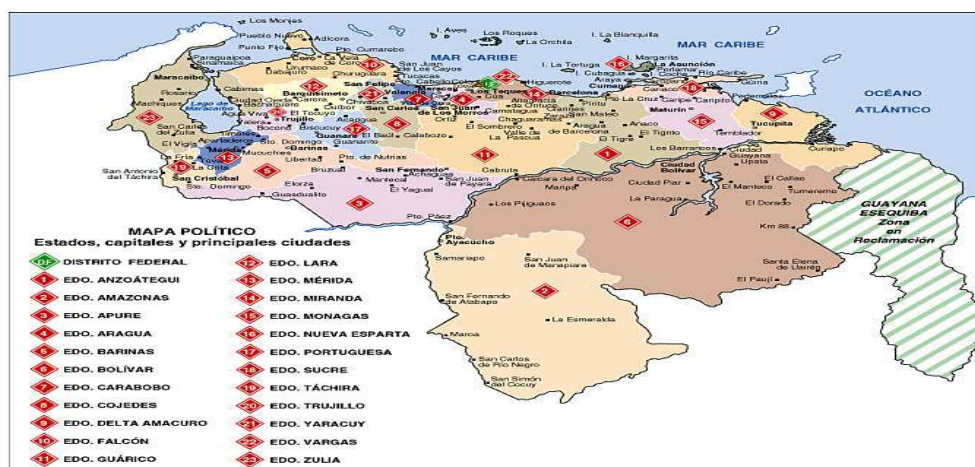
O governo de Chavez trouxe à tona o desejo de retornar à questão da zona em disputa do Essequibo com a Guiana, contestação que inclusive está presente na Constituição Bolivariana. Para Amado Cervo, essa conquista se daria por via diplomática, pois Chavez teria assegurado ao país vizinho que jamais utilizaria a força para resolver a disputa (CERVO, 2003, p. 172).

No ano de 2000, ocorreu o primeiro atrito com o governo da Guiana em virtude da tentativa da instalação de uma base espacial no Essequibo por uma empresa americana, a Beal Aerospace Technologies. Chavez advertiu o governo da Guiana que não iria aceitar a iniciativa mandando um recado direto a Georgetown. A política da boa vizinhança adotada pelo governo bolivariano aliada à diplomacia do petróleo via Petrocaribe foi determinante para a solução dos desentendimentos bilaterais. Salienta Vinicius Vargas Vasconcellos (2009, p. 47),

Na realidade, a reclamação territorial ficou em segundo plano diante das pretensões regionais. Em 2006 o Congresso venezuelano aprovou o projeto do presidente Chavez que modificava a bandeira do país, acrescentando uma oitava estrela, cujo significado era um tributo à contribuição da província da Guiana por sua luta pela independência no século XIX.

¹⁰⁶ Nunca se chegou a confirmar oficialmente o envolvimento do governo venezuelano com as FARC, apesar de algumas denúncias por parte do governo da Colômbia. Recentes dados publicados pelo International Institut of Strategic Studies de Londres, recolhidos dos computadores das FARC que pertenciam a Raul Reyes, capturado em território Venezuelano deixam tanto Venezuela quanto Equador em situação de constrangimento ante o possível envolvimento desses governos com a guerrilha.

Mapa 1- Mapa Político da Venezuela



Fonte: Mapa Político, [2004].

O mapa político da Venezuela sempre apresenta a região da Guiana Ezequiba como região ainda em reclamação.

A partir de 2008, o governo venezuelano tentou realizar importantes mudanças junto às forças armadas através da implementação de uma nova doutrina de segurança que daria a elas uma função política mais ativa. Em 2009, o presidente venezuelano tentou utilizar a Assembleia Nacional para implementar o que ele chamava “sua nova geometria de poder”.¹⁰⁷ No Plano Estratégico de Desenvolvimento Econômico Nacional da Venezuela, aprovado pela Assembleia Nacional, logo após o referendo constitucional, contém um extenso capítulo sobre “A Nova Geopolítica Internacional pregada pela Venezuela”.

A nova geopolítica internacional destaca: a necessidade de socialização das relações internacionais e a expansão do modelo socialista em direção ao estrangeiro; mudança para um mundo multipolar que desafia a hegemonia imperialista dos EUA, e a total transformação das Nações Unidas e outros organismos multilaterais; novas formas de integração que incluam regiões e setores excluídos dos acordos de livre comércio existentes que favoreçam os interesses transnacionais, via mecanismos de integração política e cultura como a Alternativa Bolivariana para as Américas (ALBA), a União dos Países Sul Americanos, a Petrosul, Petrocaribe e a Petroandina; foco no desenvolvimento energético como chave ao desenvolvimento de um novo mapa geopolítico; estratégia global em educação política enfatizando o alcance e objetivos da revolução bolivariana envolvendo movimentos sociais,

¹⁰⁷ Em março de 2009 o governo transferiu o controle de portos, aeroportos e autoestradas para o governo federal e determinou que o controle fosse feito por militares. Alguns planos como substituir a Guarda Nacional por uma “Milícia do Povo” foram barrados pela oposição, ainda assim a mesma foi criada como um serviço de apoio às forças armadas.

pesquisadores, acadêmicos e aliados políticos para mobilizarem as massas no apoio ao processo revolucionário; uma nova ordem de comunicação internacional apresentando novas alternativas de canais de informação.

O presidente Chavez reiterou a necessidade de transformação do ideal das Forças Armadas Nacionais a partir de um pensamento antiimperialista, pensamento republicano, pensamento nacionalista, integracionista, pacifista e libertário, de unidade cívico-militar, de patriotismo verdadeiro, de entrega, de sacrifício, de virtudes supremas. Expressa Chavez sobre isso:

Ponto mais uma vez importante para toda Venezuela ante todo o mundo, o grande papel que os militares venezuelanos tem em nossa história e que os militares seguem julgando em nossa história nesse caminho que estamos abrindo e ampliando e consolidando. Conta o povo venezuelano com uma Força Armada irmã, fraterna e solidária, com um Ministério da Defesa pensando sempre e atuando sempre no marco da constituição das leis, da missão estabelecida. (FRÍAS, 2005).¹⁰⁸

Nos discursos do presidente se observa sempre o destaque ao papel dos militares no âmbito histórico da nação. Chavez, em particular, ressalta ainda mais essa função da corporação. A participação política do setor militar repercute de maneira direta no debate político nacional associado à área de ação no qual estão desempenhando funções públicas afastadas do setor de Defesa e que se relacionam de maneira profunda à medida que ministérios e organizações estão sob sua forte influência como já mencionado no capítulo anterior.

A Venezuela deu início a um processo de modernização de suas forças armadas com muitos equipamentos adquiridos da Rússia. Segundo o Military Balance de 2010, publicado pelo International Institute for Strategic Studies, a Venezuela anunciava em setembro de 2009 mais um aporte de investimentos de modernização de suas forças armadas na ordem de 2,2 bilhões de dólares. O anúncio desse investimento indicava a possibilidade de compra de mais 90 tanques de batalha, um número não especificado de *Smerch*- sistemas de multi-lançadores de foguetes, helicópteros de combate *Mi-28*, uma variedade de sistemas de defesa aérea, possivelmente incluindo *S-300*, submarinos do tipo *classe kiloe* cinco *Mirach*-barcos de patrulha rápida e vários outros equipamentos. Entre outros equipamentos de possível interesse estavam: caças Su-35 super Flanker, 90 II-76MD de transportes estratégicos, veículos de

¹⁰⁸ Alguns discursos do Presidente da Republica dirigidos aos militares podem ser encontrados em: (VENEZUELA, 2010).

infantaria de combate BMP-3 e MBD-3, transportes NA-74 e tanques Midas II-78MK (IIST-Military Balance, 2010).

As aquisições de armamentos por parte da Venezuela têm vários objetivos. O primeiro, já anunciado pelo governo alguns anos atrás, seria a modernização de seus equipamentos. O segundo, o aprofundamento das relações com outros países em função da busca por parte do governo do estabelecimento de um modelo multipolar. Além da Rússia, a Venezuela fortaleceu a aquisição de material militar com China, Bielorrússia e Irã. A hipotética intervenção dos Estados Unidos no país via Colômbia também é utilizada como argumento a aquisição de novos armamentos.¹⁰⁹ (JACOME, 2010, p. 106).

O envolvimento da Rússia na América do Sul, principalmente com a Venezuela da-se muito em função de relações de comércio, benéficas à Rússia em função da sua produção de armamentos bélicos, mas também como forma de resposta ao envolvimento, considerado excessivo, por parte do governo russo, dos EUA na região do Cáucaso e no Leste Europeu. Esse movimento responde assim à lógica de poder global com implicações para região controlada pelos EUA.

Para Graciela Pagliari, não se poderia caracterizar as compras militares da Venezuela na América do Sul como uma corrida armamentista, uma vez que o país tem motivações tanto internas - como a consolidação do próprio governo para evitar tentativas de golpe, como regionais - contrabalancear o aumento da capacidade militar da Colômbia, e globais - alternativa à influência dos Estados Unidos (PAGLIARI, 2009, p.106).

No plano doméstico, as aquisições de armamentos por parte da Venezuela é muito utilizada como propaganda política do governo e, da mesma forma, como uma projeção da doutrina bolivariana para a região. Os discursos do presidente da república sobre defesa militar geralmente tem o cuidado em não provocar a desconfiança dos vizinhos, são frequentemente direcionados ao “maior perigo” considerado pelo governo a possibilidade de uma invasão americana. Quando o Presidente da República refere a possibilidade de um conflito bélico com os EUA, é enfático:

¹⁰⁹ O re-equipamento das forças armadas iniciou em 2004 a partir da assinatura com Convênio de Cooperação Técnico-Militar assinado com a Rússia em 2001. Em 2006 eram entregues os primeiros 30.000 dos 100.000 fuzis AK-103 encomendados aos diferentes componentes das forças armadas.¹⁰⁹ Encomendas como 24 aviões caças Sukhoi SU-30, 20 aeronaves para marinha, aviação e guarda nacional, aviões de treinamento militar Yak-130 como Ilyskin II96 foram feitas com um custo aproximado de 3 bilhões de dólares segundo a empresa Russa Rosoboronexport. Também esta prevista a transferência de tecnologia e assessoria da China para produção de satélites na Venezuela como parte de um Acordo de Cooperação com a União Internacional de Telecomunicações (JACOME, 2007, p. 6)

Nós não vamos guerrear com os nossos vizinhos [...] nós não vamos provocar uma guerra com a Colômbia, seria uma guerra contra nós mesmos. Nós não vamos fazer nenhuma guerra com a Guiana, nem com o Caribe nem com o Brasil, esses são nossos irmãos. Se algum dia formos a uma guerra, a única guerra possível para nós seria aquela que estaríamos obrigados a fazer contra invasão do imperialismo norte americano.(FRÍAS, 2006).

Embora a Venezuela tenha se beneficiado em anos recentes dos altos preços do petróleo, a sua economia tem sido a mais frágil dos países da América do Sul. Um dos maiores problemas da economia venezuelana no momento é a alta inflação. Em função do registro de alta inflação, o aumento nominal de 25% do orçamento de 2009 previsto para a defesa de 4,8 bilhões de dólares foi menor do que o divulgado conforme tabela abaixo (Military Balance- IISS, 2010)

Quadro 12 – Orçamento com Defesa

País	Orçamento para defesa em 2009	Gastos com defesa em 2009	PIB em 2009
Colômbia	6.500.000.000	64.578.637.852	267 bilhoes
Venezuela	4.019.000.000	3.000.000.000	355 bilhoes

Fonte: Autoria própria, 2012.

Nota 1: Elaborado a partir dos dados do *Military Balance* de 2010 do *International Institute for Strategic Studies-IISS*. Os números estão expressos em bilhões de dólares.

4.2 A relação da Venezuela com a Colômbia: algum risco de conflito militar?

A relação da Venezuela com os países andinos, e, principalmente, sua relação com a Colômbia sempre foi importante ao longo de sua história político-diplomática. No período da guerra fria, devido às circunstâncias do bipolarismo rígido, o movimento de caráter estratégico e geopolítico da Venezuela esteve condicionado.

Todos os movimentos político-territoriais foram bastante reduzidos com agendas temáticas de efeitos estratégicos limitados. Segundo Gallardo, a “liberdade estratégica” na prática da política exterior venezuelana de conteúdo geopolítico se circunscreveu espacialmente ao seu entorno contíguo ocidental (Colômbia) e ao seu entorno vecinal (Caribe e Centro-america).¹¹⁰ (GALLARDO, 1999, p. 188).

¹¹⁰ Entorno contíguo são aqueles espaços configurados pelos Estados mais próximos territorialmente. São eles para Venezuela: Colômbia, Brasil, Guiana e os Estados insulares próximos conformariam o entorno. Já o entorno vecinal são aqueles espaços configurados pelos Estados mais distantes. São eles para Venezuela:

As condutas estratégicas estabelecidas nesse período, mais precisamente, a partir do governo de Marcos Perez Jimenez (1952-1958) eram, para com a Colômbia, de desconfiança. O governo venezuelano sempre temeu um desequilíbrio militar quanto às capacidades entre os dois países. Com muita frequência eram controladas as alianças político-estratégicas feitas com terceiros países que poderiam favorecer a um desequilíbrio que colocasse em risco suas relações bilaterais. Essa rivalidade histórica vem desde o processo de construção do Estado Venezuelano (1830-1941).

Rafael Jimenez argumenta que o histórico anticolombianismo é sustentado desde as perdas territoriais que a Venezuela sofreu para Colômbia no passado. Desde 1830, com o processo de dissolução da Grand Colômbia, começaram as difíceis tratativas relativas à delimitação das fronteiras. A Venezuela acabou sempre se sentindo prejudicada ante alguns laudos arbitrais, principalmente os de 1891 pela Espanha quando perdeu os territórios de Guajira e Meta que haviam sido reconhecidos anteriormente pelo Tratado Pombo-Michelena e também pelo laudo arbitral de 1922 quando o Conselho Federal da Suíça se posicionou em sentença arbitral sendo, na sua totalidade, contra os interesses da Venezuela (MELEÁN, 2006, p.63-66).

A Colômbia ocupou na política de segurança e defesa venezuelana a partir desse período o lugar de principal adversário político e estratégico. Em função disso, a Venezuela já trabalhava bem nessa época as alianças estratégicas com terceiros países no entorno como, por exemplo, o Peru.¹¹¹

Para Amado Cervo (2001, p.157), desde início do século XX, os governos venezuelanos tiveram muita dificuldade em fixar uma estratégia clara e, por vezes, contraditória com relação aos seus vizinhos. Esses impulsos contraditórios, refletidos na política regional da Venezuela estariam sustentados em percepções que alimentariam o ego dessa nação a partir do sentimento de superioridade econômica em função de sua riqueza petrolífera.¹¹² Da mesma forma, devido à superioridade política advinda da tradição de ser um país democrático desde 1959.

Panamá e demais Estados centro-americanos; Cuba, Haiti, República Dominicana e demais Estados caribenhos.

¹¹¹ A Venezuela irá ao longo do tempo dedicar por diversas vezes apoio diplomático concedidos aos vizinhos da Colômbia, de acordo com seus interesses pontuais, ante uma possível ameaça desse país.

¹¹² A Venezuela tem as maiores reservas de petróleo do hemisfério ocidental. O país está em segundo lugar em importância em reservas de petróleo, depois da Arábia Saudita. Segundo dados da OPEP de 2009 extrai 211.7 bilhões de barris. Detém 19,8% de reservas comprovadas localizadas na OPEC (OPEC, 2011)

Em 1978, a Venezuela assinou o Tratado de Cooperação Amazônica com o objetivo de criar melhores condições para o desenvolvimento da região amazônica.¹¹³ O tratado é um instrumento jurídico de natureza técnica que visa à promoção do desenvolvimento harmonioso e integrado da bacia, como base de sustentação de um modelo de complementação econômica regional que contemple o melhoramento da qualidade de vida de seus habitantes e a conservação e utilização racional de seus recursos. O Tratado de Cooperação Amazônica sustentou ainda mais as normas de confiança mútua para região andina e sul-americana.

O Tratado de Cooperação Amazônica previa a colaboração entre os países membros para promover a pesquisa científica e tecnológica, o intercâmbio de informações, a utilização racional dos recursos naturais, liberdade de navegação dos rios amazônicos, a proteção da navegação e do comércio, preservação do patrimônio cultural, cuidados com a saúde, criação e operação de centros de pesquisa, estabelecimento de uma adequada infra-estrutura em transporte e comunicações, incremento do turismo e o comércio fronteiriço. O tratado ainda indicava que todas as medidas previstas tinham como objetivo promover o desenvolvimento harmonioso dos respectivos territórios.

Amado Cervo (2001, p.10) relata bem, o que representava o envolvimento da Venezuela ante a assinatura do Tratado Amazônico, “A mudança da política regional da Venezuela representou, portanto, injeção de novo ânimo tanto para os movimentos de integração quanto para a cooperação bilateral entre vizinhos”.

Será a partir do governo de Luis Herrera Campis (1979-1984) que a Venezuela articulará seus interesses estratégicos para com a região andina e caribenha com mais ênfase a partir do Pacto Andino¹¹⁴. Houve a tentativa de se estabelecer a formulação e constituir instrumentos para a convergência de interesses em matéria de política externa dos países que compunham o Pacto, o então chamado Grupo Andino.¹¹⁵ Esse grupo chegou a propor, além da criação do Parlamento Andino, a institucionalização do Conselho de Ministros de Relações Exteriores dos países partes, sendo fundado em 1981. Tanto o Parlamento como o Conselho de Ministros de Relações Exteriores reforçavam o processo de politização do Pacto Andino e,

¹¹³ O tratado de Cooperação amazônica é composto pelos oito países que compõem a região amazônica: Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e a Venezuela.

¹¹⁴ O Pacto Andino surge em 1969 com o Acordo de Cartagena, o processo de integração regional andino mudará de nome em 1996, passando a se chamar Comunidade Andina de Nações.

¹¹⁵ O Grupo andino nasceu oficialmente em 1979 na ocasião do 10 aniversário do Pacto Andino quando os presidentes da Venezuela, Colômbia, Equador, Bolívia e Peru firmaram o Mandato de Cartagena.

com isso, ainda que de forma indireta, as práticas de confiança mútua entre os países membros.¹¹⁶

O grupo chegou a ter um papel protagônico nos acontecimentos da América Central e do Caribe, em especial no combate à ditadura de Somoza e no combate à violência em El Salvador. Não obstante, o protagonismo do grupo, a Venezuela teria sido responsável pela decadência do Grupo Andino. A distinta percepção com respeito aos conflitos na América Central e Caribe eram vistas pelos membros integrantes do grupo que a Venezuela atuava em benefício de seus interesses nacionais não privilegiando os regionais (ROMERO, C., 2006, p. 102-103).

O tema de fronteiras com relação à Colômbia sempre foi bastante sensível entre ambas as nações, já que grandes quantidades de petróleo e minerais se encontram na zona limítrofe. Além do mais, por sua situação geográfica, pois parte da zona fronteiriça é ideal para o trânsito de produtos Colombianos e contrabando para o Caribe. A localização na Venezuela do maior lago da América Latina, o lago Maracaibo, no qual se espalha em direção ao mar do Caribe, assim como em direção à cordilheira andina do lado colombiano, torna muito mais cômodo transportar mercadorias desde a Venezuela para a Colômbia.

Nesse sentido, existem poderosos interesses na Colômbia que colocariam em situação difícil colombianos e venezuelanos que vivem nessa zona limítrofe. Os interesses se fixam na exploração de recursos naturais e transporte de drogas e outros bens ao mercado norte-americano, com poucas interferências. Partidários de Chavez denunciam com frequência que as forças paramilitares da Colômbia regularmente cruzam a fronteira venezuelana para instalar terror aos campesinos venezuelanos e forçá-los a mudar para o outro lado. As forças armadas da Venezuela teriam dificuldade em manter o controle na região (WILPERT, 2009, p. 199).

O vínculo da Colômbia com Washington em função da política adotada para o combate às drogas provoca insegurança nos vizinhos. O governo Álvaro Uribe teve dificuldades em conseguir estabelecer ações conjuntas regionais. A Venezuela foi um país que não atendeu ao pedido do governo colombiano, que implementava as políticas antiterroristas solicitando aos vizinhos que declarassem-nos como terroristas. Da mesma forma, nem Brasil e Equador aceitavam o formato do Plano Colombiano (RAMIREZ, 2004, p. 148).

¹¹⁶ O Pacto Andino em alguns momentos do processo de integração da região chegou a ser comparado ao processo de integração europeu ante o empenho e preocupação dos países membros na consolidação e aprofundamento das estruturas institucionais. Se comparado com o Mercosul o Pacto Andino deu passos mais ousados na constituição de instituições para condução da integração regional na região.

Em 2008, a relação entre os dois países sofreu a pior crise quando ocorreu a invasão do exército colombiano em território do Equador. A Venezuela imediatamente se manifestou em solidariedade ao governo do Equador, inclusive movimentando tropas na região de fronteira como advertência direta a Bogotá. Apesar disso, as relações de amizade foram restabelecidas entre os dois países, muito em função da condenação unânime da UNASUL ao ataque colombiano.

Em relação a esse período de tensão entre Caracas e Bogotá, declarava Chavez em 22 de julho de 2010:

Espero que não ocorra nada de mais grave nesses próximos dias, os últimos de um governo que pretende perturbar a paz antes de ir",.... "Espero que o novo presidente não esteja inteirado desta agressão. Espero que tome algumas medidas racionais no assunto porque acredito que há uma loucura desatada no Palácio de Nariño" (CHÁVEZ..., 2010).

É difícil de se prever um conflito militar entre esses dois países muito em função das importantes relações comerciais que se estabelecem entre os dois, qualquer tentativa de romper com esse estado provocaria importantes consequências econômicas para as duas nações.

Quadro 13 - Balança comercial da Venezuela para Colômbia de 1995 até 2009

Ano	Exportações	Importações	Balança comercial
1995	1,423,247	818,801	604,446
1996	1,249,568	682,056	567,512
1997	1,339,920	862,662	477,258
1998	1,432,464	793,969	638,495
1999	788,753	736,801	51,952
2000	853,490	1,083,675	-230,185
2001	730,744	1,432,307	-701,563
2002	796,397	963,721	-167,324
2003	650,815	713,037	-62,222
2004	1,041,995	1,563,366	-521,371
2005	1,104,295	2,397,082	-1,292,787
2006	1,166,253	3,060,636	-1,894,383
2007	1,732,954	5,660,936	-3,927,982
2008	876,303	6,858,821	-5,982,518
2009	232,725	4,387,137	-4,154,412
2010	222,016	1,434,741	-1,212,725

Fonte: ALADI, 2011.

Observamos pelos dados apontados pela Associação Latino Americana de Integração que, de 2005 a 2008, as exportações venezuelanas para Colômbia se mantiveram estáveis decrescendo de 2008 até 2010. As importações da Venezuela vindas da Colômbia de 2005 a 2008 aumentaram consideravelmente, principalmente alimentos, o que demonstra a importância desse tipo de produto colombiano para o mercado Venezuelano.

As relações da Venezuela com a Colômbia são as que podem causar maior grau de instabilidade no subcomplexo de segurança andino. A partir do governo de Álvaro Uribe na Colômbia, as relações bilaterais tornaram-se mais tensas, uma vez que Uribe colocava como premissa fundamental de suas atividades internacionais a necessidade de uma relação especial com os Estados Unidos, ao mesmo tempo que afirmava que a via militar era o instrumento principal para acabar com o conflito interno colombiano.

Segundo Romero, o governo Uribe percebia o governo venezuelano como um uma administração que não quer cooperar com as atividades do Plano Colômbia, e que se nega a

reconhecer que no território venezuelano estaria operando a guerrilha, e, que de certa maneira, estaria exercendo uma certa cumplicidade com ela (ROMERO, C., 2006, p. 150)

A orientação revolucionária da política externa do regime bolivariano prejudica as relações entre os dois países em função do viés ideológico. Apesar dos dois governos concordarem com a necessidade do aumento de acordos bilaterais comerciais e humanitários, os objetivos estratégicos por trás das intenções são bastante diferentes.

Para o governo colombiano, o aumento das exportações, por exemplo, é um objetivo estritamente econômico, por outro lado, o comprometimento do governo venezuelano com o socialismo, torna impossível enxergar o comércio entre os dois países pela mesma ótica. Para o governo venezuelano, o comércio é uma ferramenta estratégica que aprofunda a integração entre os dois países, ao mesmo tempo que oferece influência sobre a política doméstica da Colômbia através da pressão em interesses econômicos que dependam do mercado Venezuelano.

No âmbito das ideias, as diferenças entre os dois países se manifesta, por exemplo, com relação ao intercâmbio humanitário. Ambos governos compartilham a necessidade do combate a práticas da manutenção de reféns por parte da guerrilha colombiana, mas para o governo colombiano, um possível acordo para libertar reféns sequestrados é puramente um ato humanitário que não implica o começo de um processo de paz para com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia - Farc. Em contraste, para o governo Chavez, representa uma oportunidade para promover negociações com as FARC que condicione o fim da violência à modificação radical do sistema político e econômico colombiano de acordo com os preceitos bolivarianos (ORTIZ, 2011, p.84).¹¹⁷

A Venezuela diminuiu o tom de agressividade do discurso para com a Colômbia a partir do governo formado por Juan Manuel Santos. Chavez, em 3 de dezembro de 2011, parafraseava o presidente colombiano e salientava (tradução nossa)¹¹⁸:

é um dos meus melhores amigos...estamos decididos para que não nos desestabilizem, por que há desestabilizadores de ofício que ficam todo o dia pensando e atuando como se arma uma guerra entre nós... que diferenças entre nós, entre governos, entre as correntes políticas, que livremente vão e vêm por este continente e que hoje são governo a amanhã não mais, ou que tenham uma força determinante em um parlamento, ou em poderes constituídos de aqui ou ali, sim

¹¹⁷ O status das relações entre os dois países ainda continuam tensos, apesar da mudança de governo na Colômbia ter melhorado os entendimentos. A atual administração parece ser mais moderada e aberta ao diálogo. Ainda assim, a visão do governo venezuelano em estender o processo revolucionário a outros países como um princípio guia de sua política externa não contribui para a diminuição das tensões.

¹¹⁸ Do original em Espanhol.

reconhecemos; isto é válido e natural em um continente onde reina a democracia, reconheceu Chavez. (CORTE, 2011).

O governo de Juan Manuel Santos modificou algumas diretrizes de sua política externa com relação ao governo anterior, o que contribuiu para a melhora das relações entre os dois países. Bogotá se abriu mais para a região e para o mundo sem que a região e o mundo se ocupem dos problemas internos colombianos. O governo de Santos estabeleceu objetivos de política internacional fixados no governo anterior exclusivamente em questões de segurança doméstica reduzida a uma dimensão militar (RAMIREZ, 2011, p. 79-95).

Logo após a posse de Santos como Presidente da República os dois países restabeleceram os canais diplomáticos e de comunicação. De imediato, constituíram cinco comissões para discussões pontuais entre as duas nações: pagamento da dívida venezuelana aos empresários colombianos, mecanismos de complementação econômica, infraestrutura e energia fronteira e segurança.

Em menos de três meses, os dois governos avançaram em negociações sobre esses temas, recuperando assim processos que estavam em caminho de deterioração em relação ao governo anterior na Colômbia. Os dois presidentes acordaram em realizar encontros entre os dois países a cada três meses para manter o estímulo da reaproximação entre eles.

A relação da Venezuela com a Colômbia é prioridade para política externa venezuelana e conseqüentemente tem implicações para sua política de segurança e defesa. A solução de problemas de fronteira entre os dois países esbarra nesse momento em problemas domésticos, principalmente, do lado Venezuelano onde os governos dos estados de Tachira e Zulia, que estão em poder da oposição, não foram incluídos nas conversações para os acordos entre os dois países.

De acordo com Sacorro Ramirez, as mudanças introduzidas nas relações com o entorno regional e o interesse por uma maior abertura internacional e regional são coerentes com a mudança sensível introduzida pelo novo governo Colombiano, diferente do tom agressivo e de confrontação do governo anterior. A nova diretriz por uma inserção internacional e regional positiva da Colômbia tem que ver com a necessidade, em particular, com as fronteiras internacionais, de assumir a segurança não somente como um problema militar, mas também como o desdobramento de uma presença integral do Estado através de instituições civis, serviços básicos e infraestrutura. O novo governo também trabalha com a necessidade de melhorar as condições sociais nas regiões de fronteira (RAMIREZ, 2011, p. 92).

As mudanças introduzidas na condução da política externa colombiana se aproximam mais com algumas ideias da Venezuela na condução dos problemas de fronteira, o que tem permitido uma melhora do diálogo entre os dois países. É difícil de se imaginar que essas nações venham a se enfrentar militarmente, apesar dos momentos de tensão principalmente no período do governo Uribe. Venezuela e Colômbia teriam muito a perder, além de que, no âmbito doméstico, a população dos dois países não estaria disposta a arcar com os altos custos de uma guerra. A interdependência econômico-comercial entre os dois Estados é histórica.

Tabela 1 - Exportações não petrolíferas da Venezuela para a Colômbia.

	PERÍODO			
	2002	2003	2004	2005
	Medidas	Medidas	Medidas	Medidas
	FOB US\$	FOB US\$	FOB US\$	FOB US\$
Pais	749.468.100,00	700.141.799,00	1.041.618.539,00	586.507.628,00
Total Seleccion	749.468.100,00	700.141.799,00	1.041.618.539,00	586.507.628,00

Pais	PERÍODO							
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
	Medidas FOB US\$	Medidas FOB US\$	Medidas FOB US\$	Medidas FOB US\$	Medidas FOB US\$	Medidas FOB US\$	Medidas FOB US\$	Medidas FOB US\$
Total Seleccion	442.721.404,00	1.114.823.908,00	1.130.061.056,00	929.566.706,00	461.488.601,00	267.541.012,00	416.440.506,00	73.869.235,00
COLOMBIA	442.721.404,00	1.114.823.908,00	1.130.061.056,00	929.566.706,00	461.488.601,00	267.541.012,00	416.440.506,00	73.869.235,00

Fonte: Instituto Nacional de Estatística de Venezuela, 2012.

De 2008 a 2012 há uma grande queda das exportações não petroleiras da Venezuela para a Colômbia muito em função da diminuição da capacidade industrial da Venezuela em alguns setores como produção de alimentos, além da busca por outras alternativas de mercado.

Tabela 2 - Importações venezuelanas de origem Colombiana

Pais	PERÍODO			
	2002	2003	2004	2005
	Medidas	Medidas	Medidas	Medidas
	FOB US\$	FOB US\$	FOB US\$	FOB US\$
Total Seleccion	963.720.650,00	713.036.679,00	1.685.856.057,00	1.304.449.884,00
COLOMBIA	963.720.650,00	713.036.679,00	1.685.856.057,00	1.304.449.884,00

Pais	PERÍODO							
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
	Medidas FOB US\$	Medidas FOB US\$	Medidas FOB US\$	Medidas FOB US\$	Medidas FOB US\$	Medidas FOB US\$	Medidas FOB US\$	Medidas FOB US\$
Total Seleccion	1.092.632.576,00	3.060.636.421,00	5.660.935.919,02	6.764.656.733,58	4.317.438.164,02	1.403.874.414,09	1.482.125.394,06	237.795.891,65
COLÔMBIA	1.092.632.576,00	3.060.636.421,00	5.660.935.919,02	6.764.656.733,58	4.317.438.164,02	1.403.874.414,09	1.482.125.394,06	237.795.891,65

Fonte: Instituto Nacional de Estadística de Venezuela, 2012.

De 2006 até 2008 se identifica o aumento das importações venezuelanas da Colômbia e, a partir de 2009, presenciamos uma queda das importações, muito em função do aumento da tensão diplomática entre os dois Estados. Os dados de 2012 ainda não estão todos computados. A Venezuela é o segundo sócio comercial, se convertendo no destino principal das exportações colombianas de manufaturas (alimentos processados, confecções, automóveis, maquinarias e plástico, dentro outros).

É importante enfatizar que a dependência venezuelana das compras de produtos colombianos para cesta básica familiar da Venezuela foi o que fez não permitir a interrupção do comércio biltarel entre Colômbia e Venezuela no momento da maior crise diplomática entre os dois países no final do governo Uribe. Essa situação seria crítica para o governo de Chavez. A Venezuela tratou de atenuar sua dependência alimentaria negociando acordos alternativos de troca de petróleo por alimentos com Argentina e Brasil. Ainda assim, as importações venezuelanas da Colômbia duplicaram em 2007, o que demonstra, em função da proximidade do país vizinho e da histórica interdependência, a importância na manutenção da relação comercial ser preservada.

4.3 A relação da Venezuela com Cuba no âmbito da política de segurança e defesa bolivariana

Maria Tereza Romero indica, pela análise dos novos conceitos de geopolítica internacional implementados pelo governo venezuelano, que os objetivos da política externa de Hugo Chavez são definidos de acordo com a zona geográfica e são baseados na afinidade com governos simpatizantes (ROMERO, M., 2011, p. 69).

Na linha dos governos simpatizantes, as relações entre Cuba e Venezuela tiveram um incremento a partir de 1999 e que se refletiu em uma mudança importante em matéria estratégica militar. A mudança da estratégia militar implica uma doutrina de segurança e defesa que tem para a Venezuela a tese sobre uma possível ameaça de um eventual ataque dos EUA à Venezuela, e a possibilidade de uma guerra de quarta geração de mobilidade assimétrica, na qual poderia estender-se a Cuba.¹¹⁹

¹¹⁹ De acordo com Mario César Bartolomé existem pelo menos cinco visões alternativas sobre o verdadeiro sentido e a finalidade do significado que Hugo Chávez concede à guerra assimétrica com relação à situação estratégica venezuelana. No entanto, somente uma dessas interpretações pode ser chamada de “oficial,” o que não quer dizer necessariamente que seja “verdadeira” em suas bases, é a que diz: a guerra assimétrica é a opção defensiva visualizada pelo governo da Venezuela para preservar a independência e a soberania nacional em oposição a uma agressão armada eventual dos EUA, apoiada por elementos contra-revolucionários locais, orientada a pôr um fim na Revolução Bolivariana. Ainda segundo esse autor, o uso

No caso da Venezuela, a guerra assimétrica e a guerra de quarta geração adquirem conteúdos diferentes daqueles existentes no campo da segurança internacional. A guerra assimétrica inclui um grande peso ideológico e incorpora como componente-chave a população civil, se fortalece na experiência da independência nacional e pressupõe uma postura defensiva. A guerra de quarta geração é percebida como uma ferramenta de agressão, ideologicamente imperialista na qual a população civil é focalizada como objetivo (BARTOLOMÉ, 2008, p. 58-59).

A aliança entre Cuba e Venezuela é marcada por uma política de oposição à participação dos EUA nos planos de segurança e defesa regionais; a diversificação das compras militares, assim como a assistência técnica e a formação de recursos humanos; a aproximação estratégico-militar com China, Rússia, Irã e Bielorrússia como alternativas para suprimento de material militar e comércio.

A relação com Cuba se caracteriza por uma estreita relação de cooperação e solidariedade entre as ideologias dos dois governos sob forte influência da relação pessoal existente entre Hugo Chavez e Fidel Castro.¹²⁰ Em entrevista à Aleida Guevara (2005, p.88 - 94, tradução nossa)¹²¹, Chavez salienta:

Nós estamos em constante discussão. Ele me dá idéias, conselhos ou não importa o quê. Algumas de suas idéias podem ser chamados de conselhos. Fidel tem uma teoria particular no qual com frequência fala [...] ele está sempre me dizendo para ter cuidado. Quando ele veio à Venezuela disse isso em público, “ Chavez não está cuidando de si mesmo”[...] Eu liguei para ele noites atrás à meia-noite em janeiro, eu estava em uma localização tranquila, nós conversamos até tarde, o telefone chegou a ficar quente e havia problemas com a linha. Disse a ele “preciso desligar pois preciso ver minha filha amanhã, Rosa Inez”. Ele conhece todos os meus filhos [...] eu sou honrado pela amizade de Fidel e cada vez mais eu sinto isso em minha alma. Eu sou muito grato a ele, não por mim mas pelo meu povo. A determinação de Fidel em cooperar conosco é sem precedentes. Eu não acredito que haja precedentes de uma amizade como essa entre dois presidentes.

dos conceitos de guerra assimétrica e de guerra de quarta geração, no caso da Venezuela, por parte de defensores e críticos nacionais e estrangeiros está impregnada de visões contraditórias e ambiguidades com altos níveis de subjetividade que se associam a fatores ideológicos. O real significado da guerra assimétrica no que se refere à Venezuela, se vincula com a visão que possui o Palácio de Miraflores sobre o assunto, de outra forma, deve-se considerar seu começo com o convencimento da elite governante da existência de uma agressão norte-americana de natureza multidimensional (política, econômica, da mídia, etc) que em algum ponto se desenvolverá em curto ou médio prazo e que se traduzirá com o objetivo de uma ocupação territorial (BARTOLOMÉ, 2008, p. 50-60).

¹²⁰ Hugo Chavez fez sua primeira visita a Cuba quando ainda não era presidente da Venezuela. Antes de sua segunda visita ao país, a Venezuela em 1999 já recebia a visita do chanceler cubano Felipe Perez Roque que se reuniu com José Vicente Rangel. Nessa visita o chanceler cubano deixava aberta as portas de Cuba para investimentos venezuelanos em diversas áreas como saúde, educação, construção, mineração e cultura (NIEVES, 2009, p. 177).

¹²¹ Do original em Espanhol.

O presidente venezuelano estabeleceu uma relação pessoal com Castro logo após ter sido libertado da prisão na tentativa de golpe em 1992. Desde então, Fidel Castro tem sido um dos grandes mentores de Chavez.

Apesar das duas nações compartilharem a hostilidade contra os EUA, recentemente Cuba tem se manifestado de forma mais branda com relação a Washington do que Caracas. A estreita relação entre Cuba e Venezuela se dá por uma ampla variedade de acordos de cooperação em áreas como petróleo, saúde, educação, esportes e artes. A partir de 2004, os acordos de cooperação com Cuba se aprofundaram quando se eliminaram as barreiras tarifárias para as importações cubanas e venezuelanas. Também se permitiu a Cuba assistência técnica para exploração de petróleo na costa cubana e se intensificou a cooperação na área da saúde.¹²²

A aliança estratégica de Cuba com a Venezuela está orientada na unidade de ações de ambas as nações para se fazerem mais fortes e ganharem a batalha com o que consideram seu inimigo comum - os EUA. A concepção, definição e desenvolvimento de uma estratégia política global em diversas áreas e campos de ação são abordados em diversos acordos ou convênios estabelecidos entre os dois países. Por outro lado, não são idênticos os objetivos de ambos os governos na conformação dessa aliança.

A ideia de uma aliança entre Cuba e Venezuela não é recente e foi estabelecida por Fidel Castro e Hugo Chavez em discursos e textos de diversas índoles, entre eles, o livro *Habla el Comandante*. Identifica-se objetivos exclusivos dessa aliança que competem à Cuba e à Venezuela. Cuba teria como objetivo a manutenção do regime e a obtenção dos benefícios econômicos que são hoje essenciais para a sobrevivência do regime. No início da aliança, a situação do regime cubano era de debilidade e a situação econômica bastante difícil.

¹²² Participam do Programa governamental venezuelano *Barrio Adentro* mais de 15.000 médicos cubanos. Ampliou-se o número de especialistas em diversas áreas da medicina. O acordo permitiu que estudantes da Venezuela fossem contemplados com bolsas para estudar medicina em Cuba (WILPERT, 2009, p.197).

Tabela 3 - Exportações não petrolíferas da Venezuela para Cuba

	PERÍODO			
	2002	2003	2004	2005
	Medidas FOB US\$	Medidas FOB US\$	Medidas FOB US\$	Medidas FOB US\$
Arancel				
Total	4.993.721.561,00	5.279.272.552,00	6.949.847.381,00	4.227.037.975,00

País	PERÍODO							
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
	Medidas FOB US\$	Medidas FOB US\$	Medidas FOB US\$	Medidas FOB US\$	Medidas FOB US\$	Medidas FOB US\$	Medidas FOB US\$	Medidas FOB US\$
Total Seleccion	67.747.003,00	165.286.628,00	57.650.660,00	92.549.453,00	24.129.825,00	25.942.933,00	47.876.229,00	6.178.862,00
CUBA	67.747.003,00	165.286.628,00	57.650.660,00	92.549.453,00	24.129.825,00	25.942.933,00	47.876.229,00	6.178.862,00

Fonte: Instituto Nacional de Estadística de Venezuela, 2012.

Observa-se que entre 2002 a 2005 houve intensa exportação de produtos para Cuba. Já a partir de 2006 a variação anual não será constante. O petróleo ocupou a pauta principal dos produtos exportados da Venezuela para Cuba.

Tabela 4 - Importações venezuelanas de origem cubana

País	PERÍODO			
	2002	2003	2004	2005
	Medidas FOB US\$	Medidas FOB US\$	Medidas FOB US\$	Medidas FOB US\$
Total Seleccion	4.693.762,00	96.222.896,00	105.205.155,00	50.164.655,00
CUBA	4.693.762,00	96.222.896,00	105.205.155,00	50.164.655,00

País	PERÍODO							
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
	Medidas FOB US\$	Medidas FOB US\$	Medidas FOB US\$	Medidas FOB US\$	Medidas FOB US\$	Medidas FOB US\$	Medidas FOB US\$	Medidas FOB US\$
Total Seleccion	2.832.542,00	30.429.683,00	31.867.980,16	35.785.536,71	255.828.441,16	208.181.724,03	394.979.568,55	52.370.545,79
CUBA	2.832.542,00	30.429.683,00	31.867.980,16	35.785.536,71	255.828.441,16	208.181.724,03	394.979.568,55	52.370.545,79

Fonte: Instituto Nacional de Estadística de Venezuela, 2012.

De 2009 a 2011, observa-se um aumento considerável das importações provenientes de Cuba muito em função do acordos específicos assinados entre os dois países.

Pavel Vidal,¹²³ economista cubano, em recente entrevista à Folha de São Paulo, comentou o impacto do fim da cooperação com a Venezuela pois haveria mais do que petróleo em jogo na relação entre os dois países. Segundo ele, há mais de 30.000 profissionais de saúde trabalhando nos programas sociais de Chavez e rendem para Havana duas vezes mais que o turismo na ilha.¹²⁴ Afirma Pavel Vidal:

A dependência não chega a ser igual a que havia com a URSS. Cuba tem comércio e investimento mais diversificados agora, mas uma mudança de situação na Venezuela que tivesse impacto nos acordos de Cuba provocaria uma crise que seria política e socialmente muito difícil de reparar. Um choque tremendo. É muito difícil imaginar como lidar com uma crise desse tipo, dado o cansaço social que há e os baixos níveis de salários. Não há reservas para enfrentar uma crise dessa magnitude. Os acordos de médicos respondem por três vezes do que entra por conta do turismo. Estima-se que seja mais de seis bilhões de dólares. (MARREIRO, 2012).

Para o governo bolivariano, a orientação revolucionária de Cuba é o grande exemplo a ser seguido e norteia o sistema revolucionário bolivariano que se tenta implementar (NIEVES, 2009, p.172-173).

¹²³ É doutor em economia pela Universidade de Havana e pesquisador do Centro de Estudos de Economia Cubana.

¹²⁴ Pelos acordos Chavez paga um salário aos médicos cubanos em seu país e outra parte diretamente ao Estado cubano.

Quadro 14 - Conteúdo da aliança com Cuba e o alcance da mesma com relação a cada conteúdo

Conteúdo	Alcance
Fortalecimento da soberania e promoção do mundo multipolar	Reverter a concentração de poder nas organizações internacionais. Concertação de posições entre os países em desenvolvimento. Diretrizes do sistema internacional sejam uma interação equitativa da tomada de decisão.
Promoção da Integração latino-americana e caribenha	Necessidade de coesão entre os países latino-americanos e caribenhos. Dar conteúdo político ao processo de integração, impulsionar uma política de segurança e defesa comum latino americana. Materializar os acordos orientados ao desenvolvimento da agenda social.
Diversificação do mercado energético	Ampliação do mercado energético com ênfase especial na America Latina, Caribe, China, Índia e Europa Oriental.
Novo regime de segurança integral hemisférica – caráter integral e multidimensional	Constituição de um novo marco de segurança e cooperação internacional inspirado em interesses comuns que permitam o fortalecimento das instituições regionais e militares hemisféricas.

Fonte: Autoria própria, 2012.

Nota: Elaborado a partir dos dados do livro de Irwing, Langue e Castillo 2009, p. 174.

Cuba e Venezuela possuem diferentes sistemas políticos e ambientes domésticos na área social e econômica. Um sistema Marxista de partido único em Cuba e um processo bolivariano operando na Venezuela via sistema multipartidário. Os dois países favorecem a modalidade de governo baseado no alto intervencionismo do Estado, executando programas sociais ambiciosos através de uma estratégia de comando centralizada, essas estratégias de comando centralizadas na prática aproximam os dois governos.

Comparado-se com a radical revolução cubana, na Venezuela, o processo bolivariano de revolução tem sido caracterizado por promover uma transformação social mais limitada, uma baixa penetração social, um pluralismo político funcional e uma economia privada, apesar das nacionalizações realizadas pelo governo (AZICRI, 2010, p. 3 – 4).

Para Hernan Yáñez houve divergências e fraturas ideológicas no interior das Forças Armadas da Venezuela (FAN) ante as relações com Cuba, principalmente no período de 2002

quando houve a tentativa de golpe para derrubar Chavez. O autor salienta que mesmo depois da tentativa de golpe e sua restituição, Chavez não teria o controle total das forças armadas, pois essas Forças Armadas, diferente de Cuba, foram herdadas dos regimes anteriores. Haveria diferenças de pensamento ante principalmente a necessidade de manutenção de boas relações com os EUA em função do mercado para o petróleo (YANEZ, 2005, p.6-8).

A relação da Venezuela com Cuba no âmbito da política de segurança e defesa é de mútuo benefício, apesar dos custos maiores ficarem para Venezuela. A relação estratégica existente se estabeleceu muito em função da aproximação de Chavez a Fidel Castro, mas, principalmente, da necessidade econômica de Cuba em preservar a relação.

Grande parte dos acordos existentes entre os dois países não são claros no âmbito da profundidade dessa relação estratégica. Por motivos de segurança nacional não se tem acesso a detalhes sobre os acordos existentes. Não se tem inclusive acesso à exata quantidade de petróleo que estaria sendo exportada para Cuba no âmbito do acordo energético para se ter uma noção mais precisa da dependência cubana em relação à Venezuela.

Por fim, para Venezuela, a relação com Cuba é essencial no auxílio à expansão das ideias do bolivarianismo tanto no âmbito doméstico e internacional, foi com a experiência cubana em relação à infiltração de ideias e inteligência que ajudaram o governo venezuelano a alcançar muito de seus projetos políticos.

4.4 A Integração regional como fator de estabilidade para a região.

Em julho de 2006, a Venezuela iniciou o aprofundamento do debate com relação à integração militar com outros países a partir do Seminário Latino Americano “Seguridad Regional, Integracion y Fuerza Armada”¹²⁵ (JACOME, 2007, p. 14-16).

O seminário ressaltou que o futuro do país está na promoção da integração militar sustentado nos seguintes objetivos:

- a) a constituição de uma comissão de especialistas para estudar e analisar os mecanismos para a criação de um Sistema Sul Americano de Defesa e mecanismos jurídicos necessários para o desenvolvimento de um sistema interamericano de defesa;

¹²⁵ A Declaração está subscrita pela Secretaria Geral do Parlamento Latino Americano, a Universidade Nacional Experimental da Força Armada e o Frente cívico Militar Bolivariano.

- b) declarar a caducidade da Junta Interamericana de Defesa e eliminar as conferências anuais dos Ministros de Defesa, que se percebe como promovidas pelo Departamento de Estado norte-americano;
- c) a criação de um Colégio Sul Americano de Defesa, que terá entre suas atividades alcançar a unificação de uma nova doutrina militar regional assim como também fundar uma universidade Militar Regional;
- d) a constituição de uma força Militar Sul Americana;
- e) estudar a possibilidade de organizar uma força de reserva regional para atender as ameaças de segurança nos diferentes países.

Com esses objetivos, a construção de uma nova arquitetura de segurança e defesa regional a partir da proposta de um Tratado do Atlântico Sul seria desencadeada, pois a Venezuela considera que se amplie a ideia a todos os países da América Latina e Caribe.

Desde o final da Guerra Fria tem surgido na América do Sul e na região andina, em particular, iniciativas de cooperação em matéria de segurança e defesa, principalmente a partir do fomento à integração regional. Como um todo, o gasto com defesa segue sendo, comparativamente com outras regiões do globo, reduzido e são resultado, em grande parte, dos casos de disputas fronteiriças que no passado ocasionaram conflitos ou problemas internos, como no caso da Colômbia.

Apesar desses avanços, a América do Sul segue sendo uma região na qual a aquisição de armamentos por um país pode ter consequências potencialmente desestabilizadoras na área da segurança. A aquisição de armas por um outro estado é vigiada de perto pelos vizinhos em função das mudanças potenciais no equilíbrio militar da região. Como exemplo, o aumento da tensão entre Peru e Chile como consequência da aquisição dos Estados Unidos de aviões de combate F-16 pelo Chile (BROMLEY; PERDOMO, 2005, p.4).

A aquisição de armas por parte da Venezuela não trouxe grandes reações e manifestações por parte dos “potenciais inimigos” de Chavez, como a Colômbia e os EUA, apesar de suas declarações, no sentido de aumentar a atenção ante as compras feitas pelo governo bolivariano. Nos demais países da América do Sul, a repercussão negativa se dá mais quando se percebe influência excessiva da Venezuelana em países como Bolívia e Equador. A maior dificuldade é definir esse limiar de influência excessiva por parte dos países vizinhos.

A América Latina no pós-guerra fria tem desenvolvido um conjunto de medidas de confiança mútuas. Essas medidas incluem acordos centrados na diminuição de mal entendidos surgidos à raiz de aquisições de armas e no fortalecimento do controle sobre as transferências

de armamentos leves e de pequeno porte (*small arms and light weapons – SALW*, sigla em inglês).

Quadro 15 - Acordos formais e informais de medidas de confiança mútua assinados na América Latina

Tratado de Tlatelolco	Estabelece a proscrição de armas nucleares na região	1967
Declaração de Ayacucho	Intenção de limitar a compra de armamentos específicos	1974
Conferência Regional sobre Normas de Confiança Mútua de Santiago	Contém programa de ação para o hemisfério – exigência que os países compartilhem informação sobre manobras militares, registro e notificação de gastos na ONU (UNROCA)	1995
Conferência San Salvador	Necessidade de melhorar e ampliar informações remetidas à UNROCA e criação de uma medida comum para os gastos militares na região	1998
Conferência de Especialistas sobre Normas de Confiança Mútua de Miami	Necessidade das normas de confiança mútua ampliarem o enfoque, como tensões fronteiriças, gasto em armamentos, normas democráticas, fomento a transparência na região	2003

Fonte: Autoria própria, 2012.

Nota: Elaborado pelo autor, com base nas informações disponíveis na Organização dos Estados Americanos-OEA sobre as Conferências Regionais de Medidas de Confiança.

No âmbito da Comunidade Andina de Nações, havia também acordos que trabalhavam com as medidas de fortalecimento de confiança mútua como a Carta Andina para a Paz e Segurança assinada em 2002.¹²⁶

A Venezuela, apesar de ter se retirado da Comunidade Andina de Nações participa de outros processos de integração regional como a ALBA (Alternativa Bolivariana para as

¹²⁶ A Carta Andina fixava o compromisso na comunidade Andina na manutenção de uma zona de paz, no controle de gastos com defesa e controle de armas convencionais com o objetivo de se destinar mais recursos às verdadeiras necessidades da região como mais recursos ao combate à pobreza e investimentos sociais. Também ressaltou a proibição da fabricação, transporte ou utilização de armas nucleares, químicas e biológicas de acordo com o Tratado de Tlatelolco. Também previa medidas para luta contra o tráfico ilícito de armas de fogo, munições, explosivos e materiais relacionados, lavagem de dinheiro assim como o combate ao terrorismo por via de alertas preventivos. Mais detalhes sobre o documento no site da Comunidade Andina de Nações.

Américas), acabou de receber o aceite de seu ingresso junto ao Mercosul e também participa da UNASUL (União das Nações Sul Americanas) e da CELAC (Comunidade dos Estados Latino Americanos e Caribenhos).

Em abril de 2008, os países membros da ALBA firmaram um acordo para implementação de programas de cooperação em matéria de soberania e segurança alimentária e um acordo de Solidariedade e Apoio ao Povo e ao governo da Bolívia, em resposta à possibilidade de ocorrer na Bolívia secessão do Departamento de Santa Cruz e de outros departamentos.

Em função da Venezuela ter firmado o Acordo de Cooperação Técnica entre Bolívia e a Venezuela em matéria militar, em maio de 2006, algumas críticas surgiram nos círculos sul-americanos especializados que a esfera de ações da ALBA estava se ampliando a um plano militar. A região andina e a América do Sul como um todo enfretam alguns problemas como as diferentes posições sobre os modelos de desenvolvimento e sobre a compreensão do momento internacional atual. A ideologia tem julgado um papel importante em romper com o consenso sonhado de integração regional mas que ainda não se atingiu (ROMERO, C., 2009, p. 5-8)

Alberto Castillo salienta que, infelizmente, nos processos de integração regional foi dada mais ênfase pelo governo bolivariano na política do que se deu em questões econômicas. Assim, a integração regional não foi tão bem aproveitada para diversificar as exportações e fortalecer a indústria doméstica. A política de integração regional não considerou o empresariado venezuelano, muito diferente do ocorrido em países como o Brasil, Colômbia e Chile (CASTILLO, A., 2011, p. 113).

Por outro lado, as expectativas sobre a concretização da Unasul são positivas. Lorena Oyarzun Serrano salienta que, para a Venezuela, a UNASUL serviria como mecanismo de equilíbrio diplomático multilateral frente ao governo de Washington. É importante destacar a mudança de ênfase em sua política exterior, já que em um primeiro momento promoveu de forma quase exclusiva a Alternativa Bolivariana para as Américas e o Caribe, apesar de que hoje esse interesse se compartilha com a UNASUL. A UNASUL, para a Venezuela, seria uma plataforma para expor os interesses bolivarianos com os quais os países de menor poder relativo buscam melhorar sua situação no contexto regional e global (SERRANO, 2009, p. 11).

No contexto da UNASUL se pode institucionalizar a complexidade dessas relações mais tensas e de conteúdo ideológico, diminuindo, com isso, potenciais conflitos bilaterais existentes, fortalecendo, assim, as medidas de confiança mútua para a região.

4.5 Conclusões

Infelizmente no subcomplexo andino e no complexo de segurança sul-americano como um todo na área da segurança e defesa os Estados não deram muita atenção à fixação de medidas de confiança mútua através de arranjos fortemente institucionalizados nos respectivos processos de integração regional. Nem a Comunidade Andina de Nações, nem o Mercosul, processos de integração mais consolidados, desenvolveram mecanismos institucionalizados mais ousados de controle e fiscalização na área de segurança e defesa como os instituídos, por exemplo, na União Europeia. As reuniões de cúpula e formalização de declarações simplesmente reiteram propósitos que apresentam dificuldades de implementação sendo os resultados práticos e a efetividade ainda precária. A proposta da criação por parte do Brasil de um Conselho de Defesa junto à União da Nações Sul-Americanas seria algo positivo no sentido do aprofundamento de instituições regionais que poderiam exercer um maior controle.

O subcomplexo de segurança andino e o complexo de segurança sul-americano não têm culturas de segurança muito diferentes como, por exemplo, o europeu que apresenta experiências históricas e militares bastante distintas, o que facilitaria na América do Sul a fixação de uma cultura de segurança comum.¹²⁷

Talvez o maior desafio seja desenvolver uma arquitetura institucional a partir dos processos de integração de forma a otimizar procedimentos de tomada de decisão de segurança e defesa em um organismo que seja exclusivamente civil, um grande desafio para América do Sul ante a histórica presença excessiva de militares nos assuntos de segurança. De uma forma ou de outra, isso também é detectado na União Europeia quando se analisa as disputas entre os militares dos Estados partes e os civis das instituições em Bruxelas na coordenação dos debates sobre segurança. (HOWORTH; KEELER, 2003, p 220-225).

A maioria dos países da América do Sul, mas principalmente os Andinos têm dificuldade nessa predisposição. Os militares ainda exercem muita pressão e poder, quando não são pretorianos, quando se sentem pressionados pelo poder civil ante a possível perda de controle nessa área, a Venezuela e a Colômbia são um grande exemplo.

¹²⁷ Definimos cultura de segurança comum “toda forma de pretensão e significados que incitem um pensamento comum, reações compatíveis e análises coerentes – em poucas palavras uma cultura estratégica que seja fortemente “regional”, que transcenda as diferentes culturas nacionais de segurança e de interesses.” Nesse sentido, as reuniões de cúpula e declarações trabalhadas ao longo do tempo já seriam um avanço pois estimulam a formação de uma identidade regional (GNESOTTO, 2000, p. 1).

A UNASUL provavelmente seria o melhor lugar para constituição dessa arquitetura institucional, isso já se pensando em eliminar a distinção entre os dois complexos de segurança defendidos sob a ótica de Buzan e Waever (2003) que acaba não contribuindo para um pensamento comum da região sul-americana justamente em prol de uma maior autonomia ante os EUA.

Nesse sentido, a tese de Buzan e Waever (2003) sobre os complexos de segurança se mantém aceitável para explicar o complexo regional da América do Sul a partir da análise do relacionamento da Venezuela, principalmente no governo de Hugo Chavez com os países vizinhos.

A Venezuela necessita deixar claro aos vizinhos sua real predisposição no engajamento para construção de uma perspectiva de segurança democrática regional que não implique a adoção de um modelo ideológico específico. Nesse sentido, no âmbito doméstico, a Venezuela necessita incentivar uma discussão plural, aberta e democrática ante os temas de segurança e defesa. É preciso incorporar amplos setores internos. Também há necessidade de se fazer uma diferenciação clara dos campos da defesa e da segurança, dando maior incentivo ao controle democrático dos militares pelos civis. O desenvolvimento de programas de treinamento entre militares e civis, o incentivo à elaboração de livros brancos de defesa, o desenvolvimento de mecanismos de prevenção de conflitos, o incentivo à participação de organizações da sociedade civil e programas de desarme da população, dentre outros. A militarização da vida civil e a politização das forças armadas promovidas pelo governo de Hugo Chavez não contribuem para que a Venezuela seja vista como um país democraticamente equilibrado.

Apesar das dificuldades hoje existentes no âmbito doméstico da Venezuela, em função da relação civil-militar instituída historicamente de forma mal resolvida, o país tem intercambiado informações na área da segurança com os países vizinhos. Em alguns momentos, os atos personalistas e intempestivos do chefe de Estado acabam gerando tensões, mas são atos particularizados geralmente de militância política.

5 TREZE ANOS DE POLÍTICA EXTERNA BOLIVARIANA: INOVAÇÃO?

A Política Externa estabelecida pelo governo Hugo Chaves Frias da Venezuela completa mais de 10 anos. Mudanças de rumo, enfoques e pensamento ideológico foram realizados ao longo desse tempo.

A Venezuela promove uma política externa ativa sob influência do poder executivo, o que provoca no âmbito hemisférico inseguranças e dúvidas ante algumas decisões intempestivas sob influencia da polarização doméstica e de condicionantes no plano da estrutura do sistema internacional. O pensamento excessivamente ideológico atribuído ao presidente Hugo Chavez da Venezuela na condução da política doméstica tem sido projetado para a política externa produzindo desconfianças em relação aos objetivos e intenções de seu governo.

Este capítulo, em sua parte inicial, trata da relação do contexto doméstico na Venezuela com o internacional e as bases para formulação da diplomacia bolivariana. A seguir, procura identificar os principais atores envolvidos na elaboração da política externa venezuelana a partir da implementação das reformas institucionais realizadas pelo governo de Hugo Chavez no sentido de adequar as diretrizes de política externa do país aos princípios e ideais da revolução bolivariana.

Na sequência são apresentados os EUA no contexto da política externa venezuelana, pois, dessa forma, consegue-se identificar os principais condicionantes ante a ainda forte dependência da Venezuela com relação a esse país.

Por fim, analisa-se a economia venezuelana a partir das diretrizes estabelecidas rumo ao socialismo definidas pelo governo Chavez e as ações de política externa e o contexto latino-americano, a fim de que se possa refletir sobre as principais dificuldades e avanços por parte do governo na implementação dessas ideias.

5.1 O Contexto Doméstico e o Internacional

A comunidade internacional, em um primeiro momento, recebeu bem a chegada do governo de Hugo Chavez. A legitimidade da vitória eleitoral do candidato e seus partidários, o apoio popular, a debilidade da oposição, que se encontrava totalmente desarticulada e a crise pelo qual passava o país, permitiram a Chavez surgir no cenário internacional com poucos obstáculos. No início de seu governo, vários países da União Europeia, por exemplo, simpatizavam com o novo governo adotando posições pragmáticas com relação à Venezuela.

A chegada ao poder de Chavez pela vitória nas eleições de 1999 foi o resultado de uma adequada capitalização de sua parte de uma situação de polarização social manifestada na sociedade venezuelana no contexto da deteriorização no sistema de conciliação de elites que foi acordado a partir de 1958.¹²⁸ (ELLNER; HELLINGER, 2003).

Duas décadas de decadência econômica assim como o aumento da desigualdade social e da própria desarticulação da sociedade venezuelana criaram as condições que facilitariam a politização das desigualdades sociais. O projeto bolivariano conforma as relações sociais e econômicas marcadas por uma revolução que busca redefinir a estrutura da organização social, que regula as interações dos venezuelanos, através de um esquema permanente de inter-relação entre o líder e os seguidores, com uma forte presença do líder robustecida por um profundo sentido popular em que a comunicação entre eles parece ser direta. Ao longo dos dez anos de governo Chavez, o conceito de povo e solidariedade constituiu a coluna vertebral do projeto de governo.

Ao longo desses anos, o Presidente da República foi capaz de mobilizar no âmbito doméstico numerosos seguidores. Desde a eleição de Chavez, ficou claro um grande apoio popular manifestado na sua relegitimação aprovada em 2001, a crise do petróleo levou ao sucesso de Abril de 2002, ao referendun revogatório de 2004 e a eleição à presidência em 2006 (SAAVEDRA, B., 2009, p. 232-233).

Apesar do apoio popular, Chavez não conseguiu conformar um movimento hegemônico, ainda que disponha de vastos recursos materiais, políticos e institucionais para governar. Ainda se manifesta uma profunda polarização entre os que o apoiam e os que não lhe dão esse suporte. O panorama se apresenta com uma estabilidade relativa acompanhada de uma constante pressão por parte de todos os setores do país.

Segundo Luis Fernando Ayerbe, a adoção de uma política externa ativa com a implementação de objetivos internacionais ousados está de acordo com a proposta política no âmbito doméstico, pois a concentração de poder do Presidente da República, o isolamento e a estimativa da oposição, assim como, o controle completo dos recursos do petróleo são empregados no contexto da construção social a partir da visão geopolítica e geoestratégica também baseadas na polarização, confrontando a globalização neoliberal sob o domínio dos EUA. Para (AYERBE, 2008, p.128):

¹²⁸ O conceito de polarização que será aplicado nesse estudo é o da economia, pois é aplicável ao resto das ciências sociais no sentido de ser um conceito apropriado para captar um conflito potencial. Polarização aqui será entendida como o grau em que uma população se agrupa em torno de um pequeno número de polos diferentes uns dos outros. A polarização social reflete um somatório de antagonismos entre indivíduos que se agrupam por mecanismos de identificação e geram antagonismos com outros a partir de sua mútua alienação (ESTEBAN, 2006).

As aspirações de Chavez de promover um mundo multipolar remetem, com muita frequência, a uma visão associada às saudades do mundo bipolar da Guerra Fria (e nem sempre a visão internacional plurocentrica), particularmente reforçada desde a expansão do unilateralismo da administração Bush após o 11 de setembro.

Nessa linha, um dos analistas venezuelanos mais críticos ao governo de Chavez, e que se identifica como pertencente à esquerda democrática na Venezuela, caracteriza o fenômeno chavista como um fenômeno militar-nacionalista que sofre influência de correntes marxista-leninistas e que instituiu um governo essencialmente personalista com fortes traços de militarismo, messianismo, caudilhismo e autoritarismo, expressadas em discursos com claras ressonâncias do regime fidelista dos anos sessenta e do mito bolivariano que encontra suporte nas massas populares empobrecidas da Venezuela (PETKOFF, 2005, p. 35-36).

A chegada ao poder de Hugo Chavez Frias em 1998 foi a primeira de uma série de vitórias de candidatos da esquerda que chegaram ao poder na América Latina. No Brasil, em 2002, Luis Inácio Lula da Silva; no Equador, em 2003, Lucio Gutiérrez; na Argentina, em 2003, Nestor Kirchner; Tabaré Vasquez, no Uruguai, em 2004; na Bolívia, Evo Morales, em 2005. Ainda que cada um desses mandatários tenha adotado linhas de governo de diferentes matizes, alguns mais moderados que outros, todos eles representam uma mudança de líderes de centro-esquerda até esquerda, cuja chegada ao poder produziu surpresas ante a desorientação existente na esquerda mundial.

Segundo Wilpert, na década de noventa, quase a totalidade da esquerda, desde social-democratas moderados até socialistas de esquerda demonstravam indecisão em relação aos programas políticos que deveriam adotar. A queda do muro de Berlim, em 1989, assim como a implosão da União Soviética e outros regimes socialistas significou o completo descrédito do socialismo de Estado e a planificação central como soluções institucionais para alcançar os ideais do socialismo (WILPERT, 2009, p.2).

Em relação a questão acima Petras (2002, p. 232) salienta:

A ambigüidade das respostas populares ao aprofundamento do neoliberalismo se fundamenta em parte na desorientação política generalizada. Os dirigentes e movimentos que se indentificavam com as alternativas ao neoliberalismo passaram para outro lado, criando, assim, grande confusão. A segunda fonte de desorientação é a tendência de reconhecidos líderes de esquerda de utilizarem um duplo discurso: criticam o neoliberalismo e ao mesmo tempo aplicam ajustes estruturais e estabelecem alianças com políticos neoliberais.

Na Europa, a social democracia também estava em crise. Tanto a globalização dos mercados financeiros como o massivo endividamento e o déficit fiscal tornaram inviáveis os

programas dos sociais-democratas. Os resultados das políticas neoliberais, como as privatizações dos bens do Estado, o livre comércio, a austeridade fiscal e a liberalização do mercado de trabalho não se assemelhavam em nada com as promessas formuladas pelos defensores do neoliberalismo.¹²⁹

A década dos anos 90, com o fim da guerra fria e a elevação dos EUA como centro do poder, o discurso neoliberal predominou. Grande parte dos países latino-americanos substituíram o modelo desenvolvimentista a favor das ideias neoliberais. Várias experiências do modelo foram adotadas. Do Peru ao Chile, da Argentina ao Brasil, o neoliberalismo foi implementado de diferentes formas. Embora as práticas tenham alcançado maior coerência do que em qualquer outra região do planeta, os ritmos e a amplitude foram acertados de forma particular em cada Estado da América Latina (MOREIRA; QUINTEROS; SILVA, 2010, p.291-317.).

Na época, a agenda global dividia-se em temas como a redução da soberania, a promoção da democracia junto com a distribuição de poder local, com a descentralização de tomada de decisões, o combate ao narcotráfico, as responsabilidades globais, a promoção da livre empresa e o mercado e a redução da pobreza e da violência. A contra-agenda pleiteava a vigência da soberania estatal, acompanhada da concentração de poder e da tomada de decisões, a solidariedade internacional, o desenvolvimento endógeno, a promoção da revolução e a diplomacia dos povos.

Após os atentados de 11 de setembro de 2001, tornou-se mais evidente a diferença já existente entre a América Latina e a América do Sul. Os EUA identificaram duas áreas de distinto significado para seus interesses vitais. A órbita caribenha, que se estende do caribe insular, Panamá e América Central, o México e Canadá. E da Colômbia até a Argentina que se estende uma região menos relevante, mas que ainda tem o predomínio de uma estratégia de racionalidade geopolítica importante para os EUA. Washington modernizou no marco da “guerra contra as drogas e o terrorismo” sua presença no território sul-americano principalmente galgado no Plano Colômbia, o que lhe permite manter uma quantidade de militares substantiva nessa região (TOKATLIAN, 2004, p.172).

Na ótica econômica, se observa que o domínio norte-americano e europeu encontra dificuldades para se manter. A emergência dos Brics – Brasil, Rússia, China e Índia, além de outras economias emergentes, como México e África do Sul e a atual crise financeira mundial

¹²⁹ Entre os anos de 1980 e 1990, durante a vigência do neoliberalismo na América Latina, o crescimento econômico per capita foi um irrisório 11%, comparado com 80% de crescimento do Produto Interno Bruto nos vinte anos anteriores.(CEPAL, 2011).

debilitaram a dominação norte-americana e limitaram a europeia em exercer um papel preponderante na região.

É nesse contexto internacional que a Venezuela estabeleceu os objetivos da Política Externa Bolivariana, promovendo, assim, a defesa da revolução no âmbito doméstico e o reordenamento do sistema internacional em direção a um mundo multipolar. Algumas das ações de política externa refletem preocupações realistas sobre o aumento da diferença de poder militar entre EUA e Venezuela e o aumento da capacidade militar Colombiana, questões consideradas com preocupação por Caracas ante a delicada relação política entre esses países. Essas preocupações levaram o governo de Chavez a se engajar em ações de autoproteção, aumentando gastos e investimentos militares, adotando uma nova doutrina militar, no caso de um possível confronto assimétrico com uma potência externa.

A identidade também possui um papel importante nas escolhas dos aliados de Chavez, uma vez que o mandatário busca parceiros que tenham simpatia com as ideias da revolução bolivariana. Com a manutenção e a expansão dessas coalisões com governos, partidos, movimentos sociais e ativistas, através do poder do uso do petróleo, é uma estratégia do regime e um esforço do governo de Chavez em tentar promover o reordenamento da comunidade internacional.

5.2 A constituição das bases para a diplomacia bolivariana

A tarefa inicial do primeiro chanceler do governo Chaves, José Vicente Rangel,¹³⁰ foi a de melhorar a imagem do presidente no âmbito internacional. Durante a campanha presidencial de 1998, a oposição conservadora passava a imagem do novo presidente para a comunidade internacional como a mais sombria possível.

Os Estados Unidos chegaram a negar um visto de visita ao então candidato à presidência da Venezuela e receberam a eleição de Chaves como algo preocupante. Por outro lado, grande parte dos países da União Europeia não viram com temoriedade a eleição do mandatário. Convidado para uma visita à Inglaterra, em 1998, acabou deixando uma boa impressão (GOTT, 2000).

¹³⁰ Nasceu em Caracas em 1929, é advogado, jornalista e político. Foi ativista político e membro da Direção Nacional do partido União Republicana Democrática (URD), foi deputado e exerceu várias funções como parlamentar; como jornalista, atuou em diversos jornais, como: *El Universal*, *El Informador*, *La Tarde*, *El Regional*, também lançou alguns livros como: *Que pasa em Venezuela. Tiempos de Verdades*, *Socialismo y Democracia*, *Expediente Negro* y *La Administracion de justicia em Venezuela*.

Com a chegada do novo governo, era necessário salientar que a Venezuela iria manter todos os compromissos com seus aliados tradicionais, deixando claro à Comunidade Internacional que aquele seria um governo estável e de confiança. Nessa etapa, as relações amistosas com os EUA e a Colômbia eram preservadas. De acordo com Brito (2003, p.80, tradução nossa)¹³¹: A “revolução” tinha decidido mostrar um rosto amistoso e menos radical em direção a potenciais sócios comerciais, com o único propósito de deixar claro que Venezuela era um espaço seguro e estável para suas operações.

Também de imediato, Hugo Chavez iniciou um tour pelos países latino-americanos como México, Brasil e Argentina. Em setembro de 1999, falava nas Nações Unidas em Nova York e visitava Washington. Foi a partir das demonstrações nas ruas de Caracas e ante os argumentos do velho congresso venezuelano e a nova assembleia constituinte que Washington expressou suas reticências publicamente com relação ao novo governo. Também no mesmo ano, Chavez iniciou um roteiro de visitas por outras partes do mundo, incluindo China, Japão, Coreia do Sul, Hong Kong, Malásia, Singapura e Filipinas. Desde Carlos Andrés Perez a Venezuela não tinha um presidente que desenvolvia forte diplomacia presidencial tão ativa.¹³²

As orientações e estilo da política exterior venezuelana sofreram significativas transformações a partir de 1999, quando o governo Chavez passou a basear a agenda de política exterior na promoção da democracia participativa e protagônica,¹³³ o que levou à alteração dos princípios a partir dos quais eram atendidos os temas fundamentais dessa agenda, como: petróleo, integração, democracia, segurança, comércio e finanças. Da mesma forma, foram alteradas as prioridades e orientações referentes a países e regiões. A busca por uma maior autonomia do Estado venezuelano no contexto territorial, cultural, militar,

¹³¹ Do original em Espanhol.

¹³² Na época, a visita à China teve considerável importância política e economicamente. A potencial necessidade da Venezuela por arroz e produtos baratos e a necessidade da China por petróleo tornaram os dois países parceiros complementares. E, em seus discursos em solo chinês Chavez salientava ser a favor de um mundo multipolar que respeitasse a soberania dos povos e que não acreditava no neoliberalismo, que o mesmo havia sido um desastre para os países do terceiro mundo tentando impor modelos econômicos a partir do centro do ocidente (GOTT, 2000, p. 189)

¹³³ O que legitima essa democracia participativa e protagônica junto com tantas outras ações do governo, é o pensamento do libertador Simon Bolívar, pensamento que tem sido deformado no conteúdo e contexto pelo presidente da Venezuela em várias oportunidades. Com respeito a democracia, seu conceito e tipo, Bolívar, no Discurso de Angostura, sustenta que “o sistema de governo mais perfeito e aquele que produza maior soma de felicidade possível, maior soma de seguridade social e maior soma de estabilidade política (BOLIVAR, 1950, p. 683). Hugo Chavez por diversas vezes afirmou que esta é a definição Bolivariana de Democracia. Quando se examina o texto completo do Discurso de Angostura se identifica que Bolívar não estava dando uma definição para Democracia, estava sim referindo-se ao fins que deve perseguir qualquer governo que aspire a perfeição. Inclusive para ele a melhor forma de governo não é a democracia. Bolívar considerava que as instituições completamente representativas não eram adequadas a caráter e costumes dos povos latino-americanos (BOLIVAR, 1950, p. 168)

alimentário e energético ante as diferenças existentes entre norte e sul foram uma das principais características defendidas no discurso do governo (CARDOZO, 2005, p.14).

No âmbito do sistema internacional, os atentados terroristas de Nova York estimularam um ponto de inflexão severo na relação entre os EUA e a Venezuela. Os atentados acabaram por modificar a política de relações cordiais até então existentes, produzindo, assim, uma modificação súbita na agenda hemisférica norte-americana, acentuando mais a sua vocação democratizadora e paradoxalmente defensiva. No período dos atentados, os EUA exigiram de seus aliados um apoio sem restrições. Chavez, em um tom de desafio, demorou a oferecer apoio, chegando a condenar a maneira como Washington pensava em atuar com relação aos responsáveis pelos ataques. De imediato, Washington chamou a Embaixadora em Caracas Donna Hrinak para esclarecimentos.

Ao assumir como Presidente da República, Hugo Chavez lançou os objetivos da política externa do governo no Plano de Desenvolvimento Econômico e Social da Nação 2001-2007. Inicialmente nesse documento não há grandes mudanças bruscas em relação a valores e princípios que a Venezuela havia sustentado em anos anteriores. Mas já a partir dos primeiros anos na presidência, Hugo Chavez rompeu com os antigos valores e princípios.¹³⁴

Nos discursos oficiais iniciais, definia a política exterior como uma ação internacional multidisciplinária que se materializa através de uma ativa presença em múltiplas frentes, correspondentes às diversas frentes que a Venezuela atua na cena internacional em virtude de sua especificidade como país caribenho, andino, amazônico, atlântico, em desenvolvimento, membro da OPEP e imerso em um processo de mudanças sociais. Além disso, se referia à política externa como orientada à busca de novos espaços em função dos novos valores políticos, sociais e éticos vislumbrando a integração latino-americana, avançando, assim, na busca por uma sociedade mais democrática, justa e equitativa. Apelava-se para uma visão humanística das relações internacionais, o que não implicava no primeiro momento em mudanças mais ousadas com relação aos governos anteriores (URRUTIA, 2006, p. 161).

Durante a gestão do Chanceler José Vicente Rangel, a política exterior da Venezuela se regeu a partir das seguintes premissas expostas por ele:

as relações bilaterais e multilaterais estão destinadas a fomentar a cooperação, é fundamental vincular o exercício da política exterior com todos os cenários da dinâmica nacional, a fim de favorecer o desenvolvimento econômico e social dos venezuelanos, evitando o clientelismo. A introdução da Venezuela no contexto mundial deve realizar-se desde uma concepção pluripolar; é urgente e necessário

¹³⁴ O documento pode ser consultado Ministério do Planejamento e Desenvolvimento da Venezuela.

projetar a defesa da democracia justa e equitativa.” (LLIANA, 2006, tradução nossa)¹³⁵.

A partir dessas premissas, a gestão do Chanceler Rangel se prontificou com os seguintes compromissos específicos: a) com o Caribe e a América Latina, a busca da integração econômica e comercial e a concertação política; b) com os Estados Unidos da América, se aspira uma relação de respeito mútuo, assim como também, o desenvolvimento de imensas possibilidades de cooperação em um plano de absoluta igualdade; c) com a Europa, se procura estabelecer grandes associações de diversas naturezas; d) com a Ásia, Oceania e África, se pretende aprofundar os vínculos, a fim de construir um cenário de crescente cooperação e intercâmbio. Com os países árabes, se projeta a retomada da franca cooperação e concertação que permita desenvolver uma política exterior petroleira mas frutífera e positiva para ambas regiões.

Rangel lançava as premissas da nova diplomacia venezuelana destacando a necessidade de mais autonomia quando afirmava que a consecução desses objetivos supõe afrontar desafios. Ante esses desafios estão: o resguardo da soberania e do poder do Estado; a superação da diplomacia de adesão e reação; a sustentação de uma diplomacia econômica de promoção ativa, a negociação e liderança na construção de alianças; a projeção da política exterior como fator de desenvolvimento econômico e social; a criação de processos necessários que permitam elaborar estratégias destinadas a democratizar a política exterior e a eliminar o Estado centralizado; a promoção de um mundo multipolar sustentado pela integração, a concertação e a cooperação; a promoção da integração latinoamericana e caribenha e com ela, o fomento a cooperação sul-sul; a defesa da OPEP e dos preços do petróleo e finalmente, a ampliação e a consolidação das relações bilaterais.¹³⁶

¹³⁵ Do original em Espanhol.

¹³⁶ Podem ser atribuídas as seguintes êxitos a gestão de Vicente Rangel: 1) a Venezuela presidiu a Comunidade Andina de Nações (2000); 2) participou de distintos espaços de discussão internacional, entre eles Comitê de Medidas de Intervenção da OMC, no Instituto Ítalo Latinoamericana, na Corte Interamericana de Direitos Humanos e nos Mecanismos Permanentes e Consulta e Concertação Política (Grupo do Rio), também incrementou a subscrição de acordos com países cuja aproximação havia sido até então mínima. Nesse sentido ampliou as áreas de cooperação e intercambio econômico, financeiro, energético, turística, técnica, tráfico de entorpecentes e substâncias psicotrópicas, dentre outras com países como: Arabia Saudita, Irã, Barbados, Belice, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, dentre outros. 3) Adiantou gestões destinadas a promover a vinculação entre Mercosul e Can; 4) A Venezuela convocou a II conferência da OPEP (2000); 5) Participou de diversos eventos destinados a criar vínculos mais estreitos a nível multilateral: Conferência América Latina – Caribe – União Européia; Conferência do Milênio da Nações Unidas; Conferência Sul – Americana no Brasil, Conferência Ibero americana em cuba, X Conferência dos chefes de Estado e de Governo do Grupo dos 15 e Jornadas de análises e Reflexão sobre Democracia Participativa em Washington; 6) Venezuela interveio na Comissão de direitos Humanos da ONU e postulou o direito ao Desenvolvimento como direito inalienável e como norma de avaliar e revisar os paradigmas econômicos da globalização.

O chanceler utilizou-se frequentemente de discursos mais amenos e ponderados procurando evitar as demonstrações mais calorosas e impulsivas do Presidente da República. Isso é evidente em varias declarações e, em uma em particular, a exposta no Encontro com o Corpo Diplomático acreditado pelo governo em 12 de Março de 1999, onde ameniza com suas declarações desacordos com a vizinha Colombia. Dizia o chanceler:

estamos apostando com todas as nossas forças a favor da paz na Colombia. Estamos respaldando tudo que possa se fazer para que tenha êxito o processo de paz na Colombia. E isto não significa, de maneira alguma, nos envolvermos nos assuntos internos da Colombia. Respeitamos sua política interna com a de qualquer outro país. Tradicionalmente a política Venezuela tem sido de respeito absoluto a soberania das nações e orientada a busca da paz. Esse laço e paz e extremamente importante para nós, tanto para paz na colombia como para a paz na Venezuela e temos dito que qualquer posição venezuelana não deve ser vista com reticência por que não persegue outra finalidade distinta na busca pela paz nesse país.” (LLIANA, 2006, tradução nossa)¹³⁷.

Em 15 de fevereiro de 2001 o chanceler José Vicente Rangel termina sua gestão como Ministro de Relações Exteriores e passa a assumir o Ministério da Defesa.

Para Rafael Villa a política externa da Venezuela hoje é defensora de blocos de países em desenvolvimento, contra as estruturas hegemônicas e, em especial, os Estados Unidos, democrata e de simpatias de esquerda, apesar da influência de uma corporação armada, muitas vezes, presa às ilusões autoritárias da direita e pragmática no aspecto econômico. Assim como também, no âmbito das ideias, o governo venezuelano passou a estar convencido de que é possível converter o país ao projeto de socialismo do século XXI (VILLA, 2007).

A diplomacia venezuelana tem desenvolvido uma contra-agenda dentro de uma combinação de temas tradicionais e novos de política externa, como a utilização do petróleo como um instrumento importante frente a sua participação no cenário internacional e hemisférico, o ativismo internacional do país e o lançamento de um novo modelo econômico – o desenvolvimento ao socialismo do século XXI, também instituiu a modificação da lei de Serviço Exterior e, em parte, sua ideologização.

Para Romero, o governo Chavez revive no país a visão estruturalista e anticapitalista que gera a tese de desenvolvimento endógeno, o fortalecimento do Estado como instrumento central de desenvolvimento, o protecionismo da indústria nacional e o aprofundamento do papel do Estado, gerando, com isso, uma visão ideológica anti-ocidental estruturada em uma visão de mundo de centro e periferia e a luta contra o imperialismo. De acordo com o autor, (2006, p. 103, tradução nossa) “ do ponto de vista mundial o presidente Chavez tem se

¹³⁷ Do original em Espanhol.

convertido em uma espécie de “*enfant terrible*”, pois vem desenvolvendo uma diplomacia hiperativa”.¹³⁸

O plano de governo de Hugo Chavez tem como estratégia a constituição de um pentágono de equilíbrio, conformado no social, no econômico, no político, no territorial e no internacional. A diplomacia bolivariana baseada no sonho de Bolívar de lograr a unidade dos povos latino-americanos e caribenhos é, de acordo com a visão do governo, a via mais correta para se atingir a estabilidade internacional e para animar a consolidação de um mundo pluripolar, constituído por blocos de países que deem equilíbrio ao conserto das nações, rompendo, assim, com o esquema de dominação e de submissão dos interesses hegemônicos imperiais.

Ainda que se observe mudanças na condução da política externa, também é possível identificar pontos de encontro com governos anteriores, como a continuidade da utilização do fator petróleo e sua consequente utilização para criar alianças que trabalhe na conformação de uma nova ordem regional e mundial, onde a Venezuela possa exercer um papel organizativo central.¹³⁹

Em 2001, a postura e o discurso da chancelaria venezuelana ainda se dava no marco de uma diplomacia disposta a manter o diálogo na tentativa de encontrar soluções sem confrontações nem antagonismos exarcebados, ainda que dentro do oficialismo, setores mais radicais emitiam sinais de querer o contrário.

O discurso de posse de Luis Alfonso Davila Garcia¹⁴⁰ em 23 de fevereiro de 2001 no que dizia respeito à relação com os EUA salientava:

Com respeito aos EUA se acentua uma relação de amizade e de boa vontade para com esse país, mas com claras manifestações de independência e autonomia na elaboração e desenvolvimento de nossa política exterior no mundo. A boa vontade e a racionalidade dessa relação, historicamente de muita relevância para Venezuela, se expressou desde o primeiro ano de gestão através da aprovação por parte do então Congresso da República do Acordo com os EUA para evitar a dupla tributação, traz um efetivo impulso efetuado pelo Ministério de Relações Exteriores. “(LLIANA, 2006, tradução nossa).¹⁴¹

Luis Afonso D’avila Garcia tinha como tarefa pontuar aquelas matérias de interesse nacional que foram tratadas de modo geral no começo do processo revolucionário, através das

¹³⁸ Do original em Espanhol.

¹³⁹ O Encontro dos países exportadores de petróleo de 2000 foi o evento internacional mais importante do segundo ano de governo e trouxe a Chavez o protagonismo internacional necessário para o papel que iria desempenhar no interior da organização com o petróleo como peça fundamental de sua estratégia internacional.

¹⁴⁰ Nascido em Mérida em dezembro de 1943, Militar de formação, foi Ministro do Interior e da Justiça.

¹⁴¹ Do original em Espanhol.

instâncias de poder e decisão do foro internacional, com o propósito de oferecer aos países do mundo que observavam a Venezuela, uma visão de conjunto sobre o sentido e alcance da política humanista desenvolvida pelo governo do presidente Chavez.

Durante sua gestão, explicou as razões que impediam a assimilação da ALCA (Área de Livre Comércio das Américas) como alternativa viável de desenvolvimento para América Latina, já que, do ponto de vista do governo venezuelano, o projeto era altamente proveitoso para os países de economia forte em detrimento dos países com economias mais débeis e dependentes e que não estavam preparados para o intercâmbio comercial em condições de igualdade. Foi na administração do Chanceler Garcia que a Venezuela projetou a defesa do conceito de democracia participativa e protagônica na OEA (Organização dos Estados Americanos) levantando controvérsias. Salientava Garcia na XXXI Assembleia Geral da OEA em 3 de junho de 2001:

Senhor presidente, em nome da democracia representativa se cometeu muitos crimes no passado. Tempos funestos quando na OEA se apresentavam ditaduras militares sanguinárias. As circunstâncias, graças a Deus, modificaram-se. Os governos democráticos reinam no hemisfério. A Guerra Fria desapareceu. Por isso, a OEA vive hoje um novo tempo histórico. A democracia representativa – como temos resumido – ficou consagrada na Carta Original da OEA. Ainda que tenham sido feitas reformas nesse instrumento ao longo dos anos, esta definição se mantém inalterada. Consideramos a democracia participativa como um dos componentes essenciais para a doutrina democrática hemisférica. Democracia sem a participação do povo não é democracia” (LLIANA, 2006, tradução nossa)¹⁴².

No passado, a Venezuela era caracterizada internacionalmente como um país que defendia a democracia representativa, a defesa da liberdade e a consolidação da integração das Américas. O governo de Chavez passou a desenvolver um perfil ideológico orientado para construção de uma nova ordem internacional, uma maior liderança no âmbito regional e ousadas pretensões no âmbito internacional. As novas concepções que estabelecem um distanciamento considerável dos paradigmas tradicionais defendidas pelo país foram expostas no documento intitulado *Nueva Geopolítica del Poder* no Plano Nacional de Desenvolvimento da Venezuela 2007-2013 que se encontra junto ao Plano Operativo Anual do Ministério de Relações Exteriores da Venezuela.¹⁴³

¹⁴² Do original em Espanhol.

¹⁴³ Os cinco objetivos principais da política externa do governo de Hugo Chavez que estavam demarcados no Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social da Nação 2001-2007 são: promover a multipolaridade, promover a integração latino-americana, consolidar e diversificar as relações internacionais da Venezuela, fortalecer a posição da Venezuela na economia internacional e promover um novo regime de segurança hemisférica.

Já o programa de Desenvolvimento Econômico e Social da Nação 2007-2013 identifica sete linhas estratégicas e que definem as prioridades para um novo ordenamento social e estatal e que estão presentes no corpo da Constituição da República Bolivariana da Venezuela.

Quadro 16 - Resume as prioridades estratégicas do governo venezuelano

Objetivo Estratégico	Significado
1) Nova conformação moral coletiva	Substituição dos valores capitalistas por valores que destaquem o coletivo e solidariedade humana
2) Programas de política social	Políticas de inclusão, eliminação da miséria e diminuição da pobreza.
3) Construção democracia protagonica revolucionária	Participação direta dos cidadãos na gestão pública e no processo de tomada de decisões. Mecanismos de participação política.
4) Redimensionamento estrutura econômica	Bases modelo produtivo socialista
5) Novos critérios de organização político-territorial do país	Nova geometria do poder – dinâmica urbano-rural articulada com as comunas.
6) Nova política energética	Tornar a Venezuela uma potencia energética
7) Política Externa	Conformação de uma nova geopolítica internacional multipolar e antiimperialista

Fonte: Autoria própria, 2012.

Nota: Elaboração do autor com base em Venezuela, 2007.

O presidente Chavez acabou por passar uma imagem de suas políticas como violentas, o que para alguns analistas como Gregory Wilpert (2009) não corresponde com a realidade. Wilpert sustenta que, para analisar a política externa do governo Chavez, deve-se separar a realidade com a ficção e a política real de seu discurso incendiário. Além do mais, é importante que se construa uma análise que procure identificar o tipo de políticas que contribuam com a construção dos ideais socialistas do século XXI pregados pelo governo venezuelano e o tipo de política externa necessária para tal fim.

A política externa venezuelana promove a multipolaridade no sentido de permitir que outras nações fortes participem do conserto político e econômico internacional e não apenas algumas. A integração da América Latina é vista como fundamental, mas nos moldes que levem ao desenvolvimento humano e à diminuição da desigualdade social. A integração não somente faz parte da plataforma do governo bolivariano como também se encontra na Constituição de 1999, que obriga o Estado venezuelano a trabalhar em prol da integração política e econômica da América Latina.¹⁴⁴

No passado, a Venezuela deu grande prioridade em suas relações externas para com os Estados Unidos, criando uma dependência econômica considerável. A mudança para uma maior diversificação de suas relações externas seria no sentido de buscar alternativas priorizando a cooperação sul-sul, não somente com a América Latina, mas, também, com o resto do mundo. Nesse sentido, o governo venezuelano busca desde 2004 estreitar laços com a China, Índia, Brasil, Argentina, dentre outros. O mais polêmico em tudo isso foi o estreitamento dos laços da Venezuela com países que até então não eram historicamente parceiros em importância comercial como o Irã, apesar das crescentes críticas do governo americano, além da Rússia e Bielorrússia.¹⁴⁵

À medida que o governo avançou na condução das mudanças da política exterior, principalmente, com relação ao estilo e prioridades referentes ao fixado pelos governos anteriores, percebe-se um hiperativismo. Essa característica, a partir das constantes viagens do mandatário venezuelano, assim como, o forte personalismo expresso nos pronunciamentos, indicavam, uma orientação mais radical. Essas mudanças, no âmbito doméstico, provocaram falta de consenso entre governo, empresários, burocratas e intelectuais que, não somente advertiam sobre as consequências negativas para o país das características da nova política externa, como iniciavam boicotes.¹⁴⁶ Em 14 de Março de 2002 o embaixador J. Gerson Revanales declarava no jornal El Universal,

¹⁴⁴ A proteção da agricultura é um outro elemento trabalhado na promoção da integração regional como por exemplo na ALBA (Aliança Bolivariana para os Povos das Américas) no sentido de proteger a produção agrícola da região que não tem como competir com a União Européia ou os Estados Unidos (WILPERT, 2009, p. 188).

¹⁴⁵ Os elementos que estariam por trás dessa busca por uma maior diversificação seriam o fortalecimento da posição da Venezuela na economia internacional via OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) e expansão da empresas nacionais como CITGO e PDVSA em outros países. A Venezuela criou também a Petroamerica, integração das companhias estatais de petróleo latino americanas (WILPERT, 2009, p.192).

¹⁴⁶ O governo Chavez trabalha com um vocabulário, imagens e visão de mundo de corte antiocidental. Ressalta os elementos terceiro mundistas que, historicamente sempre foram ressaltados pela diplomacia venezuelana em governos anteriores, mas enfatiza alianças dentro da OPEP e países que até então não faziam parte da prioridade de suas relações.

O desenvolvimento do ponto das nove Bases do acordo democrático apresentado pelas Fedecamaras-Igreja-CTV (Comite dos Trabalhadores Venezuelanos) terá que: redefinir os principios estrategicos da política internacional, objetivos específicos como nos reincermos na comunidade internacional e voltar a ocupar uma posição digna; reorientar as relações internacionais, refazer uma agenda internacional caracterizada atualmente por desencontros e incidentes; recuperar a imagem internacional de um país seguro, estável, democrático respeitoso das leis e liberdades. A política exterior é determinante para a promoção dos investimentos; redimensionar a política exterior em relação a nossas capacidades e interesses; resgatar a mística do Serviço exterior desmilitarizado. O serviço exterior não e uma guarda pretoriana a diposição do presidente.” (REVANALES, 2002, tradução nossa)¹⁴⁷.

Da perspectiva de grupos opositores, o regime de Chavez se assimila bastante ao caso de Fujimore no Peru. Salientam que existe, inclusive, uma simpatia desde 1992, quando o governo peruano acolheu os promotores da tentativa de golpe. A oposição reconhecia o caráter popular e o acesso de Chavez ao poder mas questionava a progressiva debilidade da institucionalidade democrática, a falta de independência dos poderes públicos, as violações à liberdade de expressão e o progressivo uso da violência na retórica nas manifestações públicas do oficialismo.¹⁴⁸

Logo após a tentativa e o fracasso do golpe para retirar Hugo Chavez do poder, as manifestações do Presidente da República tornaram-se mais agressivas ante qualquer tentativa de críticas com relação a seu governo. Um exemplo foram as declarações proferidas em Porto Alegre em sua visita não oficial em 2003 para o Fórum Social Mundial. Além disso, discursos com muitos insultos, ironias foram destinados aos EUA que se manteve discreto nas respostas, até muito em função das denúncias do mandatário venezuelano e das fortes evidências do apoio de Washington à tentativa de Golpe de 2002, atitude amplamente criticada pelos países da América do Sul.

Forte crítico da diplomacia bolivariana, Carlos Romero afirma que promover uma série de iniciativas para desenvolver uma diplomacia oficiosa e paralela, com ajuda a movimentos de esquerda, partidos, agrupamentos e personalidades de movimentos radicais, principalmente no âmbito das esquerdas latino-americanas, levaram ao aumento da crescente crítica da política externa. O autor ainda expressa críticas em relação à pressão que o corpo

¹⁴⁷ Do original em Espanhol.

¹⁴⁸ Entre 1999 e 2002, em função de supostos e diversos eventos associados com a violação dos direitos humanos, em particular associados com o exercício da liberdade de expressão e das atividades dos meios de comunicação, vários indivíduos e organizações do mundopositor a Chavez se dirigiram a distintas instancias multilaterais no âmbito hemisférico, como a Corte Interamericana de Derechos Humanos ou a Sociedade Interamericana de Imprensa para denunciar praticas oficiais do governo Chavez em detrimento da livre expressão.

diplomático venezuelano sofreu a partir da configuração e implementação da nova política externa para militarem na crescente causa revolucionária (ROMERO, C., 2003, p.8).

A deflagração de uma estratégia internacional mais audaciosa se cristalizou a partir do triunfo do Presidente da República no referendo revogatório de 2004.¹⁴⁹ Inicia-se, assim, a consolidação do projeto revolucionário bolivariano e a conformação de alianças políticas e estratégicas de forma pontual com outros países. Também se estabelece uma reestruturação e uma reorientação institucional no próprio Ministério de Relações Exteriores (URRUTIA, 2006, p. 160-166).

Salientava o discurso do chanceler Jesus Arnaldo Pérez,¹⁵⁰ em 2004, na visita de cortesia a Comissão de Política Exterior da Assembléia Nacional sobre as mudanças instituídas na Chancelaria:

A nova realidade nacional, demanda uma chancelaria moderna e que deixe de ser percebida como um aparato burocrático desarticulado da realidade social, política e também cultural venezuelana, com certo ar de frivolidade, superficialidade e de pouco conteúdo, para dar lugar um uma chancelaria jovem, dinâmica, e que se reconheça a formação, capacitação e desempenho do funcionário no qual o interesse seja a pátria venezuelana e deixar de lado aquela percepção do funcionário diplomático que só espera ser enviado ao exterior para resolver problemas econômicos. Devemos dar continuidade a diplomacia direta empreendida pelo Sr. Presidente da Republica e também renovar o pessoal do serviço exterior com funcionários identificados com uma nova visão de política exterior (LLIANA, 2006, tradução nossa).

No discurso do embaixador Jesus Arnaldo Pérez ficam claros os necessários encaminhamentos que o governo realizava na reestruturação administrativa do serviço exterior, no sentido de fazer as devidas correções de rumo condizentes com as ideias pregadas pela revolução. As mudanças que privilegiavam um corpo diplomático ideologicamente alinhado com os interesses do governo não iria tolerar vozes críticas internas.

¹⁴⁹ A persistente discussão na época sobre a seleção de alternativas para diminuir a polarização crescente, provocada deliberadamente pelos discursos e ações do Presidente da República, conduziu setores mais ativos da oposição a optarem por mais um referendo como uma estratégia menos conflitiva para enfrentar o governo dentro da nova situação autoritária (JIMENEZ, 2009).

¹⁵⁰ Assume o Ministério de relações Exteriores em 13 de fevereiro de 2004 ficando somente até novembro no mesmo ano. Nasceu em novembro de 1954 é formado em Geografia com vários Mestrados na área. Fazia parte da equipe direta que sustentava o governo. Ocupou o cargo de Ministro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais de 1999-2000, posteriormente foi convidado a fazer parte do serviço exterior venezuelano.

5.3 Atores da Política Externa e Reformas Institucionais na Venezuela

Após o referendo revogatório, concluiu-se a fase de transição dando início a uma nova etapa da política exterior, onde o país começava a substituir sua inserção internacional fora dos padrões tradicionais, passando, com isso, a estar mais de acordo com o projeto e o aprofundamento do processo revolucionário. Avança-se no desenho de uma estratégia mais radical.

A partir do resultado de convenção do partido MVR, em 2003, o regime dava sinais de autoritarismo. Chavez tem a última palavra em todas as decisões do partido, uma prerrogativa que é aceita por quase todos os membros. A partir da convenção de 2003, o presidente passa a privilegiar militares em cargos importantes seguindo a estratégia da aliança cívico-militar. Essa corrente militar inclui vários governadores e ministros. O tratamento especial dado aos militares obedece ao imperativo político de reforçar a tendência pró Chavez dentro das forças armadas e previne, com isso, tentativas da oposição de promover enfrentamentos e desordens (ELLNER, 2010, p. 79).

O Ministério de Relações Exteriores passou nesse momento por um processo de reestruturação e de ideologização onde cada vez mais as ações e decisões relacionadas às relações internacionais passavam a ter um caráter vinculado ao pensamento do Presidente da República.¹⁵¹ A Venezuela desenvolveu no passado uma política exterior ativa que também destacava o poder do executivo, mas que se expressava por meio de uma conduta consensual entre os órgãos de Estado envolvidos com a política exterior.

A partir das novas mudanças introduzidas com a nova Constituição, determinados setores da administração passaram por modificações, alterando a estrutura de poder na Venezuela, refletindo também no processo decisório com relação à política externa. A nova lei de serviço exterior, por exemplo, abriu a inclusão de funcionários de qualquer profissão à carreira diplomática sem estudos prévios de pós-graduação na área e a possibilidade de convocar concursos em graus da hierarquia diplomática por cima da escala inferior de terceiro secretário ocorrendo assim um enfraquecimento de autonomia do Ministério de Relações Exteriores.

¹⁵¹ Membros da elite política de política externa variam de forma ampla de país para país. Os indivíduos têm muita liberdade para influir nos eventos. Como eles fazem isso depende de muitos fatores, como as qualidades políticas e pessoais e as personalidades envolvidas, a natureza da questão a ser decidida e as estruturas políticas do Estado em questão. Para se fazer uma boa análise da política externa de um país é importante considerar muitas variáveis e essas variáveis não podem excluir uma a outra, assim como as determinações estruturais e conjunturais. É importante considerar quando a política externa do Estado constitui uma política de governo ou uma política de Estado (HILL, 2003).

Quadro 17 - Principais mudanças instituídas na chancelaria venezuelana expressas e anunciadas à Comissão de Política Exterior da Assembleia Nacional em 31 de Março de 2004

Mudanças anunciadas no Serviço Exterior Venezuelano
Renovação do pessoal do serviço exterior com funcionários identificados com a nova visão de política exterior.
Designação de novos Chefes de Missão que respondam com honestidade aos interesses supremos do Estado.
Reforma no sistema de designação de Chefes de Missão.
Instituir uma equipe interinstitucional que faça frente as ameaças de desafios das correntes conservadoras continentais e européias.
Completar o já iniciado processo de designação de embaixadas chaves com agregados e funcionários jovens provenientes de outras dependências do Ministério de Relações Exteriores selecionados pela sua capacidade, conhecimento, vocação e amor ao país.
Iniciar processo de reestruturação organizacional com o objetivo primordial de atender com um alto grau de profissionalização áreas fundamentais da política exterior baseados nos postulados de desenvolvimento econômico e social.
Aumento da cooperação descentralizada e da diplomacia solidária

Fonte: LLIANA, 2006

Ante essas mudanças, também eram anunciadas modificações na proposta pedagógica do Instituto Pedro Gual, responsável pela formação de diplomatas, e a Fundação da Escola de Estudos Internacionais da Universidade Bolivariana da Venezuela, rompendo, com isso, o predomínio dos egressados que vinham da Escola de Estudos Internacionais e também da Escola de Estudos Políticos e Jurídicos, ambas da Universidade Central da Venezuela. Essas mudanças instituídas nos institutos de formação implicariam um maior alinhamento do corpo diplomático com a ideologia pregada pelo governo, diminuindo assim a influência de centros de formação que permitiam estudos mais críticos e menos idelógicos.

Para termos uma noção em relação à tomada de decisão na política externa, temos de distinguir analiticamente estrutura e processo. A estrutura é integrada por um ou vários atores governamentais domésticos que têm a um tempo a capacidade de comprometer os recursos de

uma sociedade e de evitar que a decisão adotada possa ser facilmente revertida. O processo de tomada de decisão vincula-se com a dinâmica decisória. Nele participam atores governamentais e não governamentais, do país e do exterior, numa sequência temporal que se inicia a partir do momento em que uma conjunção de estímulos externos e internos requer a tomada de uma decisão determinada até que ela seja efetivamente adotada.¹⁵² (HUDSON, 1995, p:216-217).

Existem assim diferentes enfoques a respeito do processo decisório, aqui adotamos o enfoque que tem como um processo gradual com opções e compromissos entre os grupos de interesse e pressões burocráticas.

As mudanças instituídas no Ministério de Relações Exteriores da Venezuela vão ao encontro da visão e desafios que o próprio Presidente da República fixa ante o processo revolucionário, pois o objetivo é romper as barreiras do Estado venezuelano, permitindo assim impulsionar com maior força um novo sistema multipolar internacional. Segundo URRUTIA (2006, p. 167, tradução nossa)¹⁵³:

Para alcançar esse objetivo, Chavez vislumbrou a necessidade de articular redes de apoio a Revolução Bolivariana e impulsionar a organização de grupos e atores sociais que compartilhem com seus ideais e que estejam dispostos a levar adiante o novo modelo político. Se referiu particularmente aos governos aliados, aos grupos de apoio internacional, as correntes indígenas da Bolívia, Equador, Peru e aos movimentos campesinos da América Central e do Brasil assim como certos setores intelectuais.

5.3.1 Principais atores envolvidos na política externa

Os principais atores responsáveis pela formulação da política externa da Venezuela estão situados hoje no Ministério do Poder Popular de Despachos da Presidência – “Presidência da República” e no Ministério do Poder Popular para Relações Exteriores ou *Casa Amarilla*. Também se deve considerar como atores relevantes no processo decisório em política externa o Ministério da Defesa, o órgão de Inteligência de Estado - o SEBIN (antigo DISIP), o Ministério do Poder Popular do Petróleo e Energia junto ao Escritório de Assuntos

¹⁵² Identificamos que com o desenvolvimento do estudo das teorias de decisão deu-se uma mudança fundamental pelo fato da atenção não se dirigir aos Estados, enquanto abstrações, ou governos como blocos monolíticos e unidos ante ao exterior, mas, aos atores decisores de política externa, enquanto seres humanos submetidos a diferentes pressões e influências (HUDSON, 2005, p. 3).

¹⁵³ Do original em Espanhol.

Internacionais, a Assembleia Nacional junto à Comissão Permanente de Política Exterior e ainda o Instituto de Altos Estudos Políticos Diplomáticos Pedro Gual.¹⁵⁴

O atual Ministério do Poder Popular de Despachos da Presidência foi criado no ano de 2002. A finalidade dessa administração é atuar como órgão auxiliar e coordenador da Presidência da República. Quem responde pela chefia desse Ministério é a Ministra Érika Farias Pena. O Vice-ministério de Assuntos Estratégicos e a Direção Geral de Relações Presidenciais Internacionais são os sub-órgãos que atuam na política externa, tendo como chefias respectivas Manuel Antonio Briceno Peña e Ricardo Julio Sánchez. O Presidente se abastece de informações com relação à área internacional por esses sub-órgãos que estão mais próximos da visão do atual mandatário.¹⁵⁵

A influência do presidente Hugo Chavez na conformação da política externa é estabelecida pelas concepções geopolíticas derivadas de sua formação militar que geram uma interpretação dos processos internacionais fortemente apoiada por uma visão estratégico-militar das relações de poder entre as nações, onde o componente territorial e a soberania nacional constituem um fator crucial.

Salientava o presidente Chavez em sua intervenção na LXI Assembléia Geral das Nações Unidas:

A Venezuela decidiu a vários anos travar a batalha anti-imperialista dentro das Nações Unidas, reconhecendo a mesma como membros que somos, com nossa voz, com nossas modestas reflexões; uma voz independente que somos para representar a dignidade e a busca da paz, a reformulação do sistema internacional; para denunciar a perseguição e as ações do hegemonismo contra os povos do planeta. A Venezuela dessa maneira apresentou seu nome, esta pátria de Bolívar apresentou seu nome e postulou para o posto como membro não permanente do Conselho de Segurança. Então fiquem vocês sabendo: o governo dos Estados Unidos iniciou uma agressão aberta, uma agressão imoral no mundo inteiro para tratar de impedir que a Venezuela seja elegida livremente para ocupar uma cadeira no Conselho de Segurança; o império tem medo da verdade, das vozes independentes, acusando-nos de extremistas. Eles são os extremistas.” (PDVSA, 2012, tradução nossa)¹⁵⁶.

Os discursos agressivos ressaltam sempre as tentativas de desestabilização pelo “potencial inimigo” são marcados por uma visão estratégico-militar defensiva.

¹⁵⁴ Teoricamente os principais atores que geralmente compõe o processo decisório em política externa são os Ministérios de Defesa, da Economia, do Comercio, o Parlamento além dos Serviços de inteligencia. Mas é comum cada vez mais haver a participação de outros atores dentro dos governos em função do aumento da dimensão externa de seus trabalhos (HILL, 2003, p. 54).

¹⁵⁵ É difícil de se obter informações com relação ao processo decisório em política externa na Venezuela. Não há praticamente análises e produções feitas sob essa ótica produzida pela academia da venezuelana.

¹⁵⁶ Do original em Espanhol.

Hugo Chaves trabalha no âmbito das ideias com a integração latino-americana prevista por Simon Bolívar, ressalta constantemente esse líder sob a figura do herói que acompanhou os desfavorecidos e empunha a espada da justiça contra as mais profundas iniquidades sociais – as instituições dos governos anteriores e o imperialismo. Esse tipo de visão nos faz lembrar da importância da obra de Jervis quando salienta que frequentemente é impossível explicar algumas decisões ou políticas sem nos referirmos às visões dos tomadores de decisão sobre o mundo e suas imagens com relação aos outros (JERVIS, 1976, p. 2-57).

A chave para explicação do porquê os Estados se comportarem de certa forma reside na maneira que os tomadores de decisão como atores definem suas situações. A definição da situação é construída pelo projeto de ação assim como as razões para a ação. Além do mais, é necessário analisar os atores (os tomadores de decisão oficiais) nos seguintes termos: (a) suas discriminações em relação a objetos, condições e a outros atores – várias coisas são perceptíveis ou esperadas em um contexto relacional; (b) a existência, o estabelecimento, ou definição dos objetivos – várias coisas são desejadas frente essa situação; (c) afeição ao significado e ao direcionamento de várias ações apresentadas pela situação, de acordo com algum tipo de critério de estimativa; por último a aplicação de um padrão de aceitabilidade no qual restringe o alcance da percepção, o alcance dos objetos desejados e o número de alternativas. Três características de todas as orientações emergem: a percepção, a escolha, e a expectativa (SNYDER ; BRUCK ; SAPIN, 2002, p.59).

O personalismo excessivo do Presidente da República se dá em função de serem pouco influentes as instituições de *accountability* vertical (refletida na sociedade civil) ou horizontal (como no caso do Parlamento) ou existir mecanismos de *check and balance* capaz de restringir e fiscalizar o processo decisório. Compreensível pois isso é uma característica constitucional histórica na Venezuela, mas as características individuais e idiosincrasias do Presidente da República são por vezes bastante espontâneas e circunstanciais (VILLA, 2007, p.8).

O Ministério do Poder Popular para Relações Exteriores ou *Casa Amarilla* perdeu autonomia a partir da instalação do governo Chavez, ainda que após a reestruturação, ele tornou-se um pouco mais influente, principalmente, quando assumem José Ali Rodríguez Araque, em 2004, e Nicolas Maduro Moro, em 2006, que exerce o cargo até o momento. Mas

esta influência está ligada às conexões político-ideológicas dos chanceleres com o Chefe de Estado e o movimento bolivariano¹⁵⁷

José Ali Rodríguez¹⁵⁸ Araque assumiu em março de 2004 o Ministério de Relações Exteriores. Desde 1992, adquiriu reputação como negociador, principalmente quando atuou como Ministro de Energia e Minas, também foi designado Secretário-geral da Organização dos Países Exportadores de Petróleo e Presidente da PDVSA. Sempre deixou claro que as orientações do Ministério de Relações Exteriores e ações da política externa correspondiam às orientações do Presidente da República. Mantinha um discurso mais conciliador com relação às relações com os EUA. Salientava que ambos os países deveriam evitar qualquer fricção em suas relações, e que no caso da Venezuela, era necessário estabelecer uma clara diferença entre aspectos políticos e energéticos entre a relação das duas nações. Como um especialista em assuntos de petróleo, Rodríguez era pragmático quando se tratava das relações energéticas entre os dois países, mas criticava as políticas expansionistas e imperialistas dos EUA.

Explicava José Ali Rodríguez as ações do governo venezuelano e as relações para com os EUA quando convidado a dar uma Conferência no Common Wealth Club de São Francisco na Califórnia em 25 de fevereiro de 2005:

O presidente Chavez deu esperança aos excluídos e a população pobre de nosso país, ao mesmo tempo que ganhou a boa vontade de nossos vizinhos. O presidente Chavez não é um fator destabilizador na região. A pobreza sim, e nosso presidente jurou fazer uma guerra total a este câncer de nossas sociedades. Na haverá justiça social até que a pobreza seja erradicada. A Venezuela foi e será um aliado dos EUA, mas isso não significa que viemos a tolerar a intromissão em nossos assuntos internos, cada país tem o direito soberano de planificar seu destino. A Venezuela não está buscando inimigos, necessitamos de amigos. Queremos trabalhar como aliados dos EUA para trilhar um futuro mais próspero para toda América do Sul.” (LLIANA, 2006, tradução nossa)¹⁵⁹.

Muito da característica conciliatória dos discursos do chanceler davam-se em função de saber da importância em manter boas relações comerciais com os EUA devido à necessidade de manutenção das exportações de petróleo e do interesse da Venezuela em manter investimentos dentro do território norte-americano, como os realizados pela CITGO, subsidiária da PDVSA, responsável pelo refino do petróleo venezuelano nos EUA. Com

¹⁵⁷ Nicolas Maduro Moros possui influência hoje no governo Chavez. Para alguns analistas é candidato natural a Presidência da República ante a descoberta do câncer no presidente Chavez e as dúvidas e suspeitas se poderia ou não seguir na presidência da República por mais anos.

¹⁵⁸ Nasceu em 1937, advogado e político é especialista em matéria petrolífera, também diplomata e Dirigente do partido Pátria para todos. Foi ativo líder de esquerda durante a década de 60 e 70, guerrilheiro dos grupos armados que lutaram contra o Pacto de Punto Fijo. Após abandonar as armas segue para vida política parlamentarista como membro do Causa Radical onde atuou de 1983 a 1999.

¹⁵⁹ Do original em Espanhol.

profunda experiência na área petrolífera, Rodriguez sabia da importância de manter cordiais relações para com os EUA em função da produção venezuelana ainda estar bastante dependente do consumo norte-americano.

O Chanceler Nicolas Maduro assume a Chancelaria em 2006 e está até o momento ocupando o cargo. Foi fundador do Movimento Quinta República (MVR), foi sindicalista e também membro do Movimento Bolivariano Revolucionário 200 (MBR-200). Além disso, foi Deputado no antigo Congresso da República da Venezuela de janeiro a dezembro de 1999 e Constituinte de 1999 a 2000. Também exerceu na Assembleia Nacional mandato como Deputado do Distrito Federal. O chanceler possui um perfil mais pró revolução, muito em função de suas conexões políticas ligadas ao próprio Movimento Quinta República e sua ligação com o Presidente da República.

Há três modelos descritos por Christopher Hill de relações existentes entre o Chefe de Estado e Ministro de Relações Exteriores são eles:

Quadro 18 – Modelos de relações Existentes entre Presidente e Ministro de Relações exteriores

Modelo	Característica
Chanceler Igualdade	Gera confiança, habilidade e boa reputação que podem criar uma equipe forte e continuidade das ações. A fragilidade está no perigo de algum desses atores se desprender dos outros se tornando um dominante. Alternativamente forças iguais podem gerar antagonismos, quando, por exemplo, diferentes partidos políticos exarcebam tensões e cegueiras como por exemplo Galtiere e Costa Mendez na Argentina nos anos 80.
Chanceler Subordinado	É quando politicamente e pessoalmente um indivíduo fraco é apontado, muitas vezes de forma deliberada, no sentido de dar ao Chefe de Estado liberdade tornando a Chancelaria um “funcionário”. A fragilidade está no perigo da concentração excessiva do poder e na crescente arrogância de julgamentos. Ex: Nehru na Índia nos anos 50
Chanceler Consagrado	É quando há uma clara divisão de trabalho e excelente comunicação entre os dois atores. É ruim quando há falta de interesse pelo Chefe de Estado, mais do que falta de competência, ou quando uma rivalidade política se desenvolve entre os dois atores. Ex Clinton e Warren Christopher nos anos 90.

Fonte: Autoria própria, 2012.

Nota: Elaboração própria com base na apresentação dos modelos de Hill (2003, p.61).

Grande parte dos Ministros de Relações Exteriores da Venezuela no período do governo Chavez possuem características de dois dos três modelos. Os modelos de Igualdade e de Chanceler Subordinado se misturam. Em relação ao primeiro modelo, consegue-se observar uma continuidade das ações da equipe de política externa desde o início do governo bolivariano, ainda que até 2004 houvessem algumas divergências não declaradas quanto a alguns posicionamentos mais radicais, vide o silêncio de muitos embaixadores no exterior quando da tentativa de golpe 2002. Por outro lado, há o predomínio excessivo de um ator dominante – o Chefe de Estado. A política externa está sendo aplicada de acordo com os preceitos político-ideológicos instituídos a partir da constituição de 1999.

A característica do segundo modelo é evidenciada quando foram apontados os chanceleres Luis Afonso Davila Garcia, Roy Chaderton e Jesus Amaldo Pérez que tinham um viés mais discreto, o que abriu espaços para os discursos personalistas do Presidente da República referentes à política externa venezuelana. Já José Ali Rodríguez e Nicolas Maduro Moros são mais audaciosos e pontuais e suas declarações, muito em função da experiência política e de serem próximos do presidente. Nicolas Maduro Moros, quando assumiu o Ministério de Relações Exteriores deu um tom mais ideológico nas manifestações quanto às ideias do governo. No auge da crise com os EUA, em 2007, não poupava palavras para defender os interesses da revolução bolivariana. Expressava Nicolas Maduro Moros em 9 de fevereiro de 2007, em reunião no Equador com seu homólogo

Nenhum funcionário do império tem moral para qualificar a democracia venezuelana, a liderança democrática do presidente Chavez e a vida de nossa sociedade. Os EUA estão ensaiando uma nova ofensiva contra a democracia venezuelana do presidente Chavez” (MADURO, 2007, tradução nossa)¹⁶⁰

Nos primeiros anos do governo houve frequentes trocas de Ministros de Relações Exteriores. Somente de 2001 a 2004 passaram pela Casa Amarilla três ministros de relações exteriores. O ritmo das trocas, intenso nos primeiros anos, foi bem menor a partir de 2004, revelando o quanto a Política Externa acompanha as fases de turbulência e de estabilidade da política doméstica, assim como o embate ideológico que se deflagra em torno daquela no interior da sociedade (OLIVEIRA, 2011, p. 91).

Todas as mudanças por que passou o Ministério de Relações Exteriores estavam de acordo com as novas premissas estabelecidas na nova Constituição bolivariana. Como afirma, (TORREALBA, 2006, p. 161, tradução nossa)¹⁶¹:

Com a chegada da nova Lei do Serviço Exterior de 2001 o MRE se viu afetado integralmente em sua composição e imediatamente produziu uma luta gerencial entre aqueles que aprovavam as tendências institucionais tradicionais e aqueles que aprovavam as modernizantes. Em 2002 essa luta gerencial ficou mais latente quando alguns embaixadores se somaram a tentativa de golpe de Estado, outros se recusaram a fazer despachos e outros ainda simplesmente guardaram silêncio.

Observa-se que o corpo diplomático venezuelano é pouco profissionalizado, se comparado, por exemplo, com o do Itamaraty no Brasil. Até o momento, todos os Ministros de Relações Exteriores do governo Chavez não são diplomatas de carreira. Levando isso em

¹⁶⁰ Do original em Espanhol.

¹⁶¹ Do original em Espanhol.

consideração, a escolha apropriada de chanceleres possui importância para condução da política externa, não só pelas suas condições naturais de terem domínio pelos temas de política externa, mas porque necessitam manter o controle de grande quantidade das temáticas que necessitam analisar. Essa área é constantemente invadida por outros colegas que comandam outros ministérios ou ainda por chefes de Estado que decidem ter um interesse direto sobre política externa em determinados momentos (HILL, 2003, p. 53).

Ligado ao Ministério de Relações Exteriores está o hoje Instituto de Altos Estudos Diplomáticos Pedro Gual, antes chamado Instituto de Assuntos Internacionais, fundado em 1977 com o propósito de elaborar estudos e análises sobre matérias relacionadas com a política exterior do país e as relações internacionais em geral.¹⁶² Atua também como Instituto de Educação Superior pelas normativas do Conselho Nacional de Universidades (CNU) com atividades acadêmicas de pós-graduação. Sua estrutura e funções estão previstas por regulamento interno aprovado pela Resolução conjunta n. 210 e n. 1757 de 1997 no Ministério de Relações Exteriores e de Educação respectivamente.

Em maio de 2006, o Instituto passou por uma nova reestruturação atendendo à dinâmica internacional e às prioridades da política externa bolivariana. Ele está integrado por um Conselho Superior sob a responsabilidade máxima do Ministro de Relações Exteriores Nicolas Maduro Moro e por um Conselho Acadêmico. Atualmente o Diretor é Enrique Acuña. A Divisão de Investigação, Documentação e Análise Estratégica tem o propósito de produzir informação adequada e oportuna sobre política exterior para as instâncias governamentais decisórias e também formular recomendações e sustentar estratégias para a ação da Venezuela no âmbito internacional. O Instituto abriga ainda o Observatório Socialista da Venezuela, cujo objetivo é monitorar, registrar e informar as missões diplomáticas no exterior sobre a evolução e os avanços de cada um dos cinco motores constituintes que estão conduzindo a Venezuela em direção ao socialismo bolivariano. São eles:

- a) Lei Habilitante;
- b) Reforma constitucional;
- c) Moral e Luz;
- d) A nova geometria do poder e;
- e) Explosão do Poder Comunal.

¹⁶² A primeira tentativa de formar pessoal diplomático e consular profissionalizado na Venezuela data de 1936. O então presidente da república Eleazar López Contreras, emite um decreto onde cria um curso especial destinado a preparar para carreira diplomática com a direção e inspeção do Ministério de Relações Exteriores.

A partir da reforma de 2006, o Instituto passou a se inspirar com ênfase na ideologia bolivariana para formação do corpo diplomático. São destacadas a inspiração pela ética revolucionária, a solidariedade pelos povos do mundo, o compromisso com a inclusão social, defesa, soberania e autodeterminação dos povos assim como a gestão oportuna do ideal da pluralidade.¹⁶³

A Assembleia Nacional por meio da Comissão Permanente de Política Exterior desenvolve um papel de baixo perfil na elaboração da política externa bolivariana. A Comissão tem como objetivo estudar todos os assuntos relacionados com os processos de integração, as relações desenvolvidas com outros Estados, organismos internacionais e demais entidades de direito público internacional, assim como os assuntos relativos à provação de tratados e convênios internacionais e demais matérias afins. Também conhece as matérias relativas à soberania nacional, a autodeterminação, a paz mundial, a construção de um mundo multipolar, cooperação internacional e a organização e regime jurídico do serviço exterior venezuelano. Atualmente o Presidente da Comissão é Hector Havarro Diaz, deputado do estado de Miranda que pertence ao Partido Socialista Unido de Venezuela (PSUV).¹⁶⁴ Há grande dificuldade de se encontrar declarações dessa comissão. No site da Assembleia Nacional não se encontram disponíveis documentos com declarações dela, o que demonstra ter um baixo perfil de participação e autonomia em assuntos relativos às relações externas do país.

O Parlamento foi bastante ativo nos anos 60 e 70, principalmente a partir dos temas de política externa que eram tratados dentro das organizações partidárias que compunham o sistema de conciliação de elites, principalmente nos partidos dominantes Ação Democrática (AD) e Comitê de Organização Política Eleitoral Independente (COPEI).

A ausência ou baixa participação do legislativo em prol do executivo em decisões de política externa não é o ideal. É importante haver um maior equilíbrio decisório entre os dois poderes. A abdicação pode acarretar grandes defeitos como: a) uma política distante do ponto ideal para o legislador mediano; b) instabilidade decisória, tendo em vista os conflitos e pressões interburocráticas; c) o favorecimento de alguns grupos, escapando à representatividade e ao controle da sociedade (LIMA; SANTOS, 2001).

¹⁶³ Duas publicações periódicas do Instituto se destacam em dar fundamentações teóricas e reflexivas as novas diretrizes - a Revista Política Exterior y Soberania e o Boletín Nueva Diplomacia. Mais informações sobre o Instituto de Altos Estudos Pedro Gual podem ser encontradas em (VENEZUELA, 2011)

¹⁶⁴ Os outros seis deputados são Enrique Gutierrez do partido UNT, Jesus Cepeda do partido PSUV, Daniel Barrio do partido AD, J. Salguero do PSUV, Carlos Armas do AD e ainda Christian Tyrone do partido PSUV.

Na linha de análise de Maria Regina Soares de Lima, a virtude do institucionalismo, em particular a divisão de poderes e a existência de *checks and balances* são mais efetivas nas democracias. Tais mecanismos restringem a liberdade total dos decisores governamentais que, de outro modo, poderiam declarar guerra pelos motivos mais triviais. Os estudos que trazem a representação do Estado como ator coeso e autônomo constitui, segundo a autora, uma excessiva simplificação na representação de um ator complexo como é o Estado. A autora ainda realça o que aconteceu no século XVII com a destruição do frágil constitucionalismo existente quando pôs em marcha o absolutismo burocrático-militar. Na época, a ameaça, do Estado prussiano de uma invasão externa fez substituir uma tradição já centenária de processualismo pela *Raison d'État*.

As instituições políticas que se caracterizam por menor concentração de poder decisório, como é o caso do sistema presidencialista de governo, cuja base é a separação de poderes, multiplicariam os pontos de veto e a incerteza com respeito à ratificação doméstica de acordos internacionais. Segundo a autora, o ressurgimento da perspectiva institucionalista na análise política, focalizando a dinâmica institucional do processo de decisão e o exame dos fatores que facilitam ou não os governos na implementação de seus programas legislativos, direcionou a análise para os pontos de veto em processos decisórios como um dos principais fatores institucionais responsáveis pela definição dos resultados políticos. Naturalmente que quanto mais concentrado o processo decisório, menos pontos de veto existirão e maior a facilidade de o executivo implementar políticas de sua preferência (LIMA, 2000, p. 271 -281).

Em política externa, a questão do *accountability* foi amplamente discutida desde a Primeira Guerra Mundial. Por outro lado, poucos países possuem de forma clara mecanismos estabelecidos, e mesmo quando possuem, a prática não corresponde à teoria. Na verdade, pode-se argumentar que condições para o *accountability*, frequentemente, tem sido, de forma deliberada, sacrificadas sobre o suposto interesse primordial na segurança e em um executivo efetivo.

Outro ator importante na política externa venezuelana é o Ministério do Poder Popular do Petróleo e Energia sob o comando hoje de Rafael Ramirez. O Ministério possui um Escritório de Assuntos Internacionais que tem como competência desenhar, conceptualizar, implementar e dar seguimento nas políticas públicas em matéria de energia no âmbito internacional. O Escritório assessora o ministro em assuntos relacionados com o petróleo e a OPEP. Assegura assim, a coerência e consistência da informação sobre o petróleo da Venezuela com o sistema de informação de mercado que se originam na OPEP.

Da mesma forma, assegura a coerência de desenvolvimento da política energética internacional da Venezuela com a política exterior que desenvolve o governo. Nesse sentido, o Ministério tem peso considerável em algumas decisões de política externa pois participa na elaboração, negociação e assinatura de diferentes acordos energéticos que subscreve a Venezuela com outros países. Esse ministério ainda coordena com o Secretariado da OPEP o levantamento das informações da indústria petrolífera venezuelana que requerem a OPEP a fim de cumprir seus objetivos que estabelecem seus estatutos. Considerando o petróleo como um dos componentes-chave da política externa bolivariana não é de se duvidar que tanto o Ministério do Petróleo e Mineração assim com a própria PDVSA sejam atores atuantes no processo decisório na política externa do país.¹⁶⁵

A Venezuela, historicamente se utiliza de sua posição e status de grande fornecedor mundial de petróleo para dar suporte a sua política externa. O país detém uma das maiores reservas de petróleo do mundo – as maiores hoje se calculados os depósitos de petróleo ultra pesados.

Desde que chegou ao poder, Hugo Chavez nunca hesitou em utilizar o petróleo como instrumento de política externa. O governo aumentou de forma expressiva o seu controle sobre a indústria nacional do petróleo no sentido de assegurar que está apto a dirigir os dividendos com as vendas da matéria-prima para dar suporte às preferências políticas no âmbito doméstico assim como no internacional. Conhecida pela sua excelência técnica e autonomia, a PDVSA experimentou momentos difíceis quando a administração Chavez chegou ao poder. Os dois primeiros anos de governo culminaram com uma greve em 2003 dos funcionários do alto escalão que fizeram protestos em relação às interferências na meritocracia interna da companhia. O governo respondeu com demissões em massa de gerentes e engenheiros seniors, optando assim por uma renacionalização dos empreendimentos com operações conjuntas ligados a empresas de capital estrangeiro (TRINKUNAS, 2011, p. 24).

O Ministério da Defesa exerce influência na elaboração da política externa no aspecto da segurança e da defesa propriamente dita. Apesar das características do governo, onde os militares ocupam importantes posições no *establishment* decisório, já houve manifestações de descontentamento. O próprio Ministro da Defesa já se pronunciou contra o lema “pátria,

¹⁶⁵ As atividades internacionais da PDVSA tiveram uma expansão grande nos últimos anos o que contribuiu para a projeção da companhia pelo mundo. Possui cinco grandes escritórios internacionais em países como Argentina, Brasil, Cuba, Reino unido e Holanda no qual possui relações comerciais estratégicas. Também possui ativos, operações e negócios na Alemanha, Caribe e nos Estados Unidos da América. Informações detalhadas sobre a PDVSA podem ser encontradas em seu site oficial.

socialismo o muerte” como saudação militar. Uma parte do setor castrense apoia a política externa mais ideológica; outra, que se caracteriza por ser mais institucionalista e anti-comunista, vê com reticências a politização das forças armadas (ROMERO, 2009).

O Presidente da República até o momento tem procurado dar um controle militar mais subjetivo fixado na ideologização do que na profissionalização das forças armadas, apesar dos encaminhamentos de modernização feitos pela compra de armamentos sofisticados recentemente adquiridos. O presidente exerce o controle pessoal direto do estamento militar. A constituição de 1999 aboliu o controle do parlamento sobre o aparato militar e a nova lei das Forças Armadas prevê a guerra preventiva através da doutrina de guerra assimétrica. Nesse sentido, o Ministério da Defesa, a partir de uma política externa confrontativa, dirigida pelos discursos inflamados do próprio Presidente da República contra possíveis invasões estrangeiras acaba por também influir no processo decisório.

O Serviço Bolivariano de Inteligência Nacional vem passando por mudanças. A instituição implementou uma nova estrutura organizativa a partir de 2009 pelo Decreto n. 6.865 com aumento de pessoal na área de Direção de Inteligência. Também se verifica um processo da disseminação dos valores defendidos pelo atual governo em prol do socialismo e dos princípios revolucionários. Apesar de estar ligado ao Ministério Popular das Relações Interiores e Justiça possui uma direção exclusiva de inteligência exterior.

Até 2005 o então DISIP (Serviços de Inteligência e Prevenção) contava com 3000 efetivos e era dirigido por um General. A partir de 2006 com a reformulação da estrutura de 16 direções existentes se fixou quatro. Direção de Gestão administrativa, Direção de Contrainteligência e Contraespionagem, a Direção de Inteligência Exterior, oferecendo ao governo análises estratégicas e por fim a Direção de Operações.¹⁶⁶

Em 2008, o governo venezuelano assinou um acordo com a China para aquisição de satélites de comunicações “Simon Bolívar” destinado a deter o controle absoluto e seguro da informação nas áreas de telefonia, transmissão de dados e acesso à internet, também foi anunciada a compra de um satélite de observação e monitoramento aéreo.

A partir das observações realizadas até aqui sobre os principais atores da política externa venezuelana é importante se compreender o papel das crenças desses atores e o impacto que possuem na formulação da política externa. A debilidade institucional e a confusa expressão das ideias no âmbito da comunidade de política externa do país traz como

¹⁶⁶ São poucas as informações que se consegue obter sobre o SERBIN além das oficiais expostas pelos órgãos oficiais. A própria academia venezuelana praticamente não produz análises sobre o papel do serviço de inteligência no país.

consequência uma distorção nas relações entre a figura do Presidente da República e todos os outros atores potencialmente envolvidos nas decisões. Tem-se a impressão de que as metas que deveriam ser estabelecidas de forma racional junto ao Ministério de Relações Exteriores se dão por escolhas, crenças e interesses individuais.¹⁶⁷ Os indivíduos envolvidos na elaboração da política externa possuem uma liberdade de ação para influenciar em eventos. Como eles fazem isso depende de vários fatores como: as qualidades pessoais e políticas das personalidades envolvidas, a natureza da questão que está sendo decidida e as estruturas políticas do Estado em questão (HILL, 2003, p. 56).

Goldstein & Keohane defendem que as ideias - entendidas como crenças mantidas pelos indivíduos - podem funcionar como variáveis intervenientes entre as preferências dos atores e os resultados políticos, tendo impacto nesses resultados quando:

- a) oferecem mapas que ampliam a clareza sobre objetivos ou a relação entre meios e fins: As ideias podem guiar o comportamento dos atores sob condições de incerteza ao estipularem modelos causais e proverem motivações éticas ou morais para a ação;
- b) afetam resultados de situações estratégicas em que não há um único equilíbrio: As ideias podem servir como pontos focais que definem soluções na falta de um equilíbrio único ou facilitar a coesão de grupos particulares;
- c) estão incorporadas em instituições políticas: As ideias institucionalizadas generalizam regras e ligam áreas temáticas, podendo dar aos atores incentivos para que tornem suas políticas mais compatíveis com as dos outros (GOLDSTEIN; KEOHANE, 1993, p. 3-30).

Dentre os principais tipos de crenças citados por Goldstein & Keohane cabe citar: a) visões de mundo: crenças que afetam a vida social de múltiplas formas e ao longo do tempo, como as religiões; b) princípios: ideias normativas que especificam critérios para distinção entre certo e errado, traduzindo doutrinas fundamentais em guias para a ação humana; c) crenças causais: relações de causa efeito que derivam autoridade do consenso compartilhado

¹⁶⁷ Segundo Hermann, Stein, Sundelius e Walker quando se diferencia um grupo de um líder predominante e unidades de decisão de coalizão se reconhe várias questões de limites. Quando um líder predominante opera com um grupo de conselheiros, podemos ter dificuldade em determinar quando a unidade é predominante na figura do líder predominante ou do grupo. Quando se identifica que o líder sozinho tem o poder para comprometer os recursos do regime e não delega formalmente ou tacitamente essa decisão aos conselheiros, a unidade é caracterizada como um líder predominante (HERMANN et al, 2002, p.134)

de elites reconhecidas – como cientistas ou líderes, por exemplo -, promovendo os indivíduos de guias sobre as formas como podem atingir seus objetivos.

Isso permite verificar os problemas e consequências da concentração de poder apresentada no momento no processo de “Accountability” do governo venezuelano com relação às decisões de política externa.

As crenças mantidas por esses indivíduos que atuam como variáveis intervenientes entre as preferências e as decisões do Chefe de Estado quanto ao plano de ação da política externa nos permite assim compreender melhor as escolhas políticas do governo venezuelano.

Quadro 19 – Resumo Principais atores da política externa da Venezuela

ATOR	PARTICIPAÇÃO	FUNÇÃO
Ministério do Poder Popular para Relações Exteriores	Alto no início do governo Chavez; Baixo a partir de 2004	Delimita a política externa
Ministério do Poder Popular de Despachos da Presidência	Alto a partir do exercício constante da diplomacia presidencial e a influencia do personalismo	Monitora ideologicamente de acordo com os preceitos da revolução bolivariana
Ministério da Defesa	Alto desde o início do governo nas áreas de segurança e defesa	Monitora aspectos da política externa que envolva segurança e defesa
SEBIN	Baixo	Inteligência e Contra inteligência
Ministério do Poder Popular do Petróleo e Energia	Alto	Conceptualiza e implementa seguimento nas políticas publicas em matéria de energia no âmbito internacional.
Assembléia Nacional	Baixo após reforma constitucional de 1999	Acompanha e monitora a condução da política externa
Instituto de Altos Estudos Políticos Diplomáticos Pedro Gual.	Baixo/Moderado após sua nova configuração	Formação da diplomacia bolivariana e porta voz das características da nova política externa

Fonte: Autoria própria, 2012.

Nota: Elaboração própria com base na indentificação dos principais atores da comunidade de política externa venezuelana que participam direta ou indiretamente do processo decisório a partir de manifestações públicas.

5.4 O Petróleo como instrumento de política externa

Um dos mais importantes marcos da política externa bolivariana é o petróleo pois representa um fator fundamental para sua economia. Historicamente a política externa do país

esteve atrelada a condição do gerenciamento de suas extensas reservas. As considerações de gerenciamento estratégico dessa riqueza perante suas relações externas estavam como prioridades de quase todos os governos venezuelanos desde Juan Vincent Gómez. Com as descobertas das vastas reservas a Venezuela já visualizava um papel internacional importante que poderia exercer na condução da política petrolífera.

No pós-guerra, as principais potências do globo, representadas pelas multinacionais do petróleo, já demonstravam interesse pelas potenciais reservas em solo venezuelano. A partir de 1922, a produção e as exportações de petróleo serão para a política exterior venezuelana um elo condutor e um fator fundamental para o desenho de seus objetivos estratégicos subordinadas aos grandes interesses das multinacionais associadas ao negócio e em função do qual a economia venezuelana se incorporava ao sistema econômico mundial (MELEÁN, 2006, p.69).

Na década dos anos 70, com a quadruplicação dos preços do petróleo, se gerou uma nova realidade energética global que permitiu a países como a Venezuela desenvolver uma política internacional agressiva e exitosa.

Esteve sempre presente no país o debate, ainda não concluído, sobre o que convém mais à nação. Aprofundar o perfil petrolífero do país ou, levando em conta que o petróleo é um bem escasso e não renovável, promover uma economia não tão dependente dele. Junto com o tema da democracia, o petróleo deu à Venezuela uma condição *sui generis*, uma diplomacia ativa para um país pequeno com uma política externa extensiva. Todos os governos se utilizaram do petróleo como instrumento econômico para lograr os objetivos políticos (ROMERO, C., 2006, p. 186).

Atualmente a Venezuela tem investido uma soma substancial dos seus lucros com o Petróleo em programas de assistência internacional designados a dar suporte aos projetos de construção de alianças através da Petrocaribe.

Segundo Rafael Seabra (2012, p. 154 -155),

A política externa empresarial e militar deste país é orientada a assegurar o controle e o fluxo contínuo de petróleo e gás, como também outros recursos minerais importantes, de maneira que esta política externa agressiva reforça no caso da América Latina sua característica de reserva estratégica, como também desarticulária intentos futuros da integração sul-americana tal qual o Mercado Comum do Sul – Mercosul.

É difícil de se determinar como a Venezuela tem gasto os lucros com o Petróleo, devido à falta de transparência do governo com relação a esses dados. Dos poucos números

oficiais que o governo libera, e que estão elencados valores destinados à ajuda internacional, é possível de se ter ideia do retrato dos bilhões de dólares colocados em atividades não diretamente relacionadas aos negócios principais da PDVSA. Nos relatórios existentes não se encontra os valores gastos com os projetos de construção de alianças estratégicas, principalmente, os que envolvem a participação da Petrocaribe.

As ações designadas à construção de alianças externas com a utilização do petróleo não são poucas. Chavez doou petróleo e dinheiro a comunidades carentes por todas as Américas, inclusive os Estados Unidos. Também ressuscitou uma política antiga de fornecer petróleo com taxas preferenciais para os países da região do Caribe e América Central, área considerada estratégica para Venezuela desde sempre.¹⁶⁸

O programa de ajuda energética e financeira indireta no âmbito da cooperação internacional que o país desenvolve pelo mundo, mas, principalmente, para a América Latina e o Caribe são responsáveis pelo desembolso de mais de 28 bilhões de dólares pelo país. Esses programas concedem condições financeiras especiais para que países da região tenham acesso ao petróleo (ROMERO, C., 2006, p. 191).

A nova conjuntura internacional com o desaparecimento da guerra fria favoreceu a volta das intenções estratégicas comerciais e políticas da Venezuela para região do Caribe, principalmente com relação à comercialização do petróleo. Salientava Hugo Chavez em sua intervenção na Assembleia de Presidentes e chefes de Estado dos países membros da Petrocaribe:

Também queria reafirmar que Petrocaribe é uma causa muito nobre como parte dos esforços de integração no Caribe e na América Latina e as causas nobres somente se ganham com homens de boa vontade, e apesar das dificuldades que podemos ter de vez em quando, é importante que se analise e se trate destes temas até o final, considerando as circunstâncias. As críticas diram que não é um modelo perfeito, mas nunca vamos encontrar um modelo perfeito. Nós temos que fazer o melhor que podemos e proteger nossos próprios interesses e construir uma região de solidariedade e de complementariedade. (PDVSA, 2012, tradução nossa)¹⁶⁹

Afirmava também o Ministro Rafael Ramirez na VI Assembléia do Conselho Ministerial da Petrocaribe (tradução nossa)¹⁷⁰:

¹⁶⁸ Chavez implementou novas iniciativas para promover a integração energética na região fortalecendo assim o papel do governo na exploração e comercialização. Cuba tem sido o alvo mais importante na região a assistência com o fornecimento de petróleo ultrapassa 1 bilhão de dólares por ano. O acordo de cooperação energética com Cuba pode ser consultado em (EFEMÉRIDES ..., [20--]).

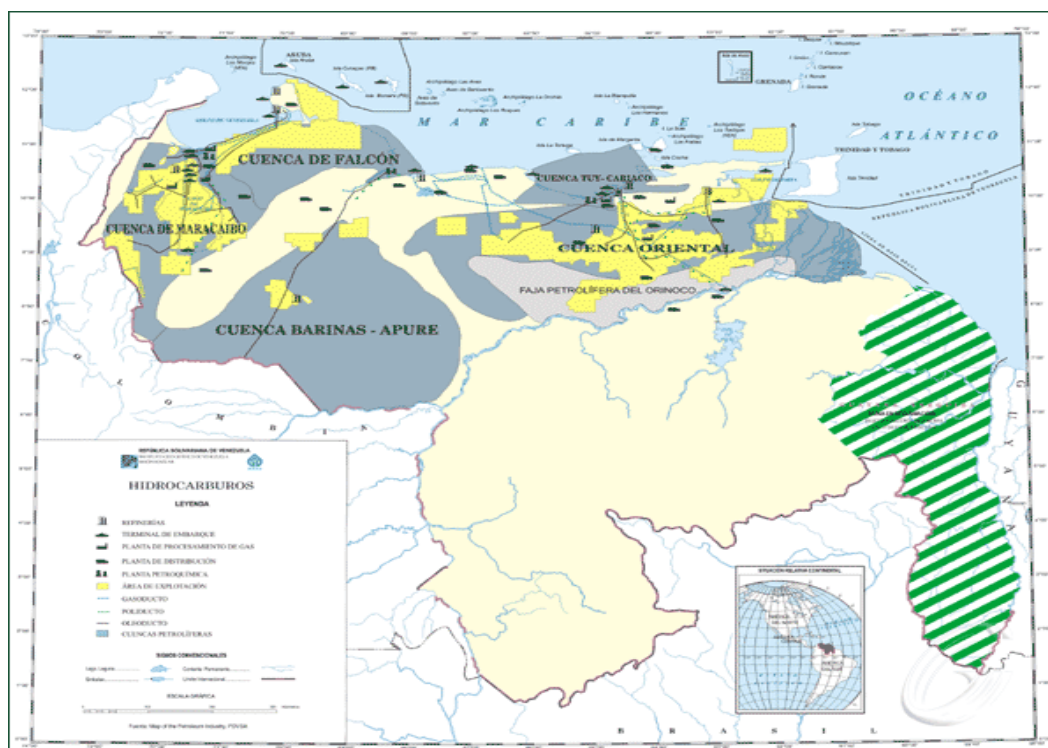
¹⁶⁹ Do original em Espanhol.

¹⁷⁰ Do original em Espanhol.

A diferença de outras iniciativas internacionais promovidas pelos países capitalistas e pelas grandes corporações, Petrocaribe tem demonstrado o compromisso em promover ações concretas orientadas para que os países em desenvolvimento tenham acesso a energia e uma justa valorização deste recurso, pleiteando um esquema de intercâmbio de petróleo e produtos derivados em condições flexíveis.

Identifica-se desde os anos cinquenta que a Venezuela pratica uma diplomacia petroleira intensa para com a região, apesar da percepção por parte dos países caribenhos de que a Venezuela é um país subimperialista. A vocação caribenha da Venezuela está relacionada a três traços que estão presentes em sua política exterior desde 1958: sua excepcionalidade no contexto regional, baseado na combinação de continuidade democrática e disponibilidade dos abundantes recursos de petróleo; o rol decisivo do poder executivo na implementação da política exterior e em alguns momentos seu ativismo internacional.

Mapa 2 – Exploração das reservas de Petróleo na Venezuela



Fonte: Venezuela virtual, 2010.

No mapa acima, a cor amarela forte, revela a localização das principais áreas de exploração de petróleo na Venezuela.

O novo impulso para uma nova diplomacia petroleira em direção ao Caribe se inicia com o lançamento da Petroamerica em 2004 e com a Petrocaribe em 2005.¹⁷¹ O governo define a Petrocaribe como uma organização coordenadora e gestora da produção, refino e transporte e administração do petróleo e gás no arco do Caribe, mas a Petrocaribe é mais do que um acordo energético. A intenção é ajudar a integrar a região do Caribe sobre um compreensivo programa destinado à transformação dessas sociedades. O programa reconhece que existem necessidades especiais de tratamento para países menos desenvolvidos. Da mesma forma, garante o respeito aos princípios de soberania, não interferência e igualdade entre os Estados. Apesar de todas as atratividades, é vista com reticência por alguns países da região em função de temer a interferência nos Estados venezuelanos nos assuntos internos desses países.

¹⁷¹ Estiveram presentes no lançamento países como Cuba, República Dominicana, Trindade e Tobago, Granada, Jamaica, Suriname, Antigua e Barbados, Santa Lúcia, Belize, Bahamas, São Vicente e Granadinas, Barbados, Guiana e Dominicana e Haiti. Não subscreveram o acordo para criação da Petroamerica Trindade e Tobago e Barbados países produtores de petróleo que ante a evidente decepção de Chavez, expressaram suas reservas já que consideraram que podiam afetar seu próprio acordo energético com os países restantes do Caricom (Comunidade do Caribe) (SERBIN, 2006, p.87).

Desde que chegou ao cargo de Presidente da República, Chavez não hesitou em utilizar-se do poder do petróleo para condução da política externa. Ele também se utilizou da OPEP no sentido de melhorar a coesão e o poder de estabelecer preços ao mercado por parte da organização no sentido de dar-lhe mais voz. Conforme a relação com os Estados Unidos se tornava mais difícil, Chavez iniciou a busca por alternativas para o destino de suas exportações em petróleo.¹⁷² O governo aumentou de forma expressiva o controle sobre o processo de nacionalização da indústria petrolífera no sentido de assegurar os ganhos para investir em suas preferências políticas.¹⁷³ Segundo (ROMERO, C., 2006, p. 191, tradução nossa)¹⁷⁴:

O petróleo, o gás, o petróleo pesado e ultra pesado conformarão nos próximos anos uma promessa base energética para o país. Uma Venezuela energética que origina grandes debates e diversas posições na utilização política desses recursos [...] o populismo venezuelano oxigenado pelos seus petrodólares se transformou em um fator disruptivo de vastas proporções, com um presidente instável, que alterna semana a semana visitas a Cuba ou com algum outro país como Reis Magos com uma bolça carregada de presentes.

O aprofundamento da diplomacia petrolífera em direção à região do Caribe abre várias interrogações sobre sua eficácia. Ainda que essa política mantenha características tradicionais da política externa exercida no passado do país para com a região, deve-se analisar as características próprias associadas ao atual governo e suas aspirações em exercer uma liderança regional, pois a exceção de Cuba não encontra muitos países adeptos à ideia.

Andrés Serbin ressalta que a expectativa que os países caribenhos deem suporte à iniciativa em contraposição com os vínculos tradicionais com os Estados Unidos da América não só não tem funcionado, como também tem gerado suspeitas que se somam às percepções sob o papel do subimperialismo venezuelano na região sustentados nas conotações militaristas a que as elites caribenhas são tradicionalmente avessas¹⁷⁵ (SERBIN, 2006, p. 90).

Apesar das reticências de Serbin, questões maiores de natureza estratégica incluem a necessidade de diversificação econômica sob a luz da reestruturação econômica global dando

¹⁷² O governo venezuelano teve grande dificuldade para buscar alternativas onde colocar sua produção, pois a natureza do petróleo venezuelano é do tipo pesado. Grande parte do refino desse tipo de petróleo se dava nas refinarias americanas já preparadas para isso.

¹⁷³ A PDVSA é considerada uma das corporações petrolíferas mais importantes no que diz respeito ao negócio de refino com uma rede de mais de 22 refinarias espalhadas pela Venezuela, Caribe, Estados Unidos e Europa.

¹⁷⁴ Do original em Espanhol.

¹⁷⁵ Países como Trinidad e Tobago, Jamaica e Dominica adotam sistemas parlamentaristas e estão acostumados com alternâncias de poder não vendo atratividade na revolução bolivariana. O “soft power” nos programas adotados pela Venezuela para região parecem não competir com as atrações do poder norte americano para região (CLEM ; MAINGOT, 2011, p. 112).

oportunidade no âmbito da cooperação sul-sul que pode ser mais interessante para região do que os arranjos padrões norte-sul.¹⁷⁶

Além do mais, segundo Norman Girvan, a participação da Petrocaribe na concessão de financiamentos é benéfica para a necessidade de alguns países da região. Somente a Jamaica, por exemplo, recebeu da Petrocaribe 471 milhões de dólares no final de março de 2008. A assistência americana para a Jamaica entre 2005-2007 foi de 58 milhões de dólares. Para o leste Caribenho e o Suriname, a ajuda em créditos da Petrocaribe é estimada entre 180 a 360 milhões por ano. A dos EUA foi 15 milhões para os anos de 2005 a 2007. A Petrocaribe também ultrapassa em valores as concessões de crédito feitas para os países da região pela União Européia pelo programa Cariforum (GIRVAN, 2011, p. 116).

¹⁷⁶ Um recente relatório apresentado em Washington pelo Council of Foreign Relations afirma que a era hegemônica dos Estados Unidos da América no Caribe está terminada. (BARSHEFSKY, 2008).

Quadro 20 - Projetos em andamento da Petrocaribe:

País	Projeto	Novos Projetos
Jamaica	Fornecimento de 23,500 barris por mês. Acordos na área da educação, ciência, tecnologia, medicina, turismo e aumento da refinaria Petroajam	Expansão refinaria de Kingston
Granada	Fornecimento de 340,000 barris em produtos: gasolina, gasoleo e óleo.	Ampliação das refinarias
Cuba	Inauguração refinaria Cienfuegos	
Belize	Empresa mista PDVSA e Belize Petroleum	Construção de refinaria
Nicaragua	80,000 galoes de Diesel	Construção de refinaria; construção de plantas geradoras de energia
Dominica	1,200 barris de asfalto; armanesamento; 1,000 barris de hidrocarbonos por dia	Construção de refinaria
Antigua e Barbados	Armanesamento e distribuição de combustível para o leste caribenho	

Fonte: Aatoria própria, 2012.

Nota: Elaborado pelo autor conforme Clem e Maingot (2011, p.125).

A abrangência dos investimentos que estão sendo levados adiante pelos acordos assinados pela Petrocaribe indicam o interesse venezuelano em exercer influência na região. Alguns desses investimentos podem ser considerados estratégicos para o desenvolvimento de algum desses países.

5.5 Os EUA no contexto da política externa da Venezuela no governo Chavez

Historicamente as relações dos EUA com a Venezuela foram conflitivas. Já no século XIX, as relações da potência hegemônica da região para com o país caribenho eram caracterizadas pela constante preocupação da cobrança de dívidas e possibilidade de

intervenções diretas.¹⁷⁷ A Venezuela no início do século XX era, na visão norte-americana, um país de segunda classe, visto como mais um país turbulento da região do Caribe.

A visão de uma Venezuela associada a um país atrasado, predominantemente agrícola e politicamente turbulento somente iria passar por mudanças a partir dos anos vinte no governo de Vicente Gómez - a descoberta de petróleo em grandes quantidades será o fator-chave na mudança das relações entre os dois países. Em 1928, o país se tornaria o segundo maior produtor mundial de petróleo. Grande parte da exploração das reservas descobertas foram entregues a empresas norte-americanas, fazendo com que a influência preponderante dos EUA se torne constante. Os ventos democráticos que sopraram no período do governo do Trienio, Rômulo Betancourt e Rômulo Gallegos permitiram que as relações entre os dois países se estabilizassem em função dos acordos entre o Estado Venezuelano e as companhias petrolíferas norte-americanas no que concerne aos rendimentos petrolíferos (AZEREDO, 2006, p.12-13).

No governo de Perez Jimenez, com início em 1953, o total de investimentos norte-americanos na Venezuela alcançava a cifra de 2,3 bilhões de dólares totalizando 52,26% do total de investimentos externos. Trinta e oito por cento das exportações de petróleo iam para os EUA. A Venezuela, no período, comprava dos EUA 72% de suas compras totais. A política externa da Venezuela para os EUA se dava de forma vulnerável e subordinada. Os fundamentos da política externa se davam sob o novo modelo de construção nacional fixados no petróleo, comércio e defesa. A Venezuela explorou estrategicamente, quando possível, espaços de manobra tentando assim desenvolver um ativismo mais autônomo ainda que bastante restrito¹⁷⁸(GALLARDO, 1999, p.127).

Dos anos 50 aos anos 90, as relações da Venezuela com os EUA se desenvolveram em clima de cordialidade. A Venezuela privilegiava a identidade de país democrático e ocidental. No governo de Betancourt, durante os anos 60, os EUA percebiam a Venezuela como um país aliado. O governo americano, inclusive, privilegiou a Venezuela política e comercialmente como sócio preferido no âmbito da Aliança para o Progresso dentro do contexto latino-

¹⁷⁷ Como demonstrado no capítulo I já no governo de Cipriano Castro (1899) as relações com os EUA eram bastante instáveis. Washington chegou a permitir o bloqueio naval dos portos venezuelanos por navios militares da Alemanha, Itália e Grã-Bretanha em função do não pagamento de dívidas da Venezuela com esses países. Mais tarde, Roosevelt via doutrina Monroe, assumiria a necessidade de intervenção na região.

¹⁷⁸ A estratégia da política externa venezuelana no período de Perez Jimenez era de privilegiar o nacionalismo econômico, enfrentando assim situações condicionantes do projeto nacional que seriam a dependência econômica-estratégica dos EUA e os interesses de grupos e indivíduos que se apoderavam do aparato estatal ante seus próprios interesses políticos e econômicos.

americano.¹⁷⁹ Ainda assim, Washington foi reticente ao apoio total à Doutrina Betancourt e em aceitar a revisão do Tratado de Reciprocidade Comercial existentes entre os dois países no período.

No início dos anos 70, as relações com o vizinho estadunidense foram de denúncia constante por parte do governo Venezuelano nos foros multilaterais em relação à injustiça internacional gerada pelos países desenvolvidos, e, em particular, aos EUA. Houve aproximação com o governo cubano e soviético e uma tendência a adquirir armas da Europa, gerando, com isso, desconforto por parte de Washington. A Venezuela também reclamava e fazia pressão ante a necessidade de um tratamento mais justo com relação às cotas petroleiras, pois Canadá e México eram favorecidos. O governo de Rafael Caldera exercia um antiimperialismo adotando atitudes mais autonomistas, as circunstâncias no âmbito doméstico e internacional permitiram essa atitude (ROMERO, 2009).

Nos anos 80, a Venezuela aproxima-se dos EUA. Carlos Andrez Perez e George Bush mantiveram estreita comunicação com pontos de vista similares com relação à política latino-americana. A Venezuela vivia um momento crítico ante a necessidade de reestruturação de sua dívida externa e da necessidade de financiamento externo. A boa relação com o vizinho do norte era vista como sendo vital aos interesses do governo venezuelano.¹⁸⁰ Nos anos 90, ainda que as relações entre os dois países voltassem a ser mais conflitivas, principalmente no início do governo Clinton, as divergências e desacordos desenvolveram-se de forma positiva.

Para Carlos Romero (2006), a revolta social de 1989 conhecida como “Caracazo” e as intenções de golpe de 1992 levaram os analistas americanos a modificarem sua percepção com relação à estabilidade política venezuelana. O petróleo também passaria a não ser mais tão vital para os EUA como no passado, devido principalmente à recomposição dos países Árabes logo após a queda do Muro de Berlim.

Com a chegada de Hugo Chavez ao poder, a política externa venezuelana para os EUA assumia contornos distintos dos governos anteriores. Ainda que o discurso político

¹⁷⁹ A Aliança para o Progresso de 1961 propunha uma alternativa reformista a ameaça cubana no hemisfério. A expectativa de que as políticas das sociais democracias iriam “conter o comunismo” na América Latina provou ser um melancólico pensamento. A contra insurgência prevaleceu sobre o reformismo. Ao invés de ajuda para o desenvolvimento, redução da pobreza, reforma agrária e governos populistas, a região foi inundada com regimes militares que violentamente terminaram em tentativas de revolução e eliminou qualquer vestígio de democracia e desenvolvimento social. Em poucos países onde as forças armadas e a direita não tomaram controle do Estado, as reformas falharam na agenda pública onde os regimes partidários como a Democracia Cristã e Social Democracia se estabeleceram (HERNANDEZ, 2011, p. 132).

¹⁸⁰ As dificuldades econômicas da Venezuela no período levaram a maior aproximação com os EUA forçando o país a ser mais flexível e mais aberto a possibilidade de fazer concessões e alianças políticas. Caracas apoiou as campanhas de democratização e políticas antidrogas dos EUA para região, assim como apoiou a proposta da iniciativa para as Américas e a política de Bush para o Oriente Médio.

presidencial fosse em muitos momentos dirigidos a Washington em tom conflitivo e até ameaçador, a política externa como um todo para com os Estados Unidos da América esteve paltada pelo pragmatismo no âmbito das relações comerciais. Chavez se utiliza em seus discursos das relações conflituosas com o vizinho do norte como forma de ganhar projeção mundial e demonstrar maior ativismo político.

Segundo Romero (2006, p. 80, tradução nossa)¹⁸¹, crítico com relação política externa venezuelana no governo de Chavez:

o governo Chavez se empenhou em confrontar os EUA, utiliza o petróleo como uma arma política, o governo sataniza os EUA mas ao mesmo tempo obtém grandes benefícios comerciais do país. A Venezuela envia um milhão e trezentos mil barris de petróleo e derivados diários ao mercado dos Estados Unidos importando bens e serviços.

A Venezuela no início do governo Chavez era o quarto país exportador de petróleo para os EUA e a América, o maior cliente para Venezuela com relação a produtos petrolíferos. Há também importantes conexões culturais com os EUA que datam desde muito tempo, como a paixão pelo beisebol e vários produtos importados dos EUA para o entretenimento.¹⁸²

No início do mandato de Chavez, as relações entre os dois países não foram tão tensas, mas já no governo de Clinton, o Departamento de Estado Americano começava a repudiar algumas ações de Chavez.¹⁸³ Críticas à ALCA (Área de Livre Comercio para as Américas) logo foram expostas pelo presidente venezuelano durante a Cúpula para as Américas realizadas em Quebec no Canadá, em Abril de 2001. Também um pouco antes dos ataques de 11 de setembro, Chavez cancelou o acordo de cooperação militar existente com os EUA há mais de cinquenta anos.¹⁸⁴

¹⁸¹ Do original em Espanhol.

¹⁸² Em 2002 perto da metade das importações petrolíferas dos EUA vinham do continente americano, principalmente Canadá, México e a Venezuela. O Canadá pode se tornar uma alternativa confiável como fornecedor para os EUA nos próximos anos pois possui vastas reservas de petróleo (LOPEZ, 2006, p. 97).

¹⁸³ Quando Chavez visitou Clinton em Washington passou por Cuba, apesar da insistência do Departamento de Estado em não fazer essa parada antes da visita aos EUA. Clinton recebeu Chavez de jeans durante 15 minutos sem a presença da imprensa. Em 2000 o Departamento de Estado repudiou veementemente a visita que Chavez fez a Saddam Hussein no Iraque com parte da visita a países membros da OPEP. Washington alegava que se havia violado sanções impostas pelas Nações Unidas ao Iraque (WILPERT, 2007, p. 204).

¹⁸⁴ O governo venezuelano suspeitava que o Programa de Treinamento de Educação Militar Internacional (IMELT) estava desenhado para aumentar a influência americana junto as forças armadas venezuelanas.

As manifestações de Chavez logo após o atentado de 11 de setembro foram de crítica aos EUA. Salientava o presidente venezuelano no jornal *El Nacional* em 10 de janeiro de 2006 (tradução nossa)¹⁸⁵:

O eixo do mal é Washington, esse sim é o eixo do mal, com seus aliados no mundo, que ameaçam, que invadem, que matam, que assassinam. Nós estamos conformando o eixo do bem, o eixo novo, do novo século. A hipótese que cobra força é que foi o mesmo poder imperial norte americano que planejou e conduziu esse atentado, o feito terrorista terrível contra seu próprio povo e contra cidadãos de todo o mundo. Para que? Para justificar a agressão que de imediato se desatou contra o afeganistão, sobre o Iraque e a ameaça contra todos nós, contra Venezuela também (FRÍAS, 2006).

As declarações mais diretas e duras do presidente venezuelano com relação aos EUA logo após os atentados de 11 de setembro se deram no âmbito doméstico. Os diplomatas venezuelanos adotavam um tom moderado e até de suporte a Washington como, por exemplo, as manifestações junto à Organização dos Estados Americanos (OEA). Salientava o embaixador Jorge Velero no Conselho Permanente da OEA logo após os atentados:

Desde o primeiro momento em que se tomou conhecimento dos sanguinários atentados de 11 de setembro o presidente Chavez deu seu respaldo solidário ao dolorido povo norte americano e ao governo de George Bush. Ofereceu ajuda através da PDVSA e sua filial Citgo, que opera em solo desse país. Garantiu o nosso ministro do petróleo, gasolina e outros derivados ao povo dos Estados Unidos. Também promoveu no marco da Organização dos Países Exportadores de Petróleo uma política destinada a garantir a estabilidade dos preços do petróleo no mercado internacional.” (VALERO, 2006, tradução nossa)

O governo venezuelano, muitas vezes, adotou um tom pragmático para com os EUA. Aceitou, por exemplo, firmar o Tratado sobre Promoção e Proteção de Investimentos Estrangeiros atendendo a insistentes pedidos do representante americano em Caracas. O governo bolivariano manteve em um primeiro momento uma atitude pragmática na sua atuação, mas principalmente Chavez como governante para com os EUA. O mandatário da Venezuela demonstrou a possibilidade de tal predisposição ao entendimento durante alguns períodos de seu governo coexistindo com a retórica nacionalista. Ainda que os desacordos entre os dois países aumentassem, Chavez evitava no início expressar seus desgostos ante os EUA.

Depois de 2002, a situação ficou mais delicada devido, principalmente, ao apoio explícito do governo americano à tentativa de golpe contra Chavez pela oposição. Apesar disso, poucos meses depois da tentativa de golpe, os dois países silenciaram as desavenças,

¹⁸⁵ Do original em Espanhol.

apesar de que Chavez jamais perdoaria o governo americano pela iniciativa, inclusive obtendo apoio da maioria dos países latino-americanos pelo direito democrático de se manter no governo.¹⁸⁶

A partir de 2004 as manifestações verbais se tornam agressivas. O presidente venezuelano passaria a acusar Bush como o líder político mais perigoso do mundo. Em discurso à Assembleia Geral da ONU em 2006 expressava o líder venezuelano citando Noam Chomsky:

[...] excelente trabalho para entender o que o mundo tem passado durante o século XX, e o que está passando. A maior ameaça que segue sobre o nosso planeta é a pretensão hegemônica do imperialismo norte-americano que põe em risco a sobrevivência da espécie humana.....Seguimos alertando sobre esse perigo e fazendo chamado ao povo dos EUA e ao mundo para deter essa ameaça que é como a própria espada de Damocles. Observem, eu creio que os primeiros cidadãos que deveriam ler este livro são os cidadãos norte-americanos porque têm ameaça em sua própria casa; o diabo está em casa, sim, o próprio diabo. Ontem ele esteve aqui [...] (PDVSA, 2012)

Ainda que os discursos inflamados de Chavez para com os EUA tenham sido no período confrontativos não chegaram a causar respostas automáticas de Washington. O governo americano trabalhava ativamente nos bastidores desde 2000 no sentido de derrotar o presidente venezuelano. Segundo Wilpert, o governo dos EUA aumentou o financiamento à oposição a Chavez de forma expressiva. Esses fundos teriam sido canalizados para a Fundacion Nacional para la Democracia e para a Agencia dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) (WILPERT, 2007, p.206).

Esses fundos teriam sido repartidos por uma variada gama de grupos civis e também partidos políticos. Essa informação não é conhecida de forma clara segundo analistas venezuelanos.

A partir de 2004, Caracas adotou um posicionamento duro ante o governo americano com relação às intenções desse governo de realizar sobrevoos pelo território venezuelano para chegar na Colombia em função do combate ao narcotráfico realizados no âmbito no Plano Colômbia. O presidente Chavez recusou-se por diversas vezes a autorizar os sobrevoos sem licença prévia causando irritação em Washington¹⁸⁷ (AZEREDO, 2006, p. 27).

¹⁸⁶ É importante se observar aqui que a administração Bush estava ocupada preparando a guerra no Iraque e não desejava criar mais um problema serio na America do Sul, o que poderia ocasionar alta adicional nos preços do petroleo. Em 2003 o governo Bush apoiou a criação do Grupo de Amigos do Secretario Geral da OEA que pertenciam Brasil, Chile, México, Espanha, Portugal e Estados Unidos para que observassem e acompanhassem a situação interna na Venezuela.

¹⁸⁷ Os pronunciamentos do governo norte americano sobre a falta de apoio de Caracas a luta antiterrorista, as declarações do governo da Colombia ante a injerencia de Caracas nos assuntos internos colombianos e as

Internamente Chavez teve de lidar com os setores militares ante sua preocupação com as contínuas manifestações de Washington de que as forças armadas no continente latino-americano deveriam ter, entre suas principais funções no pós-guerra fria, o apoio dos EUA na luta contra o narcotráfico. Os militares venezuelanos achavam essa ideia bastante complicada ante a perda de autonomia e o aumento de controle de Washington. Chavez foi cuidadoso ao atender as demandas dos militares no sentido da manutenção da autonomia militar (VILLA, 2004, p.8).

Durante o governo Chavez, a Casa Amarilla manteve um discurso mais brando ante os EUA do que a Presidência da Republica. O chanceler Luiz Afonso D`Ávila, por exemplo, evitou um confronto direto com o Departamento de Estado ante as constantes críticas com relação à aproximação de Caracas com países como Líbia e Irã. O chanceler salientava a Washington que Caracas estava disposta a prestar qualquer esclarecimento sobre as ações de seu país para com esses Estados.

É importante observar que a América Latina como um todo e o Caribe não são prioridades para a política externa americana desde o final dos anos 90. O governo americano desenvolve um olhar seletivo para com os países da região levando em consideração interesses e ameaças pontuais que cada um possa provocar.¹⁸⁸ A Venezuela é vista como um país preocupante ante a existência de um governo de esquerda considerado instável, além das importantes reservas petrolíferas. Mas os EUA não tratam a questão como um problema de preocupação global que exigiria, assim, um grau de intervenção maior.

Se observarmos a agenda do presidente Obama, em sua ultima visita à América do Sul, a lista de tópicos relevantes para Washington na região está dominada pelas questões de relações de negócios e interesses econômicos com os países mais relevantes da América do Sul (Brasil e Chile). Somente é dada atenção mais pontual àqueles países que venham a

denúncias de favorecimento da Venezuela a favor da guerrilha colombiana incomodaram o governo americano. Apesar do descontentamento as manifestações de repúdio por parte de Washington dirigidas a Chavez podem ser consideradas como brandas.

¹⁸⁸ Apesar de existir um consenso internamente dentro dos Estados Unidos como pontos positivos a destacar com relação a América Latina a democratização política na região, a liberalização econômica e as boas relações entre o país e a região como um todo, algumas ressalvas permanecem. A maioria das preocupações estão associadas a fatores que podem afetar a governabilidade dos Estados latino americanos como a instabilidade econômica e a dependência de financiamento externo, o aumento da pobreza, e da exclusão, que estimulam a migração interna em direção aos centros urbanos e, externa, em direção aos EUA. O crescimento da criminalidade, especialmente o narcotráfico, corrupção e enfraquecimento da capacidade coercitiva do poder público são vistos com preocupação (AYERBE, 2002, p.274).

causar algum tipo de problema e que possam envolver diretamente o governo americano, entre eles, o crime organizado, drogas, instabilidade política e migração.¹⁸⁹

A ausência de uma política mais ousada por parte dos EUA para América Latina não permite que o país influencie o sucesso ou o fracasso da estratégia internacional da Venezuela. A Venezuela ainda representa uma ameaça pequena para segurança nacional norte-americana. Os esforços de Chavez de exportar a revolução para outros países da região pode até ser um motivo de preocupação para os EUA, mas também pode ser argumentado que a queda para esquerda por parte de alguns países latino-americanos não teve muito a ver com a assistência venezuelana e sim mais devido às transformações no âmbito doméstico desses países (TRINKUNAS, 2011, p.28).

Apesar dos discursos de Chavez se utilizarem, por várias vezes, da retórica aproximação com Cuba para tentar chamar atenção de Washington, na prática, essa aproximação não incomoda o governo americano. Desde o início da administração de Hugo Chavez, as relações entre Cuba e EUA têm sido mais positivas, ainda que os dois países não façam declarações enfáticas sobre essa intenção.¹⁹⁰ Para os EUA, uma mudança nas relações com Cuba seriam muito mais consistentes e práticas em termos de interesses nacionais globais do que qualquer outro país da região. Iria também enviar sinais para outros países do hemisfério de harmonização de consenso que provavelmente se espalhariam do Chile ao México (HERNANDEZ, 2011, p. 135-136).

No âmbito do governo venezuelano, especialmente se levarmos em consideração o personalismo político das declarações do Chefe de Estado no que diz respeito às relações com os EUA e a tentativa de aproximação com Havana, no sentido de incomodar Washington, também não provocam reações do governo cubano. Havana permite as declarações de Chavez não manifestando-se. Dessa forma, se esquivava das colocações intempestivas do presidente da república venezuelana.

A Venezuela tenta diversificar suas relações externas para outros países, diminuindo, com a isso, sua histórica dependência com relação aos EUA. A partir da fixação das novas

¹⁸⁹ Embora o presidente Obama tenha se saído bem já no início de seu mandato com os líderes latino americanos no Encontro de 2009, a fraca resposta por parte do governo americano a tentativa de golpe em Honduras em junho de 2009 contra o presidente Manuel Zelaya significou um distanciamento nas expectativas por parte dos países latino americanos de uma melhora de relações com Washington. Inicialmente após de ter condenado o golpe em Honduras, os EUA rompeu com a maioria dos países latino americanos endorsando novas eleições sem Zelaya (HELLINGER, 2011).

¹⁹⁰ Cuba tem sido para o governo americano nos últimos anos uma preocupação a menos. Havana tem avançado mais do que muitos países da região do Caribe e América do Sul em relação a áreas consideradas sensíveis a questões de segurança para o governo americano. Cuba, por exemplo, tem avançado em ações coordenadas com os EUA em políticas como tráfico de drogas e migração mais do que outros países da região.

diretrizes da política externa bolivariana, a busca por alternativas de relações externas, entre elas maior aproximação com o Brasil, Argentina e países como Rússia, Bielorusia e Irã, além da China, se tornaram fundamentais. Essa busca por novas opções não chega a se configurar como um universalismo da política externa, como o implementado no Brasil no governo Geisel, no sentido da busca por diversificação independente do perfil ideológico.

Caracas, ao contrário, aposta em alternativas de países com governos, muitas vezes, considerados problemáticos pela comunidade internacional, mas que servem aos interesses do governo bolivariano e não necessariamente a uma política externa de longo prazo, vislumbrando os interesses permanentes da nação. Para Fidel Flores (2006, p.22, tradução nossa)¹⁹¹:

É certo que Caracas não tem poupado esforços em diversificar o destino de suas exportações de hidrocarbonetos, como mostrou a recente assinatura de acordos com a China para incrementar o número de barris de petróleo extraído de 300 mil em 2007 para um milhão em 2010. Está claro que um dos princípios que orientam algumas atitudes dos governos venezuelanos para América Latina esta a contenção e o combate aos interesses de Washington não somente nos limites da região.

Aqui se observa a debilidade desse governo, mas, também dos anteriores em não avançarem na consideração de um conceito estratégico nacional claro e na fixação de objetivos permanentes. Como aponta bem Araújo Castro (1982, p. 199) quando falou das relações do Brasil com os EUA:

As relações entre o Brasil e o país mais poderoso do mundo são para nós um banco de prova de nossa política internacional e um teste de maturidade política para o Brasil. É por isso que acenamos à necessidade de um diálogo em bases internamente novas e modernas, um diálogo que procuramos definir em termos de Estado a Estado.

Caracas dá suporte a países como o Irã, não escondendo de Washington o apoio a Teerã com relação à continuidade de seu duvidoso programa nuclear, assim como crítica constantemente à política externa americana para com o Oriente Médio.¹⁹² Em julho de 2006, depois de receber um prêmio na Universidade de Teeran declarava Chaves:

¹⁹¹ Do original em Espanhol.

¹⁹² A relação bilateral entre a Venezuela e o Ira conheceu um novo dinamismo a partir do governo Chavez. O presidente venezuelano a partir do projeto bolivariano, em parte via diplomacia petroleira, busca maior visibilidade internacional via alianças com países do sul. Para alcançar esse objetivo, a manutenção da alta dos preços do petróleo no mercado mundial foi imprescindível via OPEP. Entre 2000 e 2001 Chavez multiplicou as visitas a Teeran para dinamizar as relações com a organização internacional petroleira e também ampliar as relações comerciais com esse país. A partir de 2005 essa aproximação será ainda maior com várias visitas entre os Chefes de Estado nos respectivos países. Iran e Venezuela encaram seus projetos

Se o império norte americano deseja manter sua hegemonia depois dos primeiros cinquenta anos desse século XXI, o planeta corre perigo, assim que devemos derrotar o Imperio.” Repete em sua visita a Teera em 2007: “A cooperação entre países independentes, em particular entre Ira e Venezuela terá um efeito importante na derrota do imperialismo e na vitória entre os povos” (BOLETIN..., 2006, tradução nossa)¹⁹³.

Para política externa bolivariana, a aproximação com o Irã, apesar de provocar inseguranças e desconfianças por parte de Washington, não está vinculada somente à oposição aos EUA, mas, também são vistas como relações que podem manter-se a longo prazo ante os interesses energéticos de Venezuela e Irã. Essas relações se inscrevem na evolução estrutural do sistema internacional em direção a uma descentralização das relações interestatais a favor das estratégias sul-sul.

Na visão de Fernando Ayerbe, de certa forma, a política externa da Venezuela para os EUA reflete uma percepção de um mundo multipolar em condições de resistir à hegemonia estadunidense e da necessidade de aprofundar as polarizações e os antagonismos com esse fim (AYERBE, 2008, p. 134).

Para Rafael Villa, a mudança de identidade da política externa da Venezuela antes tinha como uma das características principais a defesa da democracia representativa. A partir do governo, Chavez passa a ser refletida na defesa da democracia participativa, como característica do pregado “socialismo do século XXI”, encontrando divergências com o governo norte-americano e nos debates promovidos na Organização dos Estados Americanos (OEA). Salientava o embaixador venezuelano Jorge Valero junto a OEA no Conselho Permanente da Organização em 28 de março de 2001:

A democracia em nosso hemisfério encara serias ameaças, que, como afirma a Declaração de Quebec, assume várias formas. Para que seja correta a democracia tem que se basear na representação, na participação e no protagonismo de todos os setores e não somente de reduzidas elites que concentram, não poucas vezes, de forma grosseira e perversa, o poder político e econômico. (VALERO, 2006)

No âmbito doméstico, pesquisa do Data Análises revelavam em 2002 a percepção dos venezuelanos com relação à política externa de Chavez. Os resultados diziam que 53% dos venezuelanos acreditavam que a Venezuela deveria ter relações com todos os países do mundo, 63% percebiam que o país promovia relações com países não democráticos ou de

revolucionários como forma de instituírem mudanças no âmbito internacional. A dialética da revolução esta presente nos discursos dos dois chefes de Estado, da mesma forma a crítica a política externa americana (ELODIE, 2008, p.24-26)

¹⁹³ Do original em Espanhol.

economia controlada como Cuba, Líbia, Iraque, Irã e Arábia Saudita. Em torno de 40% da população declarava que preferia que o governo concentrasse esforços em relações com países de economia de mercado e democráticos como os EUA, alguns países da Europa e América Latina (CORRALES, 2011, p. 50-51).

O que se observa no âmbito doméstico ante a definição da política externa do país para com os EUA é que tem estado atrelada à polarização interna da sociedade venezuelana. Comportamentos e estratégias dos principais atores envolvidos desde o início do governo estão muito presos às posições políticas e rivalidades de cada grupo, não se pensando em uma estratégia e comportamento do país como decisões de Estado.

Rafael Villa explica que a democracia nesse período na Venezuela não aparece como meta prioritária quando os atores participantes de um conflito não têm a intenção final de resolver o problema. Os atores não conseguem tolerar posições e diferenças de um com relação a outro de maneira tal que permita a se chegar a uma solução democrática e que beneficie o país como um todo. O resultado, segundo Villa, é que as instituições, que é o principal canal por onde circulam e processam os conflitos, acabam sendo instrumentalizadas em favor de posições particulares dos atores em conflito. É neste quadro interno que se observa repercussões e motivações na conduta diplomática da Venezuela para com os EUA (VILLA, 2004, p. 6).

A partir de 2008, o discurso de Chavez diminuiu o tom de agressividade com os EUA. Isso se deve principalmente à manutenção da relação comercial com o vizinho do norte, importante para a estabilidade econômica interna da Venezuela, a própria crise financeira internacional, além da necessidade de manter boas relações com a Colômbia que se viram bastante prejudicadas e quase à beira de um conflito armado em função das manifestações da Venezuela com relação às Forças Revolucionárias da Colômbia (FARC) no período do governo de Álvaro Uribe.¹⁹⁴ No governo de Juan Manuel Santos, as relações entre os dois países melhoraram. O governo venezuelano reconheceu que os métodos das FARC de luta armada eram anacrônicos.

Recentemente, em função da crise que ocorre na Síria e o endurecimento dos EUA com os países que mantêm relação com aquele país fez com que o Presidente da PDVSA, Rafael Ramirez, afirmasse que seguirá enviando petróleo à Síria (tradução nossa). “nós não podemos determinar nossa política externa por temor de sanções norte-americanas. Temos

¹⁹⁴ Chavez chegou a solicitar o reconhecimento internacional das FARC como força beligerante, sob fortes protestos de Bogotá, mas acabou por modificar sua posição ante a forte pressão do governo Colombiano.

dito que não nos importa nada além da verdade. Nada vai nos impor de forma extraterritorial seus planejamentos de política internacional."¹⁹⁵

No âmbito doméstico, o anúncio da doença de Chavez, um tumor cancerígeno na região da pélvis e o prolongado tratamento que vem se submetendo, sob fortes especulações quanto ao seu real estado de saúde e a continuidade de seu governo, obrigaram o presidente a tornar seus discursos mais brandos. Da mesma forma, desde 2008, o governo vem perdendo espaço. Não conseguiu agregar todos os partidos de esquerda em uma única legenda, o Partido Socialista da Venezuela (PSUV), o que exige do governo maior negociação por apoio da base de sustentação.

Fidel Flores salienta que o governo venezuelano fez questão de divulgar no site do Ministério de Comunicação e Informação (MINCI) conversa entre Chavez e o embaixador dos EUA em Caracas, na qual Chavez afirmava querer retomar a agenda de cooperação e diálogo com os EUA, o que indica a retomada do pragmatismo no âmbito das relações com os EUA ainda que as divergências, desentendimentos e desconfianças entre as partes permaneçam (FLORES, 2008, p.10).

¹⁹⁵(PRESIDENTE..., 2012).

Tabela 5 – Exportações não petrolíferas venezuelanas ao EUA

País	PERÍODO			
	2002	2003	2004	2005
	Medidas FOB US\$	Medidas FOB US\$	Medidas FOB US\$	Medidas FOB US\$
Total Seleccion	1.757.941.443,00	1.788.738.442,00	2.414.781.601,00	1.318.059.860,00
ESTADOS UNIDOS	1.757.941.443,00	1.788.738.442,00	2.414.781.601,00	1.318.059.860,00

País	PERÍODO							
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
	Medidas FOB US\$	Medidas FOB US\$	Medidas FOB US\$	Medidas FOB US\$	Medidas FOB US\$	Medidas FOB US\$	Medidas FOB US\$	Medidas FOB US\$
Total Seleccion	886.556.098,00	1.735.956.823,00	1.240.465.534,00	1.610.825.418,00	586.643.481,00	607.163.813,00	445.337.398,00	165.408.884,00
ESTADOS UNIDOS	886.556.098,00	1.735.956.823,00	1.240.465.534,00	1.610.825.418,00	586.643.481,00	607.163.813,00	445.337.398,00	165.408.884,00

Fonte: Instituto Nacional de Estadística de Venezuela, 2012.

Com relação às exportações não petrolíferas destinadas aos Estados Unidos da América se observa que a partir de 2004 ocorrerá uma queda. A diminuição da dependência nesse setor com relação aos EUA está relacionada ao aumento de mercados alternativos para alguns produtos do país.

Tabela 6 – Importações provenientes dos EUA

Pais	PERÍODO			
	2002	2003	2004	2005
	Medidas FOB US\$	Medidas FOB US\$	Medidas FOB US\$	Medidas FOB US\$
Total Seleccion	3.800.114.542,00	2.735.882.388,00	4.854.796.755,00	3.834.480.418,00
ESTADOS UNIDOS	3.800.114.542,00	2.735.882.388,00	4.854.796.755,00	3.834.480.418,00

Pais	PERÍODO							
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
	Medidas FOB US\$	Medidas FOB US\$	Medidas FOB US\$	Medidas FOB US\$	Medidas FOB US\$	Medidas FOB US\$	Medidas FOB US\$	Medidas FOB US\$
Total Seleccion	2.827.132.777,00	9.058.501.544,00	10.845.802.534,31	11.900.594.724,10	10.006.568.426,18	9.466.647.107,23	9.656.632.278,95	1.668.487.873,11
ESTADOS UNIDOS	2.827.132.777,00	9.058.501.544,00	10.845.802.534,31	11.900.594.724,10	10.006.568.426,18	9.466.647.107,23	9.656.632.278,95	1.668.487.873,11

Fonte: Instituto Nacional de Estadística de Venezuela, 2012.

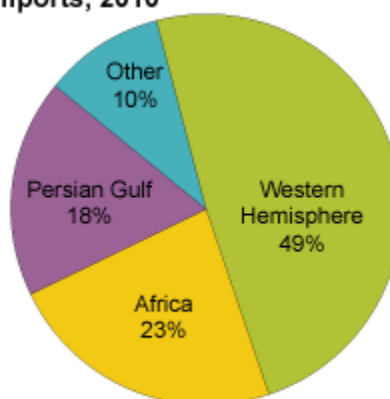
Com relação a importações de produtos não petroleiros provenientes dos EUA, identifica-se um aumento relevante entre 2005 e 2011, o que indica a permanência da dependência de produtos industrializados originados dos Estados Unidos.

Registra-se uma diminuição da dependência comercial não petroleira da Venezuela em relação aos EUA no período do governo Chavez, mas essa diminuição da dependência não chega a ser expressiva no sentido de o país ter várias alternativas de comércio concretas e estáveis. A oposição frequentemente questiona o estreitamento de relações com países como Irã, Líbia, Bielorrússia e Cuba onde o mercado seria pequeno para produtos da pauta de exportação da Venezuela, mas o governo também optou por expansões comerciais para áreas de franca expansão de comércio como America Latina, China e Rússia.

O governo Chavez assinou vários Acordos de Cooperação com ambas, China e Índia em 2004, 2005 e 2006. Os acordos com a China foram especialmente importantes pois eles abriram as portas para as exportações de petróleo para China. Essas exportações, como já afirmado anteriormente, não são muito econômicas para a Venezuela em função das distâncias para o transporte até a Ásia. Em contrapartida, a China se propôs a ajudar o problema Venezuelano de falta de moradias construindo 20.000 novas casas populares somente em 2006.¹⁹⁶

Gráfico 1 - Dependência petroleira americana com relação aos países do hemisfério ocidental, onde se incluiria a Venezuela:

Sources of U.S. Net Petroleum Imports, 2010



Source: U.S. Energy Information Administration, *Petroleum Supply Monthly* (February 2011), preliminary data.

Fonte: Independent statistic e analysis, 2011.

¹⁹⁶ A Venezuela estuda a possibilidade de investir em um condutor de petróleo que passaria pelo Panamá. Caso o preço do petróleo continue alto, conjuntamente com o aumento da demanda por petróleo na China e a possibilidade de diminuição do fornecimento do Oriente médio, então a China poderia tornar-se crucial e lucrativa para o mercado de petróleo da Venezuela (WILPERT, 2007).

Tabela 7 - Principais fornecedores de petróleo para os EUA:

Pais	Quantidade
Canada	25%
Arábia Saudita	12%
Nigeria	11%
Venezuela	10%
Mexico	9%

Fonte: Independent statistic e analysis, 2011.

Ainda assim, a dependência da Venezuela com relação ao mercado Americano é importante para o país muito em função do modelo de produção econômica da Venezuela estar sustentado na comercialização das reservas naturais de petróleo e hidrocarbonetos e o mercado americano estar próximo e já adaptado a processar o petróleo desse país.¹⁹⁷ Ainda que governos anteriores e o próprio governo Chavez tenham realizado ações na busca por opções ante a dependência comercial americana, na prática, a dependência permanece em função da continuidade em dar prioridade ao modelo exportador de produtos petrolíferos.

Na Cúpula das Américas, em Port of Spain, em 2009, o discurso do presidente Obama foi, de um modo geral, recebido de forma positiva pela região e pela Venezuela. O presidente Chavez chegou a dizer que Obama “queria ser seu amigo”. Chegou a dizer que o presidente Obama era “um homem inteligente, jovem, negro e um político experiente”.

No sentido de demonstrar a crença na possibilidade de uma nova relação com os EUA, o governo venezuelano chegou a apontar um novo embaixador para os EUA, Roy Chaderton, que havia sido representante da Venezuela na OEA. As relações entre os dois países haviam sido bastante estremecidas quando a Venezuela expulsou o embaixador americano do EUA no país em 2008 (FERREIRA ; VIANA, 2010, p. 188-189).

Recentemente na Cúpula das Américas na Colômbia, o Ministro de Relações Exteriores da Venezuela Nicolás Maduro criticou de forma dura os EUA. O Ministro

¹⁹⁷ Segundo Rafael Villa a aplicação do capital exportado na exploração de matérias primas e recursos naturais necessários para a indústria da metrópolis é uma velha característica do sistema imperialista, o qual a Venezuela desempenha um papel específico em função da inserção do petróleo na cadeia produtiva de inúmeros setores econômicos nos EUA, seja na qualidade do combustível energético e na matéria prima industrial. O fato da Venezuela ter se tornado um país exportador de petróleo para o mercado americano em troca de importação de artigos de consumo e bens de capital é função do caráter específico de sua economia de enclave direcionada ao consumo da America do Norte (VILLA, 2004).

salientou que o presidente dos EUA, Barak Obama, herdou de seu antecessor, George W. Bush, “a ignorância, o cinismo e a perversão” sobre o que aconteceu no continente.¹⁹⁸

¹⁹⁸ (NICOLÁS, 2012)

Quadro 21 - Resumo das principais características da política externa da Venezuela para os EUA:

Períodos	Prioridade da Relação com EUA	Principais Características
Século XIX	Alta	Conflitiva, Intervenções Diretas, Dívidas
Século XX: anos 20 aos 40	Alta	Petróleo, Relações Estabilizadas, Forte Investimento Americano
Anos 50 aos 90	Alta	Política Externa Vulnerável e Subordinada, Cordialidade, Escassos Espaços de Manobra por mais Autonomia, Dependência Econômica, Dívidas Externas
Governo Hugo Chavez	Alta	Mudança Identidade Ideológica, Pragmatismo Relações Comerciais, Petróleo, Personalismo, Busca Alternativas ante Dependência

Fonte: Autoria própria, 2012.

Nota: Elaborado pelo autor a partir das consultas bibliográficas e análise de dados estatísticos e discursos dos diferentes períodos do governo Venezuelano.

5.6 A economia venezuelana e as ações de política externa: desafios

Na América Latina, tanto o modelo estruturalista cepalino e sua proposta de industrialização substitutiva de importações, como no modelo neoliberal, e sua proposta de ajuste estrutural, têm prevalecido uma concepção economicista segundo o qual o crescimento econômico tão somente bastaria para gerar o desenvolvimento social necessário para superar a pobreza, o que tem determinado a essência da política social aplicada.

O modelo desenvolvimentista de industrialização substitutiva de importações, ensaiado na América Latina antes das crises dos anos 80, sustentava a existência de estruturas arcaicas que impediam a expansão interna do mercado e propunha a intervenção do Estado para atingir a industrialização. Concebia a composição da economia mundial em dois polos: centro e periferia, cujas estruturas produtivas dissímiles, nas periferias heterogêneas e especializadas e no centro homogêneas e diversificadas, condicionavam o tipo de intercâmbio comercial e de transferência tecnológica, o que, a longo prazo, conduziria a um atraso

produtivo e tecnológico na periferia e a uma deterioração dos termos de intercâmbio. Essa postura foi conhecida como a Teoria da Dependência.¹⁹⁹

Para Fernando Henrique Cardoso, a Teoria da Dependência fazia um diálogo com as principais interpretações sobre o tema desenvolvimento. Propunha uma abordagem conhecida como estruturalismo americano para os estudos sobre desenvolvimento econômico. O principal formulador dessa teoria foi Raul Prebisch. A Teoria do Desenvolvimento teve vários desdobramentos (CARDOSO, 2010, p.96-101).

Nos anos 70, a Teoria da Dependência foi criticada e declinou. Se observou que vários países do sudeste asiático, os chamados “Tigres Asiáticos”,²⁰⁰ tiveram um rápido crescimento econômico associado à integração ao mercado mundial. Isso representou um golpe à Teoria da Dependência. Tal teoria subestimava de modo crítico fatores domésticos em sua análise, como o papel do Estado e das forças sociais nacionais.

A receita do “mercado” para enfrentar os novos “Tigres Asiáticos” era produzir trabalhadores esforçados, ambiciosos, relativamente bem educados e dispostos a aceitar a diminuição de suas remunerações e o corte dos direitos trabalhistas. No entanto, abraçar a causa dos valores e atitudes “competitivos” não representaria, necessariamente, uma garantia de sucesso. Esforços paralelos de adaptação aos desafios da competitividade foram realizados no mundo inteiro, a América Latina não passou despercebida.

Nesse contexto, a capacidade operacional dos diferentes Estados da região, para formular estratégias e implementar políticas de alcance nacional, e o poder de pressão de cada país nos organismos que regulam a concorrência global marcam profundas diferenças que antecipam, na maioria dos casos, o desfecho muitas vezes negativo na luta pelo progresso na região (AYERBE, 2002, p. 243).

Na Venezuela, o modelo neoliberal ortodoxo começou a ser aplicado a partir do ano de 1989, na segunda presidência de Carlos Andrés Pérez. Após viveu-se uma etapa de curta indefinição entre os anos 1994-1996, na segunda presidência de Rafael Caldera, quando manteve a estratégia social que acompanhou o governo anterior, culminando essa etapa com a

¹⁹⁹ A Teoria da Dependência surge como crítica aos liberais econômicos. A sua finalidade não era elaborar modelos de desenvolvimento alternativos aos do capitalismo ou do liberalismo econômico, mas de preferência criticar a forma de dependência do desenvolvimento capitalista no terceiro mundo. A Teoria do Desenvolvimento faz crítica ao capitalismo tardio. Seria um esforço pela constituição de instrumentos teóricos que possam ser utilizados pelos países do terceiro mundo em sua defesa contra o capitalismo globalizante. A “dependência” como explicação para se atingir desenvolvimento surgiu na América Latina como uma doutrina importante e teve várias interpretações.

²⁰⁰ Os Tigres Asiáticos eram formados por Coreia do Sul, Taiwan, Cingapura e Hong Kong.

implementação da Agenda Venezuela, segunda experiência de ajuste estrutural de tipo ortodoxo no país.²⁰¹

A década de oitenta na América Latina foi influenciada pela revitalização às ideias liberais econômicas no pensamento sobre desenvolvimento. Governos como o de Reagan nos EUA e Margaret Thatcher no Reino Unido promoveram políticas liberais enfatizando o papel das forças do mercado e a redução das burocracias e das regulamentações estatais. Países do terceiro mundo eram incentivados a seguirem políticas similares como fórmula para atingirem o pleno desenvolvimento (TOYE, 1987, p.55-60).

Nos anos 90, o Consenso de Washington²⁰² como manifesto liberal virou regra. O Consenso, segundo alguns críticos, era obcecado pelo desenvolvimento econômico e negligenciava o desenvolvimento social. Grande parte dos indicadores sociais da América Latina foram simplesmente descartados. O termo desenvolvimento nesse período foi perversamente utilizado para expressar a busca pelo progresso da região como algo natural que iria ocorrer.²⁰³

Pela sua natureza, as teorias do desenvolvimento implicam receitas de política econômica. Na prática, não é fácil testá-las e raramente uma estratégia é implementada de forma completa, a avaliação dos resultados é sempre discutível. Imaginar que receitas de política econômica visem ao bem geral e criem solução para todos os problemas de desenvolvimento é ingênuo. Geralmente essas receitas terão efeitos completamente diferentes nos vários grupos testados.

Na América Latina, a distribuição de renda e a história da conquista do poder político pela força desacreditam a ideia de que os governantes desejam agir no interesse da maioria.

²⁰¹ Durante os governos de Luis Herrera Campis e Jaime Lusinchi se tentou planos de ajustes de características heterodóxicas, sem compromissos formais firmados com organismos e agências internacionais de financiamento, fundamentalmente com o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial (CHIRINOS ; GONZALES, 2006, p.31).

²⁰² O Consenso de Washington não tratou questões sociais como educação, saúde, distribuição da renda, eliminação da pobreza. Não porque as veja como questões a serem objeto de ação numa segunda etapa. As reformas sociais, tal qual as políticas seriam vistas como decorrência natural da liberalização econômica. Isto é, deverão emergir exclusivamente do livre jogo das forças da oferta e da procura num mercado inteiramente auto-regulável, sem qualquer rigidez tanto no que se refere a bens quanto ao trabalho. Um mercado, enfim, cuja plena instituição constituiria o objetivo único das reformas (BATISTA, 1994, p. 13) .

²⁰³ Gilbert Rist expõe forte crítica ao emprego do termo desenvolvimento utilizado sem uma clara definição pelas políticas econômicas dos países desenvolvidos repassadas ao menos avançados. Segundo o autor, qualquer medida desde investimentos estrangeiros, instituição de barreiras comerciais, campanhas de alfabetização dentre outros eram justificadas “em nome do desenvolvimento” fazendo com que mesmo a mais contraditória das políticas pregadas iria melhorar a vida da população pobre. A extensiva utilização do termo desenvolvimento para delinear políticas que eram presumidas a ser necessariamente boas também ajudaram a construir novos esquemas de percepções de realidade. Rist (2007, p. 486) salienta “ Desenvolvimento não era mais considerado uma construção social ou o resultado de um desejo político, mas ao contrário a consequência de uma “ordem mundial natural” (RIST, 2007, p. 486).

Geralmente as políticas adotadas refletem uma lógica econômica que pode ser correta ou não, o contexto global é sempre cambiante e as lealdades daqueles que as impõe.

Historicamente grande parte das teorias sobre desenvolvimento na América Latina costumam recair sobre duas categorias: o intervencionismo e o *laissez-faire*. Os modelos intervencionistas tendem a acentuar a necessidade da ação governamental para vencer as barreiras que impedem o desenvolvimento. Uma das justificativas utilizada na América Latina para a ação governamental é a posição de que na América Latina há pontos de estrangulamento na disponibilidade de recursos, que limitam o crescimento. O Modelo do *laissez-faire* também foi defendido na América Latina como um modelo que favorecia aos pobres. Os defensores desse modelo geralmente argumentam que o desenvolvimento na América Latina foi prejudicado pela interferência do Estado nos mecanismos naturais do mercado.(CARDOSO ; HELWEGE,1993, p. 85).

Em 1999, Hugo Chavez assumia a presidência sustentando uma crítica frontal contra o que chamavam “pensamento único” ou que chamava de “capitalismo selvagem”. Não se tinha clara a definição de um programa econômico e social de médio ou longo prazo até setembro de 2001, quando se conhece o Plano Nacional de Desenvolvimento. Nesse plano de desenvolvimento, observa-se uma grande ênfase no manejo macroeconômico de curto prazo, acompanhado de uma política social de tipo compensatório focalizado, quando também se assume que ela deve ser de caráter estrutural, características essas que definem o ajuste neoliberal ortodoxo.

O projeto governamental concebe o Estado como gestor de políticas, eficiente e promotor do desenvolvimento, garante a paz interna, a justiça social e a seguridade social e jurídica; também assume o compromisso expresso de desenvolver a sociedade civil formas de participação que permitam configurar o passo de uma democracia representativa para uma democracia participativa e protagônica. Também atuaria como promotor das atividades econômicas privadas, regulador dos agentes econômicos, estimulador da acumulação de capital físico e humano e garantia da segurança jurídica dos capitais tanto nacionais como estrangeiros (CHIRINOS ; GONZALEZ, 2006, p. 34).

A economia nacional venezuelana continua dependendo do petróleo como insumo e como fator impulsionador do desenvolvimento. Todas as tentativas anteriores de diversificar a economia petroleira a partir dos anos 60, em especial a industrial e manufatureira, tiveram pouco êxito, ou simplesmente fracassaram. A partir de 1999, o regresso dos preços do petróleo a patamares elevados fizeram com que o parque industrial venezuelano sofresse um grande retrocesso. O aumento da dependência do país ante o petróleo ficou claro quando se

observa que em 1997 existiam 11.640 indústrias no país e já em 2003, o parque industrial venezuelano foi reduzido para 4.903 empresas (KELLER, 2004, p.46).

A partir dos acontecimentos de 2002, se observa uma mudança na concepção da política social do governo, estrategicamente mais inclusiva e a política econômica, mais distanciada das práticas neoliberais.²⁰⁴

Fixa-se uma mudança de orientação na aplicação de alguns programas sociais novos que, de certa maneira, diminuíram a prática governamental da última orientação, iniciando as mudanças econômicas ligadas ao controle cambial e de preços. A partir de 2003 ocorrem mudanças no Gabinete econômico, especificamente no Ministério de Planejamento e Desenvolvimento que marcava um novo rumo para a economia (CHIRINOS ; GONZALEZ, 2006, p. 49).

Inicia-se um processo de transição, onde o governo pretendia reverter as consequências da paralisação empresarial e do setor de petróleo com uma estratégia de diversificação produtiva com inclusão social baseada em três impulsionadores considerados pelo governo como fundamentais: o investimento público, o investimento privado e as missões sociais, essa última como expressão de uma política social mais estrutural dirigida à inclusão de grandes massas de pobres nas atividades produtivas.

5.6.1 O Socialismo do século XXI

Na história das revoluções sociais se conhecem diversas experiências praticadas ante as interpretações de aplicação do ideário marxista, todas propugnantes de uma verdade socialista observada e argumentada. Em um primeiro plano surge o socialismo real, ou socialismo de Estado, também conhecido como socialismo centralizado planejado, desenvolvido pela maioria dos países do velho campo socialista da Europa Oriental. Com variantes e particularidades coexistiu o socialismo Yugoslavo e o dos países Africanos. Posteriormente, surge a experiência do socialismo de mercado, estruturado na China, fundamentalmente, e no Vietnã em certo grau. Mais recentemente se observa o socialismo planejado com abertura parcial ao mercado interno como em Cuba e em plena fase de

²⁰⁴ A deterioração dos indicadores econômicos se inicia em 2001 e se aprofunda como consequência da tentativa de golpe em 2002, além do aprofundamento das discordâncias entre governo e empresários. O PIB caiu em média - 9,1% em fins de 2002, a inflação passa de 12,3% do final de 2001 para 31,2% em fins de 2002, mantendo-se nesses níveis no começo de 2003 acompanhado do grave desabastecimento de alimentos e bens básicos. Observa-se a fuga de capitais (CHIRINOS ; GONZALEZ, 2006, p.47).

conceptualização, o que se chama Socialismo do século XIX introduzido pelo governo Chavez na Venezuela.

O governo Chavez tenta constituir instituições que dão visibilidade ao protagonismo popular, existe um grande debate interno promovido pela mídia nesse sentido. As ideias sobre a transição para o socialismo não foi sempre o objetivo do governo de Hugo Chavez. O discurso nacionalista levou a isso, provocando enfrentamentos com a elite existente explicitando divergências e a radicalização do processo.

Com relação a todas essas mudanças, expressa Carlos Schimidt (2011, p.1),

Este processo evolui com inúmeras contradições, em grande parte devido a uma pesada herança do passado, caracterizada pela existência de uma renda petroléira que permitiu, por muito tempo, uma relação clientelista com os setores populares, ao mesmo tempo, que inibiu o crescimento industrial. Como consequência, a inexistência de organizações populares fortes e independentes do Estado. A corrupção endêmica difícil de debelar as estruturas burocráticas pesadas e pouco permeáveis ao controle social e à forte centralização das decisões macroeconômicas e de distribuição de recursos públicos são alguns dos tantos entraves para evolução desejada e propagandeada pelo governo.

O estudo e o exame das fontes político-ideológicas da liderança personalista de Chavez apontam para uma mistura de herança Peronista e Che Guevarista, o que corresponderia a um imaginário social e político que nada tem a ver com o socialismo. O ideal socialista presente na retórica do Chavismo no poder encontra limites decisivos e significativos na natureza populista da ação governamental do líder na tentativa de construção de um partido unido socialista com forte influência militar. A nova composição ideológica se expressa na instituição de um modelo econômico que se diz em transição ao socialismo. O novo modelo econômico é utilizado como instrumento de política externa.

De acordo com Haiman Troudi com a ALBA, por exemplo, prevalece a referência de que o socialismo em um só país é impossível.²⁰⁵

²⁰⁵ A cooperação financeira é um importante elemento para ALBA. A Venezuela se comprometeu em dar mais de cem milhões de dólares em projetos de infraestrutura em países como a Bolívia. A organização fundou o Banco ALBA e o Fundo Caribe. Vinte e cinco por cento da conta da importação de óleo cru vindos da Venezuela é creditado a esse fundo, cujo propósito é lutar contra a pobreza e financiar programas econômicos e sociais. Informações sobre a quantidade de dinheiro acumulada nesse fundo assim como os valores desembolsados não está disponível (GIRVAN, 2011, p. 120).

Quadro 22 - Princípios instituídos pela ALBA

Comércio e investimentos são considerados instrumentos para promover o desenvolvimento com participação efetiva do Estado.
Tratamento diferenciado e preferencial aos países participantes de acordo com seus níveis de desenvolvimento e tamanho.
Complementariedade Econômica e cooperação entre países para preservar a especialização eficiente e produtiva e balancear o desenvolvimento econômico.
Cooperação e solidariedade para a luta continental contra o analfabetismo e prover um sistema de saúde grátis e bolças escolares.
Criação de um Fundo social de Emergência.
Desenvolvimento integrado da comunicações e transportes.
Proteção ao Meio Ambiente
Integração Energética
Promoção de investimento dentro da America Latina através de um banco latino americano de investimento e uma sociedade latino americana com reciprocidade de garantias.
Defesa de uma identidade cultural; criação da Telesur
Direito da Propriedade Cultural para proteger o patrimônio regional sem colocar um obstáculo para cooperação.
Harmonização de posições nos fóruns multilaterais, incluindo a democratização das organizações internacionais, particularmente o sistema das Nações Unidas.

Fonte: Autoria própria, 2012.

Nota: Elaborado pelo autor a partir do Acordo entre a Republica Bolivariana da Venezuela e o Presidente do Conselho de Estado de Cuba, para criação da Alternativa Bolivariana das Américas em dezembro de 2004.

O Primeiro Plano de Desenvolvimento 2001-2007, o internacional, constituía um vértice dos cinco equilíbrios para o desenvolvimento; além do político, econômico, o social e o territorial (TROUDI, 2010, p.123-122). No projeto Nacional Simon Bolívar 2007-2013, a Nova Geopolítica Internacional se converte em uma das sete diretrizes rumo ao socialismo.

Quadro 23 - Diretrizes que contemplam a Nova Geopolítica Internacional rumo ao socialismo

Diretrizes Rumo ao Socialismo do Governo Chavez
1) Manter relações soberanas ante o bloco hegemônico mundial executando políticas para estimular realções econômicas autodeterminadas, defender soberania nacional e promover internacionalmente a proteção dos direitos humanos e do ambiente.
2) Desenvolver a integração com países da America Latina e o Caribe, favorecendo alianças para o crescimento econômico e social com equilíbrio. Impulsionar seletivamente a Alternativa bolivariana para América como alternativa a Área de Livre Comercio para as Américas e reforçar a integração social, cultural e ambiental.
3) Desenvolver a integração com países da America Latina e o Caribe, cumprindo com as políticas de favorecer alianças para o crescimento econômico social equilibrado.
4) Favorecer relações solidárias com outros países em desenvolvimento, ao fortalecer relações com grupos de países em desenvolvimento e o intercambio sul-sul e promover relações solidárias entre os povos.
5) Avançar na transformação dos sistemas multilaterais de cooperação e integração, mundial, regional e local com o propósito de avançar em uma ação decidida para transformação da Organização das Nações Unidas (ONU), junto com diversos movimentos internacionais que propugnam essa iniciativa e formar o recurso humano necessário para a atenção das áreas de interesse geoestratégico.
6) Construir a institucionalidade de uma nova ordem de integração financeira e o estabelecimento do comercio justo, ao impulsionar novos esquemas de cooperação econômica e financeira para o incentivo do desenvolvimento integral e o estabelecimento do comercio justo incentivo.
7) Aprofundar o intercâmbio cultural e a independência científica e tecnológica, ao formar recursos humanos que requeiram nossos países para alcançar seu desenvolvimento e independência econômica. Desenvolver uma plataforma de investigação e conhecimento para o suporte técnico das iniciativas de transformação no marco da nova geopolítica mundial.

Fonte: Autoria própria, 2012.

Nota: Elaborado pelo autor com base em Venezuela, 2007.

A expansão geográfica e a evolução qualitativa do socialismo por todo o continente deveria passar, necessariamente, por uma alquimia de formatos econômicos de complementação, planificação compartilhada, comércio justo, intercâmbios equivalentes, cooperação e integração. O problema é que o modelo não é compartilhado por todos os países da região.

Os pontos elencados abaixo indicam o que Haiman Troudi explica como fundamental para que a mensagem de vontade política torne-se continental e se concretize (TROUDI, 2010, p.141):

Quadro 24 – Objetivos políticos de projeção da revolução bolivariana

a) Emprego compartilhado de recursos ultrapassando os limites dos Estados nacionais, no qual possibilitaria o desenvolvimento do dinheiro mundial proposto por Marx, eventualmente baseado em uma bolsa de moedas regionais ancoradas em reservas provenientes de recursos naturais (ouro, petróleo, cobre, diamante, etc)
b) Incorporação de programas e projetos de índole regional dentro dos planos de desenvolvimento nacional como avanço preliminar a um esquema de planificação regional conjunta a partir do qual constituiria estruturas econômicas que se compartilhem e complementem, transcendentes do formato das empresas transnacionais e capitais globais.
c) Implementação de zonas comuns de investimento. Comércio de intercambio livre compensado, políticas aduaneiras de mútuo benefício. Conformação de uma área comum regional de livre trânsito, migração e trabalho.
d) O intercambio de equivalências entre os países, tanto por parte dos Estados, como os demais setores econômicos de cada país e o desenvolvimento de cadeias produtivas interregionais, aproveitando as vantagens de cada nação, com ênfase em bens e serviços de maior integração.
e) A constituição de uma instância de coordenação dos Bancos Centrais da ALBA e progressivamente do resto dos países da região. Criação de um sistema de bancos públicos integrados, a cargo de financiamento de projetos de desenvolvimento nacionais, principalmente no setor público, como Banco do Sul e Banco Agroalimentário.
f) O estabelecimento de uma ordem agrícola regional a fim de assegurar a derrota da fome e a soberania alimentaria latino-americana e caribenha. Criação de um fundo regional especial para crises.
g) Cooperação binacional ante o intercambio de experiências exitosas, novos formatos de organização do trabalho e a capacitação do talento humano. Cooperação ante o manejo compartilhado de tecnologias.
h) Construção de uma matriz energética comum, uma matriz ambiental compartilhada, desenvolvimento de infraestruturas para integração com o mínimo impacto sobre a biosfera, o qual requiere a conformação de uma nova arquitetura financeira regional para o financiamento de tais projetos civis.

i) Desdobramento de altos conteúdos de justiça social para integração o qual dá suporte a recuperação e o controle publico sobre os recursos naturais da região e sobre os grandes meios de produção e na medida do possível, do crédito e da comercialização.
J) Favorecimento das transformações institucionais no âmbito doméstico de cada país assim como nos espaços de integração econômica para fomentar redes regionais de produção como fatores de desenvolvimento.
l) Concordância impositiva a uma taxa de imposto sobre todo o tipo de transferência financeira.
m) Introdução coordenada de tributos progressivos ao ingreso do capital.
n) Promoção coordenada de condenação as dívidas dos países do sul, a eliminação do FMI e do Banco Mundial, o controle dos movimentos de capitais, a erradicação do segredo bancário e dos países fiscais.
o) Criação de uma ou várias Agências Publicas Regionais de luta contra a fome, aids, analfabetismo, apoio à educação primária, formação e desenvolvimento de ensino universitário e especializada.
p) Criação de uma agência publica Regional a cargo de projetos de colonização planificada das fronteiras agrícolas dos países da região.

Fonte: Aatoria própria, 2012.

Nota: Elaborado pelo autor a partir da obra de Haiman Troudi (2010, p. 141).

Como se observa, todas as proposições elencadas acima supõem um trabalho de médio e longo prazo. O formato socialista latino-americano e caribenho pregado pelo governo venezuelano tem um encontro mais urgente no imediato relacionado com o mundo do trabalho sob o capitalismo ainda imperante nos respectivos períodos de transição. A estratégia apresenta diversos componentes com diversas frentes de atuação.

No que diz respeito ao combate ao imperialismo, insistência constante nos discursos presidenciais do Chefe de Estado da Venezuela, em todas suas manifestações, a estratégia do multilateralismo tem crescido. Observa-se ações comuns nos países da região para o desenvolvimento assim como a cooperação binacional. A Política Econômica Bolivariana adverte sobre a necessidade de globalizar a hegemonia da solidariedade em resposta ao postulado da hegemonia econômica, territorial, política e cultural imposta pelo capitalismo em suas fases neoliberal e globalizada. Na prática Chavez não pode substituir as relações econômicas com os EUA de um dia para outro, mesmo que o governo esteja buscando uma

diversificação de suas relações econômicas como China, Irã, Rússia e outros, trata-se de um projeto a longo prazo.

A diversificação dos investimentos externos promovidas pelo governo a partir da nacionalização das reservas de petróleo do Orinoco em 2007 levou a participação de países considerados não tradicionais como China, Irã, Rússia, Bielorrússia, Vietnã, Argentina, Uruguai e Brasil. Somente para China em 2008 as exportações ultrapassaram 350.000 barris de petróleo por dia. A diversificação do investimento e transferência tecnológica direcionada aos outros países é evidenciada também no caso do ambicioso projeto de expansão do sistema de transporte público. Em 2006 três novas linhas de trem foram completadas em Caracas com conexão com o sistema de metrô. Empresas como a brasileira Odebrecht dirigiram vários projetos de construção de sistemas de transporte (ELLNER, 2010, p. 86).

O governo de Hugo Chavez tem na mira três objetivos econômicos fundamentais que foram defendidos pela maioria dos líderes políticos da Venezuela, pelo menos em princípio, desde o começo da democracia moderna, no período de 1958. O primeiro objetivo específico é a diversificação comercial das relações de forma a superar a dependência do mercado de petróleo com relação aos EUA. O segundo objetivo é a afirmação nacional da soberania aumentando a capacidade de produtividade independente da nação, especialmente rompendo com a dependência do capital e tecnologia das nações de capitalismo avançado.²⁰⁶ O terceiro objetivo do governo é desafiar o controle oligopolístico da economia abrindo oportunidades para novas formas de competição. Para atingir esses fins o governo de Chavez tem tomado iniciativas no âmbito doméstico e internacional apoiando-se em ideias de nacionalismo econômico.

O discurso público, ainda que não unicamente o proveniente do setor político, se fundamentou sempre em destacar a abundância dos recursos minerais e de hidrocarbonetos do país, marco de crenças que alcançam dimensões de doutrina nacional a partir do qual o administrador da coisa pública constrói nexos de dependência clientelar com a cidadania.²⁰⁷ É por esta razão que 90% da população considera todavia hoje que a Venezuela é um dos países

²⁰⁶ Com o aumento dos recursos provenientes do petróleo, o problema da dependência comercial atingiu números preocupantes em 2007. A demanda nacional cresceu 30% se comparada ao ano anterior enquanto a produção industrial aumentava somente 7 por cento. Em seu discurso anual para a Assembléia em janeiro de 2008 Chavez reconheceu a insuficiente produção nacional e a falta de algumas mercadorias refletidas pelo pobre esforço governamental em matéria de planejamento (ELLNER, 2010, p. 88).

²⁰⁷ Por incrível que pareça com toda a “riqueza” disponível com relação ao petróleo a Venezuela está enfrentando um grave problema de insegurança alimentar. Segundo Domingo Zavala atualmente a Venezuela pode importar o que o país necessita porque não produz ou não produz o suficiente, desde carne, açúcar e leite. O país ficaria em uma situação bastante difícil em termos de produção de alimentos se os preços do petróleo caíssem por um período longo (ZAVALA, 2007, p. 291).

mais ricos do mundo, paradigma que parece comum nos países com economias primárias de extração²⁰⁸ (KELLER, 2004, p. 46).

Na América Latina o Estado não tem uma boa reputação. Quase sempre é tido como demasiado incompetente, corrupto ou direcionado por questões políticas para ser um instrumento confiável ou eficiente na consecução dos objetivos. Por causa desse desprestígio o mercado ganhou muito espaço nos últimos anos, provocando algumas mudanças e orientações acertadas mas também provocando muitos estragos na região.

A descoberta do mercado não demorou a forçar os países sul-americanos a redescobrirem o Estado. A manutenção e o aprofundamento das mudanças positivas decorrentes da guinada para o mercado exigirão que os Estados ampliem sua capacitação técnica e gerencial para muito além dos níveis atuais. Na maioria dos países da região, até mesmo aqueles que mais avançaram na adoção das reformas de mercado, o Estado continua a desempenhar funções que são mais condizentes com o setor privado, ao mesmo tempo em que demonstra uma espantosa incompetência em se desincumbir de funções públicas que lhe são essenciais (NAIN, 1997, p.212).

O processo de desmonte do Estado e de definição dos limites de seu caráter intervencionista está ainda longe de ser concluído. Em pleno século XXI observamos isso ocorrer na América Latina, onde decisões pela manutenção do controle do Estado em setores específicos representaram decisões acertadas.²⁰⁹ A difícil tarefa de criação e reabilitação de instituições indispensáveis do setor público está muito aquém das exigências tanto das novas estratégias econômicas de alguns países latino-americanos quanto dos imperativos políticos impostos pelas frágeis democracias da região.²¹⁰

A fragilidade institucional e, muitas vezes, a pouca eficiência da administração pública são um forte obstáculo ao progresso dos países menos desenvolvidos na região. Essa realidade foi ofuscada pelo fascínio da relativa simplicidade, da elegância intelectual e dos rápidos

²⁰⁸ Este discurso político produziu também um sistema de ciclos periódicos de grandes expectativas que sucedem invariavelmente grandes frustrações, algo que explica porque se criou um esquema de divisão natural do eleitorado em torno de quem acendem as práticas da redistribuição estatal e quem ficam excluídas das mesmas.

²⁰⁹ O exemplo clássico foram as diferentes opções tomadas por Brasil e Argentina nos anos noventa na região. Enquanto a Argentina mergulhava completamente nas reformas liberalizantes, diminuindo o controle do Estado a patamares mínimos, o Brasil, por outro lado, não permitiu que a loucura liberalizante atingisse setores considerados estratégicos para o controle do Estado. O resultado foi a completa privatização do Estado Argentino, levando ao completo desmonte do pequeno setor industrial existente e o aumento da exclusão social nunca antes imaginada na Argentina. O Brasil, por outro lado, apesar de sofrer alguns efeitos das receitas liberalizantes conseguiu manter o Estado suficientemente forte para determinar as direções a serem seguidas no âmbito econômico, mesmo com a forte pressão de organismos estrangeiros.

²¹⁰ Outro problema grave que enfrentam muito dos países latino-americanos é o patronato e o clientelismo político. São hoje ainda predominantes e estão fixados nas estruturas burocráticas de grande parte desses países.

resultados do gerenciamento macroeconômico, bem como pela aversão de soluções centradas no Estado. A ilusão de que se poderia manter o progresso acelerado sem a superação das barreiras institucionais que historicamente bloqueavam o desenvolvimento levou à subestimação da necessidade premente de uma melhoria radical na administração da coisa pública (NAIN 1997, p. 255).

A América Latina ainda tem dificuldade de enfrentar essas barreiras, pois mudanças em áreas essenciais não foram realizadas - entre elas, a melhoria na educação e a diminuição da grande disparidade social. A região tem dificuldade em defender um modelo concebido de acordo com a região. A promessa do desenvolvimento impregna ainda os nossos tomadores de decisão com promessas de esperança e salvação da pobreza. A reprodução das sociedades industrializadas capitalistas prósperas de regiões específicas do norte, que pode em determinados casos ser positiva, reproduz em muitos casos específicos sociedades de consumo nacionais insustentáveis.²¹¹

A Política Econômica Bolivariana adverte da necessidade de globalizar a hegemonia da sociedade em resposta ao postulado da hegemonia econômica, territorial, política e cultural imposta pelo capitalismo em sua fase neoliberal e globalizada. A projeção geopolítica da Venezuela deveria avançar sustentavelmente na consecução dos objetivos de reequilíbrio do sistema internacional e a favor de um mundo multipolar. A contribuição imediata para criação de um mundo multipolar está focada em torno da integração soberana de países como a ALBA, UNASUL e PETROCARIBE. O reforço da união latino-americana e caribenha, assim como a diversificação das relações internacionais são prioridades da política exterior venezuelana.

5.8 Conclusões

A Política Externa da Venezuela durante os mais de 10 anos do governo de Hugo Chavez foi ativa. Esse ativismo é revelado pelas mudanças de rumo na condução da política externa em relação aos governos anteriores. Essas mudanças tiveram como base o novo pensamento ideológico instituído pela revolução bolivariana sob a base de um novo modelo de relações externas onde privilegia as relações sul-sul e condena toda forma de imperialismo.

²¹¹ Os estudos de Economia Política Internacional como sub área das Relações Internacionais como um todo levaram muito tempo até incluir discussões que incluísse o sul. Políticas globais sobre o meio ambiente, gênero e problemas de saúde mundial geraram importantes trabalhos com questões que dizem respeito ao sul. Livros como o de Gilpin (1987) *The Political Economy on International Relations* dedicou capítulo específico ao chamado terceiro mundo (THOMAS; WILKIN, 2004)

O governo venezuelano promoveu mudanças estruturais no âmbito doméstico privilegiando o acesso de novos atores na comunidade de política externa. Esses novos atores em sua grande maioria compartilham com as ideias do governo, não havendo espaço para manifestações mais críticas ante a condução da política externa.

A concentração de poder na figura do Chefe de Estado, característica essa que não é nova na história da Venezuela, assim como as manifestações excessivas do mesmo não permite que se estabeleça de forma clara um compartilhamento de decisões com características de política de Estado. A polarização doméstica é refletida na política externa, o que promove inseguranças na comunidade internacional devido à grande quantidade de variáveis que necessitam ser consideradas para compreensão das ações do governo venezuelano.

O processo de tomada de decisão, fortemente concentrado na Presidência da Republica, faz com que se identifique falta de diálogo entre os atores mais críticos frente à política externa adotada, refletindo, com isso, no processo de “accountability” com relação às decisões de política externa. A politização da política externa e, portanto, a influência da política doméstica na sua formação, depende da existência de impactos distributivos internos que ocorrem quando os resultados da ação externa deixam de ser simétricos para os diversos segmentos sociais.

As escolhas políticas feitas pelo governo em matéria de política externa refletem a escolha ideológica assim como crenças dos atores envolvidos junto ao processo decisório. Estas crenças não partem de uma corporação diplomática consolidada. A Casa Amarilla nunca exerceu no arranjo institucional venezuelano uma forte influência de burocracia especializada se comparada com o Itamaraty brasileiro. Ao contrário, na Venezuela nunca houve uma concentração da formulação da política externa pautada por um comportamento estável por padrões normativos, o que torna mais vulnerável a ingerências diretas da política doméstica.

A América Latina como um todo e o Caribe não são prioridades para a política externa americana desde o final dos anos 90. O governo americano desenvolve um olhar seletivo para com os países da região levando em consideração interesses e ameaças pontuais que cada um possa provocar. A Venezuela é vista como um país preocupante ante a existência de um governo de esquerda considerado instável, além das importantes reservas petrolíferas, mas os EUA não tratam a questão como um problema de preocupação global.

A política externa da Venezuela ampliou as alternativas de relações externas mas não sob um viés institucional ou universalista²¹² “sem escolhas de lado”. Ao contrário, a busca por alternativas se dá muito pelo viés de simpatias do governo com a revolução bolivariana não permitindo, com isso, a fixação de uma política externa de Estado. A relação com os EUA continua sendo vital para economia venezuelana, apesar do discurso político do governo venezuelano para com esse país ser confrontativo. Na prática as relações entre os dois países na área comercial são pragmáticas. O aumento da diversificação das relações no sentido de diminuir a dependência com relação a Washington não se dá através de um conceito de inserção internacional neutra.

Por fim, a política econômica venezuelana critica o que chama de “pensamento único” do “capitalismo selvagem”. A nova composição ideológica se expressa na instituição de um modelo econômico que se diz em transição ao “socialismo do século XIX”. O novo modelo econômico é utilizado como instrumento de política externa. A ideologia bolivariana prega que a expansão geográfica e a evolução qualitativa do socialismo por todo o continente deveria passar, necessariamente, por uma alquimia de formatos econômicos de complementação, planificação compartilhada, comércio justo, intercâmbios equivalentes, cooperação e integração. A maior dificuldade é que esse modelo não é compartilhado por todos os países da região.

²¹² O termo universalismo aqui adotado se refere a idéia de o país estar aberto para manter relações com todos os países, independente da localização geográfica, tipo de regime ou opção econômica (SARAIVA, 2010, p.1).

6 PARA ONDE SE ENCAMINHA A VENEZUELA: DESAFIOS E IMPLICAÇÕES PARA A POLÍTICA EXTERNA BOLIVARIANA

É muito difícil de imaginar que o governo Chavez venha a instituir mudanças na política exterior do país a partir de sua vitória nas últimas eleições presidenciais no mês de outubro de 2012. O Presidente da República diminuiu o tom dos discursos inflamados em relação ao posicionamento do país, muito em função do processo de restabelecimento de seu estado de saúde, devido ao diagnóstico de câncer, algum tempo atrás. Além disso, apesar da conquista do quarto mandato, a oposição nunca chegou tão próxima de uma vitória em dez anos de bolivarianismo. Não há previsão de alteração de direcionamentos na condução da política externa da Venezuela a partir do projeto bolivariano de revolução. A grande questão é saber se o projeto bolivariano de revolução é sustentável sem Chavez.

O Presidente da República, até o momento desse estudo, segue como líder nas pesquisas para o pleito presidencial de outubro, ainda que os comentários relativos a sua capacidade de chegar ao fim de seu governo são cercados de muitas dúvidas.²¹³ Atualmente, a sustentabilidade da revolução bolivariana está diretamente relacionada à figura do Chefe de Estado e a condução que deu as transformações estabelecidas a partir de sua eleição em 1998. Os atores da revolução bolivariana não se preocuparam em preparar sucessores para continuidade do projeto político socialista. A excessiva centralização do poder nas mãos do Presidente da República e seu personalismo influente impediu preparar sucessores. Por outro lado, conforme expressa Rafael Duarte Villa (2012, p.45):

A complexidade do fenômeno chavista é que ele se tornou um fenômeno bem arraigado socialmente, quase uma ideologia (capaz de produzir a força política mais organizada do país, o Partido Socialista Unido de Venezuela PSUV). Por isso, as possibilidades do chavismo sobreviver eleitoralmente a uma eventual desapareção física de Chavez são altas.

As pesquisas eleitorais, mesmo que não muito confiáveis em um país com alta polarização política, indicavam vantagem para Chavez nas eleições de 7 de outubro de 2012. Mas essa vantagem já não reflete mais a popularidade dos anos anteriores de campanha. As

²¹³ Não há um claro sucessor para Chavez. Na eventualidade da perda do presidente especula-se sucessores como Nicolas Maduro, atual chanceler. É um dos ministros mais antigos do atual governo, segue uma linha mais moderada, mas é considerado sem carisma. Elias Jauã, vice-presidente da república também seria um candidato natural, é considerado forte defensor da linha ideológica do partido. Além desses, Diosdado Cabello, líder da Assembléia Nacional, é considerado influente entre os militares e é forte defensor da atual linha ideológica do atual governo, Adan Chavez, irmão do presidente e governador do estado de Barinas, é visto como um dos mentores de Chavez. E por último Rafael Ramirez, presidente da PDVSA a estatal petrolífera é o atual ministro de energia desde 2002.

pesquisas apontaram ao longo do processo eleitoral diferença de votos para oposição entre 13 a 20%, diferença essa nunca antes atingida pela oposição (VILLA, 2012, p. 43).

A revolução bolivariana teve o mérito de converter o problema da pobreza em um tema importante para o debate público interno do país. Também concedeu importância primordial na participação de setores não privilegiados da população até então. Chavez avançou significadamente em frentes que mobilizaram as classes populares, no sentido de permitir a sensação de empoderamento e a incorporação do aprendizado político por parte dos anteriormente excluídos, fatores estes subjetivos e que são difíceis de se medir.

Em contraposição deixou para trás outros três componentes que são essenciais para a consolidação de qualquer novo sistema democrático: os mecanismos para facilitar a discussão crítica interna, a solidez de organização e a institucionalização das novas regras do jogo que definem a participação política cotidiana.

Conforme destaca Risse Kappen (1991, p. 485-486):

Em países com instituições políticas centralizadas mas com sociedades polarizadas e organizações sociais fracas a rede política tende a estar dominada pelo Estado. A coalizão política relevante ficará restrita a elite política e irá mais ou menos excluir os atores sociais e a opinião pública. Em contraposição, o controle social da rede política é esperado em sociedades homogêneas com alta mobilidade da sociedade mas fracas estruturas de Estado. A coalizão política relevante estará sendo construída entre os atores da sociedade, assim a opinião pública irá desenvolver um papel central. Já países com instituições políticas e organizações sociais com níveis de força comparáveis são caracterizados por terem uma rede política caracterizada pelo corporativismo democrático. Os atores políticos e da sociedade estariam engajados em um processo contínuo de barganha na procura por compromissos políticos em um ambiente de “dar e levar”, tradução nossa, (*give and take*). Como resultado, alguns tipos de políticas no meio do caminho são esperadas, refletindo o denominador comum da opinião pública.

Também Steve Ellner salienta o papel fundamental da mobilização popular na estratégia política chavista via discurso de Chavez que dá ênfase no papel protagônico do povo, como foi anunciado na constituição de 1999. O governo bolivariano contribuiu no sentido de dar poder entre aqueles que por décadas haviam sido em grande medida excluídos da tomada de decisões. Segundo o autor, os diversos programas sociais que proporcionaram educação e oportunidades de emprego a um grande número de não privilegiados também contribuiu para a sensação de aumento de poder desses indivíduos. Essas mobilizações e o empoderamento influenciaram em atitudes gerais para a democracia venezuelana.

O autor ainda destaca como fator negativo do governo bolivariano o papel onipresente de Chavez e a tendência dos chavistas de depender dele para formular as posições oficiais que causam desalento no debate interno e a criação de mecanismos bem definidos e viáveis para a

tomada de decisões. O maior desafio que os chavistas enfrentam em seu esforço para transformar o sistema político do país e a solidificação organizacional e a institucionalização (ELLNER, 2010, p. 33-38).

Aquilo que já apontávamos no capítulo II desse trabalho, ante as observações de Max Weber, a liderança carismática gera legitimidade ao mesmo tempo que retarda a aparição de estruturas legais e isso seria aplicável ao governo de Chavez. As qualidades carismáticas do presidente militou contra a institucionalização ao não permitir o desenvolvimento do sistema de controles e contrapeso associado com o modelo de democracia liberal, assim como da democracia participativa. O papel indiscutível de Chavez como líder máximo do governo e do movimento chavista impede o surgimento de uma liderança coletiva complementar e a competência por postos na dirigência e, dessa forma, obstaculiza o desenvolvimento da organização do partido.

Hugo Chavez é um mito político que foi difícil de lutar durante a campanha. Ele obtém na classe E, 47% do eleitorado venezuelano que o sustenta no poder. O atual presidente está disposto a ficar no governo até 2019. Chavez afirma que uma eventual vitória no pleito de 7 de outubro levará seu projeto de implementar o “socialismo do século XXI”, iniciado em 1998, a um ponto sem retorno. O atual governante obtém ajuda da máquina pública, o que lhe dá uma vantagem muito grande ante o candidato da oposição.

O governo Chavez recentemente foi acusado pela organização não governamental Human Rights Wacht de que, em 14 anos no poder, teria criado um sistema para punir e censurar críticos do governo que, segundo a organização, funciona como uma fachada legal democrática. Essas manobras legais do atual governo teriam permitido-lhe controlar a mais alta corte do país que é usada contra adversários do governo. O precursor desse modelo teria sido Fujimori 1990-2000 no Peru, pois se utilizava do aparato institucional para seus propósitos políticos. Segundo o relatório da organização não governamental, durante anos se tem construído uma nova marginalidade, redesenhando as instituições com o objetivo de validar as políticas do governo Chavez.²¹⁴

A complexidade do fenômeno Chavez na sociedade venezuelana não é fácil de ser medida, mas a concentração de poder adquirida pelo Chefe de Estado ao longo do processo da revolução bolivariana não permitiu preparar sucessores. A sustentabilidade da revolução bolivariana dependerá da capacidade dos sucessores de Chavez em manter o discurso carismático assim como em não alterar os gastos sociais nas chamadas *Missiones* (Missões),

²¹⁴ O relatório Apertando o Cerco: concentração e abuso de poder na Venezuela de Chavez pode ser encontrado em, (HUMAN ... , 2012.)

atividade essa possível muito em função da alta manutenção dos preços do petróleo, mas que tem dado sustentação ao regime, principalmente perante as classes mais desfavorecidas.

Ainda que o governo bolivariano continue a incentivar o aprofundamento do projeto socialista há consenso no governo ante a necessidade de preservar uma boa relação com os investimentos privados, principalmente o setor petrolífero, motor da economia do país.

6.1 A oposição e as eleições presidenciais de 2012: substituição do projeto socialista?

O candidato da oposição que concorreu às eleições de outubro de 2012 à presidência da república é Henrique Capriles Radonski, um jovem de 39 anos. Foi governador do estado de Miranda, que engloba parte de Caracas. O discurso adotado pelo candidato da oposição foi considerado *light* para os padrões de polarização política local. Ele evitou a confrontação e menções diretas a Chavez. Para se aproximar do eleitorado chavista, adotou as cores pátrias como vermelho, azul e amarelo. O candidato da oposição tentou se utilizar de um discurso mais nacionalista para cooptar o eleitorado que dá suporte ao atual governo.

O foco da campanha de Henrique Capriles é atacar o desgaste e a ineficiência de políticas bolivarianas. A MUD (Mesa da Unidade) foi a mais ampla coalisão já feita pela oposição desde 1998 e que envolvem partidos que vão da direita à esquerda. A oposição desenvolveu um forte discurso contra o atual governo nas áreas da economia, segurança pública e a necessidade de despolitização das instituições públicas.²¹⁵

Henrique Capriles vendeu a ideia de adotar na Venezuela o que chama de modelo brasileiro, crescimento, desenvolvimento com vocação social. Criticou a distribuição de renda feita por Chavez gerada pelo petróleo e afirma que foi mal distribuída. Critica também a PDVSA salientando que foi convertida em uma empresa partidária.

O programa de governo de Henrique Capriles “Comprometido com o Progresso de todos” não especifica muitas questões como o direcionamento de sua proposta na condução da política externa do país. O maior detalhamento do projeto de governo da oposição e que diz respeito às ações de política externa para o país se encontram no “*Lineamientos del Programa de Gobierno de Unidad Nacional 2013-2019*” (Direcionamento do Programa de Governo de Unidade Nacional 2013-2019) .

O documento considera a atual política exterior venezuelana como negativa. Aponta para uma crescente intervenção nos assuntos internos de outros países e salienta o aumento do

²¹⁵ O governo controla em torno de 17 estados dos 23 existentes na Venezuela. Mas a oposição controla os estados que são os principais centros urbanos como Miranda, Zulia, Carabobo, Táchira e Nueva Esparta.

aprofundamento e confrontação nas relações internacionais do país. Também critica a conformação de alianças políticas distante da tradição pacífica e democrática da Venezuela, a construção de um ambiente belicista para enfrentar supostas agressões externas e a utilização do petróleo como arma de chantagem na política internacional. Ainda condena o manejo excludente e desrespeitoso da legalidade internacional como tendo contribuído para o desprestígio do país.²¹⁶

O Programa de Governo de Unidade Nacional 2013-2019 ainda destaca que a política exterior deveria ter como referência a reconstrução do país que permita atender as urgências de uma situação de vulnerabilidade extrema em todos os âmbitos. Assume que a política exterior necessitaria se basear em princípios e valores de caráter jurídico, ético, moral e cultural de aceitação universal contidas na Constituição Nacional e na Carta das Nações Unidas, na Carta da OEA e na Carta Democrática Interamericana.

O documento também destacou a necessidade de uma agenda de política externa onde afirma que a diplomacia venezuelana apoiaria todas as iniciativas dirigidas a afirmar o papel e posição da Venezuela como abastecedor de petróleo e derivados confiáveis e seguros de seus clientes. Salienta que reavaliaria as alianças geopolíticas de conveniência duvidosa para o país. Expressa a necessidade do resgate da institucionalidade e profissionalismo do Ministério de Relações Exteriores, por meio de um processo de reestruturação da chancelaria que permita responder, de maneira eficiente, a condução e execução de toda a atividade inerente às relações internacionais, que inclua iniciativas para a criação de órgãos de assessoria e consulta. Também propõe uma avaliação exaustiva e franca da situação atual dos esquemas de integração na região com participação ativa na UNASUL (União das Nações Sul Americanas) e CELAC (Comunidade dos Estados Latino Americanos e Caribenhos) como mecanismos de consenso entre países democráticos.

Por fim, o documento da oposição ainda menciona como prioridades para nova agenda de política externa uma posição de equilíbrio e moderação na OPEP, prioridade para relação com o Brasil, a Colômbia e o Caribe, propondo uma reavaliação das relações com Cuba, além de se normalizar as relações com os EUA, considerado pelo documento como o principal sócio comercial para Venezuela.

A oposição expressa no documento a necessidade de manter a relação com a China, onde menciona que elas serão conduzidas com uma visão de equilíbrio entre os investimentos, intercâmbio tecnológico e o valor agregado que aportam a economia venezuelana.

²¹⁶ (MESA... 2011).

Também o documento do MUD destacou a necessidade de que a Presidência da República deixe de ser o ator mais relevante na formulação da política externa. Salientou que a nova agenda de política externa irá privilegiar o consenso na consulta de outros atores do setor privado e instâncias de Estado.

O documento da oposição que traça as novas ideias ante a formulação de política externa indica obviamente uma clara rejeição ao atual modelo de inserção internacional adotado pelo país. Dessa forma, diverge ante as ações de política externa de cunho contestativo e anti-hegemônico adotados pelo regime bolivariano, dando preferência para a restauração do status quo anterior à eleição de Chavez. Por outro lado, também é pragmática no sentido de anunciar o rompimento de aproximações realizadas pelo atual governo, que, de uma forma ou de outra, podem trazer benefícios comerciais ao país como a relação com Brasil, a China e mesmo a Rússia no âmbito das trocas na área da tecnologia do petróleo.

Edmundo Urrutia já fazia críticas às atuais relações externas da Venezuela apontando para necessidade de se estabelecer mudanças substanciais na condução da política exterior. Para o autor, em caso da mudança de governo, o país deveria construir um discurso conciso e coerente para explicar a opinião pública mundial o que ocorreu na Venezuela, oferecendo, assim, garantias de reconstrução democrática e que gerem confiança para se conseguir recuperar a compreensão e o apoio da comunidade internacional.

Também aponta para necessidade de uma política de Estado orientada para a promoção do interesse nacional e que conte com consenso de diversos setores do país. Destaca que o processo de formulação da política exterior deve prever mecanismos de participação de diversos setores, levando em conta as distintas visões, pluralidade de ideias e interesses do país. Ainda expressa que a diplomacia venezuelana necessita identificar novas oportunidades de negócios e investimentos. (URRUTIA, 2006, p. 166-168).

Nelson Castellano Hernandez²¹⁷ ex-cônsul da Venezuela em Paris e forte crítico ao atual governo salienta que Chavez desenvolveu uma política exterior agressiva, desentendendo-se com várias partes do mundo. Afirma que posições dogmáticas levaram a desenvolver uma política de importação e beneficiência, destruindo a possibilidade de investimentos estrangeiros no país privilegiando as relações comerciais e políticas com Cuba, Irã, Rússia e China. Afirma ainda para a necessidade de um projeto político-econômico social que de uma resposta à problemática latino-americana ante a violência e à polarização de algumas sociedades.

²¹⁷ (HERNANDÉZ, 2012).

Apesar das críticas da oposição e de alguns analistas se evidencia que também houve avanços concretos atingidos pelo governo de Chavez nas frentes políticas, econômica e social que inclui a mobilização e incorporação de um grande número de marginalizados pelo processo de tomada de decisões, a diversificação das relações tecnológicas e comerciais e de fazer valer um maior controle nacional na esfera econômica. Na esfera social, algumas políticas públicas tiveram repercussão positiva, principalmente as *Missiones*.

Tabela 8 - Classificação Índice de Desenvolvimento Humano

Classificação IDH	Índice de Desenvolvimento Humano (valor)	Esperança de Vida (anos)	Media de Anos de Escolaridade (anos)	Anos de Escolaridade Esperado (anos)
Venezuela (73)	0,735	74,4	7,6	14,2

Fonte: Relatório de Desenvolvimento Humano, 2011.

De acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas de 2011, a Venezuela é o terceiro país que mais subiu no ranking nos últimos cinco anos, está em 73º lugar.

A corrida presidencial para o candidato Henrique Capriles não foi fácil. A popularidade de Chavez continuou alta, apesar das dúvidas quanto ao seu estado de saúde. A campanha dos dois lados girou em torno da figura do atual Presidente da República. Nesse sentido, o chavismo, e não só Chavez tem sido capaz de criar uma mensagem que “encanta” ainda os eleitores. A maior dificuldade da oposição foi de convencer esse eleitorado que de que é possível estabelecer uma outra alternativa de governo sem perda para classes menos desfavorecidas.

A oposição passará por um próximo teste nas eleições regionais que ocorrerão em dezembro. A substituição do vice-presidente da república Elias Jaua, que concorrerá ao governo do estado de Miranda, pelo chanceler Nicolas Maduro, forte aliado de Chavez, indica que o presidente não está disposto a perder vantagem.²¹⁸

Até a finalização desse trabalho o governo venezuelano não apontou quem substituirá o chanceler Nicolas Maduro junto ao Ministério de Relações Exteriores ou se o mesmo

²¹⁸ Na Venezuela o cargo de vice – presidente é de livre nomeação do governo. O vice-presidente não é eleito ao lado do mandatário como no Brasil.

ocupara os dois cargos, o que pode acontecer, devido ao bom trânsito pela pasta de relações exteriores.

6.2 Considerações Finais

A política externa implementada no governo de Hugo Chavez Frias na Venezuela completa mais de 13 anos. Conforme demonstrado ao longo das seções desse trabalho, novos atores foram incluídos no processo de formulação e implementação com visões diferentes da até então existentes, provocando uma mudança de identidade e um ativismo em matéria de política internacional nunca vislumbrado no país.

A Venezuela somente começou a desenvolver uma política externa mais audaciosa a partir dos anos 60. Até então, questões relativas ao seu ambiente doméstico como a modernização da estrutura política, o combate ao caudilhismo histórico e a constante intervenção dos militares foram questões prioritárias.

As divisas geradas pelo petróleo foram responsáveis pela modernização das estruturas do Estado. Será também o petróleo que irá proporcionar à Venezuela o status de ator internacional mais relevante ante a comunidade internacional, tornando necessário o aprimoramento do serviço exterior, alinhando-o aos interesses e princípios da política externa do país.

Os militares foram atores sempre presentes nas instituições venezuelanas, sendo o exército nacional a principal base do poder político até os anos 30. Os militares continuarão influenciando a política venezuelana como um todo mesmo após o fracasso na gerência política dos anos 1940 até 1950.

No governo de Hugo Chavez as Forças Armadas ressurgem como ator de importância. O chefe do executivo, como um militar, se utiliza de crenças autoritárias que interferem em suas preferências a partir da utilização de imagens e figuras sob utilização constante da dialética da confrontação com os adversários políticos. Da mesma forma, não existe na Venezuela um controle institucional civil sob influência política do setor militar, em que os princípios elementares do controle civil em uma democracia estivessem presentes no setor militar. Observa-se ao longo do governo bolivariano a militarização da vida civil e a politização das forças armadas.

A política externa venezuelana esteve até a chegada ao poder de Chavez subordinada economicamente à potência hegemônica – os Estados Unidos da América. O país implementará uma política externa com maior continuidade somente a partir do Pacto

Democrático em 1958. Uma maior coerência na formulação e execução ante os fins, interesses e objetivos de ações fixadas ante as regras do jogo do sistema internacional foram condizentes com as propostas da social democracia representada pelos partidos que se revezaram no poder até os anos de 1990.

O personalismo excessivo manifestado na participação de alguns chefes de Estado ante a condução das relações externas da Venezuela é histórico. Até a chegada ao comando da nação por Hugo Chavez Frias se identifica que essa excessiva presença dos chefes de Estado na condução da política externa do país não chegava a comprometer as identidades da nação. Características como o populismo e o clientelismo dos Chefes de Estado se beneficiavam do sistema de partidos até então existentes.

A proposta ideológica do período do pacto democrático que havia sido estabelecida nos anos de 1960 e 1970 estava sustentada em três ideias: a de defesa à democracia, como parte de conceber a democracia representativa como sistema político insubstituível na comunidade das nações, ao nacionalismo que rejeitava a concepção imperialista e por último, a ideia de defesa do americanismo, como forma de buscar uma maior integração com os países latino-americanos e uma aproximação com os EUA sob o termo de uma maior igualdade.

Já a caracterização do chamado processo revolucionário bolivariano na Venezuela se vincula no papel da instituição militar e no próprio Estado. Esse papel dos militares segue sendo ambíguo e paradoxo assim como o processo bolivariano também o é. A revolução proclama que seu objetivo é ser uma democracia participativa, mas promove e acentua o personalismo político, principalmente na figura do Chefe de Estado. Depois da tentativa de golpe da oposição em 2002 Chavez se distanciou da constituição descentralizadora de 1999, optando pela centralização do poder.

As Forças Armadas hoje desenvolvem importantes funções no âmbito da política interior e do desenvolvimento. Os militares foram chamados pelo governo a assumir responsabilidades da administração pública, principalmente se envolvendo e gerenciando recursos destinados às obras de interesse social.

A liderança político-civil venezuelana não teve e não tem, até o momento, a capacidade, o interesse, a vontade e a clareza política, além de consistência conceitual e convicção doutrinária em determinar a necessidade de implementar um conjunto de mecanismos e técnicas para exercer um efetivo controle civil sobre o histórico potencial pretoriano dos militares venezuelanos. Não houve o estabelecimento de um controle civil sobre os militares desde Perez Jimenez, e sim ao contrário, houve um entendimento, um

acordo, uma fusão de uma aliança civil-militar e político-militar não escrita mas operante e efetiva.

A Venezuela necessita deixar claro aos vizinhos sua real predisposição no engajamento para construção de uma perspectiva de segurança democrática regional que não implique a adoção de um modelo ideológico específico. O país necessita incentivar uma discussão plural, aberta e democrática ante os temas de segurança e defesa. É preciso incorporar amplos setores internos. Também há necessidade de se fazer uma diferenciação clara dos campos da defesa e da segurança, dando maior incentivo ao controle democrático dos militares pelos civis.

O desenvolvimento de programas de treinamento entre militares e civis, o incentivo à elaboração de livros brancos de defesa, o desenvolvimento de mecanismos de prevenção de conflitos, o incentivo à participação de organizações da sociedade civil e programas de desarme da população, são fundamentais para que a comunidade internacional e principalmente da região sintam-se mais segura ante o posicionamento venezuelano em matéria de política internacional. A militarização da vida civil e a politização das forças armadas promovidas pelo governo de Hugo Chavez não contribuem para que a Venezuela seja vista como um país democraticamente equilibrado.

A Política Externa da Venezuela implementada pelo governo de Hugo Chavez foi ativa. Como destaca Carlos Romero, até Chavez o país era fundamentalmente conhecido como um país exportador de petróleo. A Venezuela hoje é conhecida devido a Chavez e a sua proposta de revolução socialista-bolivariana (ROMERO, C., 2012).

Esse ativismo tem como sustentação o novo pensamento ideológico instituído pela pregada revolução bolivariana sob a base em um novo modelo de relações internacionais onde se privilegia a relação sul-sul, se condena o imperialismo, mas se mantém ainda o petróleo como o motor da diplomacia venezuelana.

O governo venezuelano promoveu mudanças estruturais no âmbito doméstico privilegiando o acesso de atores na comunidade de política externa exclusivamente do mesmo perfil ideológico-partidário. Esses novos atores que passaram a influenciar na elaboração da política externa em sua grande maioria compartilham com as ideias do governo, não havendo espaço para manifestações mais críticas ante a condução da política externa, pois outros atores da sociedade civil como parlamento, o ministério de relações exteriores e organizações da sociedade civil perderam espaço para a influente Presidência da República.

A concentração de poder na figura do Chefe de Estado, característica essa já apontada como não nova na história da Venezuela, assim como as suas manifestações excessivas não

permite que se estabeleça de forma clara um compartilhamento de decisões com características de política de Estado. Os atores envolvidos com a política externa venezuelana devido ao grau de polarização política tem dificuldade de separar o que é transitório de permanente, o contingente do necessário.

A polarização doméstica é refletida na política externa, o que promove inseguranças na comunidade internacional devido à grande quantidade de variáveis que necessitam ser consideradas para compreensão das ações do governo venezuelano.

O processo de tomada de decisão, fortemente concentrado na Presidência da República, faz com que se identifique falta de diálogo entre os atores mais críticos frente à política externa adotada, refletindo, com isso, no processo de “accountability” com relação às decisões de Estado.

As escolhas políticas feitas pelo governo venezuelano em matéria de política externa refletem a escolha ideológica assim como crenças dos atores envolvidos junto ao processo decisório. Estas crenças não partem de uma corporação diplomática consolidada. A Casa Amarilla nunca exerceu no arranjo institucional venezuelano uma forte influência de burocracia especializada se comparada com o Itamaraty brasileiro.

Ao contrário, na Venezuela nunca houve uma concentração da formulação da política externa pautada por um comportamento estável por padrões normativos, o que torna mais vulnerável a ingerências direta da política doméstica. A estrutura administrativa da Casa Amarilla não conseguiu ao longo da história brincar-se do jogo político-partidário doméstico. O governo Chavez, por meio das reformas institucionais que envolveram o Ministério de Relaciones Exteriores diminuiu ainda mais essa possibilidade.

A política externa da Venezuela ampliou as alternativas de relações externas, mas não sob um viés institucional ou universalista, “sem escolhas de lado”. Ao contrário, a busca por alternativas se dá muito pelo viés de simpatias de governos com a revolução bolivariana não permitindo, com isso, a fixação de uma política externa de Estado de longo prazo.

Há dificuldade em se perceber, devido à complexidade dos atores envolvidos e o grau de ideologização existentes nos discursos, de uma política externa com metas ambiciosas e homogêneas. Assim como, essa ideologização está delimitada e articulada doutrinariamente com os objetivos de projeção do país devido aos problemas políticos internos. Enquanto não houver a delimitação de um projeto nacional de consenso sobre o futuro do país, a posição internacional refletirá inseguranças.

A relação com os EUA continua sendo vital para economia venezuelana, apesar do discurso político do governo venezuelano para com esse país ser confrontativo. Na prática, as

relações entre os dois países na área comercial são pragmáticas. O aumento da diversificação das relações no sentido de diminuir a dependência com relação a Washington ainda não proporcionaram à Venezuela uma maior independência econômica.

A aproximação estratégica de países como a China, Rússia, Cuba e Irã se dão muito sob um forte componente ideológico e não particularmente sob o contexto de um interesse nacional de longo prazo. Fica a impressão de que o estabelecimento de linhas de aliança não se dão pela busca de alternativas que se possa perpetuar mesmo com a possível alteração de governos.

Por fim, a política externa venezuelana critica o que chama de “pensamento único” do “capitalismo selvagem”. A nova composição ideológica se expressa na instituição de um modelo econômico que se diz em transição ao “socialismo do século XIX”. O novo modelo econômico é utilizado como instrumento de política externa.

A ideologia bolivariana prega que a expansão geográfica e a evolução qualitativa do socialismo por todo o continente deveria passar, necessariamente, por uma alquimia de formatos econômicos de complementação, planificação compartilhada, comércio justo, intercâmbios equivalentes, cooperação e integração. A maior dificuldade é que esse modelo não é compartilhado por todos os países da região.

A sociedade e economia venezuelana seguem sendo dependentes do petróleo, o governo atual não fez mudanças no sentido de contribuir com a diversificação da economia a longo prazo. Hoje, 95% das exportações da Venezuela permanecem oriundas do petróleo. Identifica-se que na realidade ocorreu um aumento da dependência em relação aos anos noventa. Em 2011, a economia voltou a crescer, muito em função do reflexo da estabilização do preço do petróleo e do significativo aumento do gasto público, mas não do crescimento do setor produtivo.²¹⁹

No âmbito das relações comerciais o governo bolivariano defendeu como meta econômica três questões fundamentais que já haviam sido defendidas pelos governos anteriores desde 1958. Dentre elas, a diversificação das relações comerciais, diminuindo com isso a dependência dos EUA, o aumento da capacidade produtiva independente e a necessidade de romper o controle oligopólico da economia mediante a promoção de novas fontes de competência.

Constata-se que se ampliou alternativas para as relações comerciais mas foram restritas a exportações de petróleo. Não houve um aumento da capacidade produtiva, o país

²¹⁹ Já em 1957 o economista Celso Furtado em trabalho apresentado na CEPAL – Comissão para a América Latina e o Caribe detectava a vocação rentista da economia Venezuelana (FURTADO, 2008).

continua a ser muito dependente de produtos importados, principalmente alimentos. Rompeu-se com o controle oligopólico da economia, mas a estatização até o momento não refletiu em novas fontes de competência rentáveis, o petróleo continua ser a base de sobrevivência da economia venezuelana.

O governo Chavez tomou decisões audaciosas na área internacional. A política exterior chavista, a partir de suas frequentes viagens ao exterior, facilitou convênios que permitiram à Venezuela diversificar as fontes de capital, tecnologia e comércio via relações bilaterais estratégicas com países como China e Rússia. Por outro lado, a contínua dependência do país em importações estrangeiras impede o objetivo de se atingir a meta fundamental dos chavistas da busca por uma maior autonomia.

Pode-se referir que a política externa da Venezuela no governo de Hugo Chavez continua a despertar desconfianças pois se manifesta muito por impulsos ideológicos, não permitindo a institucionalização de uma política de Estado, com fins permanentes claros e com a identificação da participação de amplos setores da sociedade. As novas alianças internacionais existentes não privilegiam críticas ante a necessidade de melhor justiça social no interior da fronteira dos países aliados, o que leva à sensação de uma política externa frágil e inconstante.

REFERÊNCIAS

ACEDO, Clemy Machado de. **Eleazar Lopez Contreraz**. Caracas: Biblioteca Biografica Venezuelana, 2005.

AMADO, Rodrigo. **Araujo Castro**. Brasilia: UNB, 1982.

ARAVENA, Francisco Rojas. Medidas de confiança mutua y balance estrategico: un vinculo hacia la distension y la estabilidad. In: _____. (Org.) **Balance estratégico y medidas de confianza mutua**. Santiago: FLACSO-Chile, 1996. p. 44-75.

ASSOCIAÇÃO LATINOAMERICANA DE INTEGRAÇÃO (ALADI). **Estadísticas de comercio exterior**. Montevideo, 2010. Disponível em <<http://nt5000.aladi.org/siicomercioesp/>>. Acesso em: 03 jun. 2011.

AYERBE, Luis Fernando. (Org.) **Novas lideranças políticas e alternativas de governo na America do Sul**. São Paulo: Ed. Unesp, 2008.

AYERBE, Luis Fernando. **Estados Unidos e América Latina**. São Paulo: Ed. Unesp, 2002.

AZEREDO, Mauro Mendes. **A crise da democracia venezuelana**: relações com os Estados Unidos. Brasília: IPRI, 15 jul. 2006. Disponível em: <<http://www2.mre.gov.br/ipri/Papers/Venezuela/Mauro%20Azeredo.doc>>. Acesso em: 23 jun. 2006.

AZICRI, Max. The Cuba-Venezuela Alliance, dynamics of a beneficial solidarity exchange in hard economic times. In: CONGRESSO LATIN AMERICAN STUDIES ASSOCIATION (LASA), 10., 2010, Toronto. **Anais...** Toronto: LASA, 2010. p. 01-30. Disponível em: <https://lasa.international.pitt.edu/members/congress-papers/lasa_2010/files/4155.pdf>. Acesso em: 23 jun.2010

BARSHEFSKY, Charlene et al. Era of U.S. Hegemony in Latin America is Over, Says CFR Task Force. **Council on Foreign Relatios**, Washington, 14 maio 2008. Disponível em: <<http://www.cfr.org/publication/16279>>. Acesso em: 24 fev.2011.

BARTOLOMÉ, Mario César. As guerras assimétricas e de quarta geração segundo o pensamento venezuelano em assuntos de segurança e defesa. **Military Review**, Kansas, v. 88, n.1, jan./fev. 2008. Disponível em: <<http://usacac.army.mil/CAC2/militaryReview/Archives/oldsite/portuguese/janfeb08/bartolomeporjanfeb08.pdf>>. Acesso em: 22 jun. 2012.

BATISTA, Paulo Nogueira. **O consenso de Washington**: a visão neoliberal dos problemas latino americanos. São Paulo: [s.n], 1994. Disponível em: <http://www.fau.usp.br/cursos/graduacao/arq_urbanismo/disciplinas/aup0270/4dossie/nogueira94/nog94-cons-washn.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2011.

BOBBIO, Norberto; METTEUCC, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Brasília: Editora UNB, 2010.

BOLIVAR, Simon. **Obras completas**. Caracas: Pinango, 1950.

BRITO, Daniel Mora. La Política Exterior de Hugo Chavez em três actores (1998-2004). **Aldea Mundo**, San Cristobal, v.8, n.16, p.76-85, 2003. Disponível em: <<http://www.saber.ula.ve/bitstream/123456789/18160/2/articulo16-8.pdf>>. Acesso em: 06 jun. 2010.

BROMLEY, Mark; PERDOMO, Carolina. CBMs in Latin America and the effect of arms acquisitions by Venezuela. **Working Paper**: Real Instituto Elcano de studios Internacionales y Estratégicos, Madrid, n. 4, p. 01-20, 2005. Disponível em: <<http://www.realinstitutoelcano.org/documentos/216.asp>>. Acesso em: 20 maio 2011.

BUZAN, Barry ; WAEVER, Ole. **Regions and powers: the Structure of Internacional Security**. New York: Cambridge University Press, 2003.

CAMPOS, M. Rodriguez. **Pérez Jimenez y la dinâmica del poder (1948-1958)**. Caracas: El Dorado, 1991.

CANNABRAVA, Ivan. **O processo de paz Equador-Peru: 1995-1998**. Ministério das relações Exteriores do Brasil. [1997?] Disponível em: <http://www2.mre.gov.br/missoes_paz/port/capitulo11.html>. Acesso em: 20 maio 2011

CARDOSO, Eliana; HELWEGE, Ann. **A economia da américa latina**. São Paulo: Ática, 1993.

CARDOSO, Elsa de da Silva. El proceso de toma de decisiones em la política extrior de Venezuela. In: ROMERO, Carlos (Org.). **Reforma y política exterior en Venezuela**. Caracas: Nueva Sociedad, 1992. p. 65-85.

CARDOZO, Elsa. **Esteban Gil Borges**. Caracas: Biblioteca Biografica Venezuelana, 2005.

CARDOZO, Elsa. La Politica Exterior de Venezuela, 1984-1989: entre las vulnerabilidades economicas y los compromissos políticos. **Revista Política Internacional**, Caracas, n. 14, p. 2-27, 1989.

CASTAÑEDA, Jorge. **Utopia unarmed: the latin american left after the cold war**. New York: Alfred Knopf, 1993.

CASTILLO, Alberto Martinez. Venezuela: política e integracion regional. **Cuadernos de Cendes**, Caracas, ano 28, n. 78, set./dez., 2011. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/redalyc/html/403/40322698005/40322698005.html>>. Acesso em: 07 jun. 2012.

CASTILLO, Hernan. Historia y Teoria Política sobre lãs relaciones civiles y Militares Venezolanas. In: IRWIN, Domingo; CASTILLO, Hernán; LANGUE, Frederique. **Pretorianismo venezolano del siglo XXI: ensayo sobre las relaciones civiles y militares venezolanas**. Caracas Universidad Catolica Andres Bello, 2007. p. 35-109.

CASTRO, João Augusto de Araújo. **Araújo Castro**. Brasília: Ed. UNB, 1982.

CAVAROZZI, Marcelo. Ação presidencial na América Latina: antecedentes históricos e uma tipologia do século XXI. In: FAUSTO, Sergio (Org.). **Difícil democracia**. São Paulo: Paz e Terra, 2010. p. 16-51.

CERVO, Amado. A Venezuela e seus vizinhos. **Revista Cena Internacional**, Brasília, v. 3, n. 1, p. 05-25, 2001.

CERVO, Luiz Amado. A Venezuela e seus vizinhos. In: GUIMARÃES, Samuel P; CARDIN, Carlos Henrique (Org). **Venezuela: visões brasileiras**. Brasília: IPRI, 2003. p. 157-181.

CERVO, Luiz Amado. **Relações internacionais da América Latina: velhos e novos paradigmas**. São Paulo: Saraiva, 2007.

CHÁVEZ rompe relações com Colômbia; Bogotá reage com cautela. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 22 jul. 2010. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/771218-chavez-rompe-relacoes-com-colombia-bogota-reage-com-cautela.shtml>>. Acesso em: 04 maio 2012.

CHIRINOS, Norbis Mujica ; GONZALEZ, Sorayda Rincon. Caracterización de la política social y la política económica del actual gobierno venezolano: 1999-2004. **Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales**, Caracas, v.12, n.1, p. 31-57, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.org.ve/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1315-64112006000100003&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 05 jan. 2012.

CLEM, Ralph; MAINGOT, Anthony. **Venezuela's petro-diplomacy: Hugo Chavez's foreign policy**. Miami: University Press of Florida, 2011.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). **Venezuela**. Santiago, 2010. Disponível em: <<http://www.cepal.org/brasil/>>. Acesso em: 31 maio 2011.

COMUNIDADE ANDINA DE NAÇÕES. **Venezuela**. Lima, 2010. Disponível em: <<http://www.comunidadandina.org/>>. Acesso em: 31 maio 2011

CORRALES, Javier. Conflicting goals in venezuelas foreign policy. In: CLEM, Ralph; MAINGOT, Anthony. **Venezuela's petro-diplomacy: Hugo Chavez's Foreign Policy**. Miami: University Press of Florida, 2011. p. 32-49.

CORTE, María Lilibeth da. Chávez auguró que con la Celac no "habrá guerra ni conflictos": Mandatarios trataron lucha contra el narcotráfico y el comercio regional. **El Universal**, Caracas, 3 dez. 2011. Disponível em: <<http://www.eluniversal.com/nacional-y-politica/111203/chavez-auguro-que-con-la-celac-no-habra-guerra-ni-conflictossábado>>. Acesso em: 03 maio 2012

DAHL, Robert. **Poliarquia, participação e oposição**. São Paulo: EDUSP, 1997.

EFEMÉRIDES VENEZOLANAS. **Hugo Chavez**. Caracas, [2010?]. Disponível em: <www.efemeridesvenezolanas.com/html/aec.htm>. Acesso em: 02 maio 2012

ELLNER, Steve. Hugo's Chavez first decade in office: breakthroughs and shortcomings. **Latin American Perspective**, Newbury Park, California, n.37, p 77-96, fev. 2010. Disponível em: <<http://lap.sagepub.com/content/37/1/77>>. Acesso em: 05 jul. 2012.

ELLNER, Steve; HELLINGER, Daniel. **Venezuelan politics in the Chávez era: class, polarization and conflict**. London: Lynne Rienner Publishers, 2003.

ELODIE, Brun. Iran-Venezuela: hacia un acercamiento completo. **Revista Politeia**, Caracas, v.31, n.40, p. 19-40, 2008.

EWELL, Judith. **Venezuela and the United States: from monroes hemispheres to petroleum empire**. Atenas: The University Georgia Press, 1982.

FERNANDEZ, María Alejandra; MANZUR, Jorge Nilson Morales; SANGRONI, Hudilu Tatiana Rodriguez. La democracia venezolana vista desde su política exterior: un enfoque ético-político. **Frónesis**, Maracaibo, v.10, n. 1, p.94-128, 2003. Disponível em: <<http://revistas.luz.edu.ve/index.php/frone/article/viewFile/52/34>>. Acesso em: 20 out. 2006.

FERREIRA, Wallace; VIANA, Suhayla. Os 100 primeiros dias do governo Obama: relações externas com o Brasil e implicações para a América do Sul. In: PECEQUILO, Cristina; RESENDE, Erica; DINIZ, Eugenio (Org). **Os Estados Unidos no mundo atual**. Curitiba: Juruá, 2010. p. 179-199.

FIGUEIRA, Ariane. **Introdução a análise de política externa**. São Paulo: Saraiva, 2011.

FLORES, Fidel Perez. A Venezuela depois do referendo: avanços e recuos do projeto socialista de Hugo Chavez. **Observatório Político Sul-Americano OPSA**, Rio de Janeiro, v.3, n.7, jul. 2008. Disponível em: <http://observatorio.iesp.uerj.br/images/pdf/observador/41-observador-topico-observador_v_3_n_7.pdf>. Acesso em: 08 maio 2012.

FLORES, Fidel Perez. La reeleccion del factor Chavez. **Observatório Político Sul-Americano OPSA**, Rio de Janeiro, v.1, n.10, dez. 2006. Disponível em: <http://observatorio.iesp.uerj.br/images/pdf/observador/13_observador_topico_Observador_v_1_n_10.pdf>. Acesso em: 06 de jan. 2012.

FRANCISCO, Claudia Aparecida. **Democracia, comunismo e reformas na Venezuela de Rômulo Betancourt (1940-1964)**. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, Franca, 2007. Disponível em: <<http://scholar.googleusercontent.com/scholar?q=cache:FiF97n9bsv4J:scholar.google.com>>. Acesso em: 02 mar. 2012.

FRIAS, Hugo Rafael Chávez. **Presidente Chavez ratifica que la nueva fuerza armada es antiimperialista y anticolonialista**. [S.l.], 12 jul. 2005. Disponível em: <<http://www.mindefensa.gob.ve/Pensamiento%20militar/Discursos/NOTICIAS%20RELACIONADAS%20AL%20NVO.%20PENS.%20MILITAR.pdf>>. Acesso em: 03 jun. 2011.

FRIAS, Hugo Rafael Chávez. **Socialismo venezolano del siglo XXI busca sus propias raíces**. Bolívar, Sucre y Rodríguez Sembraron la Semilla de un proyecto. El presidente Chávez hizo un llamado a los líderes políticos y sociales a fortalecer el debate. Nuevo

pensamiento militar avanza. [S.l.], 05 jun. 2005. Disponível em: <<http://www.mindefensa.gob.ve/Pensamiento%20militar/Discursos/NOTICIAS%20RELACIONADAS%20AL%20NVO.%20PENS.%20MILITAR.pdf>>. Acesso em: 03 jun. 2011.

FRIAS, Hugo Rafael Chávez. **Venezuela no busca agredir a sus vecinos**: la única guerra posible sería contra una invasión del imperialismo de EEUU. [S.l.], 10 jan. 2006. Disponível em: <<http://www.mindefensa.gob.ve/Pensamiento%20militar/Discursos/NOTICIAS%20RELACIONADAS%20AL%20NVO.%20PENS.%20MILITAR.pdf>>. Acesso em: 03 jun. 2011.

FURTADO, Celso. **Ensaio sobre a Venezuela**: subdesenvolvimento com abundancia de divisas. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

GALLARDO, Freddy Vivas. **Venezuela**: política exterior y proyecto nacional: el pretorianismo Perezjimenista (1952-1958). Caracas: UCV, 1999.

GARCIA-GUADILLA, Maria. Pilar. Civil Society: Institutionalization, fragmentation, autonomy. In: ELLNER, Steve; HELLINGER, Daniel. **Venezuelan politics in the Chavez era**: class, polarization and conflict. London: Lynne Rienner Publishers, 2003, p. 179-197.

GILMORE, Robert L. **Caudillism and militarism in Venezuela, 1810-1910**. Athens: Ohio University Press, 1964.

GIRVAN, Norman. Alba, Petrocaribe and Caricon: issues in a New Dynamic. In: CLEM, Ralph; MAINGOT, Anthony. **Venezuela's petro-diplomacy**: Hugo Chavez's foreign policy. Miami: University Press of Florida, 2011. p. 01-15.

GNESOTTO, Nicole. For a common european security culture. **WEU – ISS Newsletter**, New York, n. 31, p. 60-85, out. 2000.

GOLDSTEIN, Judith.; KEOHANE, Robert. Ideas and foreign policy: an analytical framework. In: GOLDSTEIN, Judith.; KEOHANE, Robert. (Ed). **Ideas and foreign policy, beliefs, institutions and political change**. Ithaca: Cornell University Press, 1993. p. 102-143.

GOTT, Richard. **Hugo Chaves and the bolivarian revolution**. London: Versu, 2000.

GUERON, Eva Josko de. Cambio y continuidad em la política exterior de Venezuela: uma revision. In: ROMERO, Carlos. (Org.). **Reforma política exterior en Venezuela**. Caracas: Copreinvest; Nueva Sociedad, 1992. p. 35-65.

GUERON, Eva Josko de. La política exterior: continuidad y cambio, contradiccion y coherencia. In: NAIM, Moisés; PINANGO, Ramón (Org.): **El caso Venezuela**: uma ilusion de armonia. Caracas: IESA. 1984. p. 55-79.

GUEVARA, Aleida. **Chavéz, Venezuela and the new Latin América**. New York: Ocean Press, 2005.

HARDY, Toro. America Latina: en tiempos de Reagan y Bush. **Revista Política Internacional**, Caracas, n. 29, p. 55-82, 1991.

HELLINGER, Daniel. **Comparative politics of Latin América**: democracy at last? New York: Routledge, 2011.

HERMANN Charles et al. Resolve, accept, or avoid: effects of group conflict on foreign Policy Decisions. **International Studies Review**, New York, v.3, n.2, p.133-168, 2002.

HERNÁNDEZ, Nelson Castellano. Capriles y los desafíos en política exterior. **El Universal**, Caracas, 01 mar. 2012. Disponível em: <<http://www.eluniversal.com/opinion/120301/capriles-y-los-desafios-en-politica-exterior>>. Acesso em: 12 de jun. 2012

HERNANDEZ, Rafael. Alliances and Dis-alliances between the United States and Latin America and the Caribbean. **Latin American Perspectives**, Newbury Park, California, n. 38, p. 131-136, 2011.

HILL, Christopher. **The changing politics of foreign policy**. London: Palgrave, 2003.

HOFMEISTER, Wilhelm (Comp.). **Liderazgo político en America Latina**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2002.

HOWORTH, Jolyon. ; KEELER, John. **Defending europe**: the eu, nato and the quest for european autonomy. London: Palgrave Macmillan, 2003.

HUDSON, Valerie. Foreign policy analyses yestarday, today and tomorrow. **Mershon International Studies Review**, New York, v. 39, p. 216-217, 1995.

HUDSON, Valerie. Foreign Policy analysis: Actor-Specific Theory and the Ground of International Relations. **Foreign Policy Analysis**, Malden, v.1, n. 1, p. 01-30, 2005.

HUMAN RIGHTS WATCH. **Relatório apertando o cerco**: concentração e abuso de poder na Venezuela de Chavez. Washington, 2012. Disponível em: <<http://www.hrw-org/reports/2012/07/17/tightening-grip-o>>. Acesso em: 27 jul. 2012.

HUNTINGTON, Samuel. **O soldado e o estado**: teoria e política das relações civis-militares. Buenos Aires: Grupo Editorial Latino Americano, 1995.

INDEPENDENT STATISTIC AND ANALYSIS. **U.S. energy information administration, Petroleum**. Washington, 2011. Disponível em:<<http://www.eia.gov/petroleum/>>. Acesso em: 02 abr. 2012

IRWIN, Domingo. Clio y las relaciones civiles y militares venezolanas. In: IRWING, Domingo; CASTILLO, Hernán; LANGUE, Frederique. **Problemas militares venezolanos: FANB y democracia em los inicios del siglo XXI**. Caracas: Universidad Catolica Andres Bello, 2009. p. 07-29.

IRWIN, Domingo. Presentación El pretorianismo venezolano del siglo XXI una perspectiva Historica. In: IRWIN, Domingo; CASTILLO, Hernán; LANGUE, Frederique. **Pretorianismo venezolano del siglo XXI**: ensayo sobre las relaciones civiles y militares venezolanas. Caracas: Universidad Catolica Andres Bello, 2007. p.05-36.

IRWIN, Domingo; CASTILLO, Hernán; LANGUE, Frederique. **Pretorianismo venezolano del siglo XXI**: ensayo sobre las relaciones civiles y militares venezolanas. Caracas: Universidad Católica Andrés Bello, 2007.

JACOME, Francine. Protagonismo venezolano e relações com o Brasil: o comercial como eixo de uma relação pragmática. **Cadernos Adenauer**, Rio de Janeiro, ano 9, n.4, p. 106-125, 2010.

JACOME, Francine. Venezuela 2006: avances en su doctrina de seguridad y sus impactos regionales. **Policy Paper**, Caracas, n. 15, p. 01-05, mar. 2007.

JERVIS, Robert. **Perceptions and misperception in internacional politics**. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 1976.

JIMENEZ, Alfredo Ramos. **El experimento bolivariano**: liderazgo, partidos e elecciones. Mérida: Universidad de los Andes; CIPCOM, 2009.

KAPPEN, Thomas Risse. Public opinion, domestic Structure and Foreign Policy in liberal democracies. **World Politics**, Princeton, v. 43, n. 4, p. 479-512, jul. 1991.

KARL, L. Terry. **The paradox of plenty**: oil booms and Petro-states. Los Angeles: University of California Press, 1997.

KELLER, Alfredo. Populismo institucional y populismo revolucionário en Venezuela. **Dialogo Político**, Buenos Aires, ano 21, n. 2, p. 40-62, 2004.

LANGUE, Frederique. Encanto populista o revolucion continental? el proyecto bolivariano de Hugo Chavez entre dos siglos. In: IRWIN, Domingo; LANGUE, Frederique; CASTILLO Hernan. **Problemas militares venezolanos**: FANB y Democracia em los inicios del siglo XXI. Caracas: Universidad Católica Andrés Bello, 2009. p. 133-167.

LATINOBAROMETRO. **Opinion pública latinoamericana**. Santiago, 2011. Disponível em: <<http://www.latinobarometro.org/latino/latinobarometro.jsp>>. Acesso em: 06 jul. 2012.

LIBERAL Democracies. **World Politics**, New York, v. 43, n. 4, p. 479-512, Jul.1991.

LIMA, Maria Regina Soares de. Instituições democráticas e política exterior. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 265-303, jul./dez. 2000.

LIMA, Maria Regina Soares de; SANTOS, Fabiano. O congresso e a política de comércio exterior. **Lua Nova**, São Paulo, n. 52, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-644520010001000006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 set. 2012.

LLIANA, Tovar. **Siete años de diplomacia bolivariana**: discursos de los Cancilleres 1999-2005. Caracas: Ministério del Poder Popular de Relaciones Exteriores, 2006.

LOPEZ, Sebille Philippe. **Geopolíticas do petróleo**. Lisboa: Instituto Piaget, 2006.

MADURO responde a Rice y la acusa de "minar" la democracia. **El Universal**, Caracas, 09 fev. 2007. Disponível em: <www.eluniversal.com/2007/02/09/imp_pol_art_173275.shtml>. Acesso em: 10 fev. 2012.

MAGALLANES, Rodolfo. El gobierno de Hugo Chavez: que lo distingue de los anteriores?. **Revista Politeia**, Caracas, v. 32, n. 42, p. 114, 2009.

MAGDALENO, John. Public opinion and venezuelan foreign policy. In: CLEM, Ralph S.; MAINGOT, Anthony P.; EGUIZABAL, Cristina. **Venezuelas petro-diplomacy: Hugo Chavez foreign policy**. Miami: University Press of Florida, 2011. p. 49-68.

MAPA Político. [S.l.]: A-Venezuela, [2009?]. 1 mapa, color. Escala 1:15.000.000. Disponível em: <<http://www.a-venezuela.com/mapas/map/html/politico.html>>. Acesso em: 12 out. 2012.

MARQUEZ, Trino. Presidencialismo, autoritarismo y culto a la personalidad (Hugo Chavez y el ejercicio del poder). **Revista Venezolana de Analisis de Conyuntura**, Caracas, v. 10, n. 2, p. 57-77, 2004.

MARREIRO, Flávia. Saída de Hugo Chávez provocaría um choque tremendo em Cuba. **Folha S. Paulo**, São Paulo, p. A18, 02 abr. 2012.

MAYA, Margarita Lopez. Cambio de discurso en las relaciones entre los Estados Unidos y América Latina: de la segunda guerra mundial a la guerra fria (1945-1948). **Cuadernos del Cendes**, Caracas, v. 10, n. 22, p. 285-286, 2000.

MAYA, Margarita Lopez; SMILDE, David ; STEPHANY, Keta. **Protesta y cultura em Venezuela**. Buenos Aires: Clacso, 2002 .

MCCOY, Johns; MYERS, David. **The unraveling of representative democracy in Venezuela**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2004.

MELEÁN, Rafael Simon Jimenez. **50 anos de política exterior de Venezuela 1908-1958**. Caracas: El Centauro Ediciones, 2006.

MENDOZA, Carolina. La integracion regional em la planificacion del desarrollo em Venezuela: período 1963-2001. **Compendium**, Estado Lara, jul. 2004. Disponível em: <www.ucla.edu/ve/DAC/compendium/Revista12/Carolina.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2007.

MESA DA UNIDADE DEMOCRÁTICA (MUD). **Lineamientos del programa de gobierno de unidad nacional 2013-2019**. Caracas, dez. 2011. Disponível em: <<https://filtradas.com/posts/lineamientos-del-programa-de-gobierno-de-unidad-nacional-2013-2019/>>. Acesso em: 6 jul. 2012 .

MILNER, Helen V.; ROSENDORF B. Peter. **Interests, institutions and information, domestic politics and internacional relations**. Princeton: Princeton University Press, 1997.

MOLINA, Franklin. La integración andina y la política exterior de Venezuela en dos tiempos: 1972-2002. **Revista Politeia**, Caracas, v. 26, n. 30, p. 182-193, 2003. Disponível em:

<http://www2.bvs.org.ve/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0303-97572003000100014&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 22 out. 2006.

MOREIRA, Luiz; QUINTEROS, Marcela; SILVA, André. **As relações internacionais da América Latina**. Petrópolis: Vozes, 2010.

NAIN, Moises. Transição para o regime de mercado na América Latina: dos choques macroeconômicos à terapia institucional. In: LANGONI, Carlos. **A nova América Latina**. Rio de Janeiro: FGV, 1997. p. 211-238.

NICOLÁS Maduro: Obama heredó de Bush ignorancia, cinismo y perversión. **El Tiempo**, Puerto la Cruz, 14 abr.2012. Disponível em: <<http://eltiempo.com.ve/mundo/politica/nicolas-maduro-obama-heredo-de-bush-ignorancia-cinismo-y-perversion/49834>>. Acesso em: 15 abr. 2012.

NIEVES, Zulayma. La cooperacion bilateral, las alianças estratégicas y sus implicaciones para la seguridad. In: DOMINGO, Irwin; LANGUE, Frederique; CASTILLO Hernan. **Problemas militares venezolanos: FANB y democracia em los inícios del siglo XXI**. Caracas: Universidad Católica Andrés Bello, 2009. p. 167-191.

NORDEN, Deborah. Civilian authority without civilian dominance? assessing venezuela political-military relations under Chavez. **Revista Nueva Sociedad**, San Jose, n. 213, p. 05-07, jan./fev. 2008.

OLIVEIRA, Renata Peixoto. **Velhos fundamentos, novos estratégias? petróleo, democracia e a política externa de Hugo Chavez (1999-2010)**. 2011. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

OLMEDA Jose A. **Democracias fragiles: las relaciones civiles militares em el mundo Iberoamericano**. Valencia: Tiront lo Blanch, 2005.

ORGANIZATION OF THE PETROLEUM EXPORTING COUNTRIES (OPEC). **Boletim Estatístico Anual da OPEP**. Riad, 2011. Disponível em: <http://www.opec.org/opec_web/en/data_graphs/330.htm>. Acesso em: 19 maio 2011.

ORTIZ, Roman. Venezuela's revolutionary Foreign Policy and Colombian Security. In: CLEM, Ralph; MAINGOT, Anthony. (Org.) **Venezuela's Petro-diplomacy: Hugo's Chavez's foreign policy**. Gainesville: University Press of Florida, 2011. p.77-92.

PAGLIARI, Graciela. **O Brasil e a segurança na América do Sul**. Curitiba: Juruá, 2009.

PETKOFF, Teodoro. **Solo los estupidos no cambian de opinion**. Conversaciones con alonso moleiro. Caracas: Libros Marcados, 2006.

PETKOFF, Teodoro. Lãs dos izquierdas. **Revista Nueva Sociedad**, San Jose, n. 197, p. 35-36, maio/jun. 2005.

PETRAS, James. US offensive in Latin America: coups, reterats and radicalization. **Monthly Review**, New York, v. 54, n.1, p. 232-249, 2002.

PETRASH, Vilma. **Venezuela e Estados Unidos: origen y evolucion de uma relacion especial**. Caracas: Ediciones por Demanda, 2000.

PETRÓLEO DA VENEZUELA S.A (PDVSA). **PDVSA**. Caracas, 2009. Disponível em: <www.pdvsa.com>. Acesso em: 25 fev. 2012.

PRESIDENTE de PDVSA descarta suspender envíos de crudo a Siria. **El Universal**, Caracas, 28 fev. 2012. Disponível em: <<http://www.eluniversal.com/internacional/revuelta-arabe/120228/presidente-de-pdvsa-descarta-suspender-envios-de-crudo-a-siria>>. Acesso em: 12 abr. 2012.

RAMIREZ, Socorro. Colombia y sus Vecinos. **Revista Nueva Sociedad**, San Jose, n. 192, p. 148-156, 2004.

RAMIREZ, Socorro. El Giro de la politica Exterior Colombiana. **Revista Nueva Sociedad**, San Jose, n. 213, p. 79-95, 2011.

REID, Michael. **O continente esquecido: a batalha pela alma Latino-Americana**. Rio de Janeiro: Campus-Elsevier, 2007.

RELATÓRIO de desenvolvimento humano 2011. Sustentabilidade e equidade: um futuro melhor para todos. New York: PNUD, 2012. Disponível em: <<http://mirror.undp.org/angola/linkrtf/hdr-2011-pt.pdf>>. Acesso em: 06 jul. 2012.

REVANALES, J. Gersón. La inserción internacional. **El Universal**, Caracas, 14 mar. 2002.

RIST, Gilbert. Development as a buzzword. **Development in Practice**, Oxford, v. 17, n. 4-5, p. 485-491, 2007.

ROMERO, Aníbal. Pensamento geopolítico, seguridad y democracia. In: ZAMBRANO, Elio Orta; ROMERO, Aníbal. **Seguridad y democracia em Venezuela**. Caracas: Equinoccio, 1980. p. 57-78.

ROMERO, Carlos A. Dos etapas en la política exterior de Venezuela. **Revista Politeia**, Caracas, v. 26, n. 30, p.169-182, 2003. Disponível em: <http://www2.bvs.org.ve/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0303-97572003000100013&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 20 out. 2006.

ROMERO, Carlos A. **El pasado y el presente de la política exterior de Venezuela in Venezuela: rupturas y continuidades (1999-2001)**. Caracas: PDVSA Cied; Universidad de Salamanca, 2002.

ROMERO, Carlos A. El plan Colombia: fortalecimiento militar o reconstruccion del estado social de derecho? **Tharsis: Revista para la difusion de la cultura hispanoamericana**, Austin, ano 4, n. 8, p. 45-72, 2000.

ROMERO, Carlos A. Integracion y desafios geopolíticos em los Andes. El caso de Venezuela y la Comunidad Andina de Naciones. In: CONGRESSO LATIN AMERICAN STUDIES ASSOCIATION (LASA), 9., 2009, Rio de Janeiro. **Anais...** Dallas: LASA, 2009. p. 01-29.

Disponível em: <<https://lasa.international.pitt.edu/members/congress-papers/lasa2009/files/RomeroMendezCarlos.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2012.

ROMERO, Carlos A. **La descentralizacion em la política exterior venezolana**. Caracas: UCV, 2000.

ROMERO, Carlos A. La diplomacia de proyeccion y el caso cubano em el contexto nacional y regional, 1979-1981. **Fragmentos**, Caracas, n. 11, p. 23-65, 1981.

ROMERO, Carlos A. **Reforma y política exterior en Venezuela**. Caracas: Nueva Sociedad, 1992.

ROMERO, Carlos A. **The United States and Venezuela: Rethinking a Relationship**. New York: Roudledge, 2002.

ROMERO, Carlos A. Venezuela: su política exterior y el Caribe. **Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales**, Caracas, v.10, n. 3, p. 243-259, 2004.

ROMERO, Carlos. La Política Exterior de Venezuela. La respuesta de la oposicion democrática. **Nuevo Mundo**, [S.l.], 30 jan. 2012. Disponível em: <<http://nuevomundo.revues.org/62525#tocfrom2n4>>. Acesso em: 24 jul. 2012.

ROMERO, Carlos. Venezuela y Estados Unidos: una relacion esquizofrenica?. **Revista Nueva Sociedad**, San Jose, n. 206, p. 78-93, nov./dez. 2006.

ROMERO, Carlos; ROMERO, Maria Teresa; CARDOSO Elsa. La política exterior en las constituciones de 1961 y 1999: una vision comparada de sus principios, procedimientos y temas. **Revista Venezolana de Análises de Coyuntura**, Caracas, v.9, n.1, p. 163-183, 2003.

ROMERO, Maria Teresa. **Política exterior venezolana: el proyecto democrático, 1959-1999**. Caracas: Los Livros el Nacional, 2009.

ROMERO, Maria Teresa; CARDOSO, Elsa. Aproximacion a la propuesta Internacional de Hugo chaves: lãs concepcionnes de democracia e integracion. **Revista Venezolana de Análisis de Conyuntura**, Caracas, v.8, n.1, p.153-173, 2002.

ROMERO, Maria Tereza. Imposing the Internacional Bolivarian Project. In: CLEM, Ralph; MAINGOT, Anthony; EGUIZABAL, Cristina. **Venezuelas petro-diplomacy: Hugo Chavez foreign policy**. Miami: University Press of Florida, 2011. p. 68-77.

ROMERO, Maria Tereza. Relaciones bilaterales entre Hugo Chavez y Barack Obama: presente e futuro. In: CONGRESSO LATIN AMERICAN STUDIES ASSOCIATION (LASA), 10., 2010, Toronto. **Anais...** Dallas: LASA, 2010. p. 01-23. Disponível em: <<https://lasa.international.pitt.edu/members/congress-papers/lasa2010/files/3006.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2010.

SAAVEDRA, Boris. El populismo radical em América Latina y su implicância em el sector de defensa. In: IRWIN, Domingo; LANGUE, Frederique; CASTILLO Hernan. **Problemas militares venezolanos: FANB y democracia em los inícios del siglo XXI**. Caracas: Universidad Católica Andrés Bello, 2009. p. 119-133.

SANJUAN, Ana Maria. Claros-escuros bolivarianos. **Le Monde Diplomatique** – Brasil, São Paulo, n. 3, p. 10-12, 2007.

SARAIVA, Miriam G. **A Diplomacia brasileira e as visões sobre a inserção externa do Brasil**: institucionalismo pragmático X autonomistas. Madrid: Real Instituto Elcano, 2010. Disponível em: <http://www.realinstitutoelcano.org/wps/wcm/connect/0bf4ae0041b8c1ee9e81fee151fccd56/ARI46-2010_gomes_saraiva_diplomacia_brasileira_institucionalismo_pragmatico_autonomista.pdf?MOD=AJPERES&CACHEID=0bf4ae0041b8c1ee9e81fee151fccd56>. Acesso em: 25 abr. 2012.

SCHMIDT, Carlos. Venezuela: o difícil caminho da busca de uma alternativa de superação do capitalismo e do socialismo burocrático. **Revista Brasileira de Estudos Latino Americanos**, Porto Alegre, v. 1, n. 3, 2011. Disponível em: <<http://rebela.edugraf.ufsc.br/index.php/pc/article/view/57>>. Acesso em: 13 maio 2012.

SCHULZINGER, Robert. **American diplomacy in the twentieth century**. New York: Oxford University Press, 1994.

SEABRA, Rafael Lana. **A primeira revolução do século XXI?**: bolivarianismo e socialismo na Venezuela. 2012. Tese (Doutorado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

SERBIN, Andrés. Cuando la limosna es grande: el caribe, chavez y los limites de la diplomacia petrolera. **Revista Nueva Sociedad**, San Jose, n. 205, p. 75-91, 2006. Disponível em: <<http://ldialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2382307>>. Acesso em: 20 jun. 2011.

SERRANO, Lorena Oyarzun. Debilidades nos Processo de Integração Latino Americanos: uma aproximação ao caso da Unasul. . In: CONGRESSO LATIN AMERICAN STUDIES ASSOCIATION(LASA), 10., 2009, Rio de Janeiro. **Anais...** Dallas: LASA, 2009. p. 01-18. Disponível em: <<https://lasa.international.pitt.edu/members/congress-papers/lasa2009/files/OyarzunSerranoLorena.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2012.

SNYDER, Richard; BRUCK, Hall W.; SAPIN, Burton. Decision-Making as an approach to the study of internacional politics. In: SNYDER, Richard.; BRUCK, Hall. W.; SAPIN, Burton. **Foreign policy decision making**. London: Palgrave Macmillan, 2002. p. 01-20.

SNYDER, Richard; BRUCK, Hall W.; SAPIN, Burton. **Foreign policy decision making**: an approach to the study of International Politics. New York: Free Press, 1962.

STAMBOULI, Andrés. **La política extraviada**: una historia de Medina a Chavez. Caracas: Fundacion para la Cultura Urbana, 2005.

STUART, Ana Maria. **O bloqueio da Venezuela em 1902**: suas implicações nas relações internacionais da época. São Paulo: Ed Unesp, 2011.

SULLIVAN, William, Situación economica y politica durante el periodo de Juan Vicente Gómez. In: IZARD, Miguel . **Política y economia em Venezuela 1810-1976**. Caracas: Fundación John Boulton, 1976. p. 150-175.

THOMAS, Caroline ; WILKIN Peter. Still waiting after all these years: the third world on the periphery of international. **British Journal of Politics and International Relations**, Oxford, v. 6, p. 241-258, 2004.

TOKATLIAN, Juan Gabriel. El proyecto de reordenamiento mundial de estados Unidos: una mira crítica. In: HIRST, Mônica et al. **Império, estados e instituições: la política internacional em los comienzos del siglo XXI**. Buenos Aires: Altamira; Fundación Gósdle, 2004. p. 147-184.

TORREALBA, Alfredo A. **Enfoque de la neodiplomacia em Venezuela**. Ministério de Relaciones Exteriores de la República bolivariana de Venezuela. Período 1999-2005. Caracas: Instituto Altos Estudios Pedro Gual, 2006.

TOYE, John. **Dilemmas of development: reflections on the counter-revolution in development theory and policy**. Oxford: Basil Blackwell, 1987.

TRINKUNAS, Harold. **Crafting civilian control of the military in Venezuela: a comparative perspective**. Chapel Hill: North Carolina Press, 2005.

TRINKUNAS, Harold. The logic of Venezuela foreign policy during the Chavez Period. In: CLEM, Ralph; MAINGOT, Anthony. **Venezuela's petro-diplomacy: Hugo Chavez's foreign policy**. Miami: University Press of Florida, 2011. p. 16-30.

TROUDI, Haiman. **La política econômica bolivariana y los dilemas de la transición socialista en Venezuela**. Caracas: CEPES; Monte Ávila, 2010.

URRUTIA, Edmundo Gonzalez. Lãs dos etapas de la política exterior e Chavez. **Revista Nueva Sociedad**, San Jose, n. 205, p. 160-171, set./out. 2006. Disponível em: <www.nuso.org/revista.php?n=205>. Acesso em: 29 nov. 2010.

VALERO, Jorge. **Como llego acción democrática al poder?** Caracas: Tropykos, 1994.

VALERO, Jorge. **Venezuela ante la OEA: discursos del embajador Jorge Valero representante permanente de la República Bolivariana de Venezuela ante la Organización de Estados Americanos**. Caracas: Ministerio de Relaciones Exteriores, 2006.

VASCONCELLOS, Vinícius Vargas. **O governo Hugo Chavez e a política externa venezuelana no continente americano**. 2009. Trabalho de Conclusão (Graduação em Relações Internacionais) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/21487/000736676.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 05 maio 2012.

VELASQUEZ, Ramon J. **La caída del liberalismo amarillo**. Caracas: Planeta, 1993.

VENEZUELA. **Lineamientos generales del plan de desarrollo económico y social de la nación 2001-2007**. Caracas, [2007?] Disponível em: <http://www.gobiernoenlinea.ve/gobierno_al_dia/docs/PlanDesarrolloEconomicoSocial2001-2007.pdf>. Acesso em: 30 maio 2011.

VENEZUELA. Banco Central da Venezuela. **Reservas internacionales del B.C.V.:** serie 1973-1995. Caracas, 2011a. Disponível em: <http://www.bcv.org.ve/excel/2_3_3.xls?id=82>. Acesso em: 30 out. 2011.

VENEZUELA. Consejo Nacional Electoral. **Elecciones en Venezuela.** Caracas, 2012. Disponível em: <<http://cne.gob.ve/web/index.php-elecciones>>. Acesso em: 04 maio 2011.

VENEZUELA. Instituto Nacional de Estadística de Venezuela. **Comercio internacional Venezuelano.** Caracas, 2011b. Disponível em: <[http://www.ine.gov.ve-comercio internacional venezuelano](http://www.ine.gov.ve-comercio-internacional-venezuelano)>. Acesso em: 20 maio 2012.

VENEZUELA. Ministerio del Poder Popular para la Defensa. **La seguridad.** Caracas, 2011. Disponível em: <[http://www.mindefensa.gob.ve-la seguridad](http://www.mindefensa.gob.ve-la-seguridad)>. Acesso em: 24 jun. 2010.

VENEZUELA. Ministerio del Poder Popular para Relaciones Exteriores. **Boletín del Archivo de la Casa Amarilla,** Caracas, ano 10, n. 2, 1997. Disponível em: <http://www.mre.gov.ve/index.php?option=com_content&view=article&id=2751&Itemid=249>. Acesso em: 24 jun. 2010.

VENEZUELA. Ministerio del Poder Popular para Relaciones Exteriores. **Boletín del Archivo de la Casa Amarilla,** Caracas, ano 12, n. 12, 2006. Disponível em: <http://www.mre.gov.ve/index.php?option=com_content&view=article&id=2751&Itemid=249>. Acesso em: 24 jun. 2010.

VENEZUELA. Ministerio del Poder Popular para Relaciones Exteriores. **Boletín del Archivo de la Casa Amarilla,** Caracas, ano 13, n. 13, 2007. Disponível em: <http://www.mre.gov.ve/index.php?option=com_content&view=article&id=2751&Itemid=249>. Acesso em: 24 jun. 2010.

VENEZUELA. Ministerio del Poder Popular para Relaciones Exteriores. **Política exterior.** Caracas: Instituto de Altos Estudios Diplomáticos Pedro Gual, 2010. Disponível em: <[www.institutopedrogual.edu.ve-politica exterior](http://www.institutopedrogual.edu.ve-politica-exterior)>. Acesso em: 24 jun. 2011.

VENEZUELA virtual. Caracas, 2010. Disponível em: <http://www.mipunto.com/venezuelavirtual/mapas/00_mapa_hidrocarburos.html>. Acesso em: 04 jul. 2012.

VILLA, Rafael. Dos etapas en la política exterior venezolana frente a Estados Unidos en el período de Hugo Chávez. **Cuadernos del Cendes,** Caracas, v. 21, n. 55, p. 23-47, abr. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.org.ve/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1012-25082004000100003&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 14 ago. 2005.

VILLA, Rafael. A política externa da Venezuela de Chavez para a América do Sul: entre a ideologização das identidades e as necessidades do pragmatismo. **Análise de Conjuntura OPSA,** Rio de Janeiro, n. 10, p. 01-31, out. 2007. Disponível em: <[http://observatorio.iuperj.br/pdfs/37_analises_AC_n_10_out_2007\(2\).pdf](http://observatorio.iuperj.br/pdfs/37_analises_AC_n_10_out_2007(2).pdf)>. Acesso em: 15 mar. 2008.

VILLA, Rafael. As eleições presidenciais venezuelanas: cenários domésticos e internacionais. **Política Externa,** São Paulo, v. 21, n. 1, p. 41-55, jun./jul. 2012.

VILLEGAS, Silvio. **La política exterior de Juan Vicente Gomez**. Caracas: Ediciones de la Presidencia de la Republica, 1995.

WEBER, Max. **Ensaio de sociologia**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1983.

WEBER, Max. **Economia e sociedad**. Madrid: Fondo de Cultura Economica, 1993.

WHITE, Brian; CLARKE, Michael. **Understanding foreign policy: the foreign policy systems approach**. Aldershot: Edward Elgar, 1989.

WILPERT, Gregory. **Changing Venezuela by taking power: the history and policies of the Chavez government**. London: Verso, 2007.

WILPERT, Gregory. **La transformacion em Venezuela: hacia el socialismo del siglo XXI**. Caracas: Monte Ávila, 2009.

YANEZ, Hermán. The Cuba-Venezuela alliance: emancipatory neobolivarismo or totalitarian expansion? **Occasional Papers**, Miami, p. 06-08, 2005. Disponível em: <<http://scholarlyrepository.miami.edu/iccaspapers/7>>. Acesso em: 02 maio 2011.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ACORDO entre a Republica bolivariana da Venezuela e o Presidente do Conselho de estado de Cuba, para criação da Alternativa Bolivariana das Américas em dezembro de 2004.

Havana, dez. 2004. Disponível em:

<<http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/2004/por/a141204p.html>>. Acesso em: 12 mar. 2011.

ALLINSON, Graham T.; ZELIKOV, Philip. **Essence of decision: explaining the Cuban missile crisis**. New York: Longman, 1999.

ALVAREZ, Angel. Democracia, líder e partido em el Nuevo sistema político venezuelano.

Tharsis: Revista para la difusión de la cultura hispanoamericana, Austin, ano 4, v. 7, n. 1, p. 09-23, 2000.

ALVAREZ, Angel; PEREZ, Magaly; DAHDAH, Said. Que es la democracia para los lideres venezolanos? Um estudo de los consensos y disensos entre los venezolanos influyentes em torno a la democracia. **Politeia**, Caracas, n.25, p. 161-186, 2000.

AMADO, Cervo. A Venezuela e seus vizinhos. **Revista Cena Internacional**, Brasília, v. 3, n. 1, p. 05-24, 2001. Disponível em: <www2.mre.gov.br/ipri/papers/venezuela/amado%20Cervo.doc>. Acesso em: 02 jun. 2006.

AZICRI, Max. The Cuba-Venezuela alliance, dynamics of a beneficial solidarity exchange in hard economic times. In: CONGRESSO LATIN AMERICAN STUDIES ASSOCIATION (LASA), 9., 2010, Toronto. **Anais...** Dallas: LASA, 2010. p. 01-30. Disponível em: <<https://lasa.international.pitt.edu/members/congress-papers/lasa2010/files/4155.pdf>>. Acesso em: 23 jun.2010.

BARROS, Pedro Silva. **Governo Chavez e desenvolvimento: a política econômica em processo**. 2007. Dissertação (Mestrado em Economia Política) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

BETANCOURT, Romulo. **Isaias Medina Angarita, aspectos históricos de seu governo**. Caracas: Ediciones Universidad Santa Maria, 1985.

BETANCOURT, Romulo. **Venezuela, política y petróleo**. Barcelona: Seix Barral, 1979.

BILBAO, Luis. **Chavez, despues del golpe y el sabotaje petróleo**. Buenos Aires: Le Monde Diplomatique, 2003.

CABALLERO, Manuel. **La peste militar: escritos polémicos 1992-2007**. Caracas: Alfa, 2007.

CARDOSO, Elsa de da Silva. **Continuidad y consistência em quince años de política exterior venezolana**. Caracas: UCV, 1999.

CARDOSO, Elsa de da Silva. EUA en la política exterior venezolana: el complicado manejo de las asimetrías. **Tableglobal**, Caracas, v.3, n.6, 2005. Disponível em: <http://www.tableglobal.com/html/_censayos/Ensayo3.asp>. Acesso em: 13 jun. 2006.

CARDOSO, Fernando Henrique. Sobre la caracterización de los regímenes autoritarios en América Latina. In: COLLIER, David (Org). **El nuevo autoritarismo en América Latina**. México: FCE, 1985. p. 39-62.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Xadrez internacional e a social-democracia**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

CASTRO, Gregorio. **Debate por Venezuela**. Caracas: UCV; Alfa, 2007.

CERVERA, Rafael. **Curso e métodos y técnicas de investigación en relaciones internacionales**. Madrid: Complutense de Madrid, 1999.

CHIRINOS, Norbis Mujica; GONZALEZ, Sorayda Rincon. Caracterización de la política social y la política económica del actual gobierno venezolano: 1999-2004. **Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales**, Caracas, v.12, n.1, p. 31-57, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.org.ve/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1315-64112006000100003&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 05 jan. 2012.

CLEMY, Machado de Azedo. **Eleanor Lopez Contreras**. Caracas: Biblioteca Biografía Venezolana, 2005.

COHEN, Samy. Decisão, poder e racionalidade na análise da política externa. In: SMOUTS, Marie Claude. **As novas relações internacionais: práticas e teorias**. Brasília: Ed. UNB, 2004. p.73-98.

CONSALVI, Simon Alberto. **Auge y caída de Rómulo Gallegos**. Caracas: Monte Ávila, 1991.

CORDERO, Dolores et al. **La conspiración internacional contra Cipriano Castro (1903 – 1924)**. Caracas: Ministério del Poder Popular de Relaciones Exteriores, 2009.

DORNELLES, José Amir de C. **A Venezuela de Hugo Chavez e suas relações com o Brasil**. 2005. Tese. (Doutorado em Diplomacia) - Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, Instituto Rio Branco, Brasília, 2005.

ESTEBAN, Joan; RAY Debraj. On the measurement of polarization. **Econometrica**, Chicago, v. 62, n.4, p. 819-851, 2006.

EWELL, Judith. **Venezuela and the United States: from monroe's hemispheres to petroleum empire**. Atenas: The University Georgia Press, 1982

EWELL, Judith. **Venezuela and the United States: from monroe's hemisphere to petroleum's empire**. Atenas: University of Georgia Press, 1996.

FALEIRO, Audo Araújo. **Do bolivarianismo ao socialismo do século XXI: evolução e perspectivas do projeto político do presidente Hugo Chavez e implicações para a política**

externa brasileira. 2006. Tese. (Doutorado em Diplomacia) - Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, Instituto Rio Branco, Brasília, 2006.

FERREIRA, Marcos Alan. Venezuela como “safe haven” do terrorismo? Uma análise da política externa dos EUA para o governo Hugo Chavez no contexto da guerra global ao terrorismo. In: CONGRESSO LATIN AMERICAN STUDIES ASSOCIATION (LASA), 9., 2009, Rio de Janeiro. **Anais...** Dallas: LASA, 2009. p. 01-22. Disponível em: <<https://lasa.international.pitt.edu/members/congress-papers/lasa2009/files/DosSantosFerreiraFagnerMarcos.pdf>> . Acesso em: 22 jun. 2012.

GRATIUS, Susanne. La revolucion de Hugo Chavez: proyecto de izquierdas o populismo histórico? **FRIDE**: comentário, Madrid, fev. 2007. Disponível em: <<http://www.fride.org/publicacion/234/la->>. Acesso em: 20 ago. 2011.

GUERON, Carlos. La politica de estado y el estado de la politica. Para um debate sobre política exterior. **Política Internacional**, Caracas, n. 23, p. 75-112, 1991.

GUERRERO, Carolina. **La Reacción positivista al imperialismo intelectual en el pensamiento político de la Venezuela del 98**, em ZEA Leopoldo. El 98 y su impacto em Latinoamérica. México: Fondo de Cultura Econômica, 2001.

HARDY, Alfredo Toro. **Venezuela**: democracia e política exterior. Caracas: Proimagen, 1986.

HEREDIA, Ricardo Sucre. Venezuela: de la ilusion de armonia a la realidad de la desarmonia. **Dialogo político**, Buenos Aires, v. 20, n. 3, p. 117-141, 2003.

HERTZ, Mônica. Análise cognitiva e política externa. **Contexto internacional**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 75-89, 1994.

HILLMAN, Richard S.; D'AGOSTINO, Thomas J. Partidos políticos, opinião pública e o futuro da democracia na Venezuela. **Opinião Pública** Campinas, v. 6, n. 1, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762000000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 out. 2006.

HILSMAN, Roy. Relações entre o congresso e o executivo e o consenso na política Exterior. **American Political Review**, Denton, v. 1, n. 52, p. 725-744, set. 1958.

HIRST, Mônica et al. **Império, estados e instituciones**: la política internacional em los comienzos del siglo XXI. Buenos Aires: Altamira; Fundacion Gosdle, 2004.

INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES (IISS). **Military balance 2010**. Londres, 2010. Disponível em: <<http://www.iiss.org/publications/military-balance/the-military-balance-2010/>>. Acesso em: 28 maio 2011.

IRWIN, Domingo; LANGUE, Frederique; CASTILLO Hernan. **Problemas militares venezolanos**: FANB y democracia em los inícios del siglo XXI. Caracas: Universidad Católica Andrés Bello, 2009.

JIMÉNEZ, Ingrid. Venezuela y la OEA durante la era de Chavez. **Revista Política**, Caracas, n. 29, p. 191-206, 2002.

KEOHANE, Robert; NYE, Joseph. **Power and interdependence**. Harvard: Harper Collins, 1989.

KRASNER, Stephan. Are bureaucracies important? Or Allison Wonderland. **Foreign Policy**, Washington, DC, n. 7, p. 159-179, 1972.

LAGOS, Marta. A aparse de la fantasia: Hugo Chavez y los liderazgos em America Latina. **Revista Nueva Sociedad**, San Jose, n. 205, p. 93-101, set./out. 2006. Disponível em: <<http://www.nuso.org/revista.php?n=205>>. Acesso em: 4 abr. 2010.

LALERO, Jorge. **Venezuela ante la OEA**. Caracas: Ministério de Relaciones Exteriores, 2006.

LIMA, Maria Regina; SANTOS, Fabio. O interesse nacional e a integração regional. **Papeis Legislativos**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 1, abr. 2008. Disponível em: <<http://www.plataformademocratica.org/Publicacoes/22327.pdf>>. Acesso em: 24 mar. 2010.

LOPEZ, Alexandre. La elite política em la V República. **Revista Vision Política**, Bogotá, n. 1, p. 50-75, 2001.

LOPEZ, Alexandre; ORTUÑO, Ana. El Polo Patriótico: los dilemas del liderazgo em la V República. **Tharsis: Revista para la difusion de la cultura hispanoamericana**, Austin, ano 4, n. 1, p. 50, 2000.

MAGALLANES, Manuel. **História política de Venezuela**. Madrid: Mediterrâneo, 1972.

MAYA, Margarita Lopez. **Discurso na assembléia nacional**. Caracas: 2004. Disponível em: <http://www.lainsignia.org/2004/septiembre/ibe_005.htm>. Acesso em: 27 ago. 2004.

MELEÁN, Rafael Simon Jimenez. **Las tragedias de la reeleccion presidencial em Venezuela**. Caracas: El Centauro, 2007.

MILNER, Helen; ROSENDORF, B. Peter. Democratic politics and the internacional trade negotiations: elections and divided government as constraints in trade liberalization. **Journal of Conflict Resolution**, Newbury Park, v. 41, n. 1, p. 117-146, 1993.

MOLINA, Franklin. La revolución bolivariana em Venezuela: ¿socialismo autoritário em um mar de contradicciones? In: CONGRESSO LATIN AMERICAN STUDIES ASSOCIATION (LASA), 11., 2003, Dallas. **Anais...** Dallas: LASA, 2007. p. 01-20.

MONALDI, Francisco et al. **Political institutions, policymaking processes and policy outcomes in Venezuela**. [S.l.], 2006. Disponível em: <<http://www.iadb.org/res/publications/pubfiles/pubr-507.pdf>>. Acesso em: 05 jul. 2006.

MONTEIRO, Leonardo Valente. A Política externa da venezuela no governo chavez: convivência... In: CONGRESSO LATIN AMERICAN STUDIES ASSOCIATION (LASA), 9., 2010, Toronto. **Anais...** Dallas: LASA, 2010. p. 01-20. Disponível em: <<https://lasa>>.

international.pitt.edu/ members/congress-papers/lasa2010/files/1258.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2010.

MORALES, Paul Isidro. **Política exterior e relaciones internacionales**. Caracas: Biblioteca de Ciencias Políticas y Sociales, 1989. (Serie Estudios).

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA). **Conferências regionais de medidas de confiança mútuas**. Santiago, 1995. Disponível em: <http://www.oas.org/pt/centro_informacao/default.asp>. Acesso em: 28 maio 2011.

PEREZ, Magaly; SZENTIKS, Estevan. Consensus y disensos em torno a la noción de participación ciudadana em Venezuela. **Cuadernos del Cendes**, Caracas, v. 49, n. 49, 2002.

PEREZ, Samuel. **Los partidos políticos na Venezuela**. Curso de formación sociopolítica. Caracas: Fundación Centro Gumilla, 1996.

PETRÁSH, Vilma E. **Venezuela's national security policy under the Chavez regime: the impact of changed perceptions and practices on Venezuelan Regional Dynamics**. Washington DC, 22-25 maio 2001. Disponível em: <<http://www.ndu.edu/chds/REDES2001/Papers/Block1/Civilian-Military%20Relations%20Panel-Venezuela%20and%20EI%20Salvador/Petrash.Civil-Military%20Panel.doc>>. Acesso em: 05 ago. 2006.

PINHEIRO, Letícia de Abreu. **Foreign policy decision-making under the Geisel government: the president, the military and the foreign Minister**. 1994. Thesis (Doctorate in International Relations) - Department of International Relations, London School of Economics and Political Science, London, 1994.

PINTO JUNIOR, Colbert Soares. **A doutrina bolivarista: origens, forma atual e possíveis implicações para política exterior brasileira**. 2008. Tese (Doutorado em Diplomacia) - Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, Instituto Rio Branco, Brasília, 2008.

RATTON SANCHEZ, Michelle et al. Política externa como política pública: uma análise pela regulamentação constitucional brasileira (1967-1988). **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 27, nov. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782006000200009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 ago. 2009.

RODRIGUEZ CAMPUS, Manuel. **Venezuela 1902: la crisis fiscal y el bloques**. Caracas: Litepecnia, 1983.

RUSSELL, Roberto (Org.) **Política exterior y tomada de decisiones en América Latina**. Buenos Aires: RIAL, 1990.

SALGADO, René. Economic Pressure Groups and policy-Making in Venezuela: the case of FEDECAMARAS reconsidered. **Latin American Research Review**, Pittsburgh, v. 22, n. 3, p. 91-105, 1987.

SANJUAN, Ana Maria. El cuadro político venezolano em el 2006: la crisis por falta de consenso. **Análise de Conjuntura OPSA**, Rio de Janeiro, n. 12, nov. 2005. Disponível em:

<http://observatorio.iesp.uerj.br/images/pdf/analise/13_analises_El%20Cuadro%20Politico%20Venezolano%20en%20el%202006.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2011.

SAAVEDRA, Karesly. Aciertos e desaciertos de la politica exterior venezolana, 1998-2008. **Revista Politeia**, Caracas, v. 32, n. 42, p. 227-250, 2009.

SILVA, Elaine; SANCHEZ, Michele; CARDOSO, Evorah. Política externa como política pública: uma análise pela regulamentação constitucional brasileira (1967-1988). **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, n. 27, p. 125-143, nov. 2006.

SOUSA, R. de Lucena. **O desenvolvimento econômico da Venezuela 1950/2006**. 2008. Tese (Doutorado em Economia do Desenvolvimento) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE (SIPRI). **Databases**. Solna, 2011. Disponível em: <www.sipri.org/research/armaments/milex>. Acesso em: 23 abr. 2012.

SUHLICKI, Jaime. The Cuba-Venezuela challenge to hemispheric security implications for the United States: challenges to security in the hemisphere task Force. **Center for Hemispheric Policy**, Miami, dez. 2009. Disponível em: <<https://www6.miami.edu/hemispheric-policy/VenCubaSecurityChallenges.pdf>>. Acesso em: 23 mar. 2012.

THORBECKE, Erik. The evolution of the development doctrine, 1950-2005. In: MAVROTAS, Geoge; SHORROCKS, Anthony. **Advancing development: core themes in global economics**. London: Palgrave-Macmillan, 2009. p. 03-35.

TOMASSINI, L. **Teoria e pratica de la política internacional**. Santiago: Ed.Universidad Católica de Chile, 1989.

URBANEJA, Diego B. La política exterior de Venezuela. **Real Instituto Elcano de Estudios Internacionales y Estratégicos**, Madrid, n. 41, mar. 2005. Disponível em: <<http://www.realinstitutoelcano.org/analisis/imprimir/712imp.asp>>. Acesso em: 16 ago. 2006.

VENEZUELA. **Líneas generales del plan de desarrollo económico y social de la nación 2007-2013**. Caracas: República Bolivariana de Venezuela, 2007. Disponível em: <<http://cne.gob.ve/web/index.php>>. Acesso em: 04 maio 2011.

VERTZBERGER, Yaacov Y. I. **The World in Their Minds: Information Processing, cognition and Perception in Foreign Policy Decision Making**. Stanford: Stanford University Press, 1990.

VILLA, Rafael. Venezuela: mudanças políticas na era Chávez. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 55, p. 155-172, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142005000300011&lng=en&nr m=iso>. Acesso em: 15 out. 2006.

VILLA, Rafael. Dos etapas de la política exterior venezolana frente a Estados Unidos en el período de Hugo Chavez. **Cuadernos del Cendes**, Caracas, v. 21, n. 55, 2004. Disponible em: <<http://redalyc.uaemex.mx/pdf/403/40305503.pdf>>. Acceso em: 04 maio 2012.

WILHELMY, M. **Política internacional**: enfoques y realidades. Buenos Aires: GEL, 1988.

WOODS, Alan. **Reformismo o revolución marxismo e socialismo del siglo XXI**: respuestas a Heins Dieterich. Madrid: Fundación Federico Engels, 2008.

ZAVALA, Manza. Fortalezas y debilidades de la economía venezolana. In: CASTRO, Gregorio. **Debates por Venezuela**. Caracas: Alfa; Escuela de Sociología, 2007. p. 59-78.

ZUBILLAGA, Verónica. Venezuela: contra el esencialismo político. **Revista Nueva Sociedad**, Caracas, n. 179, p. 26-31, 2002. Disponible em: <http://www.nuso.org/upload/articulos/3050_1.pdf#search=margarita%20Lopez%20Maya%20pdf>. Acceso em: 20 ago. 2008.